U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

A casa de ontem, de hoje, de amanhã

Andreia Filipa da Fonseca Morais

M

2022

U.PORTO

Andreia Filipa da Fonseca Morais. A casa de ontem, de hoje, de amanhã

M.FAUP 2022

A casa de ontem, de hoje, de amanhã

Andreia Filipa da Fonseca Morais

FACULDADE DE ARQUITETURA

Andreia Filipa da Fonseca Morais

A casa de ontem, de hoje, de amanhã

PROCESSO DE LEVANTAMENTO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR DO SÉC. XX

Dissertação de Mestrado em Arquitetura

Apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Sob Orientação da Prof.ª Doutora Maria Clara de Carvalho Pimenta doVale

2022

Nota Prévia

A presente dissertação está regida ao abrigo do novo acordo ortográfico. As citações transcritas em português, referentes a edições de língua espanhola e inglesa, e presentes na seguinte prova, foram livremente traduzidas e/ou transcritasde modo a manter a continuidade da leitura.

Algumas das imagens apresentadas foram cortadas e podem ter sofrido alterações cromáticas relativamente às originais.

Por forma a estabelecer um código formal no corpo de texto, será utilizado: itálico para palavras de origem estrangeira, sentidos metafísicos e jogos dialéticos; "aspas duplas" para citações inseridas no corpo de texto e referências autorais; 'aspas simples' para sentidos figurados; **bold** para realçar ideias, termos e temas.

Casa

ca.sa - kaza |nome feminino

local onde se vive; morada; lar [1]

A casa é sempre o produto de uma grande multiplicidade de elementos inter-relacionados, reflectindo condições naturais e históricas, técnicas, estrutura económica e social, profissões, conceitos de família, gostos, mentalidade e até certos sentimentos, em especial sentimentos de grupo, das pessoas que as constroem e habitam.

Veiga de Oliveira e Ernesto Galhano, 1992, p. 310

1 Definição de "casa" in Infopédia, Dicionário da Língua Portuguesa [visitado a 17.09.22] https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/casa

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Clara Vale pelo estímulo premente à superação. A ela, que me soube explicar a essência da arquitetura, olhando além da resposta 'certa'. Que me elucidou da adrenalina da procura e que me incentivou o gosto pelo processo. Pelo acompanhamento e por todas as questões ponderadas que, mais do que o simples perguntar, auxiliaram a desmistificar a complexidade. Fica uma profunda admiração.

As minhas mães e aos meu irmão Leandro, pelo apoio incondicional, mas sobretudo, pela resiliência em todas as fases de um percurso em sobressalto.

As minha colegas e amigas, Xina, Ana, Raquel, Dany, Inês, pelo companheirismo, pela união e pela amizade. Por todas as conversas fora de horas, pelos devaneios e pela euforia.

Ao Bruno, pelo amor e pela paciência.

Agradeço a todos.

RESUMO

A presente dissertação consiste no desenvolvimento de um levantamento métrico tradicional, aplicado a uma habitação unifamiliar do séc. XX localizada em Santa Marinha do Zêzere, Baião. Com este trabalho procura-se desenvolver uma investigação em torno do sistema construtivo tradicional, através das diferentes fases do processo de levantamento: dos esquissos, aos desenhos de pormenor. A componente teórica surge em paralelo e acompanha todo o processo de investigação. A este tema estão associadas problemáticas específicas que foram objeto de pesquisa e que são intrínsecas ao desenvolvimento deste estudo, nomeadamente, o tema da arquitectura popular em Portugal, o sistema construtivo tradicional da casa burguesa e os conceitos relativos à intervenção no património.

Como resultado deste processo de levantamento, procura-se criar um programa que vise a manutenção do edificado, promova a sua durabilidade e minimize o natural envelhecimento dos materiais, evitando a sua gradual degradação e a necessidade de novos recursos num plano de operações de manutenção a curto e médio prazo. Deixa-se ainda em aberto, através deste estudo, uma base de trabalho para uma possível intervenção a longo prazo. Por fim, tal oportunidade ainda permite, uma tomada de consciência e desenvolvimento de uma postura crítica enquanto arquiteta, perante o desafio futuro de intervir numa preexistência.

Palavras-chave:
Sistema Construtivo | Processo | Levantamento | Plano de Manutenção | Património

Abstract

This dissertation consists of a traditional metric survey, applied to a 20th century single family house, located in Santa Marinha do Zêzere, Baião. We seek to develop an investigation around the traditional construction system, through the different phases of the survey process: from sketches to detailed drawings. Research and theoretical analysis arise in parallel, and accompany the research process. This theme has specific problems that were the object of investigation and that are intrinsic to the development of this study, namely, the theme of popular architecture in Portugal, the traditional constructive system of the bourgeois house and the concepts related to the intervention in the heritage.

As a result of this survey process, we seek to create a program that aims to maintain the building, that promotes its durability and minimizes the natural aging of materials, avoiding its gradual degradation and the need for new resources in a plan of maintenance operations to be carried out, short and medium term. Through this work, a database for a possible long-term intervention is also left open. Finally, such an opportunity also allows for an awareness and development of a critical stance as an architect, facing the future challenge of intervening in a pre-existence.

Keywords:

Constructive System | Process | Survey | Maintenance Plan | Patrimony

ESTRUTURA

FASE 1

[precedentes]

enquadramento temporal, territorial e histórico

A Casa de ontem

FASE 2

[circunstância]

enquadramento descritivo e funcional

levantamentro fotográfico e métrico

FASE 3

[levantamento]

estrutura principal e secundária

FASE 4

[pormenorização]

detalhes construtivos, formais e funcionais

FASE 5

[diagnóstico]

estrutural e construtivo

A Casa de hoje

FASE 6

[continuidade]

plano de manutenção

A Casa de amanhã

Índice

IX Resumo
XI Abstract
01-03 Nota Introdutória

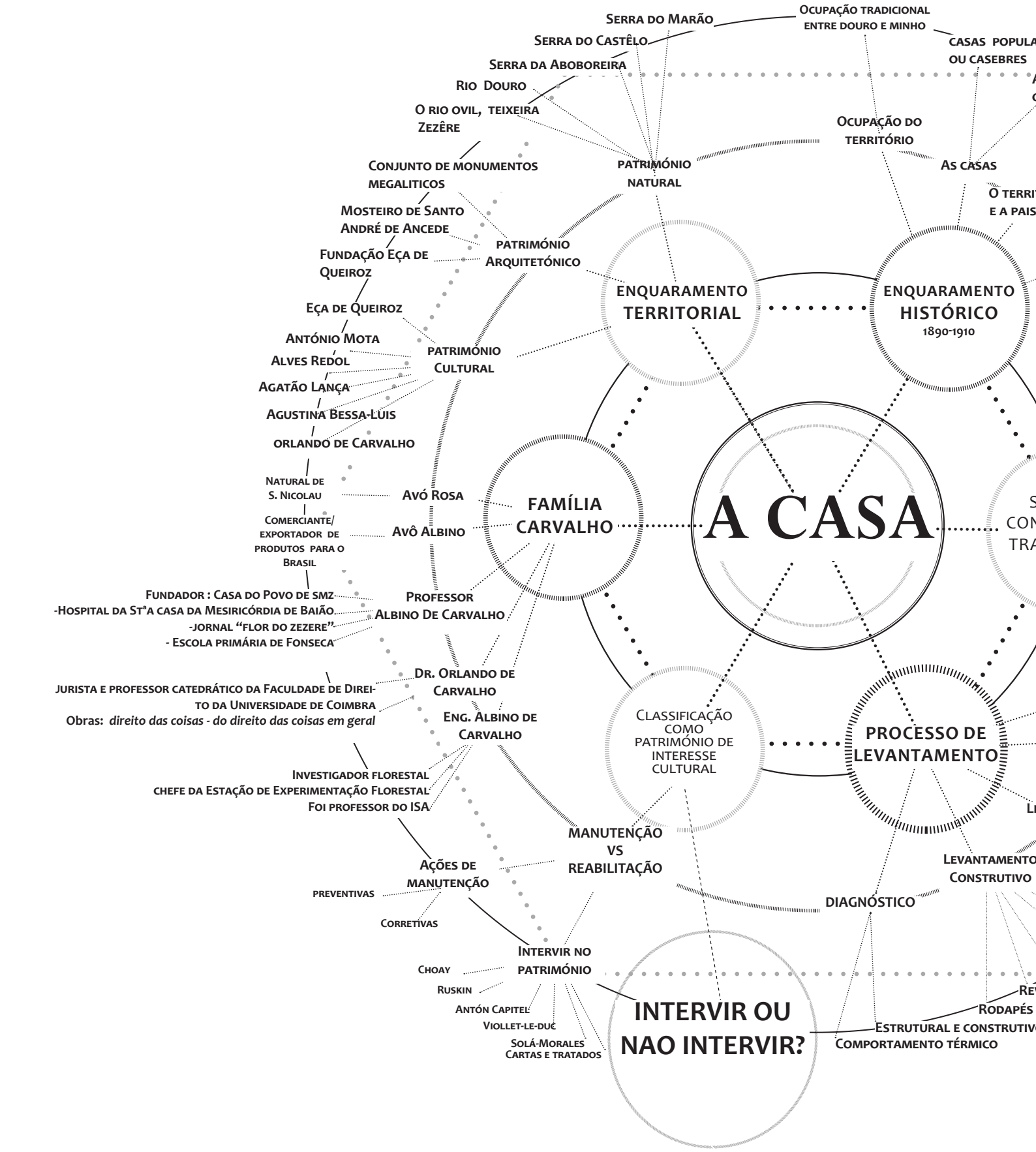
04 - 49 **CAPÍTULO I.**
06 - 15 1.1 Ao ritmo de outrora
16 - 37 1.2 Baião
37 - 49 1.3 Santa Marinha do Zêzere

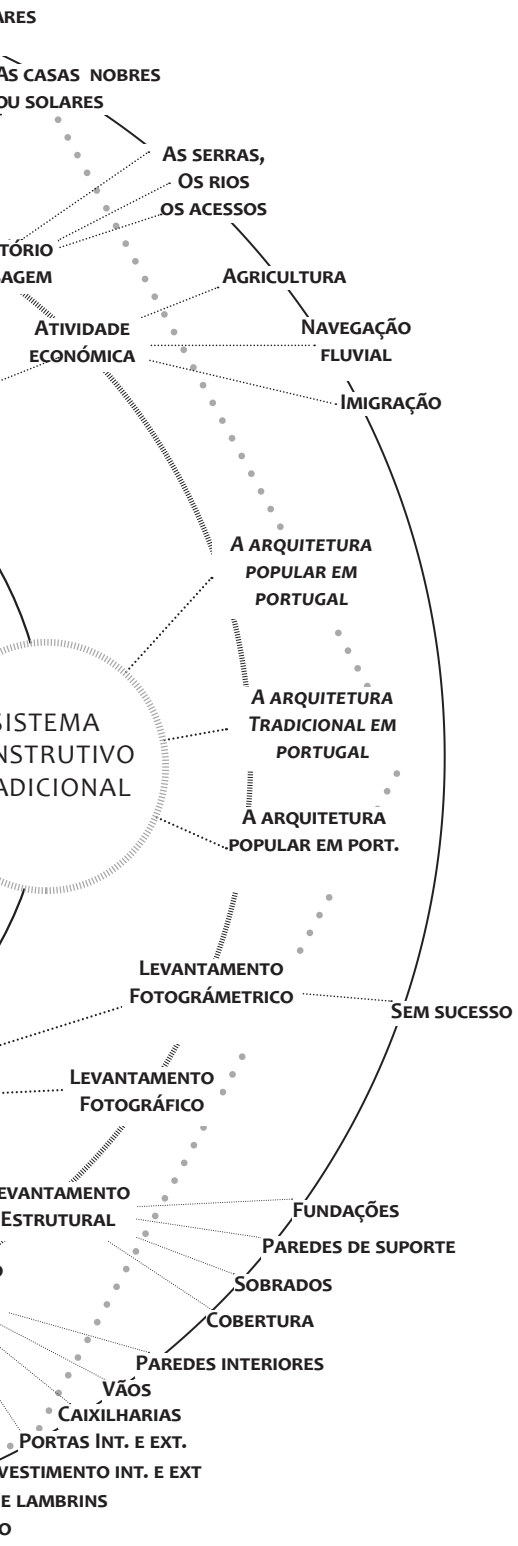
30 - 109 **CAPÍTULO II.**
52 - 61 2.1 Memória descritiva
62 - 71 2.2 Processo de levantamento
72 - 109 2.3 Sistema construtivo principal e secundário

110-129 **CAPÍTULO III.**
112-119 3.1 Diagnóstico
120-122 3.2 Imóvel de interesse cultural
123-129 3.3 Ações de manutenção

131-133 Considerações finais
134-136 Referências Bibliográficas
138-139 Créditos de imagem

A01-A21 Anexos


A CASA
ENQUARAMENTO TERRITORIAL
ENQUARAMENTO HISTÓRICO
1890-1910
FAMÍLIA CARVALHO
PROCESSO DE LEVANTAMENTO
CLASSIFICAÇÃO COMO PATRIMÓNIO DE INTERESSE CULTURAL
MANUTENÇÃO VS REABILITAÇÃO
INTERVIR OU NAO INTERVIR?
PATRIMÓNIO NATURAL
PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO
PATRIMÓNIO CULTURAL
OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO
AS CASAS
SERRA DO MARÃO
SERRA DO CASTÊLO
SERRA DA ABOBOREIRA
RIO DOURO
O RIO OVIL, TEIXEIRA
ZEZÊRE
OCUPAÇÃO TRADICIONAL ENTRE DOURO E MINHO
CASAS POPULA
OU CASEBRES
CONJUNTO DE MONUMENTOS MEGALITICOS
MOSTEIRO DE SANTO ANDRÉ DE ANCEDE
FUNDAÇÃO EÇA DE QUEIROZ
EÇA DE QUEIROZ
ANTÓNIO MOTA
ALVES REDOL
AGATÃO LANÇA
AGUSTINA BESSA-LUÍS
ORLANDO DE CARVALHO
NATURAL DE S. NICOLAU
AVÓ ROSA
COMERCIANTE/ EXPORTADOR DE PRODUTOS PARA O BRASIL
AVÔ ALBINO
FUNDADOR : CASA DO POVO DE SMZ
-HOSPITAL DA STª CASA DA MESIRICÓRDIA DE BAIÃO
-JORNAL "FLOR DO ZEZERE"
- ESCOLA PRIMÁRIA DE FONSECA
PROFESSOR ALBINO DE CARVALHO
DR. ORLANDO DE CARVALHO
JURISTA E PROFESSOR CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Obras: direito das coisas - do direito das coisas em geral
ENG. ALBINO DE CARVALHO
INVESTIGADOR FLORESTAL
CHEFE DA ESTAÇÃO DE EXPERIMENTAÇÃO FLORESTAL
FOI PROFESSOR DO ISA
AÇÕES DE MANUTENÇÃO
PREVENTIVAS
CORRETIVAS
INTERVIR NO PATRIMÓNIO
CHOAY
RUSKIN
ANTÓN CAPITEL
VIOLLET-LE-DUC
SOLÁ-MORALES
CARTAS E TRATADOS
DIAGNÓSTICO
LEVANTAMENTO CONSTRUTIVO
RODAPÉS
ESTRUTURAL E CONSTRUTIV
COMPORTAMENTO TÉRMICO



Nota Introdutória

Nesta dissertação intitulada "A casa de ontem, de hoje, de amanhã: processo de levantamento de uma habitação unifamiliar do séc. XX", procura-se desenvolver uma investigação em torno do sistema construtivo tradicional, a partir do processo de levantamento de uma casa, localizada no interior de Portugal.

O objeto, a casa da família Carvalho, foi mandada edificar no final dos anos 1890 e acredita-se que tenha sido concluída no ano de 1910. Os proprietários, a esposa nascida criada na freguesia de São Nicolau no Porto e o marido, comerciante de produtos para o Brasil, mandaram edificar a casa na designada zona da Lavra. E foi por esse nome que ficou inicialmente conhecida, anos mais tarde apelidaram-na de casa da Igreja, por estar adjacente à construção religiosa do séc. XVIII e pelos proprietários terem uma particular ligação com a instituição. Hoje em dia é conhecida por ser a casa do Professor Albino de Carvalho. Trata-se de uma construção imponente e de traços únicos, Sempre foi uma referência na vila, e pelo conhecimento que temos do lugar, podemos afirmar que a vila se desenvolveu em torno dela, nos terrenos que outrora pertenciam ao lote original. Trata-se de um exemplar único das boas construções que se faziam no interior Norte de Portugal, com a clara referência e imponência dos solares e das casas nobres que lhe são vizinhas.
O objetivo, a investigação do sistema construtivo tradicional através do processo de levantamento do objeto procura reforçar o particular interesse na temática em torno na investigação necessária e sine qua non à intervenção numa preexistência. Procura-se que esta dissertação seja de carácter mais prático, sem descuidar a parte teórica que intrinsecamente se manifestará nas decisões e interpretações das questões práticas. Assim sendo, o trabalho incide em duas vertentes distintas e complementares: a vertente de investigação teórica e a vertente de investigação prática, muitas vezes in situ.

A primeira vertente, parte de uma abordagem investigativa aos precedentes históricos do objeto e ao estudo do tema da arquitetura popular no interior de Portugal , que clarificam e justificam, numa segunda etapa, as escolhas associadas ao processo de construção da casa. Como refere Nuno Lopes,

"...a identificação do valor na pré-existência esteve sempre na base do debate em torno do projecto no edificado construído. Daí que a intervenção no edificado existente pressuponha um conhecimento profundo da pré-existência e dos seus enquadramentos – histórico, simbólico, social, arquivístico, urbano, construtivo, tipológico, programático, ... – configurando um quadro de valores presente e indispensável às decisões de projeto."[1]

A segunda vertente, consiste na descrição detalhada do sistema construtivo da casa, através das diferentes fases do processo de levantamento, enquanto síntese crítica do trabalho desenvolvido, conjugando o trabalho de campo, de investigação e de análise com o trabalho e visão do arquiteto.

O trabalho divide-se em três partes, reflexo das cinco fases do processo de levantamento: o estudo dos precedentes resulta no capítulo I; o levantamento fotográfico e métrico, a apresentação do sistema construtivo como resultado do levantamento através dos detalhes construtivos e os desenhos de investigação, resulta no capítulo II; o diagnóstico e o estado de conservação dos vários elementos estruturais e construtivos, fazem parte do capítulo III.

No primeiro capítulo, desenvolve-se a necessária investigação à arquitetura popular portuguesa no interior de Portugal e do território do Douro no final do séc. XIX e no início do século XX, com recurso a obra literária que melhor o descreve, A cidade e as Serras de Eça de Queirós. O estudo da arquitectura popular portuguesa, mais precisamente, da sub-região do Douro será apresentado através de casos práticos e vizinhos ao objeto de estudo e pretende reunir características e especificidades que definiam esta arquitectura. É, através do estudo e entendimento dessas características, que se consegue uma melhor compreensão dos elementos de carácter rural/popular aplicados no objeto de estudo, assim como a sua evolução e transformação, imprescindíveis para definir o que pode ser considerado de valor no caso de estudo e que, por consequência, deva ser preservado.
A abordagem feita ao estudo do território, recorre a obra de Eça de Queirós, escrita na vizinha Quinta de Tormes, na altura da construção da casa. E desde logo se percebe o atraso e a rusticidade daquela região. Eça, escreve sobre dicotomia que existia (e de certo modo ainda existe) entre Quintas e casas senhoriais e os Casebres, grandes proprietários e rendeiros.
No capítulo dois, decorrente da minuciosa análise formal e histórica do objeto arquitetónico procura-se investigar, analisar e estudar o levantamento do sistema construtivo da casa. Para abordar esta temática, recorre-se ao estudo do sistema construtivo da casa burguesa como complemento teórico a esta investigação. Procura-se ainda no decorrer do processo de levantamento, identificar patologias existentes e possíveis causas, para que no momento do desenvolvimento de um plano de ações de manutenção permita entender as necessidades e

1 Nuno Valentim Lopes, "Projecto, património arquitectónico e regulamentação contemporânea. Sobre práticas de reabilitação no edificado corrente", Porto, FAUP, Prova de Doutoramento em Arquitectura, 2015, p. 18

limitações impostas a cada elementos e com isso garantir uma ação que vise prolongar a vida do elemento e por consequência a longevidade edificado a médio prazo.
No último capítulo, Procura-se ainda no decorrer do processo de levantamento, identificar patologias existentes e possíveis causas, para que no momento do desenvolvimento de um plano de ações de manutenção permita entender as necessidades e limitações impostas a cada elementos e com isso garantir uma ação que vise prolongar a vida do elemento e por consequência a longevidade edificado a médio prazo.
No centro do debate contemporâneo da reutilização de edifícios está o problema da identificação dos elementos e dos critérios que determinam ou não a atribuição de valor ao edificado corrente.
No nosso caso, essa premissa é proeminente, visto que se trata de um objeto classificado como imovel de interesse cultural. No entanto, para se poder identificar os respectivos valores patrimoniais na casa, tem de se entender, em primeiro lugar, o que pode ser considerado de valor patrimonial pelo que é clara a necessidade de reflexão em torno da evolução do conceito de património. Não se pretende, no entanto, encontrar uma resposta doutrinal, mas sim entender as diferentes posições possíveis de adoptar numa tomada de decisão de preservação e manutenção do edificado.
Desde logo, o termo "património" pressupõe uma multiplicidade de significados e consequentes reformulações ao longo do tempo. No entanto, esta necessidade surge da dificuldade e ambiguidade da sua definição. Ou não fosse a classificação do objeto como património, atribuída não pela sua qualidade arquitetónica mas por se tratar da habitação de pessoas ilustres e por isso, preservar a sua identidade, é de certo modo, perpetuar a vida dessas pessoas e por consequência, perpetuar o seu legado. Esta classificação torna-se importante porque mostra o longo caminho da definição do conceito de património e dos objetos alvos dessa classificação, visto que durante muito tempo essa classificação era exclusiva aos monumentos.

Como resultado deste processo de levantamento e diagnóstico, procura-se criar um programa que vise a manutenção do edificado, promova a sua durabilidade e minimize o natural envelhecimento dos materiais. Evitando a sua gradual degradação e a necessidade de novos recursos num plano de operações de manutenção a curto e médio prazo. Deixa-se ainda em aberto, através deste trabalho, uma base de dados para uma possível intervenção a longo prazo.
Por fim, tal oportunidade permite, ainda, uma tomada de consciência e desenvolvimento de uma postura crítica enquanto arquiteta, perante o desafio futuro de intervir numa preexistência. Por fim, apresenta-se os desenhos finais, fruto das diferentes fases de levantamento e investigação, acompanhado pelas considerações finais. Consciente de que, os desenhos finais, são catalisadores de toda a investigação, a aplicação prática e reflexiva dos temas levantados e por isso, também eles uma síntese crítica.

CAPÍTULO I.

[enquadramento territorial e temporal]

06 - 15 1.1 AO RITMO DE OUTRORA

pelos olhos de jacinto

1.1.1 território e paisagem

1.1.2 atividade económica

1.1.3 as casas e os povoados

16 - 37 1.2 BAIÃO

1.2.1 território e paisagem

1.2.2 encosta do Douro verde

1.2.3.casas tradicionais e senhoriais

38 - 49 1.2 SANTA MARINHA DO ZÊZERE

1.2.1 o lugar

1.2.2 o lote

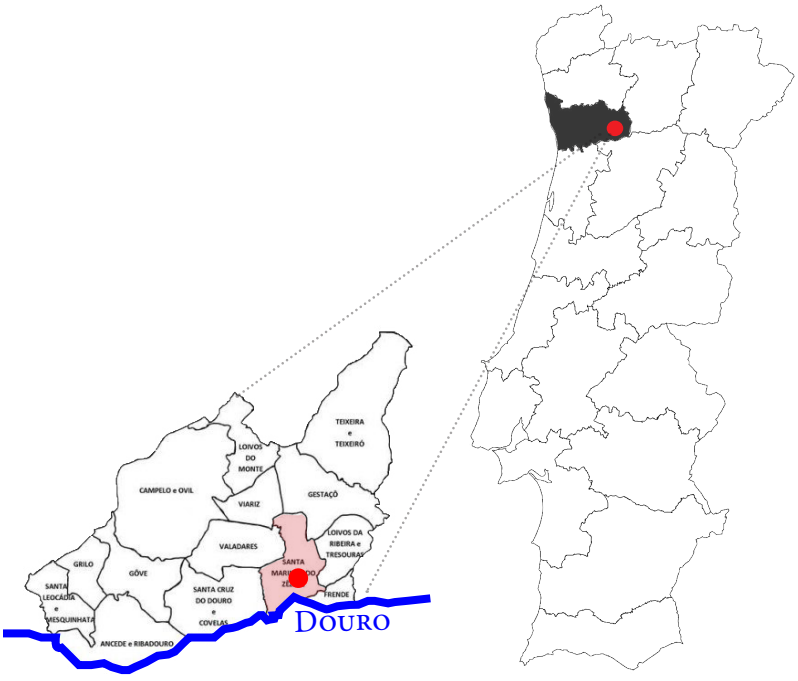
1.2.2 a casa da lavra

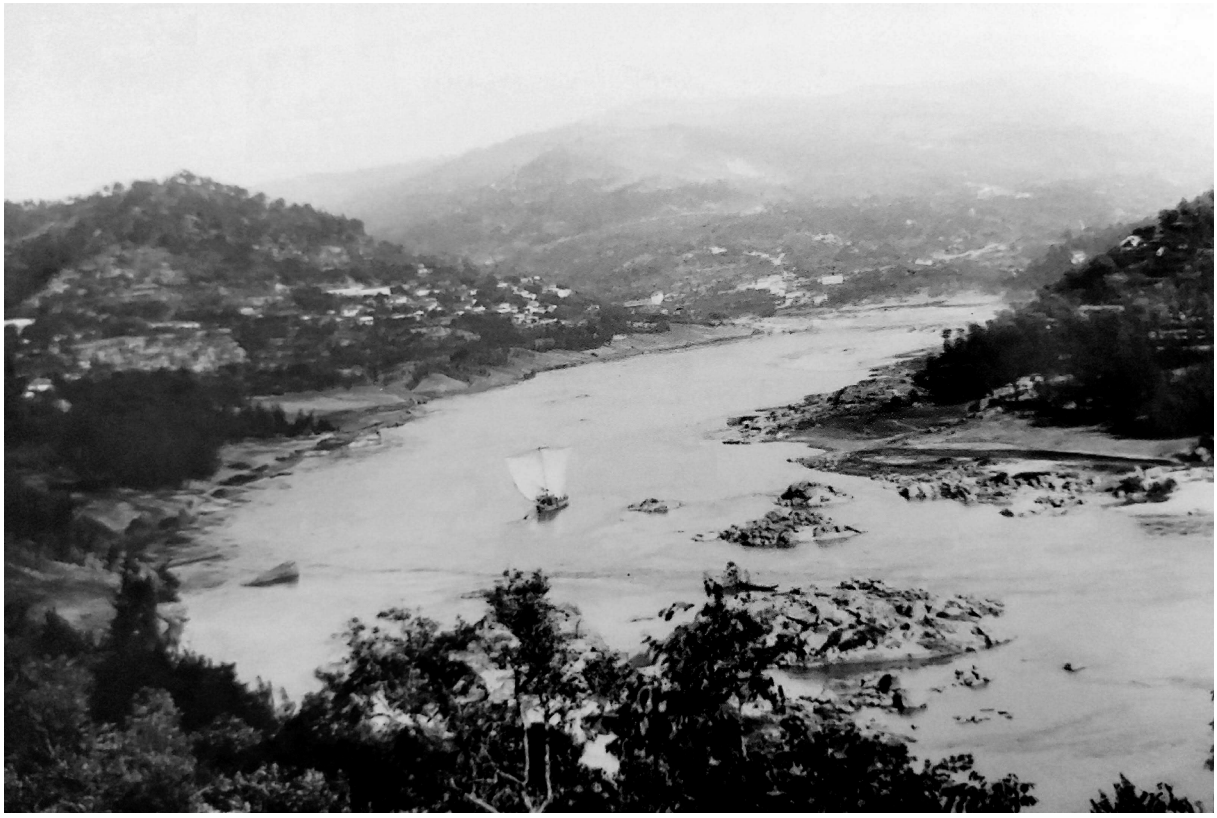
A Casa de ontem

[enquadramento]

No presente capítulo estudar-se-ão diferentes abordagens ao **território** envolvente ao objeto de estudo, numa tentativa de aproximação às principais características do lugar e do objeto. Inicia-se esta investigação pelo entendimento do território no final do séc. XIX início do séc. XX, no texto ao ritmo de outrora, com recurso a obra de Eça de Queirós, a ***Cidade e as Serras.***

Com o mesmo objetivo, seguir-se-á uma breve apresentação do contexto do Concelho de Baião, aprofundando-se o estudo na localidade da casa - Santa Marinha do Zêzere. Com o reconhecimento da mesma, procurar-se-á, através das **premissas identitárias identificadas**, dar a conhecer o lugar. Como forma de aproximação ao objeto de estudo, pretende-se, neste processo de conhecimento do edificado, explicar o particular interesse na casa e na sua história







[01] Porto Manso, séc. XIX,
Fotografia de Artur Loureiro Tavares
[02] Porto Manso, 2022
Fotografia de Patricia Cunha

1.1

Ao ritmo de outrora

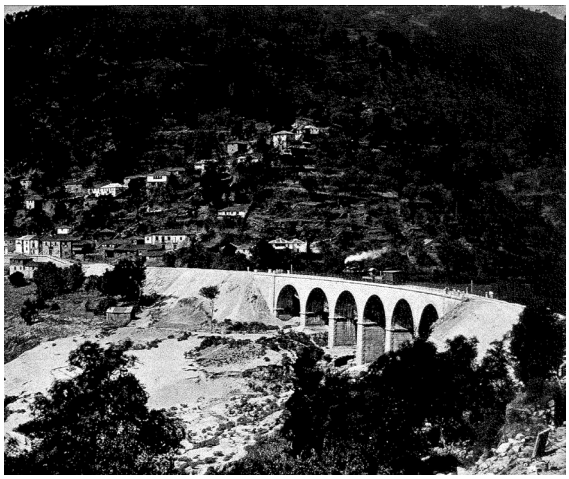
[PELOS OLHOS DE JACINTO]

Nesses começos do século (XX), Santa Marinha do Zêzere, tinha ainda aquele encanto quase incólume que Eça descreve em A cidade e as Serras, referindo-se à vizinha freguesia de Santa Cruz do Douro, onde fica a Quinta de Vila Nova, romanescentemente designada por Tormes. ***O encanto da disposição em espaldar sobre a vertente funda do Douro, com socalcos de milheirais debruados de vinha, insuspeitas águas cadeantes, casario disperso, ou um outro perfil de casa nobre, longínquas e solitárias ermidas, até aos cabeços graníticos das faldas do Marão.***[1]

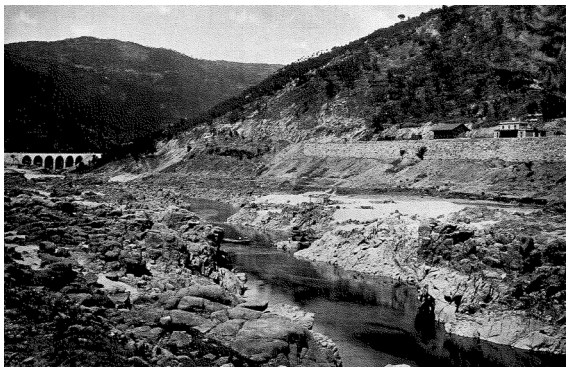
Construído em **1910**, o objeto de estudo localiza-se na pequena vila de Santa Marinha do Zêzere. Para o conhecer é importante compreender o enquadramento histórico, social e cultural em que foi construído de forma a entender o seu contexto, as suas condicionantes e limitações. Num trabalho de abordagem e aproximação ao tema principal, pretende-se aqui dar a **conhecer o território** e o **modo de vida** que marcou o final do **século XIX e o início do século XX**, tendo como referência a obra do escritor português Eça de Queiroz, ***A cidade e as Serras***.

A obra, publicada em 1901, descreve a dicotomia existente entre **Quintas e casas senhoriais e Casebres,** grandes proprietários e rendeiros, assumindo por um lado, a paisagem rural, que se opõe, no outro termo, à civilização Parisiense. Na valorização dos contrastes, *Jacinto* - personagem principal do romance - pretende demonstrar ao leitor a tese segundo a qual a vida no campo é superior à vida urbana. Nasceu em Paris e adorava a cidade. Segundo ele, a capital francesa era o exemplo perfeito de civilização, o único espaço em que o ser humano poderia ser plenamente feliz. No entanto, cansado da vida cosmopolita, parte para Portugal, ao receber a notícia d e um desmoronamento na sua propriedade em Tormes, localidade vizinha ao objeto de estudo.

1. Albino de Carvalho, Pela pátria! Pela escola!, Ediliber Gráfica, Coimbra, 1993, p. 27









[03] Porto Manso, séc. XIX, Centro Português de Fotografia
[04] Porto Mans o, 2021, Egídio Santos, CMB
[05] Porto Manso e Caldas de Aregos, séc. XIX, C. P. F.
[06] Porto Manso, 2021, Egídio Santos, CMB

Território e paisagem

(...) Vales lindíssimos, carvalheiras e soutos de castanheiros seculares, quedas de água, pomares, flores, tudo há naquele bendito monte. A quinta está situada num alto, num sítio soberbo - que abrange léguas de horizonte, é sempre interessante. (...) Logo adiante da casa, o monte desce até ao Douro, logo por trás da casa, o monte sobe até aos cimos onde há uma ermida.[2] Continua com *"Os vales fofos de verdura, os bosques quase sacros, os pomares cheirosos em flor, a frescura das águas cantantes, as ermidinhas branqueando nos altos, as rochas musgosas, o ar de uma doçura de paraíso, toda a majestade e toda a lindeza. Deixando resvalar o olhar observe os vales poderosamente cavados (...) os bandos de arvoredos, tão copados e redondos de um verde tão moço e sinta, por todo o lado, o esvoaçar leve dos pássaros.*[3]

O **atraso e a rusticidade** daquela região surpreenderam *Jacinto* no primeiro contato. Aos poucos, porém, a natureza, a frescura e a simplicidade inerentes à ruralidade, encantaram-no e resolveu por lá ficar. Dedicou-se a algumas reformas na propriedade, melhorando as condições de vida dos empregados e estabelecendo com eles novas relações de trabalho, numa gradual apropriação do lugar.

Os sucessivos desbravamentos permitiram a população desta região dominar o território, conquistando terras, através do levantamento de muros em granito, para a prática da agricultura. Superando dessa forma os **declives persistentes**, num processo gradual de aproveitamento dos terrenos por si difíceis. "A agricultura, através de processos elementares, garantia a sobrevivência da população e a sua extensão, com base na produção de cereais, pecuária e produções complementares."[4]

José Augusto Vieira, citado pelo professor José Alves, descreve-nos uma imagem inusitada deste território que corrobora as descrições feitas por Jacinto, em que Baião, pouco teria mudado.

(...) apresentando-nos o concelho como um território difícil, a despeito da via férrea e as suas estações e apeadeiros, na base da montanha, seguindo a margem do Douro: mas, para circular na serra, os carros (de tração animal), quase não teriam ali préstimo, dada a ***natureza íngreme dos caminhos****, sendo os bens de consumo transportados ainda por bestas de carga ou pelo próprio homem, uma vez que as estradas previstas continuavam por se concretizar.*[5]

2. Eça Queirós, "A cidade e as serras "(1ª edição em 1901) , Grandes Autores Portugueses - colecção 120 anos JN, Tipografia Peres, Abril de 2008, p.95
3. Ibid
4. José Fernandes Alves, "Baião – Em torno de 1800-1910: Poderes e dinâmicas, mutações e permanências", Câmara Municipal de Baião, 2015, p.114
5. Ibid, p. 92







[07] Ermida, séc. XIX, Centro Português de Fotografia
[08] Ermida, 202, Patricia Cunha

Sendo que o governador civil do Porto , no relatório das visitas feitas aos distritos, acrescenta que "(...) O **solo é muito acidentado e montanhoso**, e pela sua elevação acima do nível do mar e proximidade em que se acha a serra do Marão, é o seu **clima extremamente áspero**, posto que saudável."[6] E, sublinhando os **vários vales por onde se dispersa a população**, anotava que todas as povoações, apresentavam "(...) mui **pequeno número de casas reunidas**, mas em compensação vêem-se **dispersas** em posição mais ou menos pitoresca, **casas grandes** e antigas, cercadas de **extensas propriedades rurais**.[7]

Outra das preocupações referenciadas nesse relatório dizia respeito à **ausência de comunicações** e à necessidade de **consertos de caminhos**, "(...) em notável abandono, melhoria de obras públicas e a construção de novas vias de comunicação"[8] , pois o concelho era apenas cortado, numa pequena extensão, pela estrada de Amarante-Mesão Frio. Sendo aconselhado, à Câmara, a iniciativa de reparo, conservação e melhoria das vias públicas existentes, "garantindo a diminuição das dificuldades de trabalho em anos de crise, incentivando a construção de estradas e caminhos para as povoações rurais."[9] O ministro das Obras públicas dizia no Parlamento que,

(...) em certos pontos da região vinhateira, as pipas para o vinho se transportavam vazias para as estações do comboio e só depois se enchiam com o vinho que era transportado em cântaros, por não haver estradas capazes, tal era a dificuldade de acessos , na articulação do plano das estações com o rio e o declive da montanha.[10]

Segundo Orlando de Carvalho, a determinada altura proprietário do nosso objeto de estudo, "(...)mesmo nos fins dos anos (19)10, a hoje estrada Porto-Régua, que atravessava a freguesia transversalmente, se interrompia antes de pisar Santa Marinha (o lugar) e muito menos se pensava na ligação entre Santa Marinha e a estrada Amarante-Régua, que passa pela Teixeira. A ligação com a sede do concelho, Baião, na freguesia de Campelo, aliás também muito mal servida de comunicações a esse tempo, só era possível, apesar dos seus mais de vinte quilómetros, por cerros e vales, a cavalo ou a pé. Em pior situação ainda, porque mais longe da via férrea (...)[11]

6.Ibid, p. 88. Referência ao Relatório do Governador civil do Distrito Administrativo do Porto, 1868, p.7 in Relatório das visitas feitas nos distritos pelos respectivos governadores civis em virtude da portaria de 1 de Agosto de 1866, Lisboa, Imprensa Nacional.

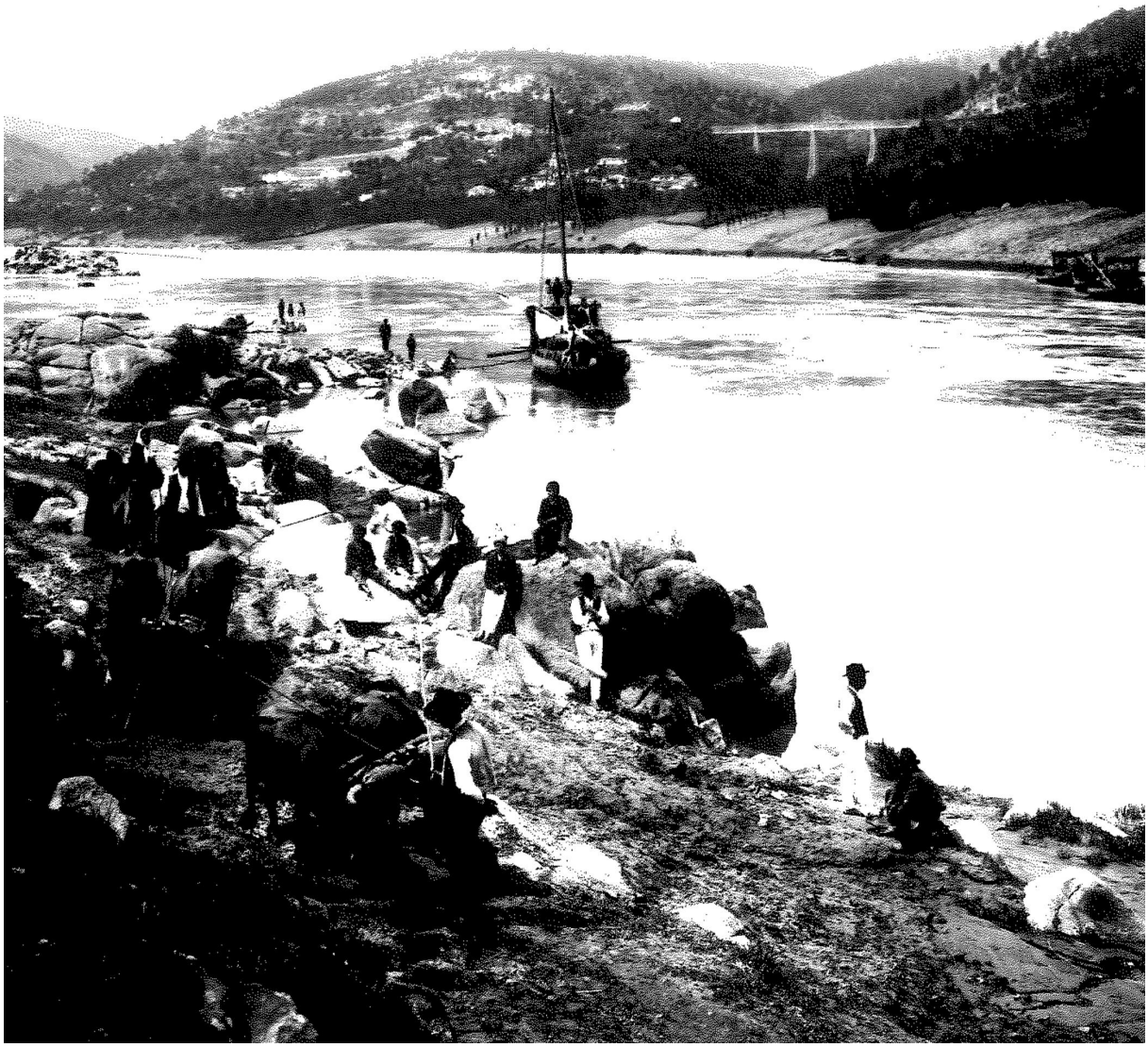
7. Ibid

8. Ibid

9. Ibid, p.123

10. Ibid, p.130

11. Albino de Carvalho, op.cit,1993, p. 29



[09] Barcos de Passagem, Porto Manso, séc. XIX
Fotografia de António Loureiro Tavares

Atividade Económica

Dada a proximidade ao rio Douro, a **navegação fluvial**, era uma das atividades mais rentáveis desta região no final do século XIX, favorecendo naturalmente os proprietários das embarcações de maior dimensão que desciam e subiam o rio, não deixando também de constituir um pequeno negócio para os proprietários dos barcos que faziam **intercâmbio entre margens**, perante a inexistência de pontes. Na parte inferior da encosta, pela qual se estende a região aqui em estudo, historicamente marcado pela forte tradição fluvial, com realce para os **rabelos**, que faziam a ligação ao Douro Vinhateiro, destacam-se de igual forma os barcos de pesca e os **barcos de passagem**, que entraram em cadência em 1879, com a implementação das linhas de caminhos de ferro. A quebra não foi imediata, na medida em que a construção da linha era demorada.

No século XIX, a **emigração** era um facto cada vez mais comum em Portugal. Esta região não foi excepção. Nesta sociedade tradicional, **dependente de uma agricultura de subsistência,** a procura pela emigração era muitas vezes o meio possível para melhoria da qualidade de vida das famílias numerosas e do **escoamento dos seus produtos agrícolas**. Todos os anos, dezenas de jovens juntavam-se ao crescente número de portugueses que atravessaram o Atlântico, **rumo ao Brasil**, partindo do Porto.[12] Os residentes dependiam maioritariamente de trabalhos agrícolas, atividade industrial (artesanato local) , transportes (com relevo para os barqueiros do rio Douro (em cadência) e empregos nos caminhos-de-ferro... Confirmando assim, a **sociedade eminentemente rural**, com escassas ocupações complementares.[13] O acesso à cultura era muito débil e limitado. As poucas escolas que existiam eram instaladas nas casas dos mestres ou em espaços por eles alugados e pagos, uma realidade que perdurou pelas primeiras décadas do século XX. O mesmo aconteceu a determinada altura aos proprietários do objeto de estudo, também eles professores, que geriam uma pequena escola, na pequena casa da perpianho anexa.

"Não havia assim, o proletariado rural e a pequena burguesia limitava-se a alguns proprietários agrícolas empobrecidos, aos poucos comerciantes, aos pouquíssimos professores (...) A grande massa da população era a dos agricultores-caseiros, pelo que as relações se caracterizavam por uma enorme delicadeza e cortesia, mas também por uma sensível subserviência."[14]

Além das claras melhorias das condições de vida materiais e imateriais, há uma busca permanente pela **preservação do território** herdado e pela cultura que o interpreta. Pelos olhos de Jacinto, um novo Jacinto, "um homem tão pitoresco pela desorientação filosófica, é agora (...)bom sabedor das coisas da lavoura, percorria a quinta, em sólidas palestras agrícolas, prudentes e sem quimeras (...), já saído daquele ardente primeiro ardente fanatismo da simplicidade - entreabriu a porta de Tormes à civilização![15]

12. José Fernandes Alves, op. cit, pp. 104-7
13. Ibid, pp. 104-5
14. Albino de Carvalho, Op., Cit., p. 27-8
15. Eça de Queiroz, Op., Cit., p.162



[10] Casa da Aldeia, séc. XIII, Mesquinhata, Baião

As Casas e os Povoados

No livro Em torno de 1800-1910, José Fernando Alves, faz referência ao relatório de 1868 pelo governador civil do Porto que nos permite obter uma perspetiva geral de como era a região em meados do século XIX:

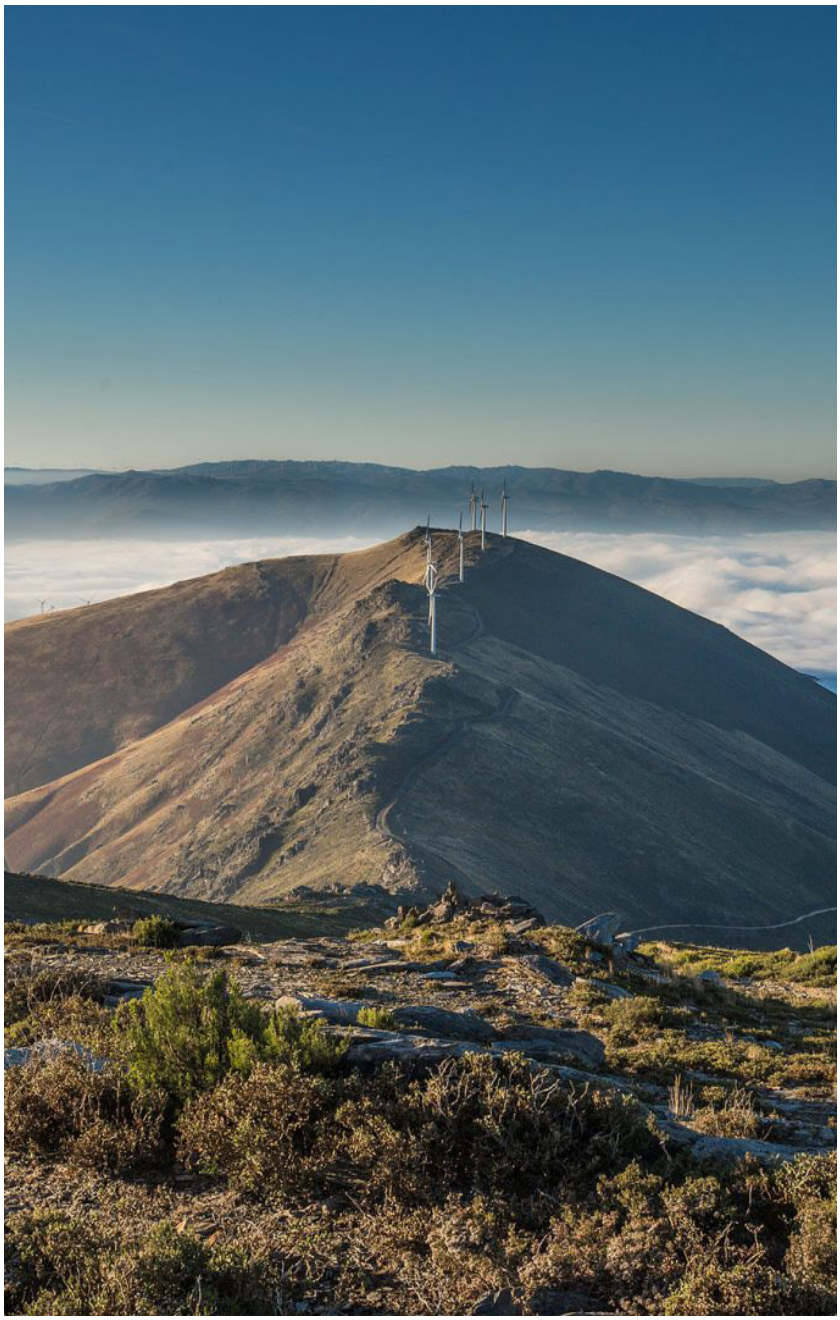
(...)grandes casas agrícolas e múltiplos rendeiros, apesar do sistema minifundiário prevalecer, um povoamento disperso num solo acidentado, eis os traços que predominam nessa imagem do concelho de Baião.[16]

No que diz respeito as casas dos caseiros da quinta de Tormes:

(...) Como todos os casebres da serra, e do Esgueira, era de grossa pedra solta, sem reboco, com um vago telhado, de telha musgosa e negra, um postigo no alto, e a rude porta que servia para o ar, para a luz, para o fumo, e para a gente. E em redor, a natureza e o trabalho tinham, através de anos, acumulado ali trepadeiras e flores silvestres e cantinhos de horta, e sebes cheirosas e velhos bancos roídos de musgo, e panelas com terra, onde crescia salsa e regueiros cantantes e videiras enforcadas nos olmos, e sombras e charcos espelhados, que tornavam deliciosa para uma écloga, aquela morada da Fome, da doença e da tristeza.[17]

Em suma, o quotidiano deste território era pautado, na maior parte dos casos, pelas tarefas ligadas à vida agrícola e aos usos do território. A igreja ocupava um lugar central na freguesia e nos espaços de uso coletivo. O **povoamento era disperso e marcado por grandes quintas e casas senhoriais.** E a emigração (já) fazia parte do quotidiano das famílias desta região e mantém-se nessa situação até aos dias de hoje.

16. José Fernandes Alves, "Baião – Em torno de 1910-2013: Território, Pessoas e Poderes", Câmara Municipal de Baião, 2017, pp. 87-8
17. Eça Queirós, op. cit, p. 135



[11] Fraga da Ermida,Serra do Marão, CMB



1.2

Baião

Estou sozinho, no mais alto cume abobraico, descarnado pelas chuvas de milhares de invernos. (...) A leste, levanta-se o Marão, uma serra lunar, ao nascer da lua: um túmulo enorme, sobre a qual pousa, por instantes a caveira fosforecente da morte (...) para sul e sudeste as serranias de além Douro, em vários tons roxos e azuis graduados pela distância. Para o acaso, o panorama espraia-se em pequenas ondulações até ao mar, que se avista apenas como espelho dos últimos raios solares... Não me apaga, na memória, a vastidão deste panorama, tumultuoso e exatico, em relevos fragorosos que se enternecem e azulam, no horizonte ocidental ou praia, lá onde a terra acaba...[18]

18. Teixeira de Pascoaes citado por João Belmiro Pinto da Silva e Paulinho Gomes, "Baião, Tradição e História", Anégia, 1997, p. 7



[12] Povoado de Mafómedes, 2019
Fotografia de Joaquim Freitas

Território e Paisagem

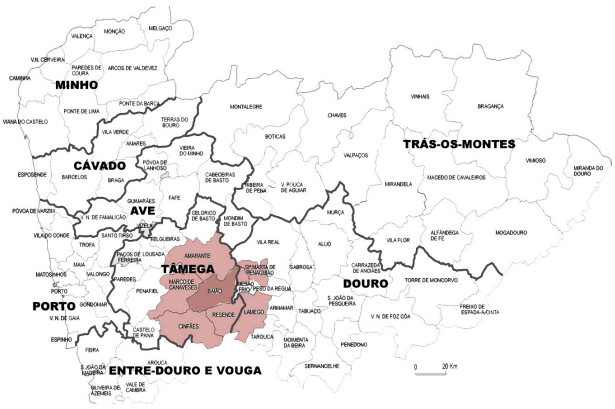
O objeto de estudo, a casa da Lavra, situa-se no centro do pequeno aglomerado que é a vila de Santa Marinha do Zêzere, no concelho de Baião, ainda pertencente ao distrito do Porto. O concelho é dividido em 14 freguesias, sendo estas constituídas por 43 **povoações dispersas e algumas quintas,** principalmente nas áreas viradas para o rio Douro, num território profundamente rural, marcado pela agricultura, e pela emigração. Insere-se na designada Região Demarcada do Douro Verde, no limite com a região do Douro Vinhateiro.

"De clima atlântico, temperado, fresco e muito pluvioso, é uma região predominantemente granítica com largas manchas de xistos, de terras regadas, sempre verdejantes, com uma vegetação variada, densa e profusa, onde se desenvolve uma policultura intensiva de cereal, pasto, horticultura, vinha (vinho verde) e oliveira."[19]

O território de Baião é constituído por uma **multiplicidade de panoramas paisagísticos**, sendo o rio Douro, indubitavelmente, o seu *ex-libris*. Caracterizado pela sua **heterogeneidade**, em grande parte devido a sua topografia e consequentemente, à forma singular de apropriação da paisagem pelo homem, da sua diversificada morfologia e da sua múltipla flora, que resulta numa paisagem completamente distinta e, sem dúvida, uma marca identitária *sui generis*:

(...) é cada vez mais um museu aberto, integrado em paisagens de sonho e que todos queremos ver, integrada também em cenários urgentes de desenvolvimento e progresso... Nela se entrecruzam realidades geográficas, sociais e culturais diversas, com matrizes do Entre - Douro e Minho na fronteira com Trás-os-Montes, onde predominam os socalcos e os vinhos verdes, e sobretudo um vasto espólio histórico, (...)[20]

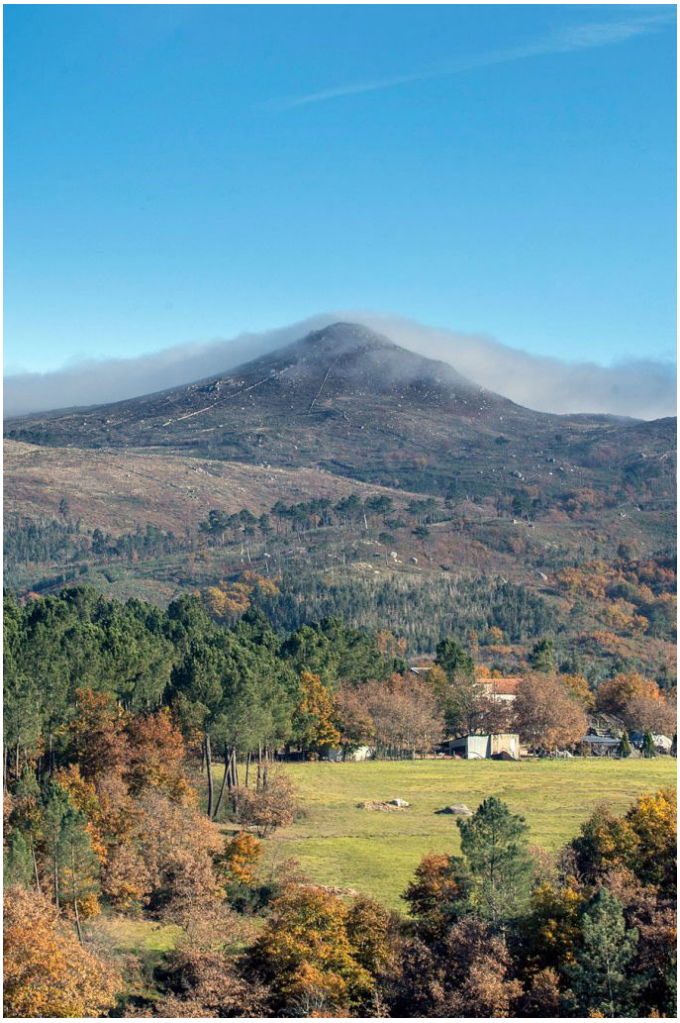
É um território de fronteira, definido por colinas e serras de circulação difícil, numa moldura de montanhas que se enquadra e destaca, com as serras da Aboboreira, Castelo e parte do setor ocidental da serra do Marão a marcar a sua extensão a norte e nordeste. No limite oposto é definido pelo encaixe com rio Douro, que demarca a ligação com as imponentes vertentes da serra de Montemuro. Atualmente ainda subsiste um modelo de ocupação tradicional entre Douro e Minho, em que as áreas agrícolas tendem a ocupar preferencialmente os fundos de vale.



[13] Enquadramento territorial de Baião

19. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Edições Dom Quixote, 5ª Ed, Lisboa, 2003, pp.25-6

20. Emília Silva, citada por João Belmiro Pinto da Silva e Paulinho Gomes, Op. cit.,1997,p. 7



[14] Serra do Castelo, CMB

É uma região que subsiste da ocupação intensiva do solo, combinada com circunstâncias históricas que comandaram à distribuição das terras que serve de base,

"(...) à dispersão das habitações em villas, quintas e casais na paisagem(...), ***não há verdadeiras aldeias, aglomerados em bloco; há casas espalhadas no meio das terras de cultura, ligeiros adensamentos em certos lugares esparsos, ou junto das estradas e caminhos, por vezes um pequeno núcleo que nunca chega a ser compacto(...)"***[21]

Conferindo a este território um carácter heterogéneo sobre o ponto de vista regional que nos importa ressaltar. As transformações sofridas nesta paisagem, desde o bosque original, envolveram a prática de uma agricultura por entre os vales e encostas, aproveitada em socalcos, onde subsiste predominantemente o Carvalho, o Pinheiro Bravo e o Eucalipto, utilizados na arquitetura local.

Analisando a principal rede hidrográfica do concelho, entende-se que esta se relaciona inevitavelmente às suas serras e nascentes, destacando-se o Rio Ovil com origem na Serra do Castelo e localizado na freguesia de Loivos do Monte; o Rio Teixeira que nasce na Serra do Marão e o Ribeiro do Zêzere que também nasce na Serra do Castelo. Todos estes rios desaguam no Rio Douro.

Na tentativa de salvaguardar este potencial, o município, tem como objetivo uma estratégia que promove os seus recursos naturais e culturais.

A riqueza e a diversidade cultural, patente em casas solarengas, igrejas, pontes, sítios pitorescos, artesanato, literatura, etnografia e folclore, fazem parte da nossa memória coletiva, cujo desconhecimento a todos distancia das raízes profundas da nossa identidade.[22]

21. Ibid, p.26
22. Emília Silva, citada por João Belmiro Pinto da Silva e Paulinho Gomes Op. Cit., 1997, p. 7



[15] Encosta do Douro, Ermida, CMB

"Leitor, que não a conheces, toma o teu kodak, ou a paleta das tuas tintas, e vem comigo.Esta verdejante ladeira, que, em caprichoso anfiteatro, se estende, desde a estação da Ermida, lá até ao alto, é já um trecho desse rincão abençoado.(...) ... Três quilómetros andados. Quantas vezes assestaste, instintivamente, a tua pequenina máquina fotográfica, ou traçaste, com a bengala, à guisa de pincel, enigmáticas linhas no espaço? É que a tua alma já encontrou inúmeros motivos para um clichê ou para um formoso quadro.[23]

23. Albino de Carvalho, Op. cit., p.129

Encosta do Douro

As encostas do Douro nesta região constituem uma paisagem que se desenvolve desde o rio Douro até sensivelmente os 400m de altitude, abrangendo oito das catorze freguesias do município, incluindo o pequeno aglomerado aqui em estudo, fazendo deste tópico imprescindível ao território que se pretende analisar.

Apesar do vigoroso relevo onde os cursos de água assumem um forte encaixe, esta área apresenta várias diferenças na localização dos aglomerados habitacionais, numa paisagem que atualmente mistura os **traços de modernidade e ruralidade**. Ao longo do tempo assumiu-se como um pólo de atração, devido ao vasto **património cultural e natural**. Com efeito, nas encostas do Douro situam-se três das mais populosas e historicamente importantes freguesias de Baião, designadamente Ancede, Santa Cruz do Douro e Santa Marinha do Zêzere, salientando-se que desde o recenseamento de 1864 só em 2011 esta última foi ultrapassada por Campelo (sede de concelho) em número de habitantes, o que reflete a influência do rio nos modos de viver e habitar o território desta região.

Se em termos físicos este território pode considerar numa área de transição, também do ponto de vista socioeconómico ocupa uma posição de charneira: integrando a sub-região de Baião na Região Demarcada dos Vinhos Verdes (RDVV)[24], em que se inserem também os concelhos de Resende e Cinfães em confronto com a Região Demarcada do Douro (RDD).[25]

Os socalcos agrícolas, onde **a vinha assume já uma expressão significativa**, traduzem a influência da proximidade da Região Demarcada do Douro, acentuada ainda pela presença de **várias quintas e casas senhoriais** – muitas delas aproveitadas para turismo rural – testemunhos de uma época em que este sector sul do município assumiu grande destaque devido à acessibilidade ao rio e da linha de caminhos-de-ferro.

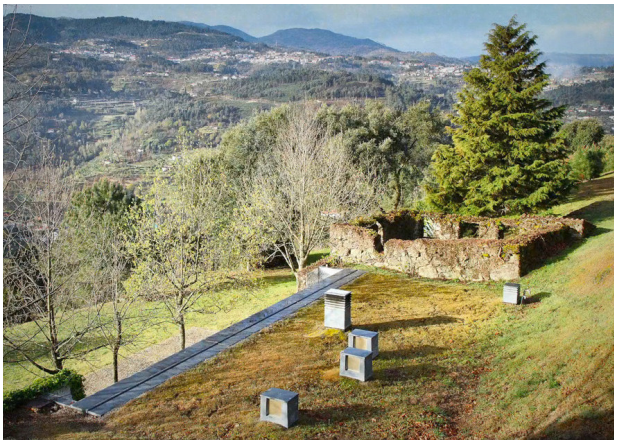
O centro da vila de Santa Marinha do Zêzere mostra-se como um núcleo 'urbano' secundário, devido ao afastamento de 5 kms do rio, sendo os restantes sítios classificados como estruturas rurais importantes, de que são exemplo os povoados que se localizam nas imediações da margem do Douro, indicando uma posição estratégica em termos de acessibilidade (ligação ao transporte fluvial e caminho de ferro), no caso Mosteiro, Ermelo ou Caldas de Aregos. Destacando-se a facilidade de circulação de produtos e pelo intercâmbio comercial.



[16] Rede hidrográfica do Concelho

24. As sub-regiões que integram a RDVV, encontram-se discriminadas na Portaria nº 28/2001 de 16 de Janeiro de 2021

25. As áreas que integram a RDD, estão definidas no Decreto-Lei nº 254/98 de 11 de Agosto; Pertence à Lista do Património Mundial da UNESCO na categoria de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva desde 14 de Dezembro de 2001









[17 - 20] ***Casa de Baião, 1993***
Eduardo Souto Moura
Ribadouro, Baião

As Casas

Pela efemeridade e falta de preservação das casas de cariz popular, inicia-se esta abordagem com recurso ao *Inquérito da Arquitectura Popular em Portugal*[26] e ao livro *Arquitectura Tradicional Portuguesa* que condensa as pesquisas de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, sobre a arquitectura popular em contexto rural.

A topografia, o solo, o clima, os costumes e tradições[27] , distintos de região para região, apresentaram-se, assim, como **critérios definidores das composições arquitetónicas**, que condicionam e determinam não só os **materiais empregues na construção, mas também as formas, usos, tipologias e a integração das construções no território, mantendo o costume de acavalar a residência em qualquer acidente do terreno.**[28]

Através do Inquérito podemos perceber que os materiais exercem na composição da arquitetura popular um critério fundamental, utilizados de acordo com a abundância no meio envolvente à construção, conferindo uma harmonia com o meio e refletindo, assim, uma **continuidade visual e formal entre o lugar e o objeto**, em correlação entre o território e arquitetura. Importa-nos, para pertinência deste estudo, analisar a zona II[29] , constituída pela província de Trás-os-Montes e Alto Douro, considerada no Inquérito como uma das sub-regiões que compõem a mancha mais a norte de Portugal. Sendo que nesta sub-região existe a necessidade de direcionar o foco para a zona de influência do rio Douro, dito com uma *individualidade própria*[30] , por ser a que abrange o território em análise. Ainda que os limites estejam definidos por uma linha quebrada entre Amarante e Cinfães e Baião e se encaixe naquilo que é o limite Este da zona I, muitos dos *elementos específicos das duas regiões se agregam e confundem*.[31]

Os exemplares da arquitetura registados na zona II caracterizam-se em dois tipos de **formas dominantes no território:** uma primeira, relativa aos **núcleos de povoamento perfeitamente individualizados** na sua expressão, representação mais pura dos costumes nativos em correspondência absoluta para com a paisagem local;[32] e uma segunda que corresponde às mais rebuscadas formas, **um 'casarão' que mimetiza gestos palacianos,** desvinculando-se, por vezes, face aos valores e características locais. A existência destes dois tipos predominantes surge em consequência das distintas formas de viver locais.

26. O Inquérito à arquitetura portuguesa desenvolvido entre os anos 1955 e 1960 e foi apresentado pelo Sindicato dos Arquitetos em 1961 com o título "Arquitetura Popular em Portugal", tendo como principal objetivo o levantamento e inventariação, de forma ordenada e racional, do conhecimento acumulado ao longo dos tempos e das construções populares e vernaculares que, intuitivamente, se foram realizando em território português, com o objetivo de apreender, analisar e definir as características únicas de cada uma destas regiões num processo de catalogação, identificação e caracterização, fundamentalmente para se conhecer e entender a realidade da arquitetura nacional.
27. Associação de Arquitectos Portugueses, "Arquitectura Popular em Portugal", Associação de Arquitectos Portugueses, 2ª ed, Lisboa, 1980, p. XXII
28. Ibid, p.38
29. Ibid, pp. 115-215
30. Ibid, p. 115
31. Ibid
32."O povoado assim formado é pequeno: uma dúzia de casas de habitação: a venda, a escola, a igreja e o adro, as ruas com um ou outro larguinho e em torno das terras, tudo causa e efeito da vida e morte do labrador que o habita",
Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, op.cit, 2003, p. 25



[21] ***Casa dos caseiros na Quinta de Guimarães***
Santa Marinha do Zêzere, Baião



[22] ***Casa do Outeirinho, séc. XIX***
Loivos do Monte, Baião

O primeiro tipo resulta das economias locais, mais ou menos auto suficientes, e o segundo, é fruto da apropriação de carácter senhorial ou religioso e de uma crescente burguesia com interesses num gosto exuberante.[33] Importa, para este estudo, sobretudo a segunda tipologia, por apresentar uma maior concordância com o perfil do objeto de estudo, de clara influência palaciana. No entanto, por se inserir num território profundamente rural, é impossível dissociar completamente as duas tipologias, considerando-se primordial, o estudo da primeira tipologia, para entendimento da subsequente.

As Casas Tracicionais

"A casa popular é um dos mais significativos e relevantes aspetos da humanização da paisagem, em que, na sua grande diversidade de tipos, afloram, com particular evidência, numerosos condicionamentos fundamentais - geográficos, económicos, sociais, históricos e culturais - das respetivas áreas e dos grupos humanos que as constroem e habitam. é evidente que ela pode considerar-se um produto imediato das relações do homem com o meio natural que o rodeia; e, como tal, traduz este último na sua diferenciação regional."[34]

No geral, a casa, na sua volumetria e nos elementos que a compõem, demonstram sempre cunho pessoal e intimista de quem nela viveu, concorda em escala com a medida do Homem e, da mesma maneira, com o meio envolvente onde se insere, sendo que, este influencia e condiciona a sua forma, *tudo é irregular e íntimo*[35] . De um modo geral podemos dizer que casa popular nortenha é geralmente constituída por dois pisos: um térreo (destinado a lojas) e um piso elevado, que constitui a habitação propriamente dita.

A casa popular na área rural Atlântica, e de acordo com o tipo nortenho geral (...), é uma construção de rés-do-chão e andar, contendo no térreo as cortes ou aidos, estábulos, currais e pocilgas para os animais, a adega ou o lagar, as tulhas, o palheiro e arrumações diversas (...). [36]
No caso do piso elevado são *os aposentos para as pessoas, ou seja, os quartos e a sala; a cozinha ora se situa aí, ora é térrea conforme os casos; estes dois pisos são sobrepostos, mas, (...) em regra independentes, acentuando a característica dualidade de funções respetivas.*[37]

O acesso é feito através das escadas exteriores, normalmente *de pedra, encostadas ou perpendiculares à fachada, em casos mais raros de dois lanços, com patamar em frente à porta*[38] , uma varanda, que constitui um novo espaço de transição entre interior-exterior. Utilizado como local de passagem e como local de permanência e usufruto, dando-se, assim, uma transposição da vida familiar do interior para este novo espaço, como que de uma própria dependência da casa se tratasse, constatando-se assim que *se a casa é um mundo, a varanda é um pequeno mundo dentro desse mundo*[39].

33. Arquitectura Popular em Portugal, Op. Cit, p. 118
34. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, Op. cit, p.13
35. Arquitectura Popular em Portugal, Op. Cit, p. 122
36. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, Op. cit, p.27
37. Arquitectura Popular em Portugal, Op. Cit, p. 122
38. Ibid
39. Ibid p.140

A utilização da escada e da varanda formularam assim um espaço de vivências, transportando *para a rua alguma coisa da própria vida familiar, não só representa pelo extremamente variado mostruário de objetos que as guarnecem, como de outros tantos que se abrigam, descuidadamente, sob as sombras cavadas pelo balanço das construções*.[40] De dimensões variáveis, aberta, larga e comprida, de pedra ou de madeira, junto da fachada principal da casa, coberta pelo telhado, que desse lado desce e pousa nos prumos de madeira ou nas colunas de pedra.

Normalmente, a casa localiza-se à face do caminho, definido pelos muros que separam as diferentes propriedades do espaço público. Através destes muros, realiza-se o acesso ao quinteiro, um espaço exterior, de receção, a partir do qual se comunica com a habitação e as suas dependências. As ramadas surgem frequentemente a cobrir o quinteiro, ou encostadas à habitação, garantindo um sombreamento eficaz, particularmente importante nos meses mais quentes. Os muros e paredes, compostos pela simples sobreposição destas pedras apresentam as suas várias tonalidades naturais, desprovidas de qualquer tipo de revestimento ou tentativa de ocultar a sua materialidade rústica, *verifica-se uma certa forma sabia de deixar falar os materiais.*[41]

Esta evidente influência do meio natural na habitação revela-se sobretudo na natureza dos materiais[42] utilizados na sua construção. As casas são de pedra, da própria região, extraída das proximidades do local e por isso, a paleta cromática exterior destas casas resume-se às cores do granito e do xisto pois são os principais materiais empregues na construção. Nas zonas do granito, como é o caso do objeto de estudo, a pedra pode ser mais ou menos aparelhada, *em grandes blocos quadrangulares de perpianho dispostos em fiadas horizontais, todos da mesma altura em cada fiada, e apenas com as juntas caiadas ou pintadas*.[43] Acrescenta-se que quando são "*rebocadas e caiadas exteriormente, e frequente mostrarem um rodapé de cor, geralmente cinzento, e cunhais, beirais, e guarnições de portas e janelas de cantaria, perpianho ou alvenaria.*[44] A madeira também adquire um forte protagonismo, devido à sua abundância e às inúmeras possibilidades de aplicação, forma fácil de manuseamento e travamento. A sua utilização mais pronunciada dá-se na estrutura da cobertura, que é composta por asnas ou simples caibros e varas de madeiras, que se apoiam diretamente nos barrotes, com pendentes consoante as condições atmosféricas e climáticas da região onde é construído o edifício.

Em suma, na análise do Inquérito à Arquitetura Popular e aos estudos da Arquitetura Tradicional Portuguesa, pode-se concluir que à casa popular se pode dividir em três variantes formais[45] distintas entre si:

A de composição mais simples: unicamente por uma dependência - a loja; a de composição intermédia: representativa da casa com alpendre, moldada em continuidade com as casas vizinhas; e por fim, a de composição mais complexa: que não prescinde do pátio/eira, que serve de ligação às dependências que se foram justapondo a ela. Nem sempre o pátio/eira é aberto. Depende da envolvente e das "contingências do tempo".

40. Ibid, p.138

41. Ibid, p.144

42. "O granito, o reboco e a cal são os materiais elementares dessa arquitectura de ascendência italiana", Arquitectura Popular em Portugal, Op. cit., p.19

43. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, op.cit, p. 31-32

44. Ibid, p.31

45. Arquitetura Popular em Portugal, Op. Cit., p.171

Destacam-se também, no registo feito pelo Inquérito na zona norte, para além das tipologias habitacionais, uma multiplicidade das construções para a produção agrícola/animal, entre elas os espigueiros, sequeiros, eiras, moinhos, fornos, etc., assim como, construções de carácter religioso. Esta variedade de edificações traduz uma infinidade de formas e de distintas características, contudo, todas elas demonstram simplicidade, de feições marcadamente rústicas e em relação para com a escala humana e cânones da vida rural. Por fim, observa-se a existência de elementos decorativos pontuais no alçado que, apesar de discretos, contrastam com a superfície homogénea da pedra.[46]

Pode-se acrescentar que a casa popular do Norte é pobre, sem qualquer reboco e caiação e muitas vezes sem argamassas. De certo modo, a miséria e a modéstia do povo reproduz-se na austeridade da construção. A economia de meios que condiciona a arquitetura popular traduz-se, portanto, numa arquitetura despojada relacionada com o *carácter da nossa gente (...) – qualquer coisa difícil de definir com rigor, mas que assim mesmo teve poder bastante para domesticar os desvarios plásticos do Barroco e torná-los, entre nós, humildes na sua exuberância.*[47] Para além dos casos particulares e situações excepcionais que são variações à regra, importa considerar que a tipologia aqui apresentada está sempre sujeita ao fator temporal, e às mudanças que ele comporta[48] e "*Nem sempre e em todos os casos se encontra traduzido à letra este somatório de características. Há que admitir que a diversidade do meio, das pessoas e até dos tempos leva a resultados únicos, posto que filiados em sistemas comuns.*[49]

A SUB-REGIÃO DO DOURO: AS VARIAÇÕES À REGRA

Como referimos anteriormente, a região do Douro foi alvo, por parte do Inquérito, de um estudo particular, no subcapítulo da zona II. Experimentou-se *um outro plano de análise do fenómeno arquitetónico* [50] que reflete a: *zona em que o homem conseguiu, mediante esforço sobre-humano, tirar algo de notável, ainda que pago a um preço que raros homens têm a coragem de dar.* [51]

Relativamente à forma como se distribuem as construções na região do Douro, pode-se estabelecer as seguintes distinções[52]:

• Construções que pertencem à unidade de exploração agrícola - a quinta;
• Os povoados pobres, mais simples e rústicos;
• As povoações de cunho marcadamente comercial;
•As construções, espalhadas pelo território, estabelecem relações com os caminhos e estradas principais.

46. Ibid, p. 32
47. Ibid, p.XX
48. "É, porém evidente que a casa não é um elemento estático; como todos os elementos culturais, ela é sujeita a evolução e transformação, seja pela ação de novos fatores exteriores, influências e difusões, seja-o mesmo pela ação de uma dinâmica interna, reflexos de mutações gerais, invenções pessoais ou de grupo, etc. Mesmo nestas formas tradicionais, ela constitui o produto de uma evolução lenta a partir de certas formas primordiais remotas, de que aliás perduraram muitos elementos. De facto, ao longo dos tempos foram surgindo modificações de maior ou menor vulto, que se enxertaram nas formas primitivas, e que traduzem seja uma melhoria ou economia da construção, o seu melhor ajustamento às circunstâncias, a progressiva ascensão social e técnica, geral e individual, a evolução da cidade e também a satisfação de sentimentos estéticos." Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, Op. Cit, p.367
49. Arquitetura Popular em Portugal, Op. cit., vol. 1, p. 41
50. Ibid, p. 179
51 .Ibid
52. Ibid, p.180





[23-24] ***Casa da Roupeira, séc. XVIII - XIX***
Santa Leocádia, Baião

Dispondo-se estas construções no território em duas formas: de tipo dispersivo, que caracteriza a zona baixa do Douro; e do tipo concentrado, como consequência dos processos de trocas comerciais.[53]

Do registo dos pequenos núcleos dispersivos e das povoações já mais desenvolvidas, denota-se uma característica comum evidente que se traduz numa influência proveniente dos meios urbanos tais como: maior dimensionamento dos vãos; varandas envidraçadas; reboco de cal; uso da telha e da cor; a introdução de elementos, de forma exposta, não locais, como lousas, chapas de zinco e outros produtos industriais...[54] Elementos descontextualizados face à linguagem nativa da construção neste território, imprimem ao ambiente uma componente evidentemente não local.[55] Constata-se, então, uma perda gradual dos costumes e hábitos construtivos e técnicas locais, que se veem substituídos por outros que em nada se relacionam com a envolvente ou com a tradição da região.

No que diz, então, respeito às casas desta região do Douro, impera a construção em granito, as casas são caiadas e rebocadas. As fachadas são lisas, marcadas por uma fileira de janelas, os telhados — por vezes marcados com beiral — são normalmente de quatro águas, caiados de branco ou alternam com a cor da telha. O componente arquitetónico mais singular desta região é o andar em tabique, habitualmente em ressalto, sobre as paredes de pedra estruturais. Estes tabiques, no sistema de fasquio, tanto caiados de branco como revestidos a lousa, constituem um pequeno andar da casa, coberto pelo seu telhado normal, ou um acrescento saliente, coberto por duas águas muito inclinadas com entablamentos rendilhados. Aqui também a varanda aparece com alguma regularidade, tanto apoiada em grandes pilares de pedra como situada a meio da fachada, saliente ou recolhida, coberta pelo telhado da casa.

A cozinha tanto fica situada no piso térreo como no andar nobre, incorporada no bloco da casa ou situada numa ala saliente, sendo nesse caso térrea e de telha-vã.

As escadas de acesso são geralmente exteriores, em pedra e rematam numa varanda aberta que serve de logradouro, sendo também comum existir uma escada interior da adega para a cozinha. Tipicamente, nestas casas de maior qualidade arquitetónica, existe uma chaminé larga numa fachada de topo, que no interior resulta numa lareira coberta por uma grande saia da chaminé, onde são pousadas as tigelas da sopa dos trabalhadores.[56]

53. "O povoado assim formado é pequeno: uma dúzia de casas de habitação: a venda, a escola, a igreja e o adro, as ruas com um ou outro larguinho e em torno das terras, tudo causa e efeito da vida e morte do labrador que o habita",
Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, Op.cit, p. 25

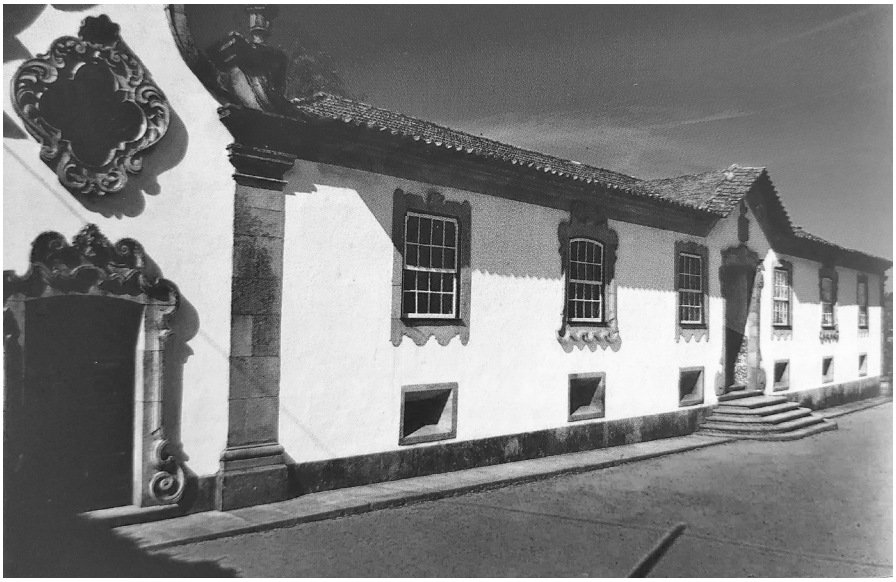
54. Arquitetura Popular em Portugal. Op. cit., p.184

55. Ibid, p.185

56. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, Op.cit, 2003, p. 123







[25] Casa de Reguengo das Casas Novas, Santa Marinha do ZÊzere, séc. XVIII, CMB
[26] Casa de Penaventosa, Campelo, solar do séc. XV, CMB
[27] Casa de Penalva, Ancêde, séc. XVIII, CMB

As Casas Principais - Nobres ou Solares

Numa paisagem claramente marcada pelo regime senhorial, a morada nobre/burguesa constitui-se como um elemento patrimonial que se destaca neste território, por entre vales e ruínas edificadas . A distribuição não é uniforme. As diferenças que se observam traduzem um padrão ou padrões que decorrem de distintas formas de organização do território e da ocupação humana do espaço.

Numa visão alargada a todo o concelho, a área das freguesias que possuem apenas duas, uma ou nenhuma referência a casas principais, nobres ou solares ocupa as paisagens de cimo das serras que dominam a área correspondente à Serra do Marão, Aboboreira e Castelo, há exceção de locais acompanhados de grandes vales, como é exemplo na aldeia de Mafómedes.

A implantação das grandes casas, opta pelo mais comum entre as outras habitações e lugares: a meia encosta, sobranceira aos vales, na transição entre os terrenos de cultura e o monte, não se isolando nem adotando condições topográficas particularmente aptas à defesa.

De modo geral, a casa principal é a maior construção da quinta mas nem sempre assume uma posição de destaque na paisagem, independentemente das dimensões da propriedade. São unidades construídas passo a passo, de acordo com as possibilidades do proprietário e não variam muito no que diz respeito à sua estrutura básica.

À semelhança do que foi referido anteriormente, as quintas tiram proveito das encostas do Douro, sendo construídas casas de dois pisos, de planta retangular, em que o térreo é composto pelas dependências vinícolas e o andar integra o espaço de habitação.

Progressivamente, as dependências agrícolas foram sendo completamente separadas da casa dos proprietários, dando-lhes assim maior estatuto e preponderância relativamente ao conjunto em que se inserem, o que permitiu o desenho de plantas cada vez mais complexas.

No que respeita às construções fidalguias, são desenraizadas face às construções populares locais, fruto de um *gigantismo tosco (que) é muito mais compreensível como expressão corrente do poderio (...) Sedas e fitas, entrelaces e meneios, é que só mesmo pela mão de quem não tinha os pés na terra onde vivia e deixou escapar por entre os dedos, a única riqueza que detinha: a compreensão da terra e dos homens.*[57]

No caso da vila de Santa Marinha do Zêzere, no vale da ribeira do Zêzere, pela sua proximidade ao rio Douro, são inúmeros os exemplos de grandes quintas, com "casarões" exuberantes. Destacam-se, pela proximidade ao objeto em estudo, a casa de Guimarães, a casa da Ermida, d'Entreáguas, do Reguengo das Casas Novas e Tormes.[58]Atualmente, algumas emprestam a sua fidalguia de bem receber ao turismo de habitação.

57. Arquitetura Popular em Portugal, Op. cit., p. 186

58. Estes exemplos como outros pertencentes ao concelho de Baião, estão documentadas no livro "A descoberta de Baião - Casas senhoriais" , Câmara municipal de Baião, Imprensa do Douro, 2004



Casa de Tormes

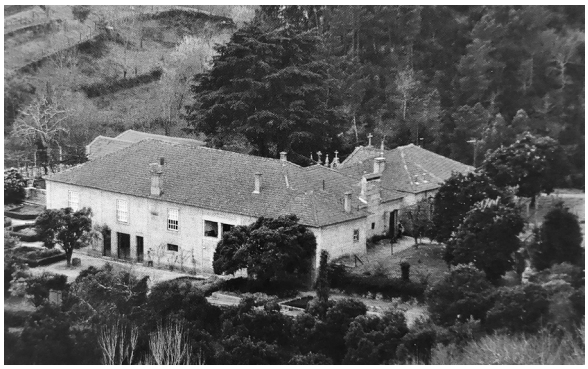
A Casa de Tormes constitui um exemplo à parte e único. Hoje, Fundação **Eça de Queiroz**, datada do início do século **XVIII**, localiza-se na encosta do Rio Douro [12], na vizinha freguesia de Santa Cruz do Douro, em perfeita consonância com o meio envolvente. Faz parte da Quinta de Tormes, que distribui os seus campos ao longo da encosta. O acesso à casa principal é delimitado pelos muros de granito e pelo portão [12]. O terreiro (pátio fechado) [12] e a varanda, fazem a transição entre a casa e a capela de Santo António (anterior à construção do edifício), com acesso também pelo exterior.

Trata-se de uma casa de carácter senhorial, de dois pisos, no rés-do-chão, funcionava a adega da quinta e no andar superior a zona da habitação. O volume principal em "L" é, a nível do primeiro andar, prolongado para dar lugar a uma cozinha tradicional, com uma grande lareira.

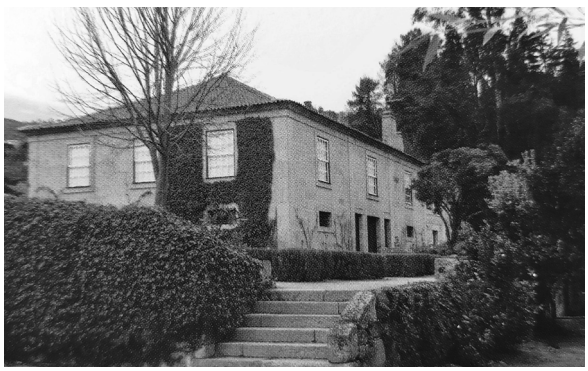
No interior, as paredes são de pedra, os tetos apainelados em forma de maceira, em carvalho ou castanho e as janelas conservam as maciças **portadas de madeira** com grandes fechos. A organização interna, caracteriza a maioria das casas senhoriais daquela altura nesta região, com **compartimentos pequenos e salas grandes.**

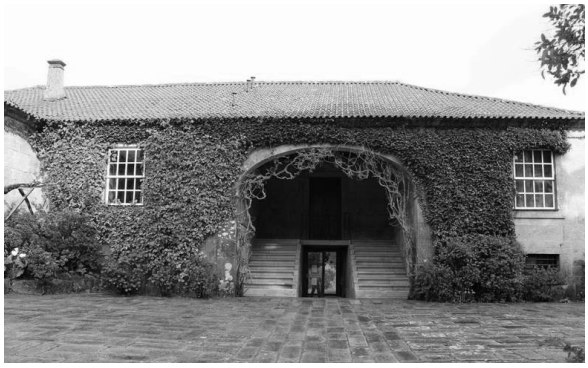
A casa é construída em sólido **granito aparelhado**, com fiadas de igual altura e faces perfeitamente talhadas. Neste momento revestido a verde, pela vegetação entrelaçada. [12] A fachada [12] com um arco de grandes proporções, contém, imediatamente abaixo, duas escadas paralelas, que nos conduzem a um varandim, na entrada da casa. O arco é ligeiramente abatido sobre as ombreiras sob forma de **pilastras semi-salientes**. De simples conceção, com a fachada despida de qualquer ornamentação, com exceção das pilastras semi-salientes que rematam os cunhais. [12] Ao contrário do seu interior, muito rico, com uma varandim em madeira, que resguarda o coro, um pequeno retábulo barroco de dois andares, em talha dourada.

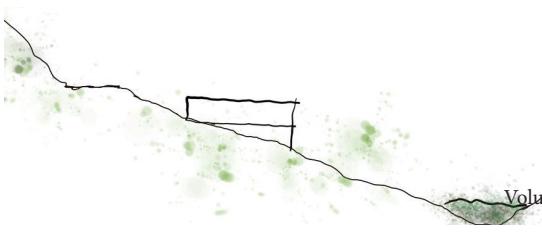












Localização e envolvente **[28]**
Entrada Principal **[29]**
Volume e fachadas Norte e Poente **[30]**
Fachada Sul e Poente **[31]**
Fachada Principal a Nascente**[32]**











Casa de Guimarães

Situada na freguesia de Santa Marinha do Zêzere, a casa de Guimarães, ergue-se no meio de uma magnífica quinta com localização privilegiada e sobranceira sobre o Douro. Trata-se de uma casa do séc. XVIII, com uma enorme escadaria dupla na fachada principal.

É também uma casa de carácter senhorial, com rés-do-chão, destinado ao armazenamento de produtos alimentares e vinícolas, e primeiro andar para habitação. O interior, compartimentado entre os pequenos quartos e as grandes salas, tem na sala principal, o teto abaulado de pintura original, característica do século XVIII, destacando-se ao centro o brasão dos Fonsecas. Trata-se de uma casa com paredes de granito, rebocadas a branco, à semelhança da casa de Tormes.

O alçado complementa-se com a fachada da capela da Nossa Senhora da Conceição, no interior podemos contemplar a restaurada tribuna de talha dourada do século XVII adquirida à junta de freguesia, pertencente a capela-mor da igreja paroquial de Santa Marinha do Zêzere. A fachada sul, desfruta de um panorama fantástico que abrange Resende e o Douro e os belos jardins à francesa, que com traçado geométrico, formam desenhos de arabescos geométricos feitos de arbustos resistentes, meticulosamente podados.



[33] Localização e envolvente da quinta
[34] Fachada Sul
[35] Vista a Norte
[36] Fachada da Igreja a Norte
[37]Fachada Sul

Casa d'Entreáguas

A casa d'entreaguas, vizinha ao objeto de estudo, trata-se de uma espaçosa e fidalga casa do séc. XVIII, integrada numa das mais bonitas propriedades rurais de todo o concelho, abrangida por dois ribeiros (o Patacão e o Zêzere), daí a razão do seu nome. Situa-se, na margem esquerda do ribeiro do Zêzere, no lado oposto ao objeto de estudo. O acesso a casa é feito através de uma enorme escadaria e varanda na fachada principal. A propriedade é delimitada em parte por área florestal e pelas vinhas.

À semelhança dos casos retratados anteriormente, tratava-se de uma habitação com o piso da cave destinado a produção vinícola e armazenamento de bens alimentares e piso superior destinado a habitação. Atualmente, fruto de uma intervenção, ambos os pisos são destinados a habitação, tendo ainda sido incorporado um sistema de águas furtadas. A fachada principal, virada a sul, tem uma extensa fila de janelas, estando a fachada norte abrangida por uma confortável varanda alpendrada que dá acesso à porta de entrada. O salão de entrada tem um teto abaulado com o brasão da família Moura Coutinho entalhado. Do lado nascente, estende-se a larguíssima eira de pedra, a maior de todo o concelho, com o seu alpendre, hoje transformado na casa de um dos herdeiros da família.

No alto da quinta, no interior daquilo que é hoje uma área florestal pertencente à quinta, existe a capelinha de Santo António, hoje em claro estado de abandono, certamente pela dificuldade de acessos.









Localização e envolvente **[38]**
Entrada Principal **[39]**
Volume e fachadas Norte e Poente**[40]**
Fachada Sul e Poente **[41]**



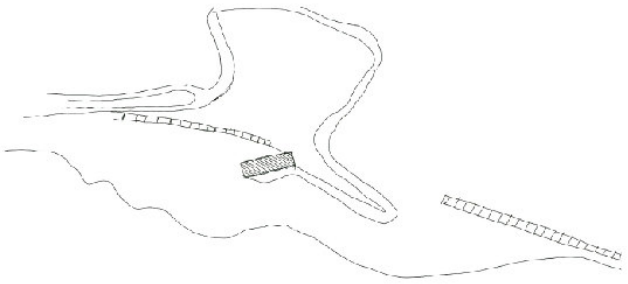






Casa da Ermida

Em suma, podemos deste modo afirmar que, a casa principal, é a maior construção da quinta mas nem sempre assume uma posição de destaque na paisagem, independentemente das dimensões da propriedade. São unidades construídas passo a passo, de acordo com as possibilidades do proprietário e não variam muito no que diz respeito à sua estrutura e tipologia. À semelhança destes exemplos, o objeto de estudo, incorpora algumas das características das construções de carácter senhorial em contexto rural: trata-se de uma habitação constituída por dois pisos, de planta retangular, em que o térreo é composto pelas dependências vinícolas e os sobrados superiores integram o espaço de habitação propriamente dito. Com uma grande lareira para secagem do fumeiro.



[42] Localização e envolvente
[43] Entrada Principal
[44] Volume e fachadas Norte e Poente
[45] Fachada Sul e Poente



Rede viária principal
Rede viária secundária
Ribeira do Zêzere



Ocupação do território
Rede de equip. públicos
Ribeira do Zêzere



Mancha da cupação do território
Ocupação florestal e/ou agrícola
Ribeira do Zêzere

[46] Esquemas da organização territorial de Santa Marinha do Zêzere

1.3

SANTA MARINHA DO ZÊZERE
[O LUGAR]

"Um termo concreto para falar em ambiente é lugar. Na linguagem comum diz-se que atos e acontecimentos têm lugar. Na verdade, não faz o menor sentido imaginar um acontecimento sem referência a uma localização. É evidente que o lugar faz parte da existência. Então, o que se quer dizer com a palavra 'lugar'? É claro que nos referimos a algo mais do que uma localização abstrata. Pensamos numa totalidade de coisas concretas que possuem substância material, forma, textura e cor. Juntas, essas coisas determinam uma 'qualidade ambiental' que é a essência do lugar.[59]

Resultado da ação da interação do homem com a natureza, surge um novo desígnio no território, o lugar. Conceito este que deriva da junção dos fatores dominantes do espaço e da arquitetura. Como referimos anteriormente, o objeto de estudo, insere-se num território em que o lugar é modelado mediante diferentes representações do espaço, dos usos, das pessoas e da época histórica em que se insere, muitas vezes numa perspetiva de usos e necessidades, quase oposta, seja pela abertura de um novo caminho, de nova tecnologia, ou pela simples mudança da rotina quotidiana.

Na articulação entre as Serras do Marão, e Aboboreira, Castelo de Matos e o Rio Douro, nasce o lugar de Santa Marinha do Zêzere, uma pequena freguesia, marcada pelas igrejas e capelas (na sua maioria particulares), pelas suas casas de pedra granítica, grandes quintas, cujas marcas ainda são hoje evidentes na paisagem, umas em ruínas, outras recuperadas, valorizadas e funcionais para novos usos, nomeadamente para turismo de habitação.

O quotidiano, para a maioria das famílias é, ainda hoje, sobretudo passado à volta da agricultura, num ambiente de habitações degradadas pertencentes às grandes quintas ou aos senhorios, integrados numa estrutura agrária subdesenvolvida. O setor primário continua a dominar a economia do concelho, sendo a agricultura a principal atividade nas várias freguesias: talvez o prolongamento desta identidade advenha da persistência da subsistência, da pobreza, do escape da emigração, do atraso tecnológico e da mercantilização da produção agrícola que foram retardando o processo de modernização e de ruptura com o sistema tradicional.[60] Nos solos férteis cultivam-se cereais, produtos hortícolas, frutas e vinhos. A pecuária e a exploração florestal também estão presentes e, juntamente com alguns serviços, o pequeno comércio, a pequena indústria, nomeadamente de confeções e a construção civil, completam o quadro económico desta região.

Os três cursos de água existentes no concelho, Ovil, Teixeira e Zêzere, têm em comum vários aspetos como a prática da pesca e os muitos moinhos que se localizam ao longo do seu percurso encontram-se desativados, uns até em ruínas, dada a melhoria das condições de vida da população com o surgimento de novas técnicas na agricultura e ao desenvolvimento de novas atividades profissionais.[61]

59. Christian Norberg-Schulz, "O fenómeno do lugar", citado por Kate Nesbitt, "Uma nova agenda para a arquitectura: antologia teórica", 1965-1995, São Paulo, Cosac Naify, 2006, pp. 444-5
60. José Mattoso, "Portugal o sabor da terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões", Círculo de leitores, 2013, p. 140
61. José Fernandes Alves, Op., Cit., 2017, p. 76



[47] Enquadramento do território, Santa Marinha do Zêzere , 2021

(...) De um olhar que se alinha por alturas elevadas, marcado por visões de encostas e vales, de socalcos em cascata e vertentes fortemente inclinadas, de raios de sol que jogam com projeções de sombra das montanhas, das florestas que sussurram às águas de rios e ribeiras que refulgem, na descida às povoações ou na entrada dos templos, as visões da realidade multiplicam-se, reconstruindo-se a cada instante (...) [62]

É um território de solo acidentado, modelado por montanhas, água e povoamento disperso. No Verão, os milheirais contribuem para uma imagem exuberante e as vinhas, muitas vezes localizadas na bordadura dos campos, intercaladas com espaços agrícolas heterogéneos, ocupam uma parte substancial desta encosta e são ainda hoje um elemento preponderante na paisagem.

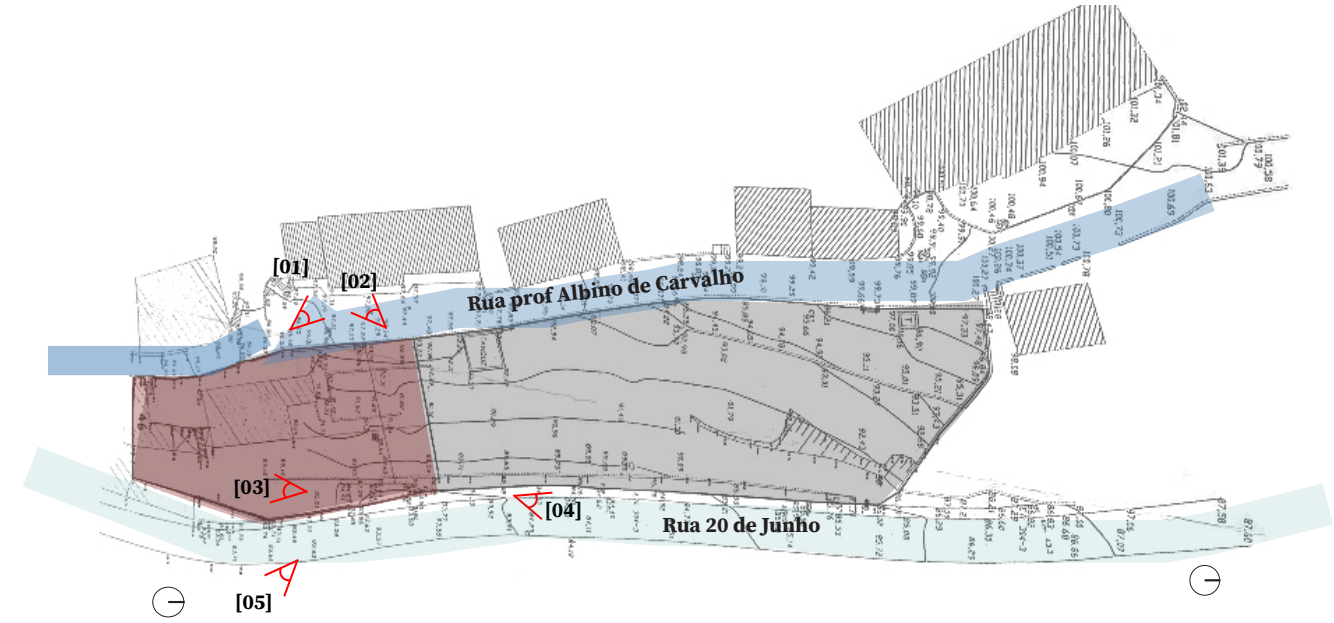
O eixo estruturante deste povoado é a nacional 304-3, Ermida - Vila Real (parcialmente rua 20 de Junho), com início no cruzamento com a nacional 108, (ligação Mesão-frio a Marco de Canaveses) na Ermida e término no cruzamento com a nacional 101, já no distrito de Vila Real. As casas e os pequenos aglomerados vão-se dispondo ao longo das principais vias, intercalando-se com a paisagem e os campos agrícolas.

O objeto de estudo, é delimitado, a nível de acessibilidade, pela rua 20 de Junho, circundado pelo pequeno trajeto de ligação, rua do Cantinho e por outro dos eixos estruturantes do povoado, a rua Professor Albino Carvalho, parcialmente Padre Antonio Moreira Barbosa, num circuito fechado. Mais recentemente são os acessos aos principais eixos viários, nomeadamente a A4, que exercem uma condicionante polarizadora sobre a localização da população. Tendo em conta os dados disponibilizados pelo INE, observa-se que as freguesias com maior número de habitantes não foram as mesmas ao longo do tempo, alternando entre as que exerciam maior proximidade ao rio Douro, já mencionadas, e as que tinham maior proximidade à via rápida e por consequência a autoestrada.



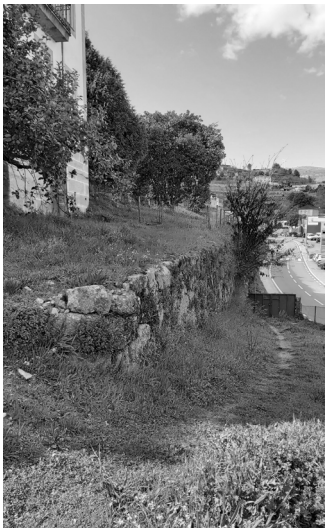
[48] Santa Marinha do Zêzere, 1930, Arquivo de fotografias da família Carvalho
Nesta fotografia é possível observar o objeto de estudo à direita

62. Ibid













[49] Planta geral do lote
[50 - 54] Casa da Lavra, Acessos ao lote, 2022
fotografias do autor

O Lote

Após a análise ao lugar no qual se insere a Casa da Lavra, surge uma necessidade de aproximação com o intuito de determinar especificamente as fronteiras do espaço em que se implanta a casa. O objeto de estudo insere-se numa parcela com cerca de 1086m² em que desses, cerca de 148 m² são a área de implantação da habitação principal, 46m² correspondem à implantado anexo, e os restantes 892m² são superfícies permeáveis e impermeáveis. Estas últimas ainda se encontram subdivididas em três espaços distintos — o jardim da casa principal com cerca de 340m², a eira com sensivelmente 75m², a envolvente ocupa a restante área.

O lote é contíguo com o espaço público em toda a sua extensão nascente e poente — cerca de 50 metro. A nascente, a Rua Prof. Albino de Carvalho, é desenhada em conformidade com as características da zona, muito estreita — cerca de 2,8m de largura —, de sentido único, o pavimento é em cubo de granito irregular e os passeios para peões delimitados no próprio granito (foto) - redesenhado recentemente de acordo com as premissas definidas na ARU. A poente, na rua 20 de Junho, o cenário é diferente, como se trata de uma estrada nacional, o nível de tráfego é superior, já com dois sentidos, com 7m de largura, de pavimento asfáltico com passeios de ambos os lados e com estacionamento. O acesso automóvel à casa é feito por aqui. A sul, o limite do lote é definido pelos anexos, adjacentes a uma construção com 50 anos, feita em terrenos desanexados ao lote inicial.

No que diz respeito ao interior do lote, o espaço imediatamente envolvente à casa ainda é em terra batida. A área do jardim é neste momento um espaço inutilizado. A eira tem aproximandamente 72m², o pavimento é feito por grandes monólitos de granito.

Por aquilo que nos foi possível apurar, juntamente com a atual proprietária da casa e também no livro escrito pelo seu tio, esta casa originalmente era a casa principal, pertencente à quinta da lavra. No entanto, por herança, o morgadio acabou por ser dividido, ficando a casa principal pertencente à família Carvalho. Desta forma, segundo o que se consegue perceber ainda hoje, a pequena vila era dividida por quatro grandes quintas, a Quinta da Lavra, a Quinta de entre-águas, a Quinta das casas Novas e a Quinta do professor Sá. Atualmente, duas delas são turismo de habitação e as outras duas são particulares.









[55] Família Carvalho, Albino de Carvalho (filho), Leónia Alves, Albino Carvalho, Orlando de Carvalho,1950
[56-58] Casa da lavra, Santa Marinha do Zêzere, 1940
Arquivo de fotografias da família Carvalho

A casa da Lavra

[as histórias, as pessoas, as memórias]

Todo o espaço realmente habitado contém a essência do conceito de lar, porque nele se une a Memória e a Imaginação, intensificando-se mutuamente. No terreno dos valores, formam um misto de Memória e Imagem, de tal modo que a casa não só se vive quotidianamente, ao sugerir uma história ou ao contar a nossa própria história, mas, através dos sonhos, os lugares que habitamos impregnam e conservam os tesouros do passado. Assim, a casa representa uma das principais formas de integração dos pensamentos, das recordações e dos sonhos da Humanidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso.[63]

As memórias definem-nos. Condicionam as nossas opções diárias e influenciam diretamente e indiretamente a perceção que temos do espaço que nos envolve. Nas palavras de Campo Baeza, *um arquiteto sem memória não é nada*.[64] Com base nesta premissa, procura-se retratar a história da casa e das pessoas. Sendo que a determinado ponto, se combina com a minha experiência pessoal sobre o espaço: as minhas memórias de infância são a determinada altura a história da casa. Não por falta de ter quem as conte, mas porque quero, neste trabalho, criar uma forma de as perpetuar e integrar na forma que influenciaram a minha perceção sobre o espaço e a arquitetura, porque foram elas, de uma forma ou de outra, que me levaram a realização deste trabalho e a escolha deste caminho.

Quando penso em arquitetura, certas imagens emergem em mim. (...) Aquela época da minha vida em que vivia a arquitetura sem refletir sobre ela (...) Naquela cozinha tudo era como costuma ser nas cozinhas tradicionais. Não havia nada de especial. Mas talvez justamente por ser, de uma forma quase natural, uma cozinha comum, ficou tão presente na minha memória como símbolo do que é uma cozinha.[65]

Apercebo-me que facilmente nos identificamos com as palavras de Peter Zumthor. A sua experiência de infância marcou, de certo modo, a sua visão sobre determinado aspeto da arquitetura. Este exemplo como outros, fruto das nossas diversas vivências arquitetónicas despertam e definem as imagens que vamos moldando ao longo do nosso percurso como pessoas e arquitetos. As memórias que temos do espaço, não são muitas vezes exclusivas ao espaço em si, mas, às pessoas e ao momento. Recordo-me que, para mim, um dos principais momentos de união e confraternização em família, eram sempre os fins de tarde, nas férias de Natal, à volta da lareira ou então os almoços de domingo em família, com o arroz no forno, feito no forno a lenha.

A casa da lavra é o significado do que para mim é um lar. Cresci, nos meus períodos de férias, a ouvir todo o tipo de histórias e todas elas acompanhadas por um espaço físico, a casa, que conhece gerações, profissões e modos de habitar, e que é resultado de todos que por lá passaram.

63. Gaston Bachelard, "A poética do espaço", citado por Alberto Campo Baeza, "Principia Architectonica", Lisboa, Caleidoscópio, 2013, p 47

64. Ibid, p. 47

65. Peter Zumthor, "Pensar la arquitectura", Barcelona, Gustavo Gili, 2017, 3ª edição, p. 7, tradução livre

1900 **Início da Construção da casa**
Casamento da avó Rosa com Luis P. Carvalho
Nascimento do neto - Professor Albino de Carvalho

1901 Lançamento do romance A Cidade e as Serras de Eça de Queiroz



1910 **Finalização da Construção da casa**



1925 **Ano da Construção da Escola de Fonseca, oferecida ao estado por Manuel Pereira de Carvalho (filho de Rosa)**
Nascimento do bisneto - Eng. Albino de Carvalho (meu avó)

1926 Nascimento de Orlando de Carvalho

1929 Falecimento da Avó Rosa
Momento das partilhas - divisão da casa em duas habitações
Construção dos acrescentos a Norte



1937 Prof. Albino de Carvalho toma posse como presidente na Casa do Povo recentemente criada

1948 **Orlando de Carvalho licencia-se em direito na Faculdade de Coimbra**
No mesmo ano é contratado como Assistente da Faculdade de Direito de Coimbra

1950 **Por morte de Umbelina e Manuel, a casa passa a ser de um só proprietario - Prof. Albino de Carvalho**

1951 Prof. Albino de Carvalho é eleito provedor da Misericórdia de Baião



1956 Prof. Albino de Carvalho é agraciado por Craveiro Lopes com o **grau de cavaleiro** da Ordem da Instrução Pública

1961 Orlando de Carvalho faz parte da Comissão destritital às Candidaturas Democráticas para deputados

1968 **Orlando de Carvalho - Conclusão do Doutoramento** em Ciências Jurídicas



1997 **Presidente da República Jorge Sampaio agraciou Orlando de Carvalho com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.**

2012 **foi inaugurado, em Santa Marinha do Zêzere, o Centro de Estudos e Documentação Doutor Orlando de Carvalho (CEDOC).**

A avó Rosa, (como sempre lhe ouvi chamar), nascida na freguesia de São Nicolau no Porto, casou com Luís Pereira de Carvalho, natural de Santa Marinha do Zêzere, comerciante de vinhos, emigrado no Brasil. Por casamento, em 1874, Rosa foi viver para a pequena aldeia de Santa Marinha. Por volta de 1900, na zona da Lavra, a *dorso nordeste da povoação da igreja, mandou construir um edifício cujo fabrico e decoração impos os seus critérios de higiene, conforto e bom gosto portuense e que logo se converteu no mais importante da povoação (então reduzida ao templo, ao modesto passal, à sala da junta e à escola masculina, que funcionava no primeiro andar de uma pequena casa de perpianho). Nessa bela vivenda, que dava para o cruzeiro oriental e que a breve trecho deixou de ser conhecida pelo designativo da vasta terra de lavoura a que preside - a Lavra - para ser conhecida pelo designativo da Igreja, viveu Rosa, administrado as terras mais próximas - as la Lavra e as de Cadeade -, entregues, como de uso, a agricultores-caseiros, e convivendo com algumas das boas famílias locais (particularmente, com o proprietário da Quinta de E'Entreaguas), (...) tudo fronteiro à Lavra e a nova residência.*[66]

Por morte da avó Rosa, os herdeiros dividiram a casa em duas habitações. Nessa altura é feito um acrescento, a norte, para construção, no andar superior, de uma cozinha e de uma casa de banho. Segundo a atual proprietária, é também nesta altura que é acrescentado, ao alçado sul, uma casa de banho no rés-do-chão. *A casa da igreja tornou-se desde aí o centro da família e como que um símbolo da sua unidade espiritual.*[67] Anos mais tarde, por falecimento de uma das partes herdeiras, a casa voltou a funcionar como uma só e é assim até aos dias de hoje.

Albino de Carvalho, neto de Rosa, foi professor primário e uma das pessoas mais notáveis da freguesia e do concelho, condecorado com o grau de Cavaleiro a 9 de junho de 1956. Destacou-se pela sua devoção à terra natal, mandou edificar a Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere e a Santa Casa da Misericórdia de Baião, onde presidiu por várias décadas. Uma figura sem igual, pelo empenho e melhoria da qualidade de vida do povo de Santa marinha, como se pode ver pela homenagem e pelo busto, nos jardins frontais da casa do Povo e pela rua a que dá nome (rua onde se localiza o objeto de estudo):

Destacou-se pelo seu empenho na educação e ensino destas gentes da lavoura de forma gratuita e voluntária, na divulgação desta terra, (...) através de um jornal por ele dirigido e fundado, 1920-1931, "Flor do Zêzere". Redigiu textos para o jornal "O Primeiro de Janeiro", "O Imparcial do Marco", "O Século", "O Penafidelense", "Correio de Coimbra" e "O Marcoense". Tendo ainda escrito algumas obras literárias, poemas, discursos, palestras, teatro e notícias inéditas, onde retratava sistematicamente de uma forma realista e expressiva as pessoas da sua terra natal, o seu modo de vida e as dificuldades sociais da época, tentando, desse modo, sensibilizar a opinião política e pública para essas dificuldades.[68]

Como refere Orlando de Carvalho no livro compilado com os escritos de seu pai (Albino de Carvalho): *foi um homem fiel a sua filosofia profunda: um homem bom. Não foi um político, não foi um escritor, não foi um pensador, Mas foi toda a vida um verdadeiro e dedicadissimo professor. Um mestre de escola - na escola e na vida.*[69]

66. Albino de Carvalho, Op. cit., p. 24
67. Ibid
68. Disponivel em http://terrasdeportugal.wikidot.com/santa-marinha-do-zezere consultado a 10 de Abril de 2021
69. Mais informações disponíveis em https://www.infopedia.pt/$orlando-de-carvalho

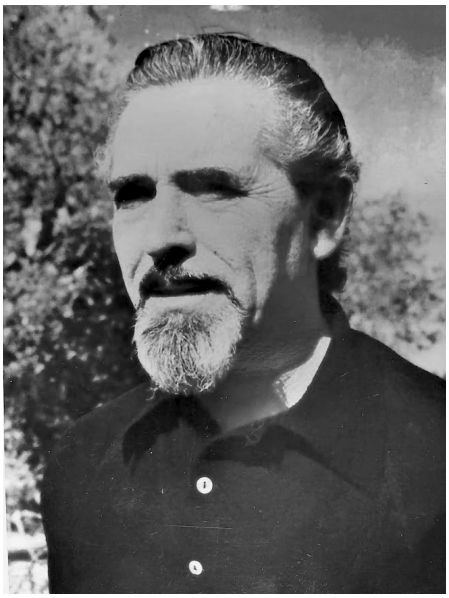




[61] Orlando de Carvalho,
Lançamento do livro
Coimbra, 1956,
Arquivo de fotografias da família Carvalho



[59-60] Albino de Carvalho condecorado pelo presidente da república Craveiro Lopes, Baiao, 1956, Arquivo de fotografias da família Carvalho



[62] Albino de Carvalho (filho)
Batalha, 1956,
Arquivo de fotografias da família Carvalho

Orlando de Carvalho, jurista e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, titular da cátedra de *Teoria Geral do Direito Civil*. Foi Professor de reconhecido mérito e prestígio, durante a década de 80, lecionou as cadeiras mais importantes do curso de Direito da Universidade de Coimbra, marcando várias gerações de juristas. O seu interesse pela poesia levou-o a publicar os seus poemas sob o título Sobre a Noite e a Vida. Da sua obra destaca-se: A Teoria Geral da Relação Jurídica: seu sentido e limites, Direito Comercial e O Ónus da Arguição e a Teoria geral do direito civil e Direito das empresas, leitura obrigatória e de contínua referência no curso de direito - recentemente publicada a 5ª edição. Tendo-lhe sido atribuída a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade pelo presidente da república Jorge Sampaio.

O segundo filho de Albino de Carvalho, também ele **Albino de Carvalho**, meu avô, foi Engenheiro Silvicultor e foi um dos mais *eminentes cientistas que se dedicaram à ciência e tecnologia dos produtos florestais, com um grande trabalho desenvolvido na área da caracterização de propriedades e do melhoramento tecnológico dos produtos da floresta, conhecimentos cuja aplicação prática contribuiu decisivamente para o desenvolvimento das empresas industriais dos sectores da fabricação de embalagem, das estruturas de madeira, da carpintaria e mobiliário e outras aplicações na construção civil, para além dos extrativos, cortiça, derivados e papel. O "cluster" produtos derivados da madeira e cortiça foi um dos cinco eleitos como estratégicos para a economia portuguesa, a par do vinho, turismo, automóvel, calçado, e do têxtil. Neste trabalho Albino de Carvalho foi um dos colaboradores setoriais de relevo.*[70]

Autor de uma vasta bibliografia, destacando-se 79 publicações sobre a ciência e tecnologia da madeira e 16 publicações sobre ciência e tecnologia de matérias suberosas e mais 23 publicações de informação geral sobre a política florestal. Tornou-se chefe do Departamento de Tecnologia Físico-Mecânica da ex-Estação de Experimentação Florestal, posteriormente integrado no INIAV (Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária), atualmente situado em Oeiras onde existe uma área museológica com muitos protótipos de instrumentos de trabalho do Eng.º Albino de Carvalho, sendo agora o local de homenagem. Foi professor do ISA (Instituto Superior de Agronomia) , colaborou com a ESAC (Escola Superior Agrária de Coimbra) e com INII (Instituto Nacional de Investigação Industrial).

Foi com ele que cresci, conheci a casa e decidi o que queria ser. Foi com ele, aos meus 10 anos, numa altura de reabilitação de uma casa pertencente à quinta de Cadeade, que defini, o meu primeiro projeto: uma casa de perpianho, que tinha como função inicial o armazenamento dos bens agrícolas da quinta, iria ser agora a casa dos caseiros. Sempre acompanhados um pelo outro, num final de tarde, de frente para a casa, definimos onde seria a cozinha, as salas e os quartos. Ao que me disse logo, nas palavras meigas e encorajadoras de avô: Tu devias ser arquiteta!

Como cresci, nos meus tempos de férias, na casa da lavra, as memórias da minha infância prendem-se com a ideia de um edifício intocável e transcendente, imponente e com um grande simbolismo no que diz respeito à história da própria vila. Nostalgia de uma ingenuidade sem igual que me inquietou de maneira a querer entendê-la melhor. As perguntas que tive comigo em criança, trago-as agora, para contracenarem com a realidade, contando com um olhar (ligeiramente mais) experiente sobre o espaço.

70. Mais informações disponíveis em http://recordaralbino.blogspot.com/2014/10/vida-e-obra.html

CAPÍTULO II.

[enquadramento]

52 - 61 2.1 MEMÓRIA DESCRITIVA
2.1.1 Descrição do edificado
2.1.2 organização interna
2.1.3 A relação do utilizador com o espaço

62 - 71 2.2 LEVANTAMENTO: PROCESSO EVOLUTIVO
2.2.1 Processo de levantamento
2.2.2 Levantamento fotográfico
2.2.3 Levantamento métrico

72 - 109 2.3 SISTEMA ESTRUTURAL E CONSTRUTIVO
2.2.1 Estrutura principal
2.2.2 Estrutura secundária
2.2.3 Pormenorização

A Casa de hoje

[processo de levantamento]

Propõem-se neste capítulo, analisar e entender o sistema construtivo tradicional atraves das diferentes fases do processo de levantamento métrico aplicado o objeto de estudo. Inicialmente será feita uma abordagem geral às condicionantes da casa.

A reflexão ao sistema construtivo será sempre feita pela aplicação a um elemento prático. Deste modo, procurou-se decompor os vários elementos do sistema construtivo com o objetivo de os analisar e estudar de forma individual e entender a complexidade do seu papel no conjunto. E ainda, criar um plano de ações de manutenção que vise prolongar substancialmente o tempo de vida útil dos vários elementos e assim promover a longevidade edifício.







[63] Casa da Lavra, alçado nascente
Arquivo de fotografias da família Carvalho, 2000

[64] Casa da Lavra, alçado norte/poente
Arquivo de fotografias da família Carvalho, 2000
[D_01] Planta do lote

2.1

MEMÓRIA DESCRITIVA

"A casa sobradada, além de ser do tipo urbano normal, mostra, nos níveis rurais, as mais das vezes e nos casos mais expressivos, o térreo para gado e arrumações, o andar para a habitação das pessoas. Ela é fundamentalmente a casa campesina nortenha característica Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-montes, Beira Transmontana, Beira Alta, Beira Baixa (...) Casa bloco típica, ela englobava porém, como dissemos para lá dessa estrutura geral, as mais das vezes um certo número de dependências ou anexos específicos e independentes, de dimensões, mais ou menos reduzidas, para gados e arrumações, cortes ou estábulos, palheiros (...)"[71]

Fazer arquitetura envolve o **conhecimento do lugar e do objeto no espaço e no tempo.** Como a casa foi edificada entre **1900 e 1910** e a obrigatoriedade de licenciamento, com o RGEU, só entrou em vigor em Baião em 1956, não existem projectos ou outros estudos da época, pelo que as únicas ferramentas para o reconhecimento do edifício e das suas fases são o levantamento dimensional, o desenho e a fotografia, de nossa autoria.

Ao somatório de informação recolhido e do levantamento do sistema construtivo presente, adicionam-se duas informações complementares que servem para corroborar e fundamentar o nosso estudo: as construções de cariz popular do interior norte de Portugal e o sistema construtivo da casa burguesa portuense. Apesar de Baião progredir de forma atrasada, relativamente à cidade do Porto, e isso se refletir na arquitetura, ter-se-á de destacar regionalismos arquitetónicos que refletem a arquitetura do interior de Portugal.

Considera-se que a casa em estudo não foi objeto de projeto erudito de arquiteto, pelo menos não na sua totalidade - referimos-nos aos acrescentos dos anos 50 - mas sim de um mestre de obras, focando-se nas raízes do tradicional, obedecendo aos gostos particulares da família e às **condicionantes do lugar**, tendo como premissa que quem mandou edificar a casa era natural da freguesia de São Nicolau no Porto e o marido retornado do Brasil. Trata-se de uma casa sobradada, e de acordo com o tipo nortenho geral "(...) é uma construção de rés-do-chão e andar, contendo no térreo (...) a adega ou lagar e arrumações diversas, e no andar sobrado os aposentos para as pessoas, ou seja, os quartos e a sala; a cozinha ora se situa aí, ora é térrea conforme os casos; estes dois pisos são sobrepostos, mas, (...) em regra independentes, acentuando a característica dualidade de funções respectivas; O material de construção normal desta casa nortenha é (...) a pedra, nomeadamente granito ou xisto, conforme os recursos ou possibilidades locais;"[72] Posto isto, enquadra-se, dentro daquilo que é a arquitetura popular no norte de Portugal, com influências das construções de carácter senhorial[73] que lhe são vizinhas.

71 Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, op. cit, p. 18

72 Ibid, p. 27

73 "As Construções fidalgas típicas da sub-região do Douro que serviram de influência às construções burguesas# com caráter palaciano - comum nas construções dos retornados do Brasil, no Período Liberal. Segundo o trabalho de Francisco Barata Fernandes, pode catalogar-se a evolução da construção burguesa em 3 momentos, nomeadamente a mercantilista, iluminista e liberal, existentes em diferentes partes da cidade, (...)um tipo de edifício de habitação na área da Ribeira-Barredo, na baixa de Miragaia e nos quarteirões da Sé e da Vitória, que é distinto daquele com que se realizará a expansão almadina, em zonas como a Rua do Almada e a Rua de Cedofeita, diferindo-se "de um terceiro tipo de edifício de habitação que se consolidará a partir da segunda metade do século XIX e cuja construção perdurará até às primeiras décadas de século XX." Francisco Barata Fernandes, "Transformação e permanência na habitação portuense", p.68



[65] Casa da Lavra, alçado norte
Arquivo de fotografias da família Carvalho, 2000

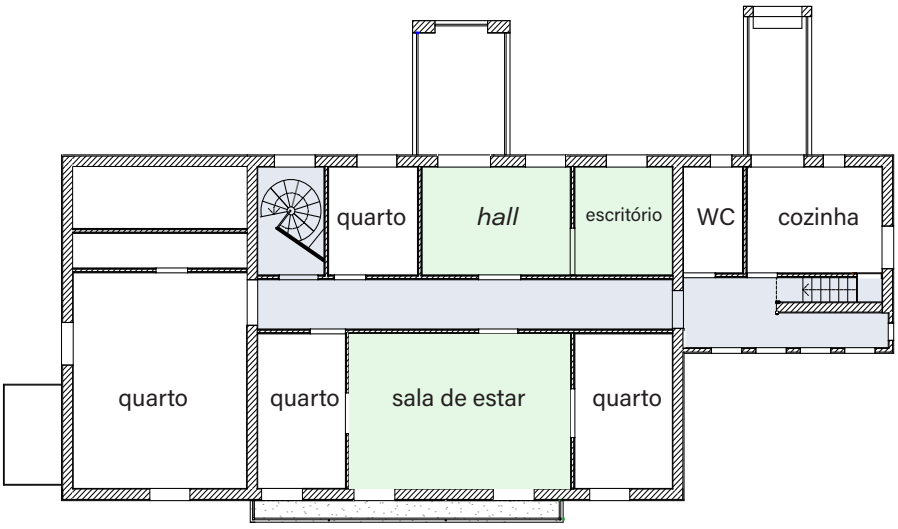


[66] Casa da Lavra, alçado sul,
Arquivo de fotografias da família Carvalho, 2000

Do ponto de vista formal, funcional e construtivo, o objeto de estudo caracteriza-se pela perfeita adaptação ao meio. Destaca-se pela sua simetria, pelos módulos, pelo tamanho dos vãos e ainda, pela adoção de uma linguagem formal baseada no neoclássico inglês, neo-paladiano.[74]

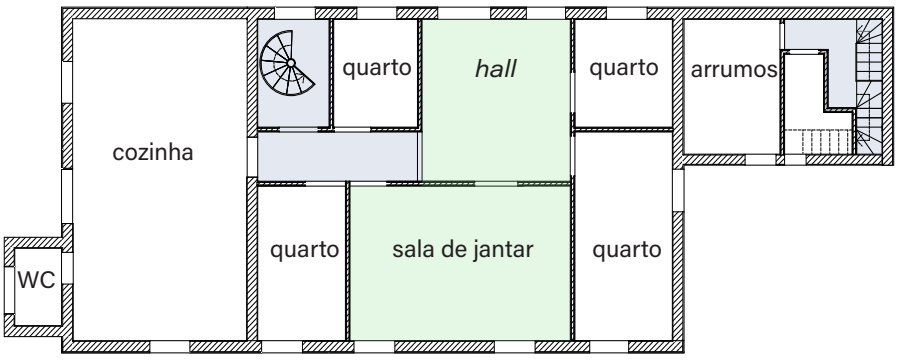
A casa, sobradada, de quatro frentes, tem na fachada nascente dois corredores, que marcam as entradas pela Rua Professor Albino Carvalho - na altura da construção da casa, a via de maior tráfego e comércio. Na fachada oposta, a poente, apresenta três níveis: cave, rés-do-chão e primeiro andar. A cave, encaixada no desnível do terreno é marcada na fachada pela alvenaria de pedra de granito. O primeiro andar é marcado pela grande extensão da varanda que, apesar do reduzido espaço fruível, marca um dos lugares mais encantadores da casa, com um vasto panorama visual para a serra do Marão. A fachada Norte e Sul são marcadas por um ou dois vãos. Tem uma decoração sóbria, paredes rebocadas e pintadas a branco de onde sobressaem as falsas pilastras nos cunhais e falsas molduras dos vãos. De destacar a enorme eira, feita de grandes e largos lancis de pedra que dá acesso à cozinha e aos anexos. Pela informação que nos foi possível recolher, não há qualquer referência neste exemplo a edificações para criação de gado. Provavelmente porque eram criados pelos caseiros nas suas duas quintas: Cadeade e Cartida.

74 A influência da Revolução Industrial em Inglaterra fez-se notar devido à forte presença da comunidade inglesa no Porto, com a instalação de várias indústrias na zona oriental e periférica da cidade, conduzindo a um aumento da população operária, que obrigou a construção de novas unidades de alojamentos, nomeadamente as "ilhas" e a (...) casa estreita e alta, que, na sua forma e sentido originários (...) constitui um tipo híbrido funcional de residência urbana e estabelecimento comercial ao mesmo tempo, referidas à mesma família, estritamente utilitário, de acordo com as necessidades profissionais e a mentalidade da gente que lhe é própria. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, op. cit, p. 27



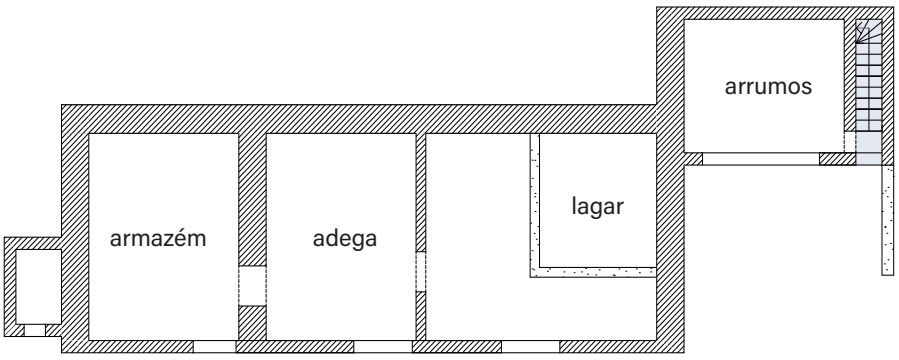
Piso 1, s/ escala

área de carácter social
área de comunicação
área de carácter íntimo



Piso Rés-do-chão, s/ escala

área de carácter social
área de comunicação
área de carácter íntimo



[D_02] Cave, Planta esquemática da organização interna, s/ escala

Organização Interna

A maneira como o espaço interior é organizado é, em grande parte, condicionado pela relação com o espaço público e pela optimizada relação com a exposição solar. No lado da fachada principal, junto à rua Professor Albino de Carvalho, a nascente, distribuem-se os compartimentos mais sociais da casa, enquanto a fachada tardoz, a poente, alberga as zonas mais íntimas.

Os **espaços interiores são definidos e hierarquizados de acordo com a sua função.** O primeiro andar tem um carácter social, com sala de estar e uma varanda em quase toda a sua extensão e alberga os principais quartos da habitação, sempre virados à poente. No piso imediatamente abaixo, como era comum nas casas burguesas, está a zona de serviços, com a cozinha e a grande sala de jantar, dividido por portas que diferenciam o espaço dos senhores e dos criados. Virados para nascente, os espaços de menor importância e para poente, os quartos, com maior exposição solar. De destacar que independentemente da sua importância, todos os espaços têm ventilação e iluminação natural. **[D12]**

O piso da cave era utilizado para armazenamento de bens alimentares provenientes dos caseiros da Quinta de Cadeade e da Cartida, e servia para produzir e armazenar o vinho verde. Os vãos de entrada são de tamanho considerável, para permitir a entrada e saída das pipas e mais tarde das cubas. **[D12]**

Na área do rés-do-chão funciona a cozinha, com uma pia de lavar a louça feita de um único bloco de granito; com o forno, posicionado no interior da saia da chaminé, para cozer o pão e fazer o famoso e tradicional cabrito assado no forno; a lareira, um bloco de granito de dimensões reduzidas, define aquilo que é a zona de calor da casa, com os seus potes de ferro fundido; a chaminé, com uma saia de dimensões consideráveis, disposta num dos topos da casa, por uma questão de segurança, era limitada por paredes de pedra e servia o propósito de extração do fumo e secagem do fumeiro. A cozinha é considerada "o compartimento essencial da casa, o local onde decorre toda a vida de relação de família (...). A sua peça fundamental é a lareira, símbolo da casa, ou seja, o lugar onde se faz o fogo e se prepara a comida."[75]

Neste piso localiza-se ainda a sala de jantar, separada da cozinha e antecedida por uma sala de entrada de dimensões consideráveis - face às restantes divisões. É também neste piso que temos o acesso à zona da eira e também à zona de jardim/horta. No piso acima localizam-se os quartos e a sala de estar, antecedida por uma sala de entrada com acesso direto a um escritório, que separa a zona pública da zona íntima da casa.

No que diz respeito às áreas comuns, "A sala é, em toda a parte, uma dependência de natureza fundamentalmente cerimonial, relacionada com certas solenidades, (...); ela situa-se por isso geralmente logo à entrada da casa, e é a divisão onde a preocupação decorativa e os elementos de luxo assumem maior vulto."[76]

75 Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, op.cit, p. 42
76 Ibid, p. 40

No nosso exemplo, temos a sala de jantar e de estar como símbolo dessa ostentação: ambas têm tetos estucados e sancas trabalhadas, alterando os motivos dependendo do seu fim; nos restantes compartimentos, de acordo com a sua importância, são simplesmente estucados e ornamentados ao centro.

Os quartos de banho localizam-se nos extremos opostos da casa e são fruto dos acrescentos feitos nos anos 50, visto que inicialmente não existiam instalações sanitárias no interior.

Tradicionalmente, na casa burguesa, a caixa de escadas é colocada ao centro da habitação, iluminada por uma claraboia. No nosso exemplo, a escada interior sempre teve um papel secundário, sem qualquer carácter diferenciador. Localizadas junto à parede de alvenaria que divide a cozinha e os espaços interiores, era inicialmente de dois lanços e de madeira. Com o passar dos anos acabaram por apodrecer e foram substituídas por uma escada helicoidal feita em betão armado, desenhada pelo Avô Albino.

Os anexos são independentes e localizam-se no lado oposto da eira, que dá acesso tanto ao piso da cave/adega como ao jardim/horta, como é tradicional.[77]

Os acessos, de acordo com a construção inicial, eram feitos tanto no primeiro piso, com entrada para o escritório e para a sala de estar, como pelo rés-do-chão, pela eira, com acesso ao salão da entrada e à sala de jantar. O acesso automóvel (inicialmente para carro de bois) era feito pela rua 20 de junho e dá acesso ao piso da cave e à escadaria do rés-do-chão.

Posto isto, a casa organiza-se segundo uma ordem de hierarquização clara, as funções de serviços e arrumos, sala de jantar, cozinha e quartos de criadagem distribuem-se sobretudo ao longo do piso do rés-do-chão; no primeiro piso, ficam as áreas nobres e os quartos dos senhores.

Relativamente à materialidade, nesta área de Portugal, a construção é sobretudo feita em granito, aparecendo, pontualmente, o xisto, ou uma combinação entre os dois materiais. Progressivamente e de acordo com as possibilidades de cada um, as paredes seriam rebocadas e caiadas, como é o caso da casa da lavra. Mas será dada mais atenção a esta questão mais a frente.

77 Ibid, p. 19

A RELAÇÃO DO UTILIZADOR COM O ESPAÇO
(no tempo)

O lar não é um simples objeto ou um edifício, mas um estado difuso e complexo que integra memórias e imagens, desejos e medos, passado e presente. A casa também é cenário de rituais e rotinas do dia-a-dia. A casa não pode ser produzida de uma só vez. Tem dimensão temporal e continuidade é um produto gradual da adaptação ao mundo familiar e do indivíduo.[78]

Antes de avançarmos para o entendimento do que é objeto do ponto de vista construtivo, importa para este estudo entender a relação do tempo com o espaço e com as necessidades de cada utilizador, em constante transformação e evolução, de geração em geração. A casa tem neste momento, pelo que nos foi possível entender, cerca de 112 anos, o que significa, uma grande capacidade de absorção de histórias, hábitos e usos.

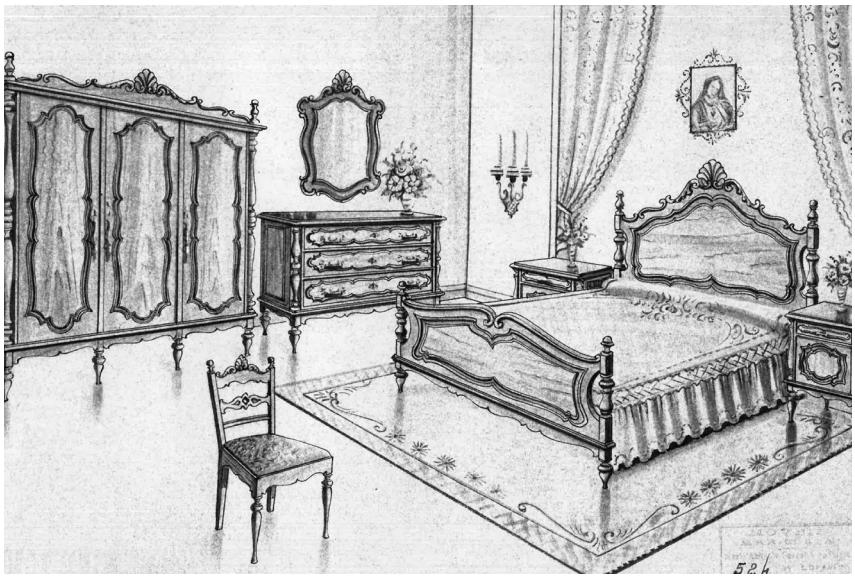
Com esta abordagem pretende-se, de forma sucinta, referenciar o desuso de determinados compartimentos relativamente à sua função inicial.

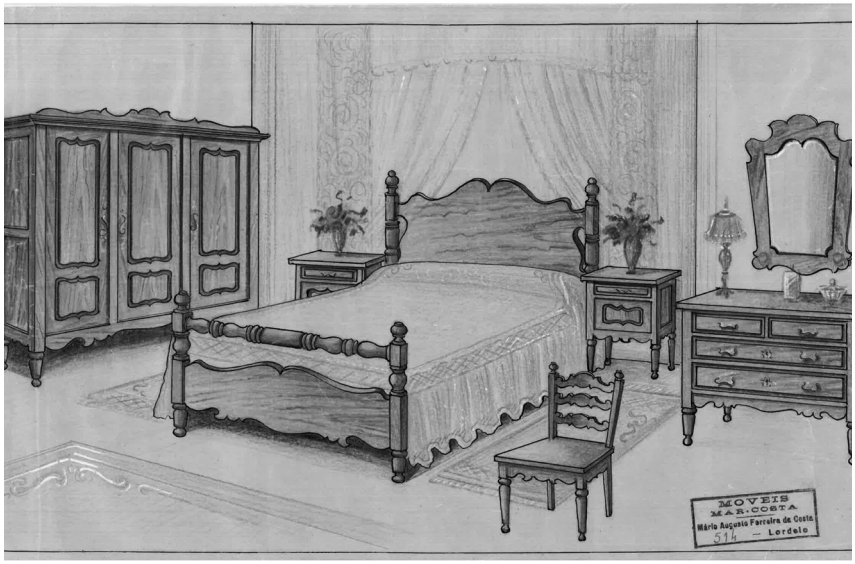
Em primeiro lugar, para conhecermos os utilizadores da casa, temos de perceber como eram formadas as famílias nestas épocas, a sua vida quotidiana e o seu papel na sociedade. Como vimos anteriormente, os proprietários iniciais mandaram edificar a casa com base nas suas ideologias e necessidades, permanecendo na mesma família até aos dias de hoje. Tratavam-se de comerciantes, a esposa com um pequeno espaço comercial à porta de casa e o marido comerciante de vinhos no Brasil, os três filhos seguiram o mesmo caminho. Os dois netos, mais tarde, por volta dos anos 50, dividiram a casa em duas habitações para uso independente, momento no qual fazem um acrescento ao volume inicial, a Nascente e a Poente. Os acrescentos surgem pela necessidade de criar uma cozinha no andar superior, mas também de introduzir quartos de banho, até ao momento inexistentes no interior. No que diz respeito às restantes gerações, até aos dias de hoje, foi maioritariamente utilizada como casa de férias.

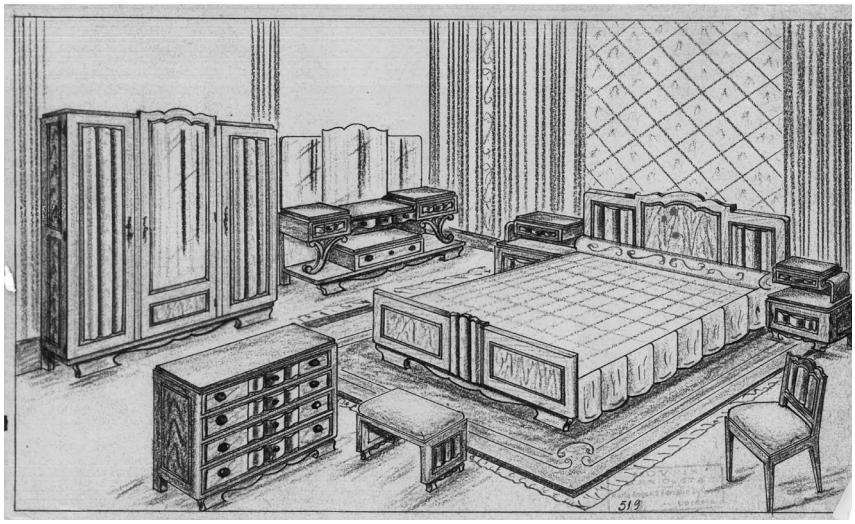
Por volta de 1900, geralmente, procuravam-se condições de habitação compatíveis com a profissão, como os donos de oficinas, que muitas vezes exerciam a sua profissão em barracões construídos no fundo do quintal, ou até mesmo os comerciantes, que no correr da história, faziam do rés-do-chão um espaço para uma pequena loja, vivendo em construções mais modestas. Não era, contudo, o caso desta família. À semelhança das construções senhoriais vizinhas, usavam as adegas como zona para produzir e armazenar o vinho verde, ou então, para armazenamento de bens alimentares provenientes dos caseiros da Quinta de Cadeade e Quinta da Cartida.

Apesar do conceito de domesticidade[79] remontar ao século XVIII, a função dos espaços, talvez pelas suas reduzidas dimensões, é em alguns casos difícil de decifrar - teria como propósito ser um closet? o quarto da empregada? ou até mesmo, um quarto de solteiro? Nota-se uma oposição à ideia medieval de habitar onde não se verificava nenhuma especialização na divisão de espaços, passando-se tudo numa única sala e onde as funções eram determinadas pelo mobiliário - temática resgatada pelos ideais contemporâneos de Open space.

78 Juhani Pallasmaa, "Habitar Barcelona", Gustavo Gili, 2016. p.18, tradução livre
79 Ibid, p.19, tradução livre







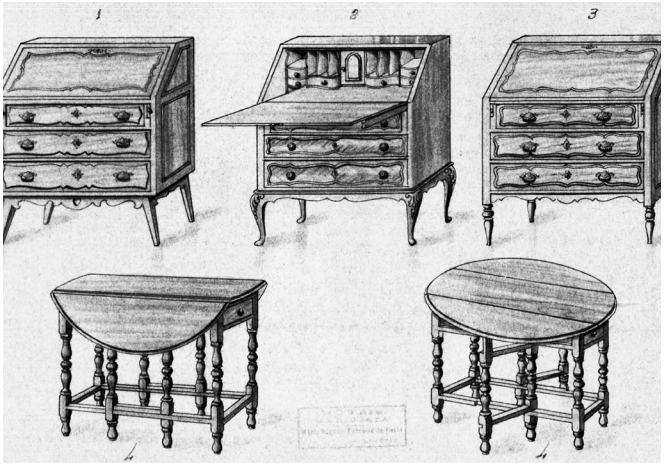
[67-70] Desenhos do mobiliário dos quartos, encomenda a Moveis Mar-Costa, Lordelo Porto,Arquivo de fotografias da família Carvalho

Comparativamente, na classe burguesa[80], a casa assume um carácter híbrido do ponto de vista funcional, na medida em que a fronteira entre o público e o privado se dá dentro dos limites da própria habitação, na relação do hall de entrada e do escritório com a restante casa. Um gesto que respeita os códigos de conduta da época, um espaço de transição que reflete hoje o tempo no espaço: um hábito perdido.

A compartimentação dos espaços, pelo que nos é possível entender, refletia, a vontade de segregação dos criados face aos patrões. Como parte fundamental para o funcionamento da casa, elaborando tarefas diárias como limpeza, confeção de comida e tratamento das crianças, a criadagem, ao contrário do que acontece na atualidade, vivia com os patrões e eram, muitas vezes, parentes afastados provenientes do campo. Como tal, foi necessário incluir na organização da casa pequenos quartos para estes trabalhadores localizados junto às zonas de serviço, na zona de rés-do-chão, onde existia a cozinha.

O mobiliário ajudou na especialização dos diferentes espaços, compondo e preenchendo cada divisão de acordo com o seu grau de importância. Dos móveis, feitos à medida e por encomenda, restam ainda desenhos feitos a mão, de quartos, móveis, secretarias, ainda hoje presentes na casa[81](imag.xx).

Por último, dos hábitos perdidos importa-nos ressaltar o papel da mulher no espaço doméstico. Enquanto era habitual, naquela época histórica, as mulheres terem de solicitar a aprovação do marido para sair do lar, os exemplos desta família são outros. Falamos de mulheres que tinham, por necessidade, de gerir os seus bens. Normalmente esse papel cabia ao marido, no entanto, com o marido no Brasil, cabia à avó Rosa essa gestão, apesar de ser uma mulher de boas famílias a quem a cultura e o bem viver lhe eram familiares.



80. "O espaço doméstico da burguesia resulta deste confronto entre a intimidade e a sociabilidade, entre o indivíduo e o grupo, entre o privado e o público." Nelson Mota, "O espaço doméstico burguês do Porto no final do século XIX: fronteiras entre o público e o privado"Coimbra, Porto editora, 2010, p.145

81. "A presença de sofás e escrivaninhas nos quartos parece-nos indicar a realização de trabalho intelectual e a reserva de intimidade que o individualismo burguês intensificara." Nelson Mota, op. cit, p.125

2.2

PROCESSO DE LEVANTAMENTO

O levantamento arquitetónico, de um modo geral, tem como objetivo analisar, registar e representar as principais qualidades de uma preexistência/objeto com o intuito de as sintetizar num modelo gráfico bidimensional ou tridimensional de acordo com o um objetivo pré-definido. Na impossibilidade de reproduzir um modelo tridimensional com base na captação de pontos através de fotogrametria, como era objetivo inicial deste trabalho e de que falaremos mais a frente, o processo levantamento que aqui se pretende representar não tem como intenção reproduzir integralmente o objeto, mas sim **executar um trabalho representativo claro e objetivo que sirva como base a uma futura intervenção no âmbito de um processo de reabilitação.**

Um levantamento - independentemente do método/técnica escolhido - reflete um processo criterioso e premeditado de análise e síntese e que depende tanto do objeto de estudo como do objetivo futuro. Um levantamento tem por objetivo uma representação (mais ou menos) mimética com base na medição *in situ*, numa relação que permite o conhecimento do objeto real através de um modelo gráfico. São representações desenhadas que permitem a elaboração de raciocínios, conjeturas, interpretações, mais ou menos aprofundadas consoante o objetivo de quem o utiliza.

Essa representação gráfica pode ser complementada, associando-lhe outras ações de reconhecimento não só do edifício, como da envolvente, da análise histórica, gráfica (neste caso inexistente) e até biográfica que permita identificar qualidades não visíveis a olho nu - como exemplo, influências regionais, formais e construtivas, simetrias, módulos e geometria.

Deve entender-se o processo de levantamento arquitetónico como um conjunto de operações de medição e análise, com o intuito de entender e documentar o edificado na sua configuração geral, nas suas características métricas bidimensionais e tridimensionais, nas suas características estruturais e construtivas, formais e funcionais. Em suma, representar e documentar um edifício que corresponda, sempre que possível, a uma análise crítica das condicionantes e limitações a que está sujeito.

Segundo Blake[82] , no documento Metric survey for heritage documentation, consideram-se duas categorias inerentes ao levantamento arquitetónico, os métodos diretos e indiretos. Para definir esses métodos, o autor usa o esquema adaptado da publicação de Boehler et al em 2009, que se organiza segundo a dimensão do objeto e da sua complexidade e quantidade de pontos de referência. O método indireto é usado para casos que requerem um grande número de informações, detalhes e precisão, dada a sua complexidade e dimensão, é o caso da fotogrametria e do laser scanning. O método direto, resulta no recurso ao desenho, instrumentos de medição básicos e do levantamento fotográfico.

82. Bill Blake, David Andrews, Nick Becket, "Metric survey for Heritage Documentation – Documentation for Conservation, A manual for teaching metric survey skills",English Heritage, 2003, p. 4-5

Independentemente das categorias e das suas diferenças conceptuais, na prática é corrente a utilização de vários métodos no mesmo levantamento, fazendo-os interagir para um resultado final mais rigoroso, coerente e "rico" do ponto de vista de informação representada, ditados por diferentes objetivos e condicionantes tais como escala, precisão e representação gráfica pretendida. Cundari refere a problemática da integração das diferentes técnicas dando-lhe um carácter positivo pela eficaz partilha de informação embora realce o aumento da complexidade da gestão: "Na atividade concreta, o arquiteto vai precisar de usar, tanto na fase de levantamento como na de restituição e desenho, diferentes técnicas, que aumentam definitivamente as possibilidades operativas em ambas as fases, fornecendo ao mesmo tempo oportunidades úteis para a comunicação efetiva dos resultados do levantamento. Muitos estudiosos têm analisado questões relacionadas com a sua integração, que são numerosas e dependem principalmente da sua especificidade."[83]

Em suma, os métodos utilizados nos levantamentos arquitetónicos são inúmeros e cada vez mais rigorosos, com diferente grau de complexidade, precisão e sobretudo meios disponíveis. Da topografia à fotografia, da fotogrametria ao laser scanning, encontramos um vasto leque de opções tecnológicas e metodológicas que permitem diferentes abordagens e atitudes perante um processo de levantamento e conhecimento de um objeto.

Para este projeto, estava inicialmente proposto o levantamento fotogramétrico, no entanto, dada a dificuldade criada pelo processamento das fotografias para a criação do modelo tridimensional, devido às condições da luz e das superfícies que dificultavam consideravelmente o trabalho, optou-se pelo processo de levantamento métrico clássico complementado pelo levantamento fotográfico e pelos desenhos a mão levantada in loco, designado por Blake de levantamento direto. **De acordo com o objetivo deste trabalho, consideram-se as seguintes questões/preocupações face aos documentos produzidos: o nível de fiabilidade, dando-se sempre preferência a técnicas de levantamento não invasivas, com o objetivo de incorporar diferentes níveis de representação em termos de precisão e detalhe.**

metodologia

Definidos os parâmetros do levantamento, estabeleceram-se critérios como escala, grau de pormenor, ferramentas manuais e digitais, duração da tarefa, número de visitas ao local. **Iniciamos o processo pela** (possível) recolha de informações escritas, gráficas, fotográficas e de arquivo - **FASE 1**- que pudessem de algum modo dar consistência ao levantamento. Sem grande efeito no que diz respeito a planos arquitetónicos ou estudos de época, visto que, no momento de construção da casa ainda não era necessária licença camarária. De arquivo, apenas tivemos acesso a partes da planta recuperada do incêndio que houve na década de 50, no arquivo da CMB, mas que, infelizmente, não representava a envolvente em estudo. In loco, seguiu-se **o processo pelo levantamento fotográfico - FASE 2 - em permanente reavaliação, visto que o nível de detalhe/interesse varia de acordo com a temática de representação (formal e/ou construtiva).**Do processo de levantamento que se seguiu - **FASE 3, 4 e 5**[84] - foram várias as visitas a casa, que pela sua dimensão e complexidade de pormenores, exigiu, aquando da realização dos documentos gráficos, maior detalhe de informação, retificação de medidas e realização do levantamento.

83 Cesare Cundari, "Rilievo per la conoscenza", Edizioni Kappa, 2012, p.15

84 Referência à estrutura do trabalho e do processo de levantamento, p.XII

No que diz respeito ao método adotado, independentemente dos instrumentos de trabalho e da técnica escolhida, o processo de preparação/ (re)conhecimento do objeto, é sempre acompanhado pelos esquissos à mão levantada. Muitas vezes deste processo resultam desenhos esquemáticos, simplificados e até desajustados, do que virá a ser o desenho rigoroso, mas que reflete a primeira impressão do espaço/detalhe.

As peças desenhadas passaram por diferentes fases de trabalho, critérios e análise e somente através da medição e posterior representação gráfica se foram enaltecendo as qualidades formais e dimensionais do objeto.

ferramentas

O processo de levantamento foi evoluindo do geral para o particular, passando pelo levantamento com o laser Bosch GLM 50 C com amplitude de medição de 0.05 - 50.0m, com recurso à técnica de triangulação; inicialmente utilizou-se app Bosch para partilha direta e automática de dados para uma ferramenta digital. No entanto, dadas as dimensões do objeto e complexidade do projeto, acabamos por recorrer à técnica tradicional de desenho esquemático à mão levantada. Complementarmente foi utilizada a fita métrica, réguas e paquímetro para pequenos detalhes e maior precisão. Complementarmente à trilateração, todos os desenhos esquemáticos de levantamento, registam as medidas parciais e totais, de forma a minimizar a margem de erro.

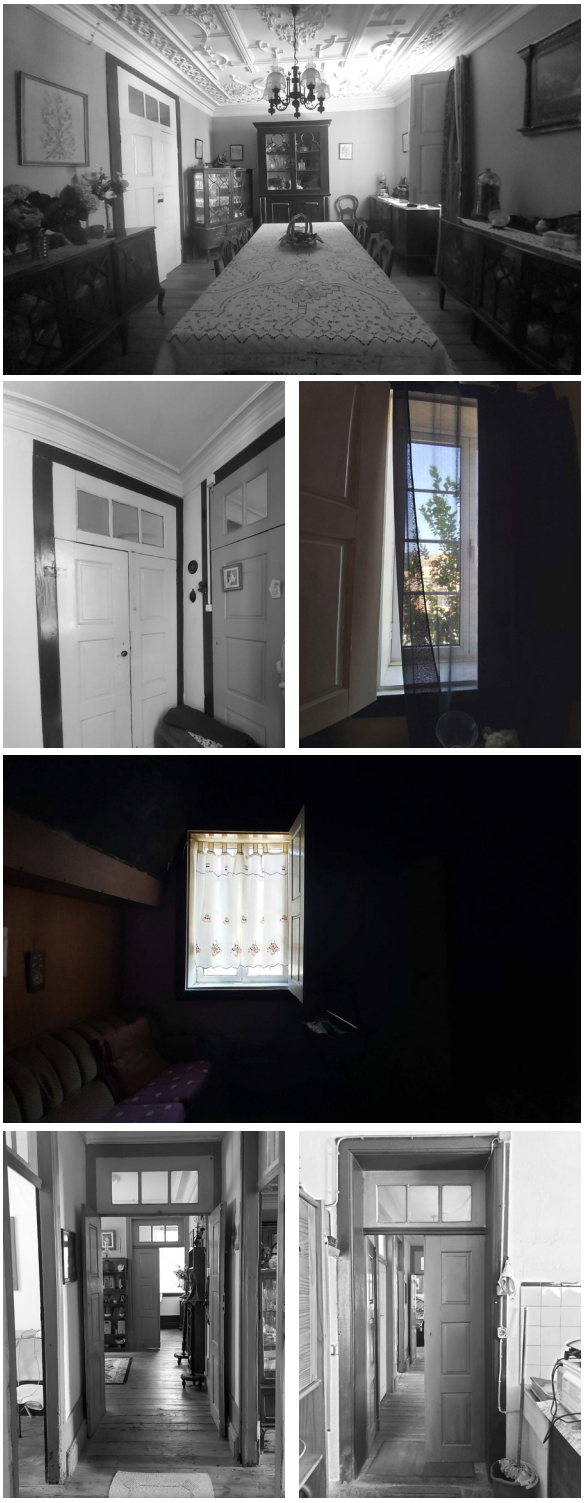
desenho

Durante a fase efetiva de levantamento surgem muitas vezes dois tipos de esquemas ou esquissos: um meramente interpretativo sem medidas ou escala, outro como complemento ao processo de medição - na sua maioria de detalhes. Nos esquissos de interpretação, são muitas vezes em desenho bidimensional ou tridimensional, com perspetiva ou axonometria, diagramático, muitas vezes com uma função meramente explicativa, tanto que nestes casos, se podem verificar algumas anotações necessárias a compressão do objeto/detalhe. No caso dos desenhos de levantamento que servem como complemento ao processo de medição, são muitas vezes de pequenos detalhes. A segunda fase é executada em campo, com a produção de desenhos esquemáticos e esquissos para interpretação, destinados a compreender o que pretendemos registar.

Ao longo de todo o processo, para a compreensão de determinados foram surgindo esquissos interpretativos destinados a clarificar determinados detalhes. Destes esquissos resultam desenhos em planta, corte transversal e longitudinal, desenhos de alçados e pormenorização, bem como desenhos da área envolvente. No que diz respeito ao corte em planta, é na sua generalidade representado com corte a corte 1,30m acima do piso. Os esquissos em momento algum, representam escala.



[71-79] Cave, organização interior
Documentação da estrutura, materialidade e elementos singulares



[80-89] Rés-do-chão, organização interior

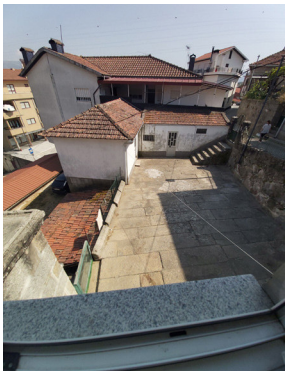
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



[90-101] 1º andar, organização interior e exterior

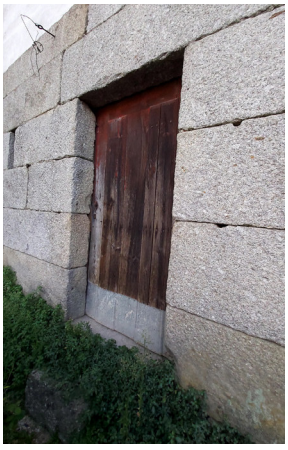










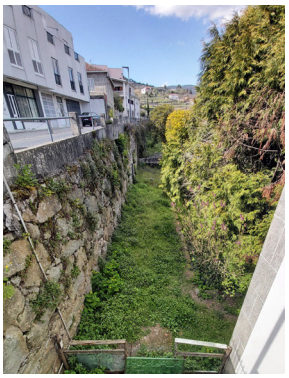



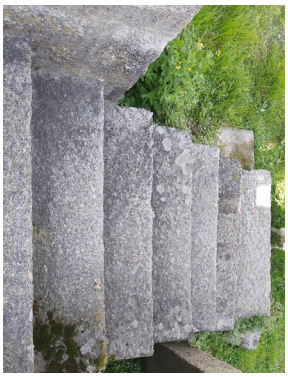



[102-129]Área exterior
Documentação da estrutura, materialidade e elementos singulares

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



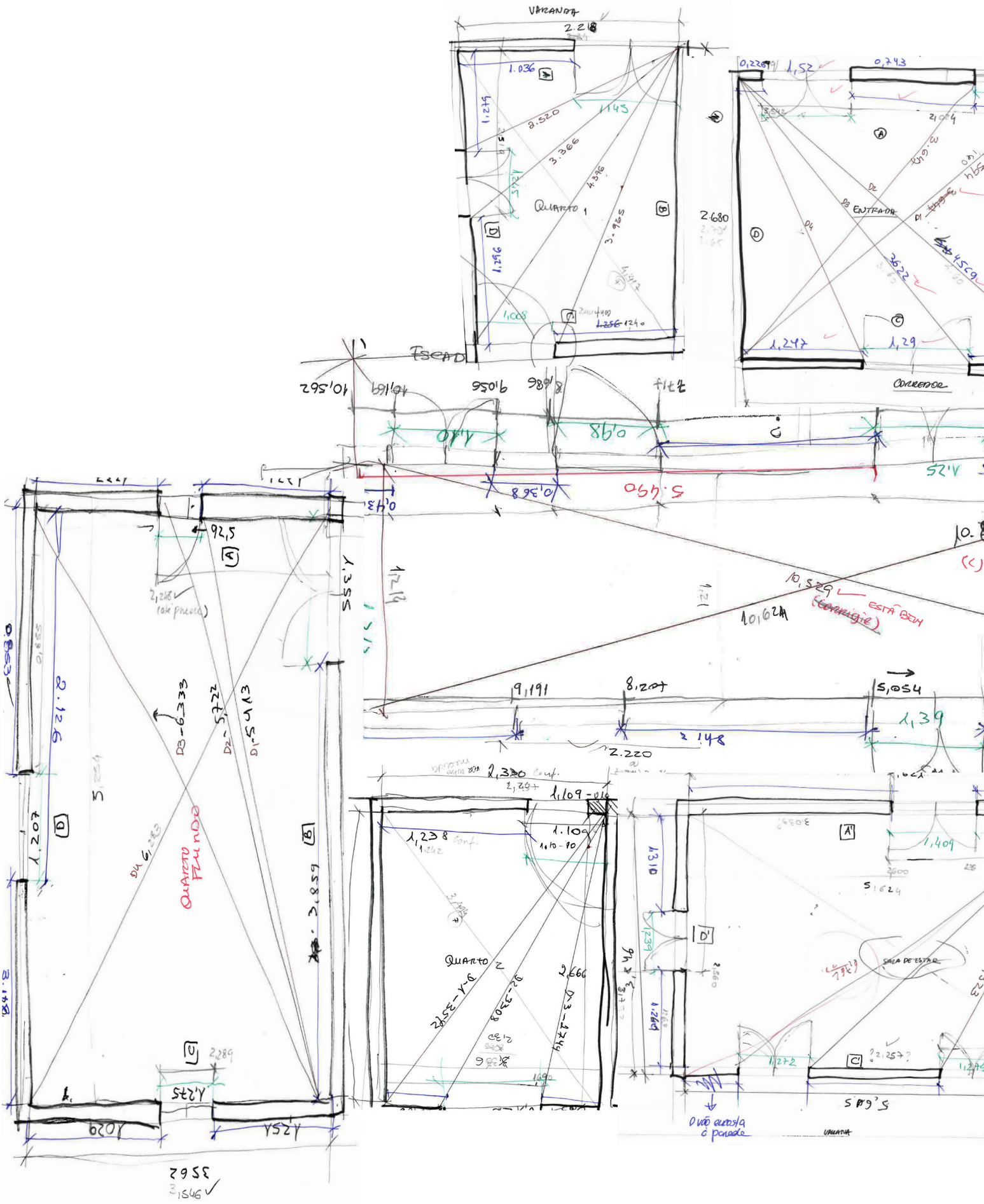



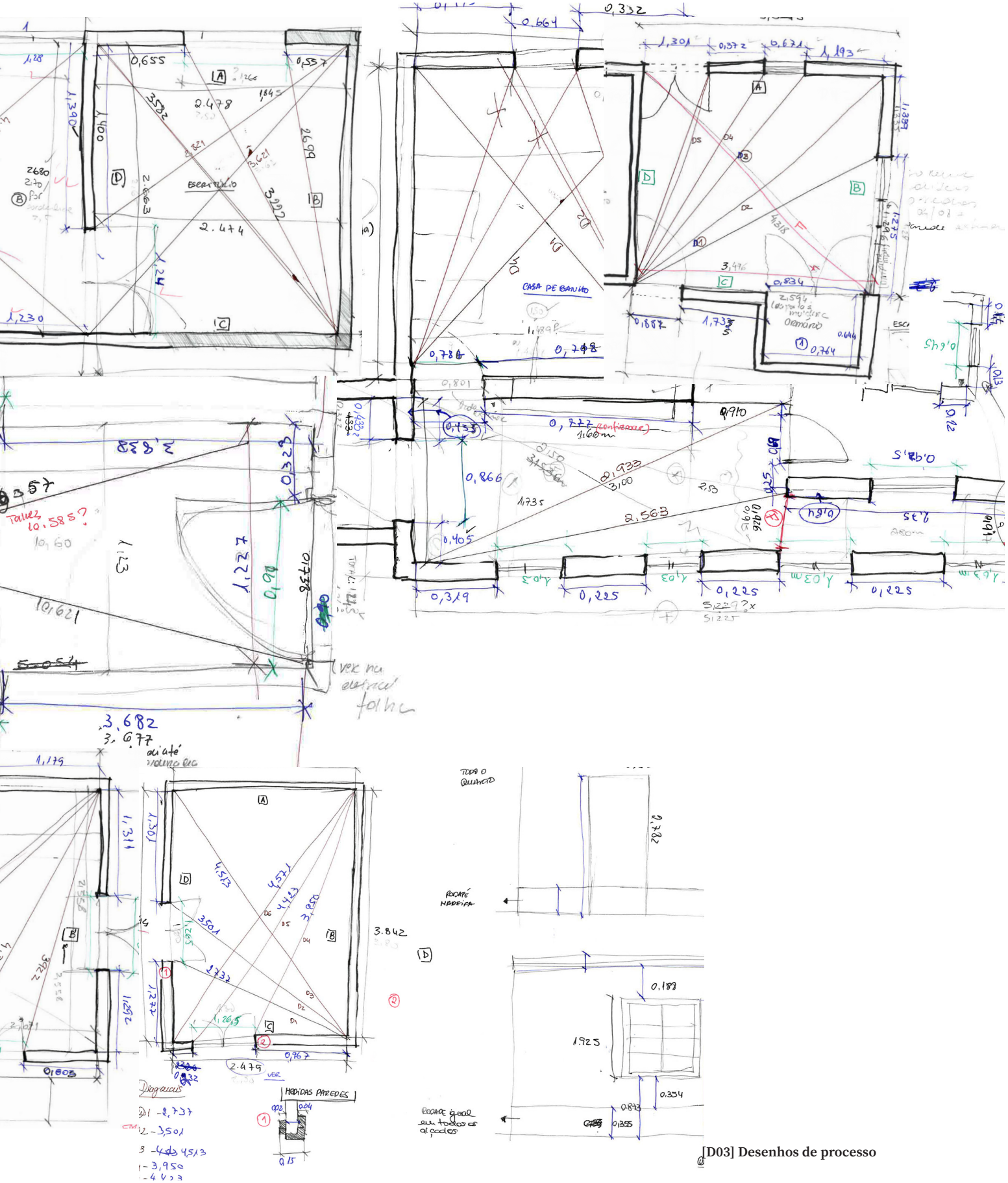







VARANDA
2.218
1.036
1.124
8.520
1.145
3.366
4.396
QUARTO 1
3.965
1.256
1.008
1,52
0,743
ENTRADA
2.680
3622
1,247
1,29
CORREDOR
10,562
9,191
8,207
2.220
5,054
1,139
10,529
ESTÁ BEM
5.450
92,5
2,238
2.126
1,207
3,559
3,546
3562
QUARTO PRINCIPAL
D3-6,333
D2-5,722
D1-5,413
2,289
1,275
1,029
1,254
2,238
1,109
1,238
QUARTO 2
2,666
1,409
1,624
SALA DE ESTAR
1,272
5,649
Vão existente a ponder
VARANDA

LEVANTAMENTO MÉTRICO



[D03] Desenhos de processo

2.3

DESCRIÇÃO DO SISTEMA CONSTRUTIVO

"O material de construção normal desta casa nortenha é, como dissemos a pedra, nomeadamente granito ou xisto, conforme os recursos ou possibilidades locais; e a par com um facto económico de adaptação ao tipo agrícola (...) relacionando-se a estrutura desta casa, com as qualidades de resistência e força do material de que ela é feita."[85]

Como definimos anteriormente, é essencial compreender o tipo de construção para que se possa ter um olhar crítico face ao edificado, evitando com isso a desvalorização de elementos representativos de uma época. Assim sendo, opta-se pela divisão deste levantamento em diferentes temáticas de forma a compreender a sua importância no conjunto e de forma individual, uma vez que "a pormenorização construtiva é decisiva para a caracterização e sucesso das operações de reabilitação"[86] e de manutenção. Para que mais adiante se possa avançar com o diagnóstico e o estado de conservação desses mesmos elementos.

Esta descrição será feita a partir da observação, análise e medições efetuadas no local, tendo por base o conhecimento de um conjunto de soluções comuns neste tipo de edifícios. De acordo com o trabalho desenvolvido pelo Professor Joaquim Teixeira, a estrutura da casa pode dividir-se em estrutura principal, que funciona como um esqueleto de suporte do edifício, e estrutura secundária[87], que não tendo a função principal de suporte, contribui, em conjunto com a estrutura principal, para a estabilidade do edifício. É com base nessa estrutura que organizamos este trabalho. A **estrutura principal** é constituída por: **fundações, paredes de suporte, estrutura dos sobrados e da cobertura.**

As paredes, construídas em alvenaria de granito, servem de suporte à estrutura dos sobrados e da cobertura. A estrutura dos sobrados corresponde à estrutura de suporte dos pisos (com exceção do piso da cave), e é constituída por peças de madeira (vigas e barrotes, apoiados nas paredes) que, por sobreposição, formam uma malha onde se apoia o soalho de madeira. A estrutura da cobertura tem como função o suporte do telhado e é constituída por asnas de madeira, apoiadas nas paredes de alvenaria.

Os restantes elementos construtivos são definidos pelas **paredes de compartimentação, vãos e caixilharias de portas e janelas, caixa de escadas e outros elementos singulares**. Em ambas as situações, contabilizamos apenas os elementos do volume principal e não dos anexos.

85. Ernesto Veiga de Oliveira E Fernando Galhano, op.cit, p. 29-30

86. Nuno Valentim Lopes, "Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e Início do Século XX", Porto, FEUP, 2006, pág. 58

87. Joaquim José Lopes Teixeira, "(...)Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX", Porto, FAUP, 2004, p.84

1.Fundações

Na impossibilidade de conseguirmos verificar o sistema construtivo das fundações, acredita-se que sejam similares às construções tradicionais da mesma época e por isso, "uma das características comuns às casas tradicionais do Norte de Portugal, independentemente da data da sua construção, é o tipo de fundações, que se apresentam executadas em alvenaria de pedra, preferencialmente constituída por travadouros ou perpianho dispostas de forma a constituírem o alargamento exigido às sapatas, que alcançam as profundidades necessárias até encontrarem terreno firme. Deste modo, podemos considerar que a largura e profundidade determinada para as fundações, embora de forma empírica, estão diretamente dependentes das qualidades do terreno onde se implanta o edifício."[88]

2.Paredes de suporte em alvenaria de granito

As paredes de suporte são construídas em alvenaria de granito, **[F14]** abundante na zona, resistente e "(...) mais fácil de trabalhar, era (igualmente) utilizado nos trabalhos de cantaria: molduras de portas e janelas, nas sacadas, pilastras, frisos, cimalhas e outros elementos decorativos."[89] A cuidada sobreposição das pedras cria um aparelhamento horizontal regular **[F06]** e um bom travamento das paredes nos cunhais, "assentes com argamassa de cal, areia e saibro. Estas paredes de pedra partem do ensoleiramento, que é o nivelamento geral dado ao respaldo das fundações onde estão assentes, até à cobertura".[90]

Recai nas paredes nascente e poente a sobrecarga dos sobrados **[P1-2]**. A espessura das paredes varia de acordo com a carga aplicada no respetivo piso, tendo como largura máxima 70 **[P1.3,4,6]** cm e mínimo de 30cm **[P2,5]** no piso da cave, no piso térreo 30cm e no 1ºandar 27cm. As paredes de maior espessura são constituídas por um pano duplo de alvenaria **[F05]**, uma técnica usualmente utilizada para muros de contenção de terras, onde as pedras não são assentes em argamassa, permitindo a drenagem natural das águas que se infiltraram nos terrenos. A excepção é a parede da fachada poente. **[P2]**

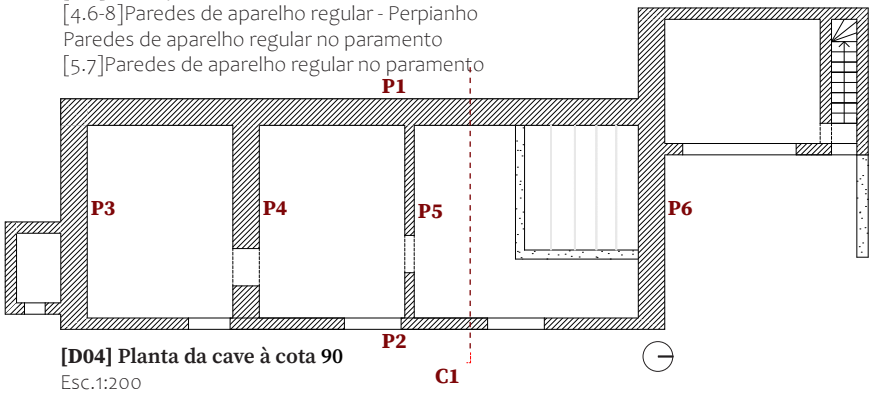
As paredes da fachada norte e sul **[P3-6]** não têm qualquer função de suporte do vigamento de madeira, visto que as vigas funcionam na direção oposta. Servem de apoio aos "paus rolados" e ao sistema da cobertura. A fachada sul, pertencente à zona da cozinha, divide o peso da carga dos lancis de pedra com a parede de meação[91] no rés-do-chão. No piso acima, acredita-se ter sido aplicada a mesma estrutura do restante sobrado.

Estas paredes são "predominantemente constituídas por peças aparelhadas – que definem os vãos de portas e janelas, sob a forma de lancis de soleiras, de parapeitos, de ombreiras e de lintéis ou vergas (...) As paredes de pedra das fachadas apresentam sempre espessuras consideráveis, pelo facto de serem autoportantes e de grande parte da sua superfície conter aberturas."[92]

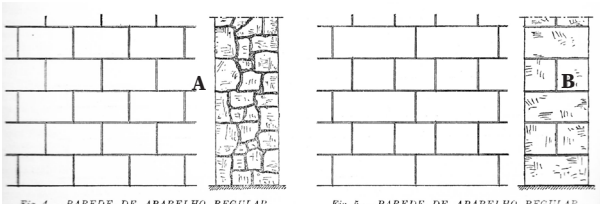
88. Vasco Freitas (cood.) - "Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos" Porto, OERN, 2012, p.36
89. Joaquim José Lopes Teixeira, op. cit, p. 52
90. Ibid, p.84
91. Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos, op. cit., p. 36
92. Joaquim José Lopes Teixeira, op. cit, p.105



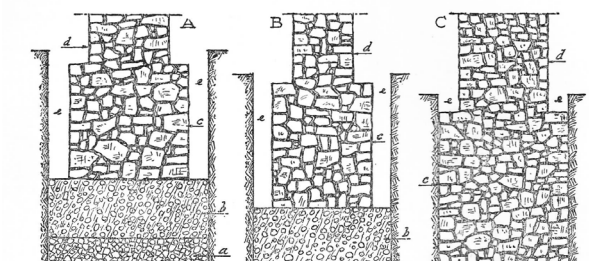
[130-137] Paredes estruturais
[1-3] Transição entre parede de alvenaria e revestimento
[4.6-8]Paredes de aparelho regular - Perpianho
Paredes de aparelho regular no paramento
[5.7]Paredes de aparelho regular no paramento



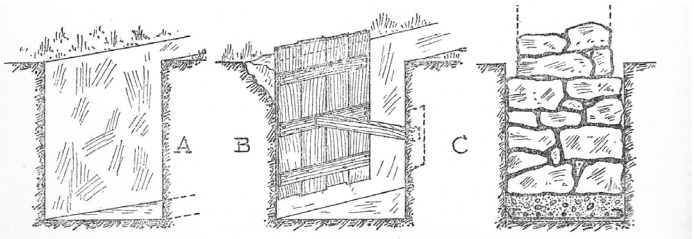
[D04] Planta da cave à cota 90
Esc.1:200



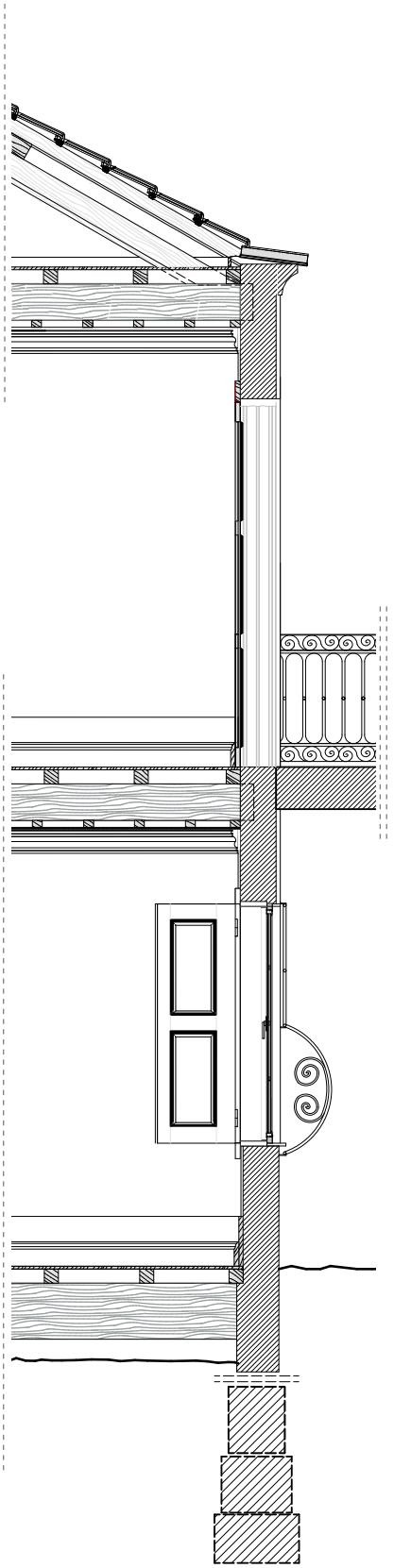
[138] Tipos de aparelhamento
A- Parede de aparelho regular no paramento -
B - Parede de aparelho regular - Perpianho



[139] Tipos de fundações
A- Fundação com sapata | B- Fundação com sapata em betão
C -Fundação de alvenaria sobre a terra



[140] Esquema do processo de execução de uma fundação em alvenaria
A- abertura | B- paramento | C - enchimento com alvenaria
Enciclopédia de Eng. Civil



[D05] C1 - Corte transversal pela fachada Nascente
Esc.50

O remate das paredes exteriores com o beiral da cobertura é feito com recurso a uma cornija. "As cornijas ou cimalhas, para além de constituírem um elemento decorativo, têm um carácter funcional, (...)de forma a protegerem as fachadas e a conduzirem as águas das chuvas o mais possível para o meio das ruas."[93]

2.1 Revestimentos

Pelo interior, as paredes de suporte, a nível do rés-do-chão e do primeiro andar, são "emboçadas e regularizadas com argamassa de cal, areia e saibro, com acabamento a estuque, efetuado através de um barramento de pasta de cal, posteriormente caiado ou pintado".[94] Pelo exterior, a nível do rés-do-chão e do primeiro andar, é revestido com "reboco de enchimento e regularização, executado com uma argamassa de saibro, areia e cal, simplesmente caiado ou pintado."[95] No piso correspondente à cave o aparelhamento está à vista.

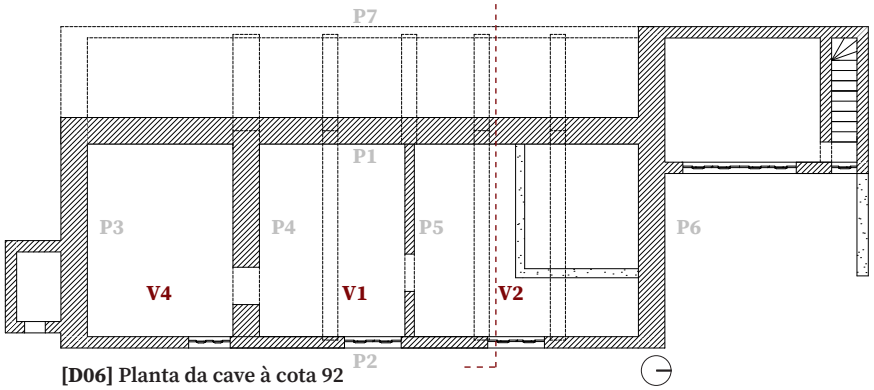
3. Sobrados

A estrutura dos pisos é constituída por uma estrutura de vigamento duplo dadas as dimensões dos vãos a vencer.

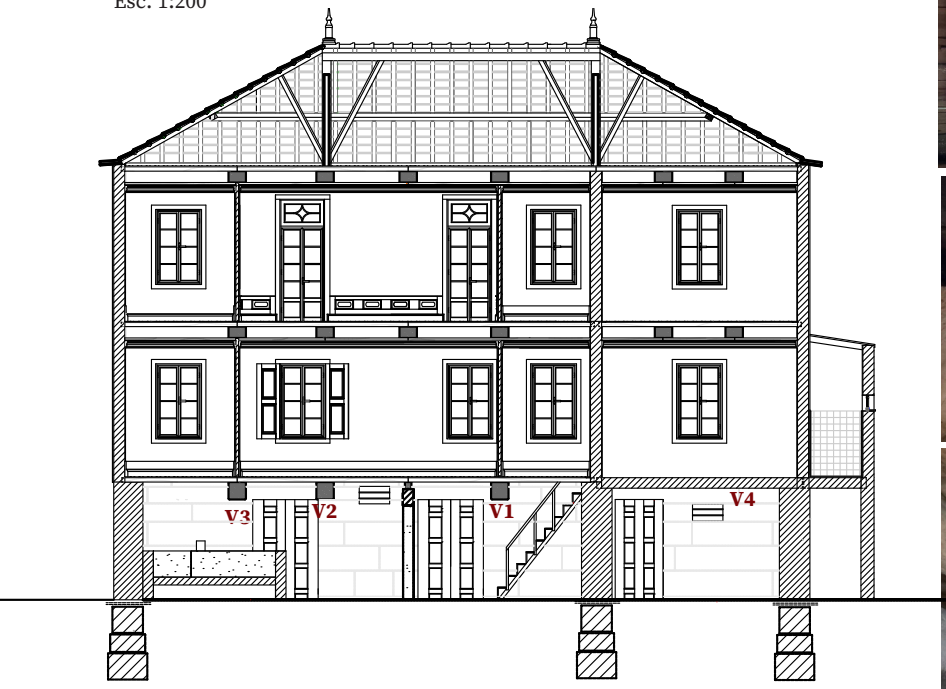
O vigamento principal, segue a técnica dos paus rolados **[03,12.13]**, mas neste caso, de secção retangular falqueada com 40cm de largura por 40cm altura e com uma comprimento de cerca de 5,30m e 2,50m, com um espaçamento que pode variar entre 1,60m e 1,70m. Este vigamento é apoiado e parcialmente encastrado nas paredes da fachada Nascente e Poente - cerca de dois terços da espessura da parede - chegando, nas paredes da cave, a apoiar-se em toda a sua espessura a nascente. Sobre este é assente um vigamento secundário **[09]**, perpendicular ao principal, falqueado em quatro faces, que recebe os revestimentos dos pavimentos e/ou dos tetos, com dimensões entre os 10cm de altura por 10 cm de largura e comprimento entre 2,90 e 3,20m, com espaçamento que pode variar entre os 45cm e 50cm. Não segue a lógica de travamento por tarugos como é usual.[96]

A estrutura dos sobrados é revestida a soalho[97] com uma espessura de cerca de 2cm e largura que varia entre os 15 e os 30 cm e de compriment variável, unidas por encaixe em meio fio e rebaixo.[98] No teto da cave, dada a inexistência de revestimento, é possível observar este sistema construtivo a olho nu. O piso da cave é em terra.

93. Joaquim José Lopes Teixeira, op. cit, p. 173
94. Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos, op. cit., p.37
95. Joaquim José Lopes Teixeira, op. cit, p.106
96. "Todo o vigamento é travado por tarugos espaçados em média cerca de 1,5m." Ibid, p. 88
97. "As tábuas de soalho depois de assentes, unidas por encaixe (em forma de macho-fêmea ou meia madeira) e pregadas ao vigamento, eram afagadas manualmente para se obter uma superfície uniforme. Posteriormente eram enceradas, de modo a aumentar o seu embelezamento e a garantir a sua protecção e conservação." Ibid, p. 93
98. F. Pereira da Costa, "Enciclopédia prática de construção civil: pavimentos de madeira", Lisboa, Portugália Editora, p.9



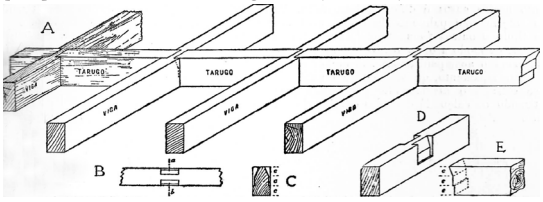
[D06] Planta da cave à cota 92
Esc. 1:200



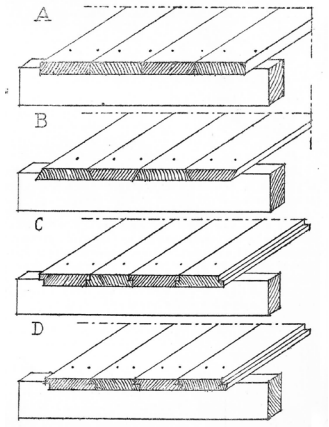
[D07] Corte longitudinal
Esc. 1:200



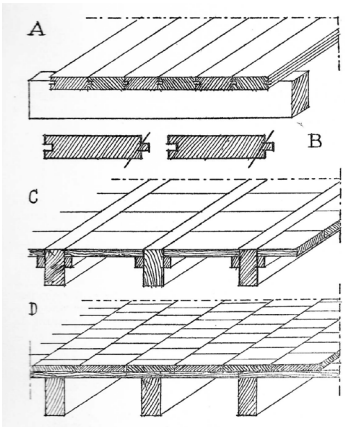
[141] Paredes estruturais
[1-3] **V1.2.3. -**Vigas de madeira no encontro com a parede
[4-9] **P1.2.5 -** Sistema de tarugagem dos vigamentos
[10-13] **V1.2. -** Dimensões das vigas e dos tarugos
[11] **P2-** Laje em lancis de granito (cozinha)



[144] Desenho do esquema de tarugagem e vigamentos
Enciclopédia de Eng. Civil



[142] Diversos sistemas de encaixe do soalho
A- Soalho de junta
B- Soalho de chanfro
C - Soalho à portuguesa de meio-fio com tabuas de espera e de cobrir
D - Solho à portuguesa com tabuas de meio-fio e de rebaixo - aplicado no caso de estudo



[143] Esquema de montagem de soalho
A- Sistema de montagem à inglesa
B- Perfis de tábuas de soalho à inglesa
C - Soalho assente entre vigas
D - Parquet assente sobre soalho

Enciclopédia de Eng. Civil

4. Cobertura e telhado

A cobertura é feita por um telhado de quatro águas, revestido por telha marselha, associando-lhe uma solução especial na tacaniça sul, relacionada com a localização da chaminé.

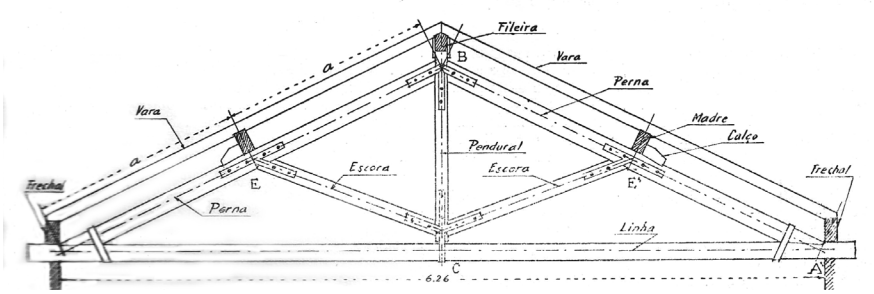
A estrutura principal é suportada por duas asnas simples de madeira assentes nas paredes, enquanto as tacaniças se apoiam nas paredes das fachadas Norte e Sul. A estrutura das asnas é "constituída por uma armação simples de duas vigas ou pernas, dispostas em forma de tesoura, unidas superiormente a meia madeira, apoiadas numa viga transversal ou linha, que por sua vez se apoiava nas paredes de meação. (...) Para travamento longitudinal, localizam-se superiormente, ao nível da cumeeira e a meio do vão das duas pernas, o pau de fileira e as madres, respetivamente. Ao fazer a transição das vertentes principais para a tacaniça, temos uma viga – rincão – que se apoia na fileira e no contrafrechal, entre as paredes de meação e as paredes das fachadas. Todas as vigas que compõem esta armação são em tudo semelhantes às vigas dos sobrados. Sobre esta armação era pregado o varedo ou caibros, também constituído por troncos de madeira de menor dimensão, aparados em duas faces, sobre os quais era pregado transversalmente um tabuado de guarda-pó, ao qual era finalmente pregado um ripado, para apoio das telhas."[99] Devido à grande inclinação da cobertura é possível o fácil acesso ao sótão. O pendural tem 2,60m de altura.

4.1 Beiral e cornija

O beiral é formado por uma fiada de telhas de canudo. "A dimensão destas telhas permitia projetar suficientemente o beirado, para que a água das chuvas caísse tanto quanto possível no meio da rua, isto numa época em que eram ainda pouco utilizadas as caleiras."[100] Acredita-se ter sido aplicada a mesma lógica, visto que só existe um algeroz, na fachada Poente, aplicado à posteriori. Curiosamente, o topo das telhas está argamassado. Todo o beiral é acompanhado por uma cornija simples.

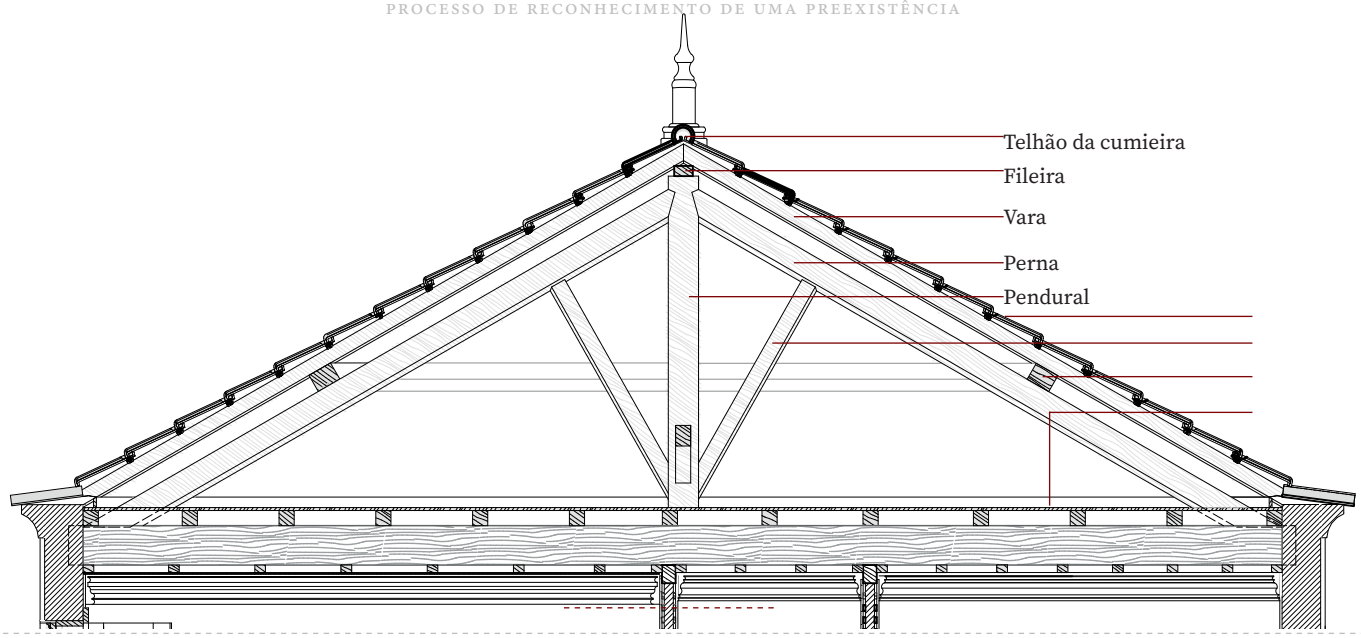
4.2 Algeroz

Fundamentais ao telhado, os algerozes têm a função de recolher as águas das chuvas, evitando que caiam diretamente para o chão, e conduzi-las para os tubos de queda. Neste caso, localizam-se na fachada sul, sobre o telhado da varanda.

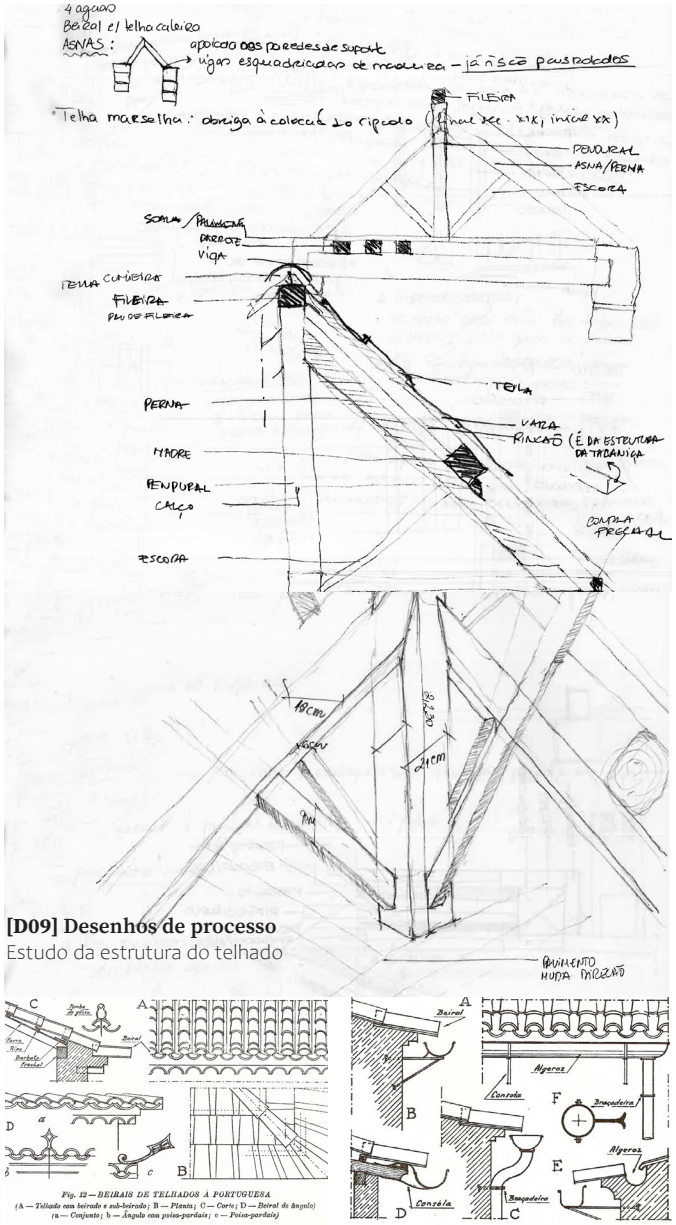


[145] Esquema de uma asna simples
Enciclopédia de Eng. Civil

99. Joaquim José Lopes Teixeira, op. cit, p. 96
100. Ibid, p. 167



[D08] Corte transversal, estrutura da asna
Esc. 1:200



[D09] Desenhos de processo
Estudo da estrutura do telhado

[146] C1 - Estudo de desenhos de beirais de telhados e de algerozes
Enciclopédia de Eng. Civil

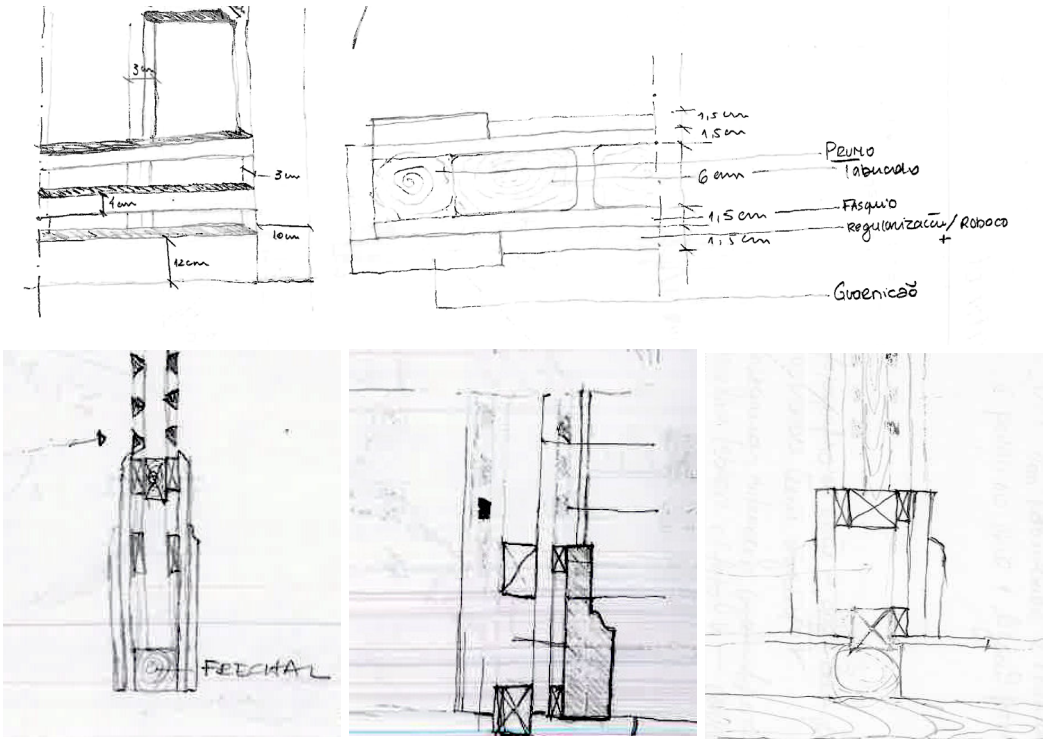


[147] Cobertura
[1-10] Paredes de aparelho regular no paramento
[2-5-8-11] Beiral e sistema de drenagem das aguas pluviais

1.Paredes interiores de compartimentação

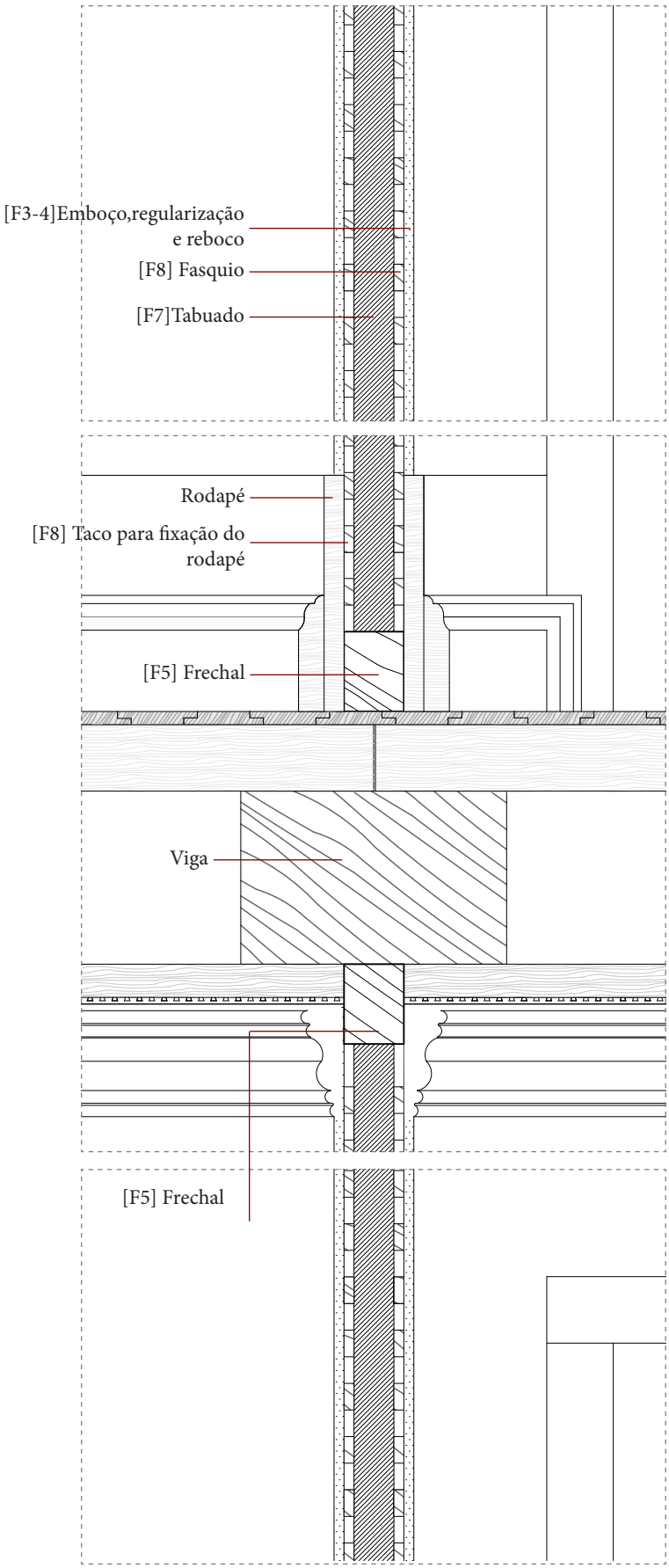
As paredes interiores de ambos os pisos são de tabique simples, executadas com o pavimento já colocado, na fase de acabamentos.[101] Pelo que nos foi possível observar numa das paredes de acesso ao sótão, em mau estado de conservação, são constituídas por barrotes em forma de frechais no topo inferior e superior, com 9cm de espessura e 12cm de altura. Os prumos, colocados na vertical, de frechal a frechal, tem 6cm de largura, 2.95m de altura e 2.50cm de espessura. Servem de suporte ao ripado/fasquiado de madeira (no nosso caso não é falqueado) com 4cm de altura e largura de 1,5 cm, distanciados entre si aproximadamente 4cm, colocados a partir do rodapé. O fasquiado, sendo a parede de tabique simples, é aplicado de ambos os lados. A localização destas paredes respeita a localização do vigamento dos sobrados.[102]

No que diz respeito ao revestimento, "a primeira cobertura a aplicar nos paramentos das paredes, tanto interiores como exteriores, é o emboço[103] , que pode ser de argamassa de cal e areia ou de cimento e areia.(...) "[104] Só depois de seco é aplicado o reboco. No que diz respeito aos acabamentos segue a mesma metodologia referida nos revestimentos interiores das paredes de suporte, são revestidas com as mesmas argamassas e demais acabamentos, de forma a dar continuidade aos materiais utilizados no interior.



[D10] Desenhos de processo
Estudo da estrutura das paredes de tabique

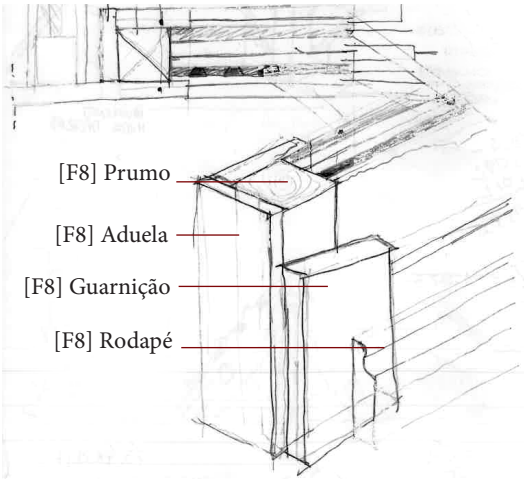
101. Joaquim José Lopes Teixeira, op. cit, p. 93
102. "A localização das paredes interiores de tabique está dependente da estrutura dos sobrados, concretamente no que respeita à localização do vigamento, sobre o qual estão diretamente apoiadas." Ibid, p. 120
103. "Chapado de massa sobre a alvenaria.", Enciclopédia prática de construção civil, op. cit., Interiores e exteriores, p.5
104. Ibid, p.5



[D11] Detalhe construtivo da parede de tabique
Esc.1.10



[148] Parede de tabique simples
[F1-5 Detalhe do frechal e da aduela (parede s/ rodapé)
[F3-4] Detalhe do emboço, regularização e acabamento
[F6] Detalhe do ripado e da aduela
[F7-8] Detalhe do tabuado (ñ tem travessanho) e do ripado

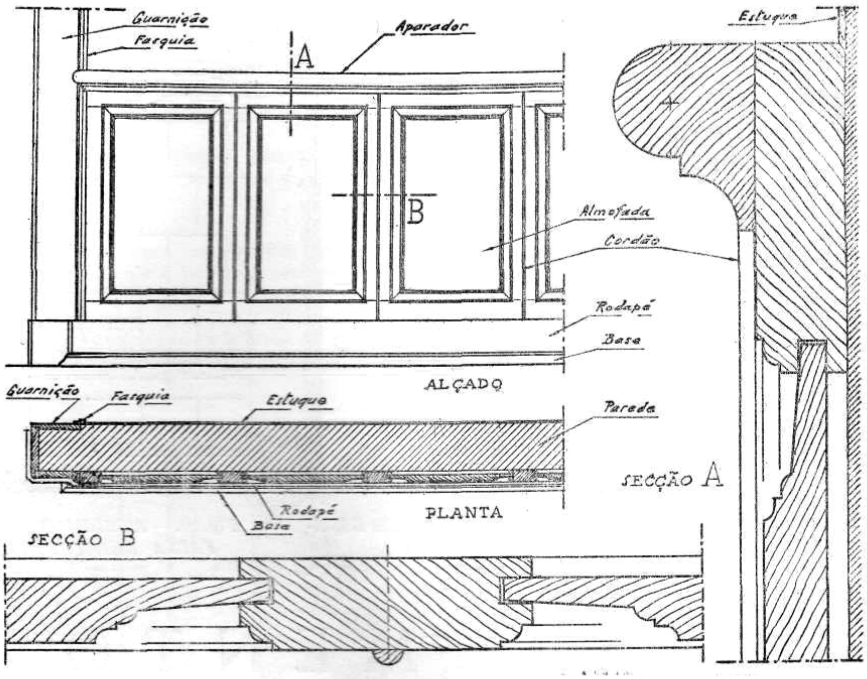


[D12] Desenhos de processo
Estudo da estrutura das paredes de tabique simples

1.1 rodapés e lambris

A ligação das paredes com o piso é rematada através de um rodapé[105] em madeira, pintado. Identificamos dois tipos de rodapé: um simples e outro duplo. O simples, constituído por uma única tábua de madeira, tem cerca de 35cm de altura, sendo que o mais comum, o duplo, à tábua de madeira é pregado uma outra certa de 17cm de altura. Na sala de estar, o remate é feito com um lambrim[106] almofadado, composto por tábuas unidas umas às outras, pelo sistema macho e fêmea, ainda à cor original com uma altura de 58cm.

Dependendo da divisão, a pintura alterna entre o verde e o castanho, à exceção de dois exemplos que tentam, através da pintura, imitar a textura do mármore. "Estas tábuas são sempre pregadas às paredes de pedra ou de madeira como recurso a ripas, que servem de distanciador e nivelador."[107]

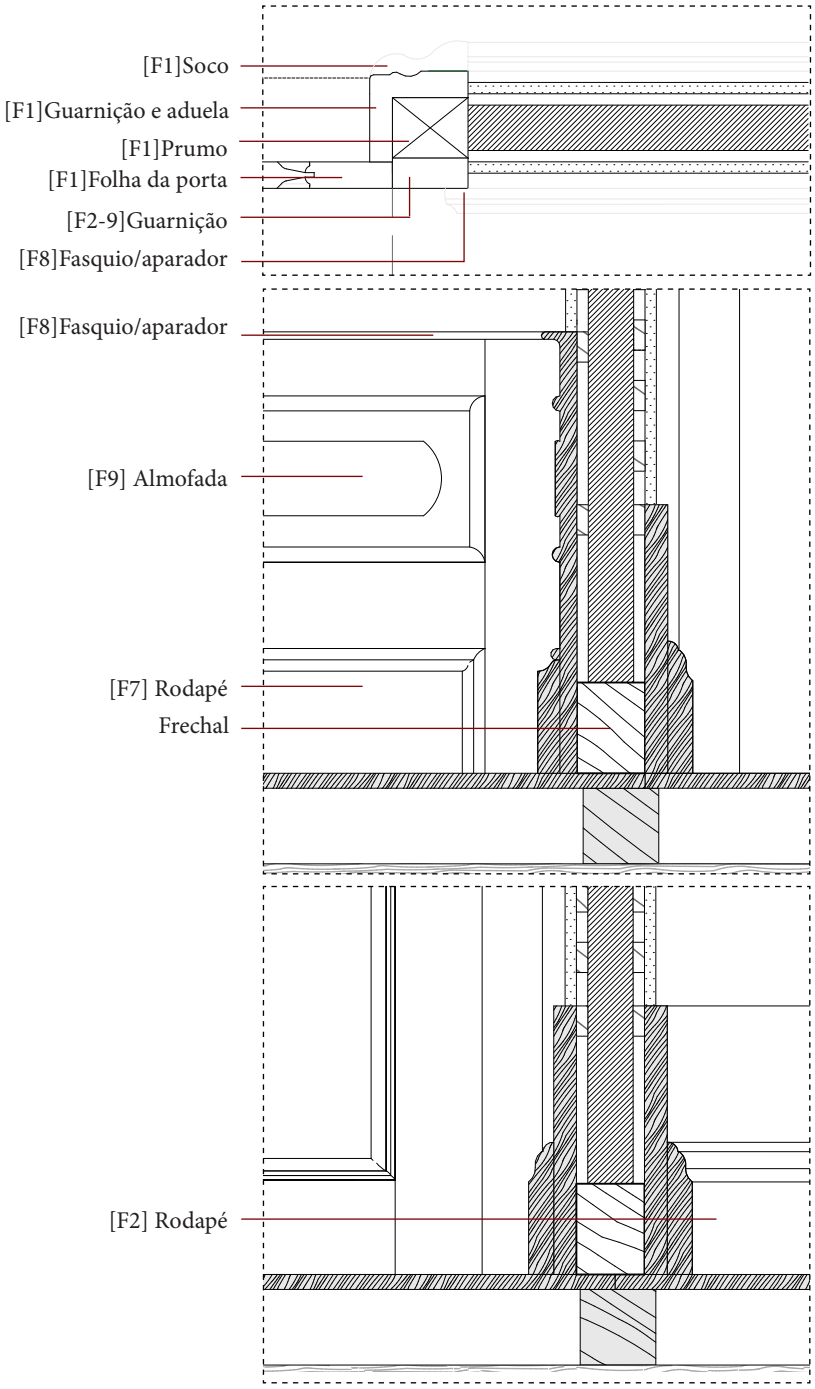


[149] Detalhes construtivos de um lambrim de madeira apainelado
Enciclopédia de Eng. Civil

105. "Os rodapés são importantes elementos usados na transição entre as paredes e os pavimentos. Funcionam como remate e proteção do acabamento de reboco estucado das paredes e fazem a transição diferentes elementos estruturais, como são as paredes interiores ou exteriores e os sobrados" Joaquim Teixeira, op. cit, p. 175

106. "Designam-se por lambris ou silhares os revestimentos que apenas atingem certa altura dos paramentos, provindo, porém, da altura das costas das cadeiras", Enciclopédia prática de construção civil, op. cit., Interiores e exteriores, p.11

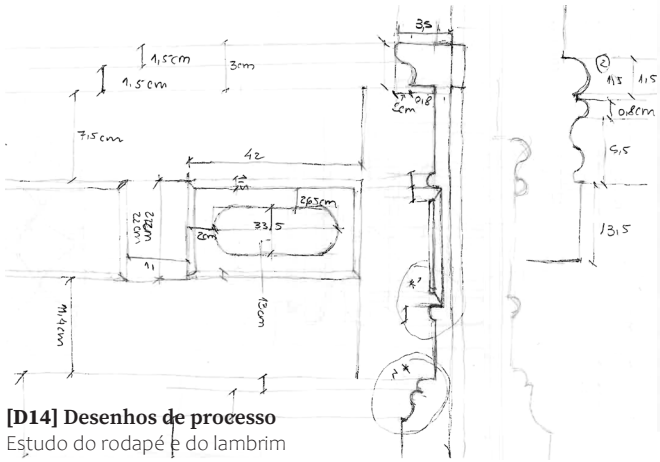
107. Joaquim Teixeira, op. cit, p. 175

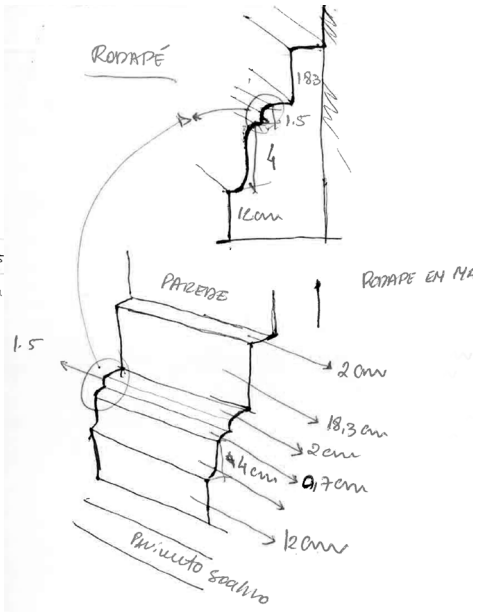


[D13] **Detalhe construtivo do lambrim e do rodapé**
Esc. 1:10



[150] Parede de tabique simples
[F1-5 Detalhe do frechal e da aduela (parede s/ rodapé)
[F3-4] Detalhe do emboço, regularização e acabamento
[F6] Detalhe do ripado e da aduela
[F7-8] Detalhe do tabuado (ñ tem travessanho) e do ripado





[D14] **Desenhos de processo**
Estudo do rodapé e do lambrim

1.2 tetos e sancas

O revestimento dos tetos é feito através da aplicação de um fasquiado de madeira, sendo depois revestido com reboco de argamassa de cal e saibro, posteriormente emboçado e estucado, obedecendo possivelmente ao seguinte faseamento: "Os fasquios, espaçados entre si a espessura de um dedo, eram pregados diretamente sob os paus rolados ou, em muitos casos, a uma estrutura intermédia de barrotes com a dimensão de 5 por 7 cm, espaçados entre si cerca de 0,5m, que compensava algum desnivelamento da estrutura do vigamento, permitindo simultaneamente a sua ventilação; A primeira camada de argamassa, à base de areia fina e cal, era aplicada por cima dos fasquios antes da colocação do soalho; A segunda camada de argamassa, à base de areia fina e cal, era aplicada sob os fasquios preenchidos com a argamassa anterior, regularizando o teto e criando uma superfície bem desempenada, sobre a qual era aplicado o acabamento em estuque, executado com pasta de gesso."[108]

No nosso exemplo, temos compartimentos com uma decoração simples, apenas ornamentados ao centro, ou em toda a sua superfície dependendo da hierarquização dos espaços. O remate dos tetos com as paredes é feito com recurso a uma sanca, executada com "um contramolde em chapa, fixo a duas pequenas tábuas de madeira dispostas em ângulo reto, que faziam correr ao longo da intersecção da parede com o teto."[109] Nos espaços comuns, a sanca segue a mesma lógica geométrica dos elementos decorativos do teto e servia para esconder as fissuras entre os revestimentos.

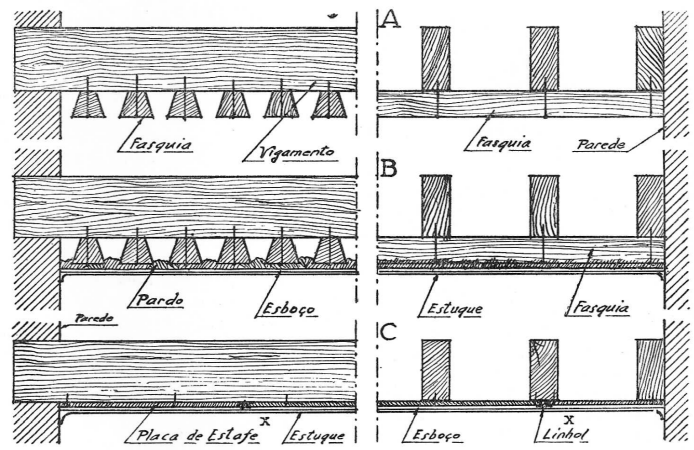


Fig. 25.— TECTOS ESTUCADOS
A) Tecto fasquiado; B) Tecto fasquiado, rebocado, esboçado e estucado; C) Tecto de placas de estafe, esboçado e estucado
(Do lado esquerdo.— *Corte transversal*; Do lado direito.— *Corte longitudinal*)

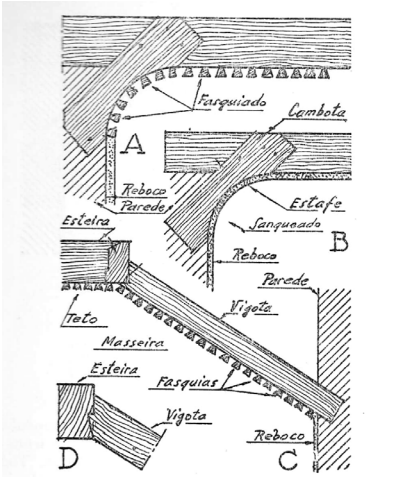
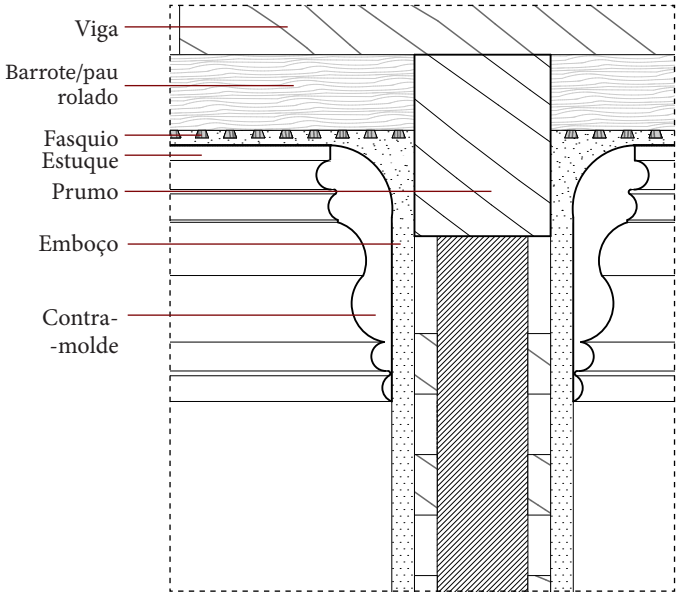


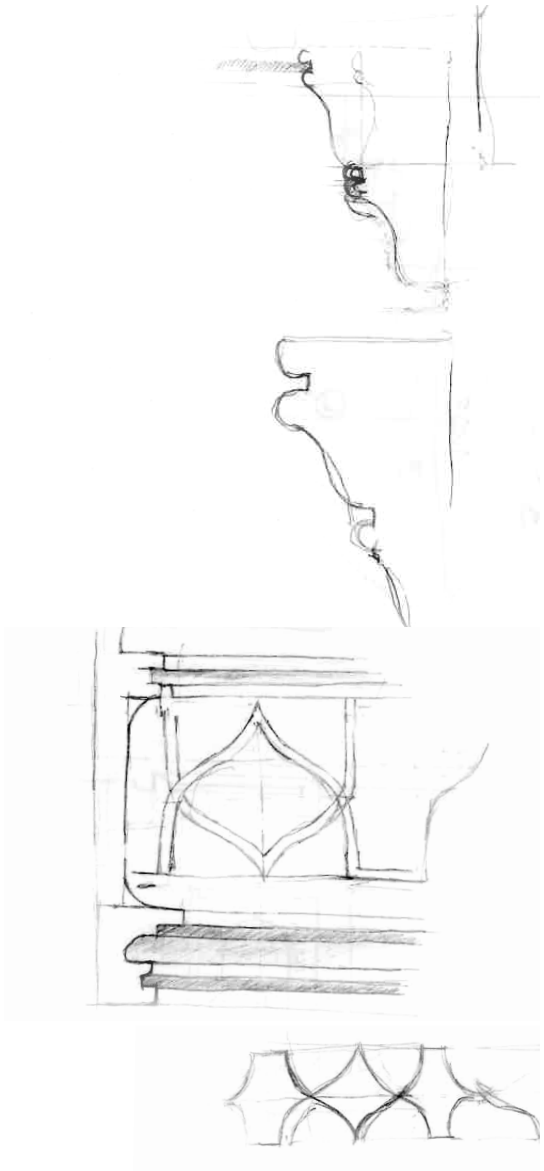
Fig. 26.— SANCAS DE TECTOS ESTUCADOS
A) Sanca fasquiada; B) Sanca revestida de estafe; C) Dobra de masseira fasquiada; D) Pormenor da quebra da masseira

[151] Detalhesconstrutivos de tetos e sancas estucados
Enciclopédia de Eng. Civil

108. Joaquim Teixeira, op. cit., p. 94
109 Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos, op. cit., p. 44



[D15] Detalhe construtivo da sanca e do teto
Esc. 1:10



[D16] Desenhos de processo
Estudo da sanca







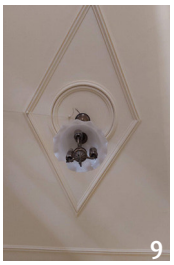












[152] Tetos estucados
[F1] Teto estucado da sala de estar
[F2-8] Detalhes dos desenhos em pasta de gesso
[F9] Detalhe do teto de um dos quartos

2. Vãos e caixilharias exteriores

Os vãos respeitam o modelo tradicional.[110] Semelhantes a outros exemplos onde é aplicado o mesmo sistema construtivo, são de dimensões reduzidas e reflexo da função que o espaço interior representa. A largura é condicionada pela dimensão do lancil da verga e a altura é determinada pela sobreposição da alvenaria e do desenho do alçado.

As ombreiras correspondem à espessura da parede. As vergas dos vãos, colocadas pelo exterior e pelo interior, formavam assim a padieira. A soleira ou o parapeito, dependendo dos casos, é formada por um único lancil de pedra, igual ao da padieira.

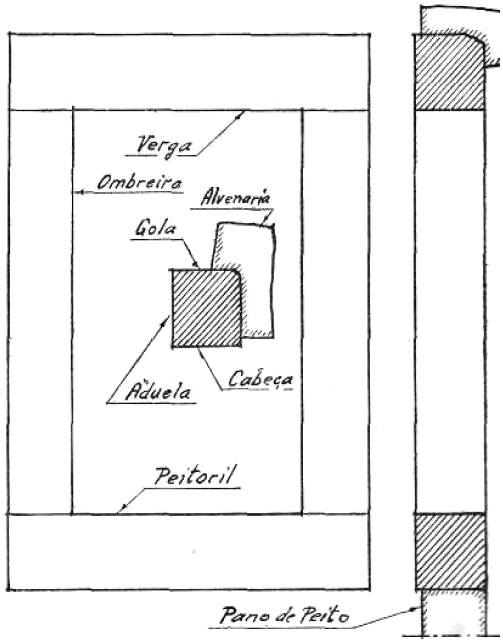
Dentro do que nos foi possível analisar, no piso da cave, onde o aparelhamento está a vista, os vãos das portas e das janelas são constituídos pelo aparelhamento regular de alvenaria de granito. Apesar do número de vãos exteriores existentes, podemos catalogá-los em apenas cinco tipos: A- janelas de peito; B-janelas de sacada; C- Portas Exteriores; D- Portas Interiores; E - postigos;

2.1 janelas de peito

Pode encontrar-se no edificado três tipos de janelas exteriores: janelas de peito, de sacada de batente e pequenas frestas. As janelas de peito estão presentes em maior número e compõem o ritmo das fachadas, interrompido, no primeiro andar, pelas janelas de sacada.

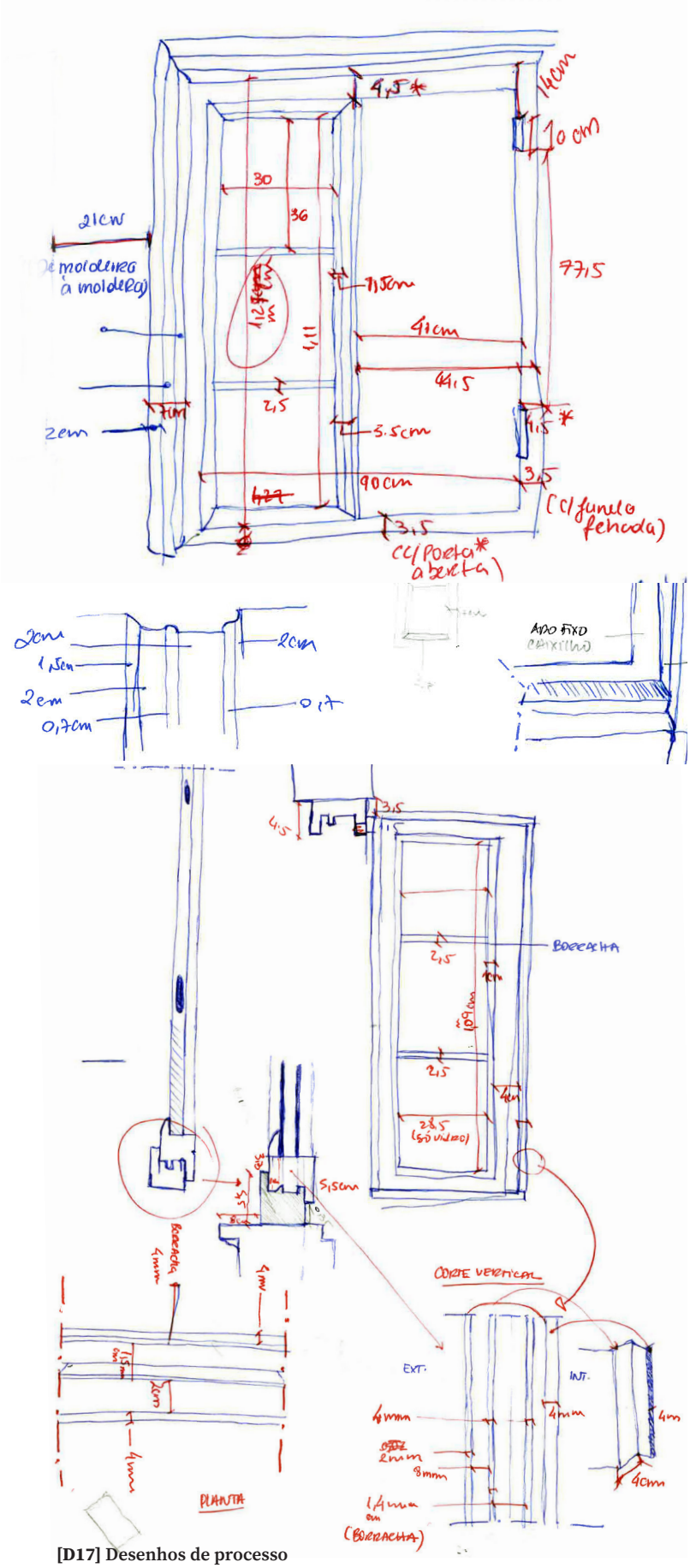
Apesar dos caixilhos originais respeitarem a utilização tradicional de madeira, em guilhotina, no ano de 2000 foram substituídos por caixilhos de PVC de batente com duas folhas, mantendo-se a cor branca.

A caixilharia é e era fixa no limite do vão com o exterior. Da caixilharia de madeira resta a moldura interior[111] e as portadas de madeira. O parapeito exterior é preenchido por uma soleira de granito, colocada no momento da nova caixilharia. No interior mantém-se a tábua de peito rematada pela moldura de madeira interior.



[153] Detalhes construtivos de um vão de janela
Alçado e corte
Enciclopédia de Eng. Civil

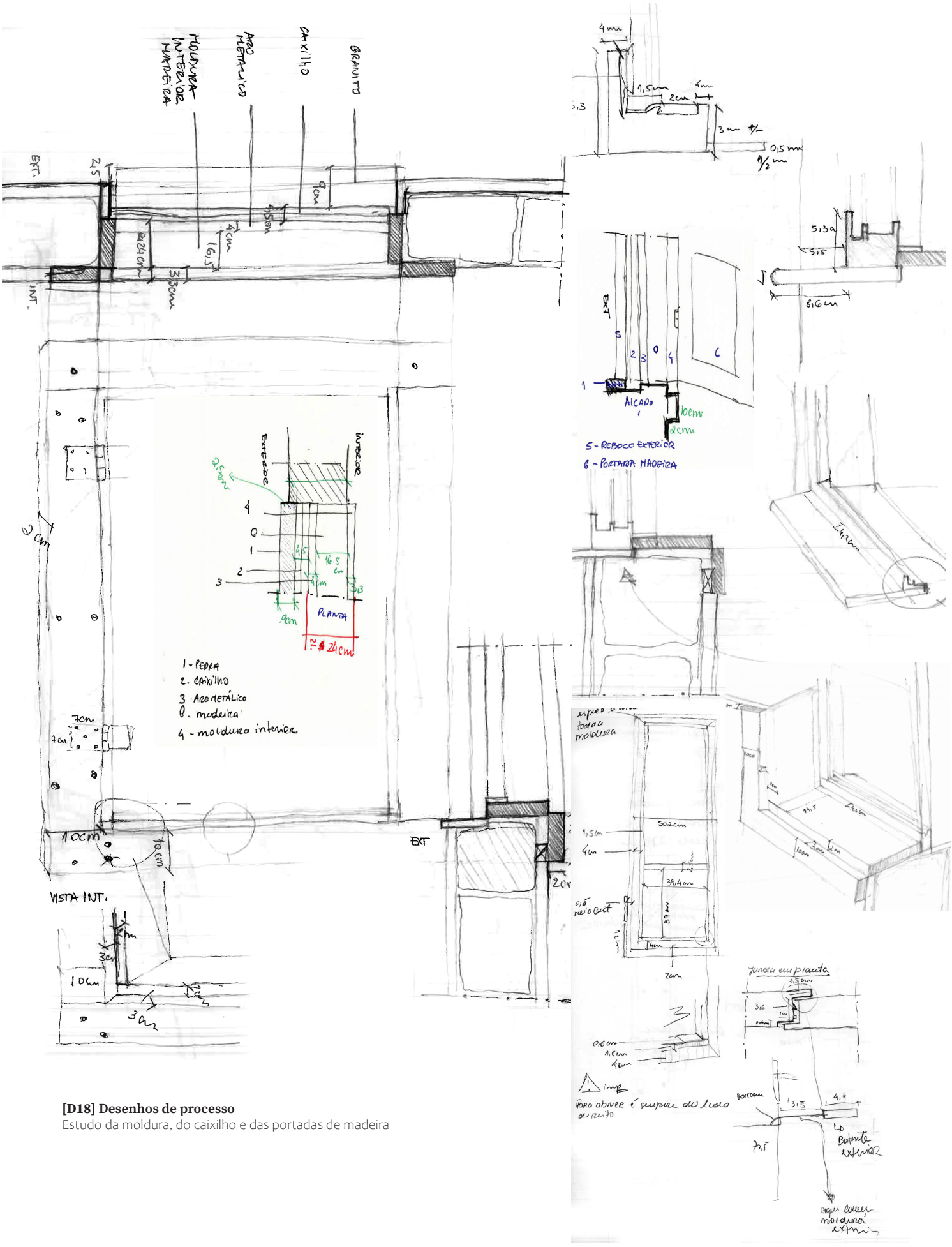
110. "As ombreiras dos vãos eram constituídas por lancis de granito, com a largura correspondente à espessura das paredes, com um perfil recortado em forma de batente, conformando o aro de gola. O seu comprimento é fixo, pois estava limitado às dimensões mais económicas da pedra. Por esta razão, apresentam-se frequentemente acrescentados, adaptando-se deste modo às várias alturas dos vãos. Os lancis de ombreira, de forma mais simples, são também os de maior dimensão, sendo ainda os únicos que se repetem em todos os vãos da casa, conjugando-se com os restantes lancis. As vergas dos vãos de portas e janelas são sempre formadas por dois lancis, um exterior e outro interior, dispostos de maneira a formarem batente, constituindo assim o aro de gola da padieira. Os lancis exteriores podem variar em função da riqueza dos seus pormenores decorativos, enquanto os interiores mantêm sempre a mesma forma, muito mais simples, suscetível de se combinar com qualquer dos casos anteriores. Os parapeitos das janelas de peito são formados apenas por um único lancil, que pode ser igual ao utilizado na padieira. É de notar ainda que, nestes vãos, os lancis situados entre o pavimento e o parapeito têm o mesmo perfil dos lancis interiores usados nas padieiras.", Ibid, p.54
111. "O aro interior é constituído por uma esquadria formada por uma ou duas tábuas, com a largura das duas folhas do caixilho, cerca de 6cm, fixas as ombreiras de pedra por tacos de madeira ou chapuzes." Joaquim Teixeira, op. cit, p. 152



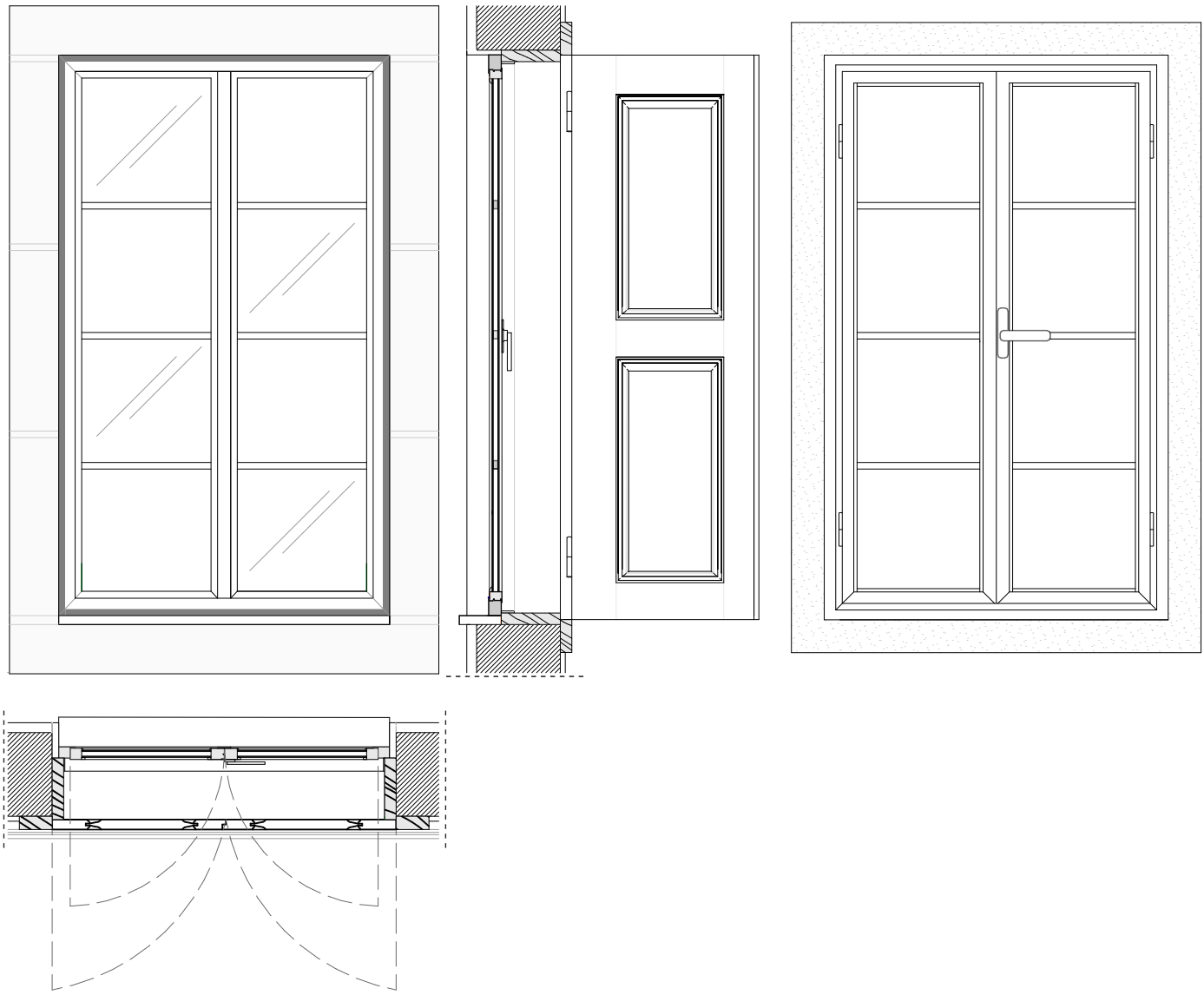
[D17] Desenhos de processo
Estudo da moldura, do caixilho e das portadas de madeira



[154] Janelas de peito
[F1-3] Moldura e Caixilho
[F5-7-9-10] Detalhes da moldura de madeira
[F3-6-8] Caixilho



[D18] Desenhos de processo
Estudo da moldura, do caixilho e das portadas de madeira



[D19] Detalhes construtivos de uma das janelas de peito
Vista exterior, corte transversal, vista interior, planta
Esc. 1:20

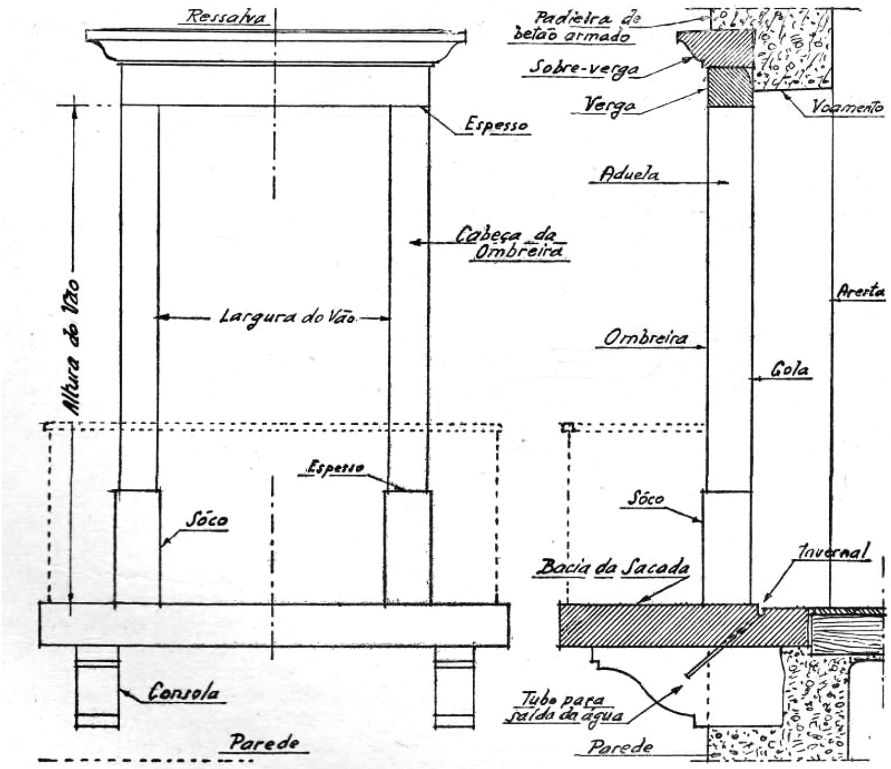
2.2 janelas de sacada

As janelas de sacada de batente, presentes na varanda da fachada Poente, seguem a mesma lógica construtiva das restantes, diferenciando-se apenas na sua tipologia. De salientar que apesar de terem sido retirada a caixilharia de madeira das janelas, as portadas e as bandeiras foram mantidas assim como a travessa exterior: "A dividir os caixilhos de abrir do caixilho da bandeira existe a travessa da bandeira que, à semelhança do que acontece nas portas, pode apresentar-se mais ou menos decorada com variado tipos de ornatos."[112]

O caixilho das bandeiras é constituído por uma esquadria de couceiras e travessas pintado a branco. "O vidro, colorido, com espessuras que podiam ir entre os 3 e os 5mm, são fixos por tachas e vedados por aquilo que acreditamos ser betume de vidraceiro, no interior, dividido por formas geométricas. As samblagens e restantes uniões entre as várias peças, algumas de formas delicadas como os pinázios, são em tudo iguais às das portas."[113]

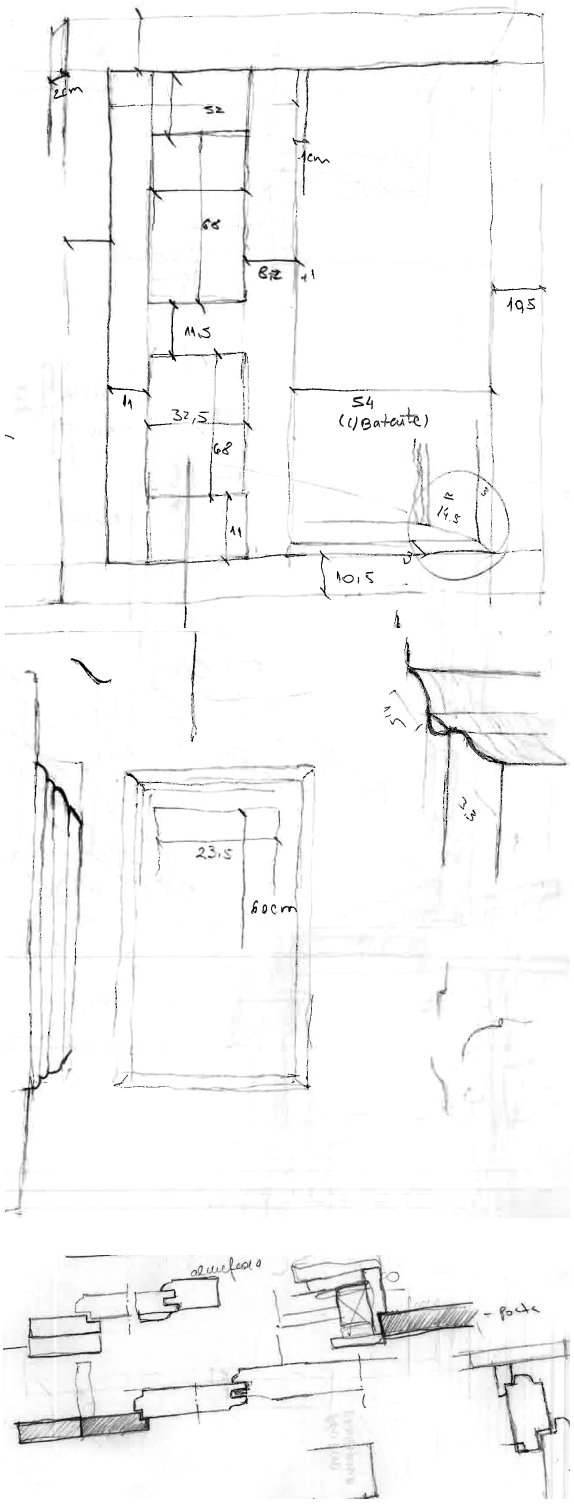
Pelo interior e para proteção solar, encontram-se as portadas, divididas em duas folhas com três almofadas cada, "as dobradiças das portadas são fixas a um perfil de batente, em madeira, fixo às ombreiras de cantaria através de chapuzes. Além das dobradiças, as portadas possuem dois fechos de embutir, fixos à couceira central de batente."[114]

Como remate, o lancil de padieira e das ombreiras interiores são nestes casos de granito, a transição das ombreiras para o revestimento interior é feito com recurso a guarnições em madeira pintada.



[155] Detalhes construtivos de um vão de sacada
Alçado e corte
Enciclopédia de Eng. Civil

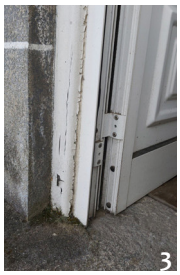
112. Joaquim Teixeira, op. cit, p. 151
113 Ibid
114 Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos, op. cit., p.59

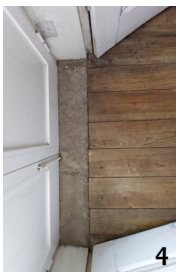


[D20] Desenhos de processo
Estudo das portadas de madeira

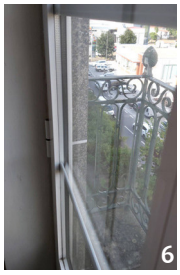

1


2

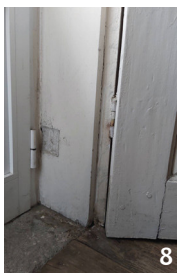

3


4

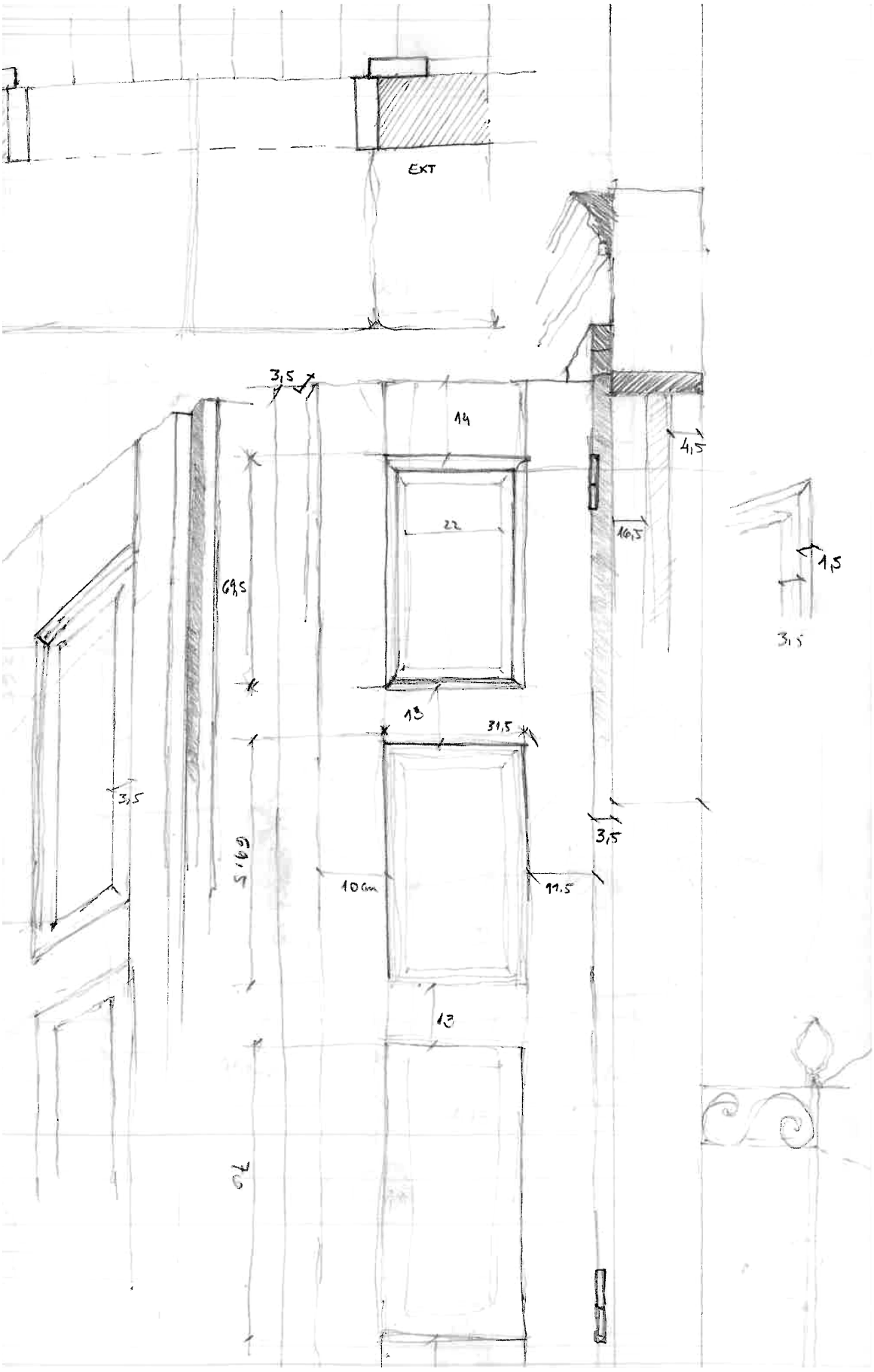

5


6

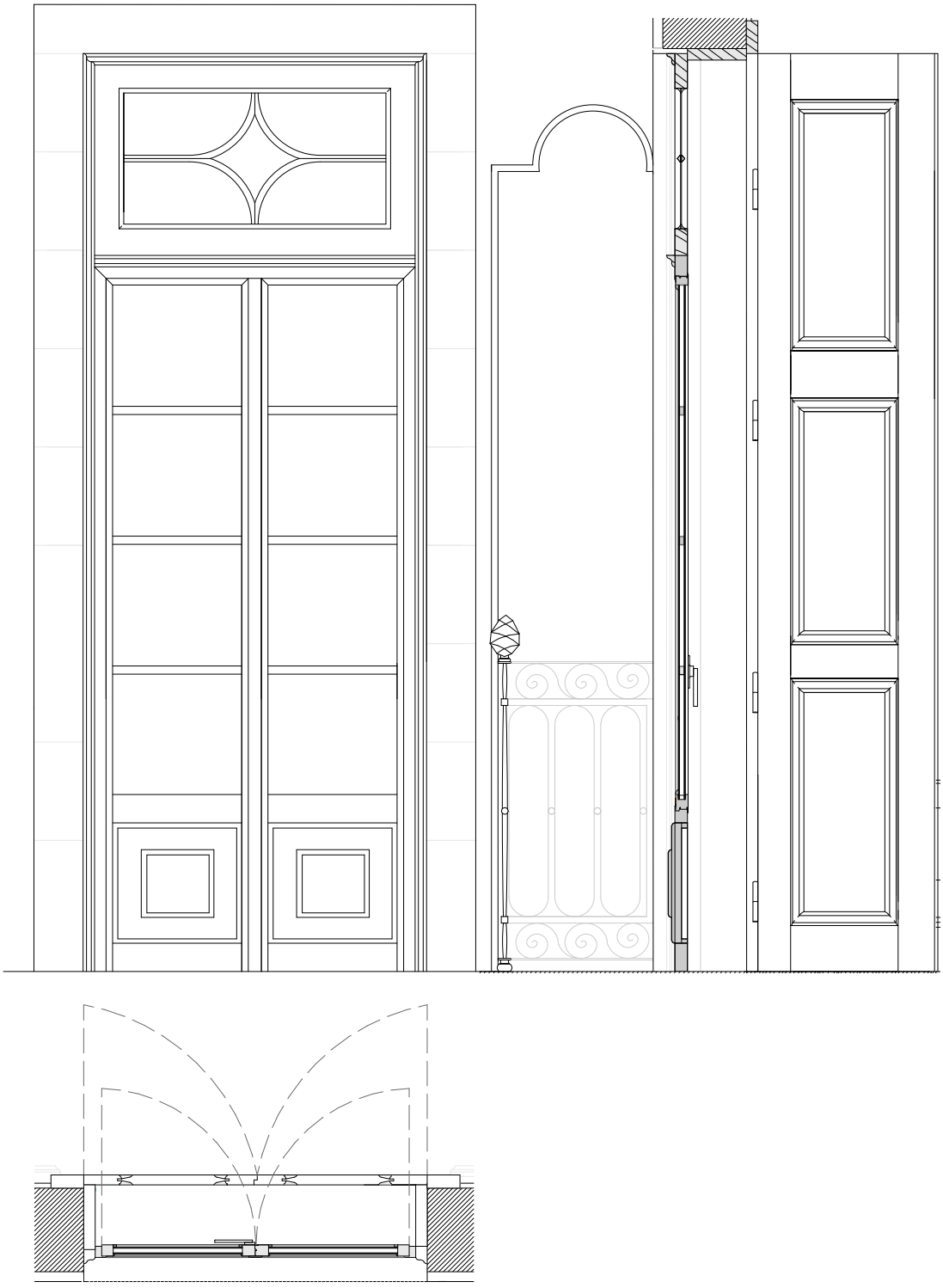

7


8

[156] Janelas de sacada
[F1] janela de sacada - vista geral
[F2-3-5-6-7] Detalhes do caixilho
[F2-4-8] Detalhes da portada



[D21] Desenhos de processo
Estudo das portadas de madeira

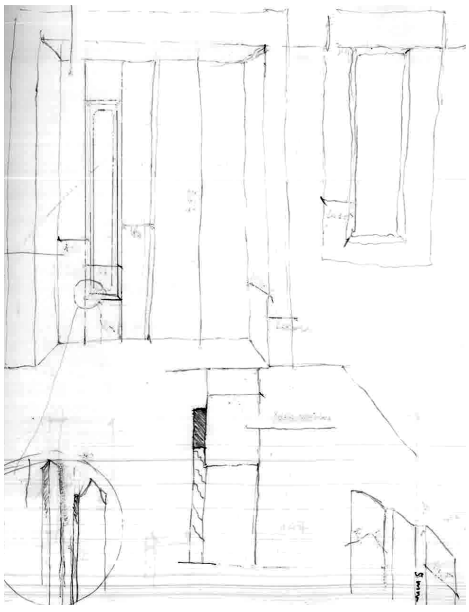


[D22] Detalhe construtivo de uma das janelas de sacada
Vista exterior, corte transversal, planta
Esc. 1:20

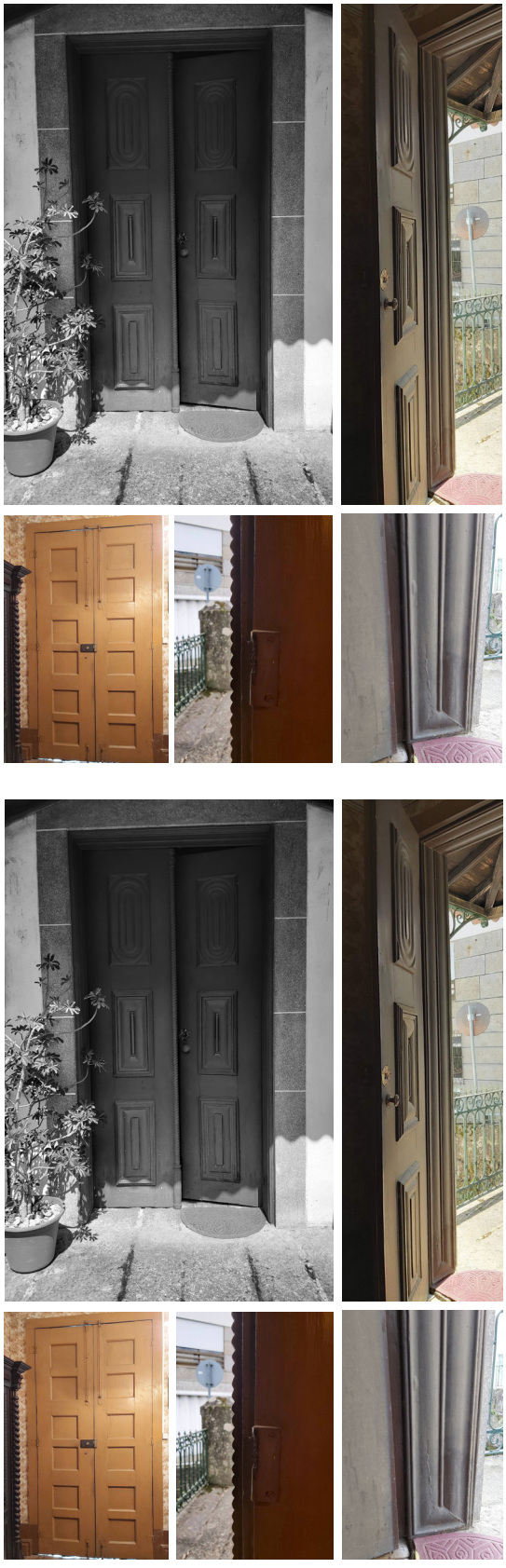
3. portas exteriores

Neste caso, temos sete exemplares: duas de entradas principais, duas de serviço e três respeitantes às entradas das adegas. As portas principais, de madeira, almofadadas, localizadas em cada um dos pisos da fachada nascente, são de duas folhas, com 3 almofadas por folha distribuídas simetricamente e com espessura de 4cm. Por norma, as portas almofadadas são construídas por couceiras e travessas, sendo o número de almofadas variável, no nosso caso são replainadas - as couceiras e as travessas são aplainadas de face e de canto e seguidamente desengrossam-se.[115] As almofadas são emolduradas e decoradas, dando-lhes um ar requintado.

O mesmo sistema construtivo é atribuído às portas das cozinhas, tanto num piso como no outro. Ambas com duas folhas e apenas uma almofada. No entanto, nestas, os acabamentos finais são menos ornamentados e requintados, por se tratar de portas secundárias. Em nenhum destes exemplos é utilizada bandeira. As aduelas revestem toda a espessura da parede e deixam-se ficar emolduradas a meio da largura para assim ficar mais embelezada, noutros casos pode ficar simplesmente lisa.

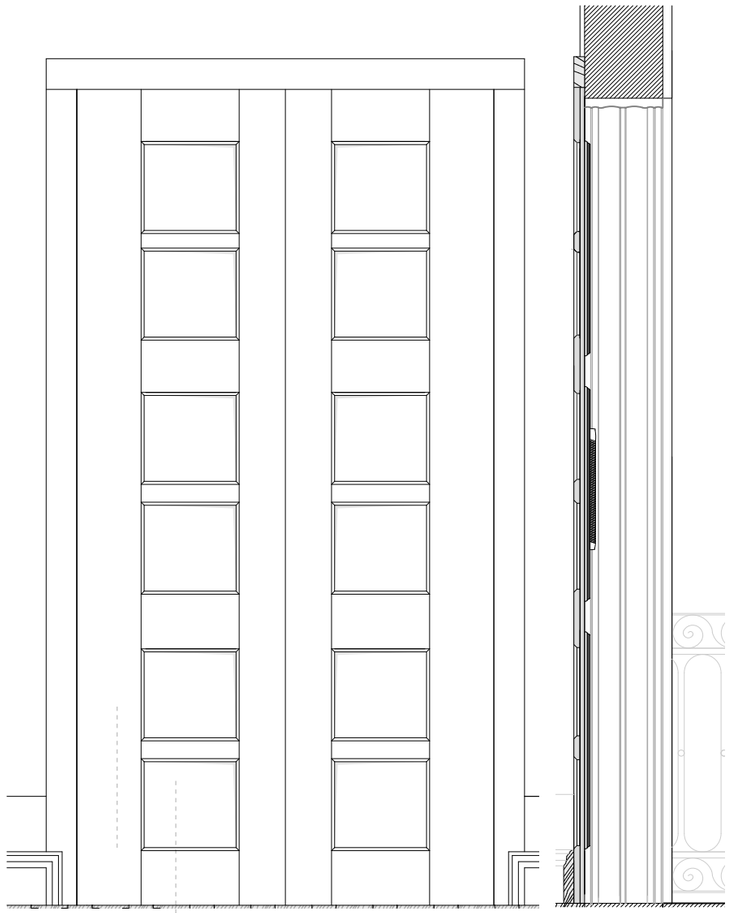


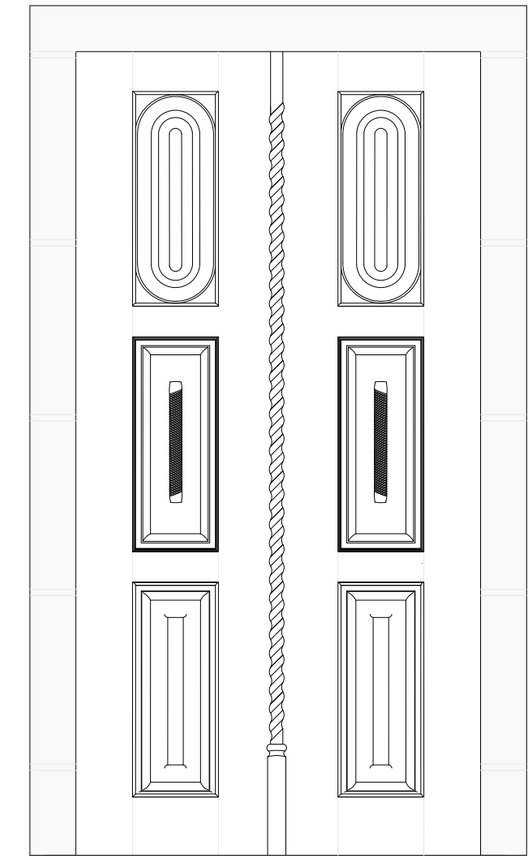
[D23] Desenhos de processo
Estudo das pora de entrada

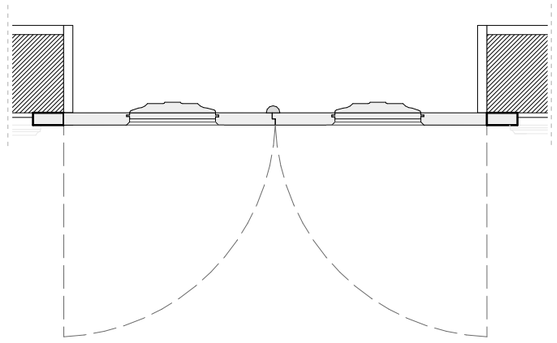


[157] Porta Exterior
[F1-3] Moldura e Caixilho
[F5-7-9-10] Detalhes da moldura de madeira
[F3-6-8] Caixilho

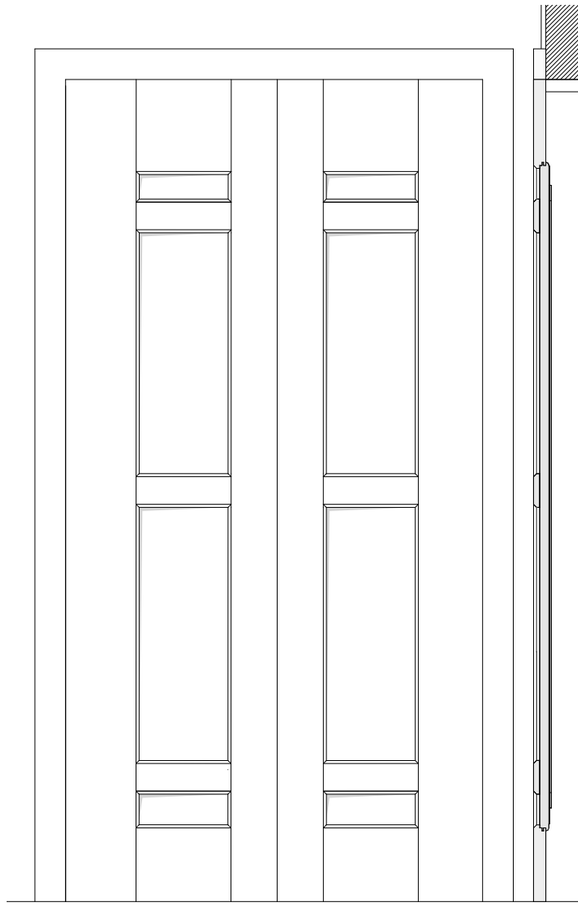
115. Enciclopédia prática de construção civil: portas exteriores, op. cit., p.8

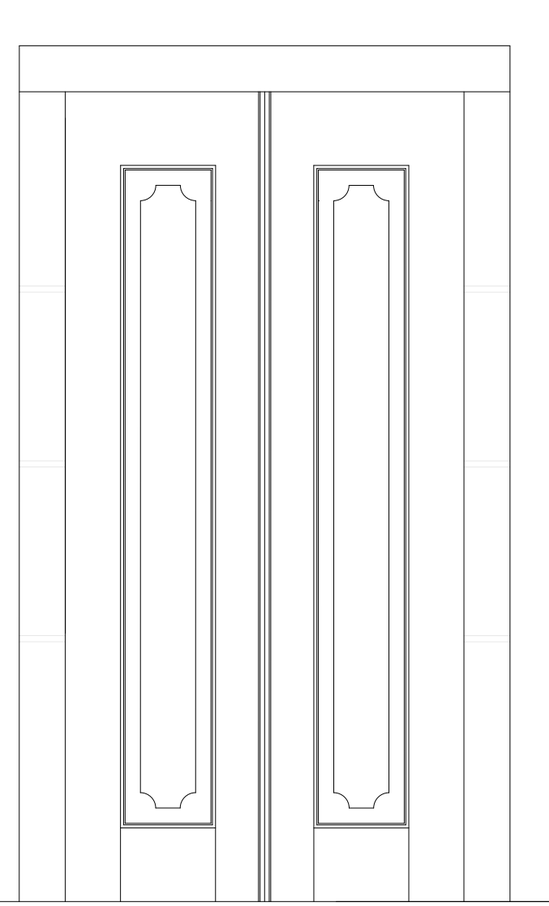


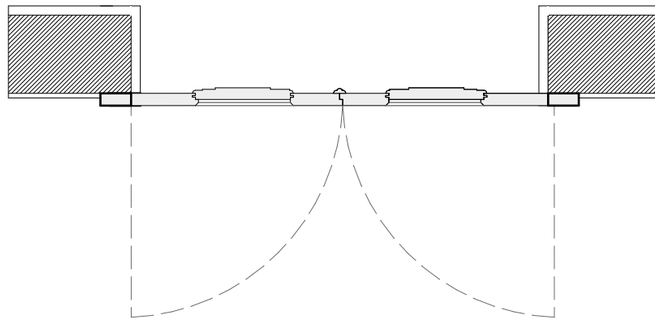




[D24] Detalhe construtivo da Porta de entrada principal
Vista interior, corte transversal, vista exterior, planta
Esc. 1:20







[12] Detalhe construtivo da Porta de entrada para a cozinha
Vista interior, corte transversal, vista exterior, planta
Esc. 1:20

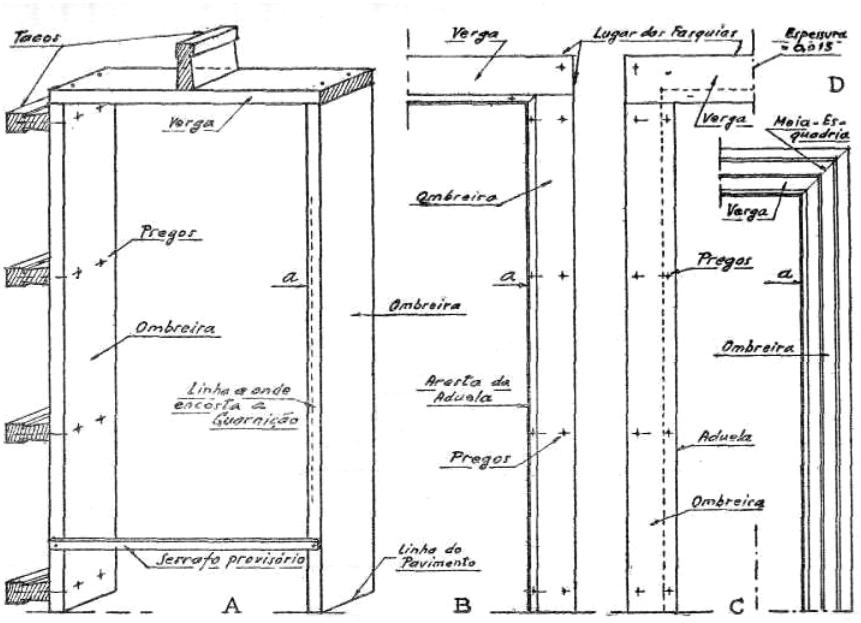
4. portas interiores

O vão é formado pela utilização tradicional de verga e prumos de madeira fixos ao tabuado do tabique. Guarnecidos pelas molduras de madeira, com golas pelo interior a definir a abertura da porta e alizares pelo exterior no paramento com a parede. "Nos frontais e tabiques de madeira os tacos para fixação dos guarnecimentos, como é compreensível, são dispensados. Neste género de construções, em que os portais são constituídos por prumos e verga de madeira, são as peças constituintes dos alizares pregadas diretamente sobre o tosco."[116] As peças tanto dos alizares como dos aros de gola, são, por norma, pregadas.

O lado exterior das portas é definido no sentido do corredor, pelo que a guarnição do alizar é aplicada nesse sentido. A ferragem é colocada no sentido de abertura da porta. No remate dos alizares com o topo, por meia esquadria, são pregadas as fasquias. No remate dos alizares com o pavimento e o rodapé, são fixados os socos, podendo ser de igual dimensão do rodapé ou ligeiramente mais altos, dependendo do compartimento. As aduelas nestes casos são lisas, ao contrário das portas principais.

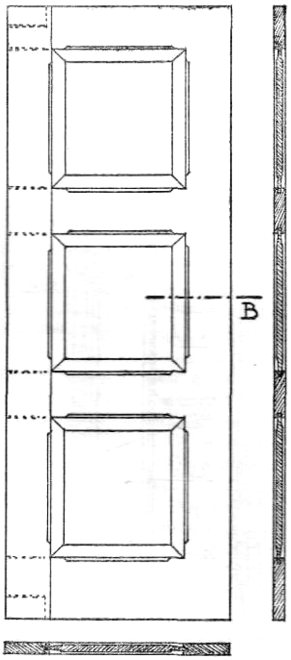
As portas interiores, de madeira de pinho, são, geralmente, de duas folhas almofadadas, constituídas, cada uma, como é tradicional por duas couceiras e quatro travessas e três almofadas, distribuídas de forma simétrica. As almofadas, salientes, leva em todos os seus lados uma moldura, que pode ser mais larga ou mais estreita conforme a espessura saliente. [117]

À semelhança do que acontece com as janelas de sacada, as portas interiores são guarnecidas por bandeira com caixilharia de vidro que possibilita a iluminação dos espaços interiores, no entanto, são fixos, não podendo promover ventilação. Em todos os casos, são assentes nas travessas de madeira.

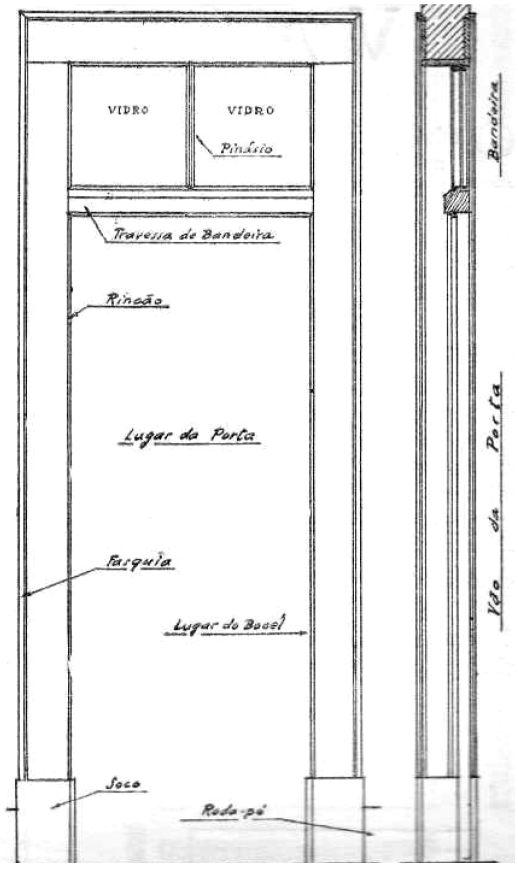


[158] Esquema da guarnição das portas interiores
Enciclopédia de Eng. Civil

116. Enciclopédia prática de construção civil:Portas interiores, op.cit, p.2
117. Ibid, p.11



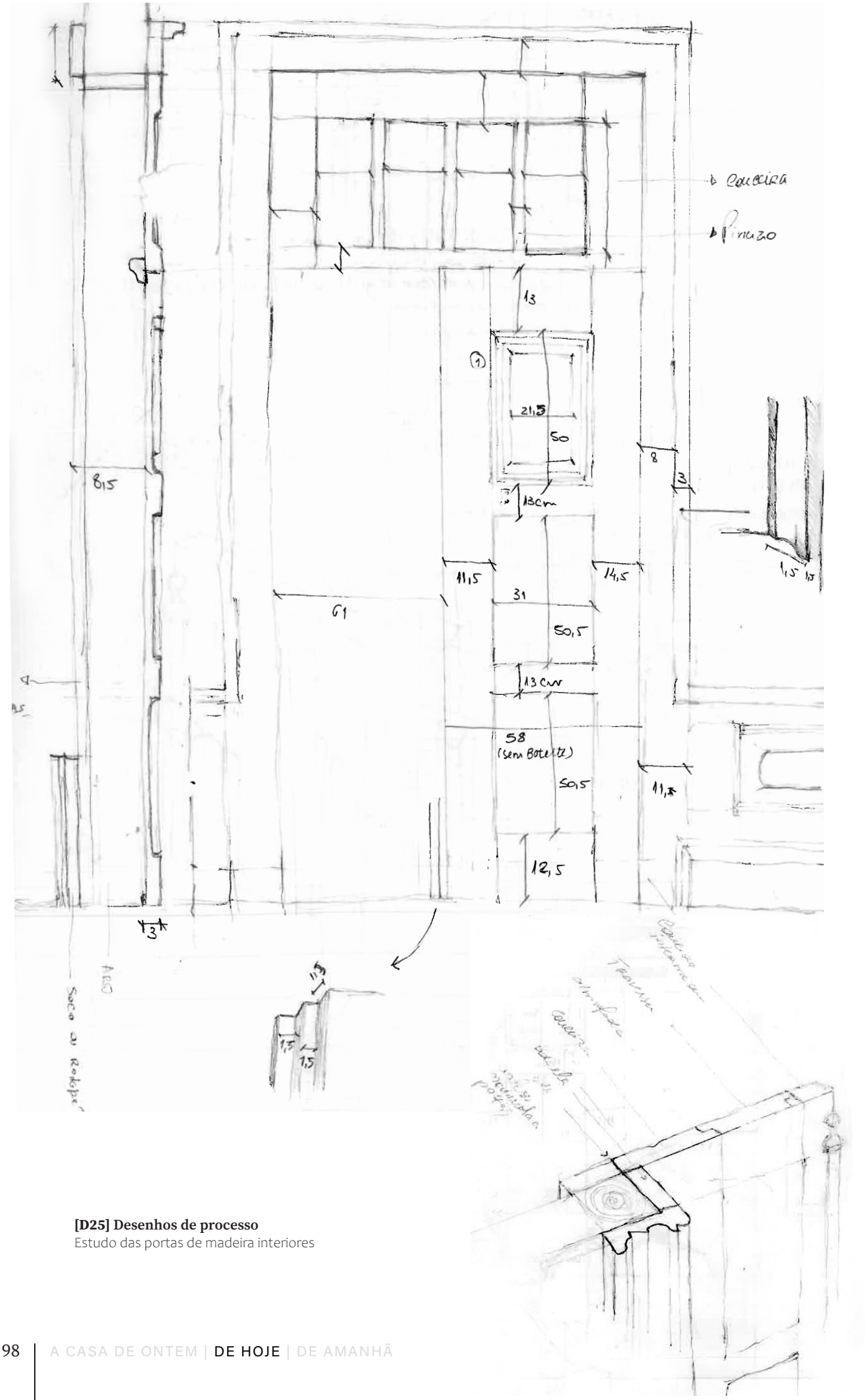
[159] Componentes de uma moldura de madeira
Enciclopédia de Eng. Civil



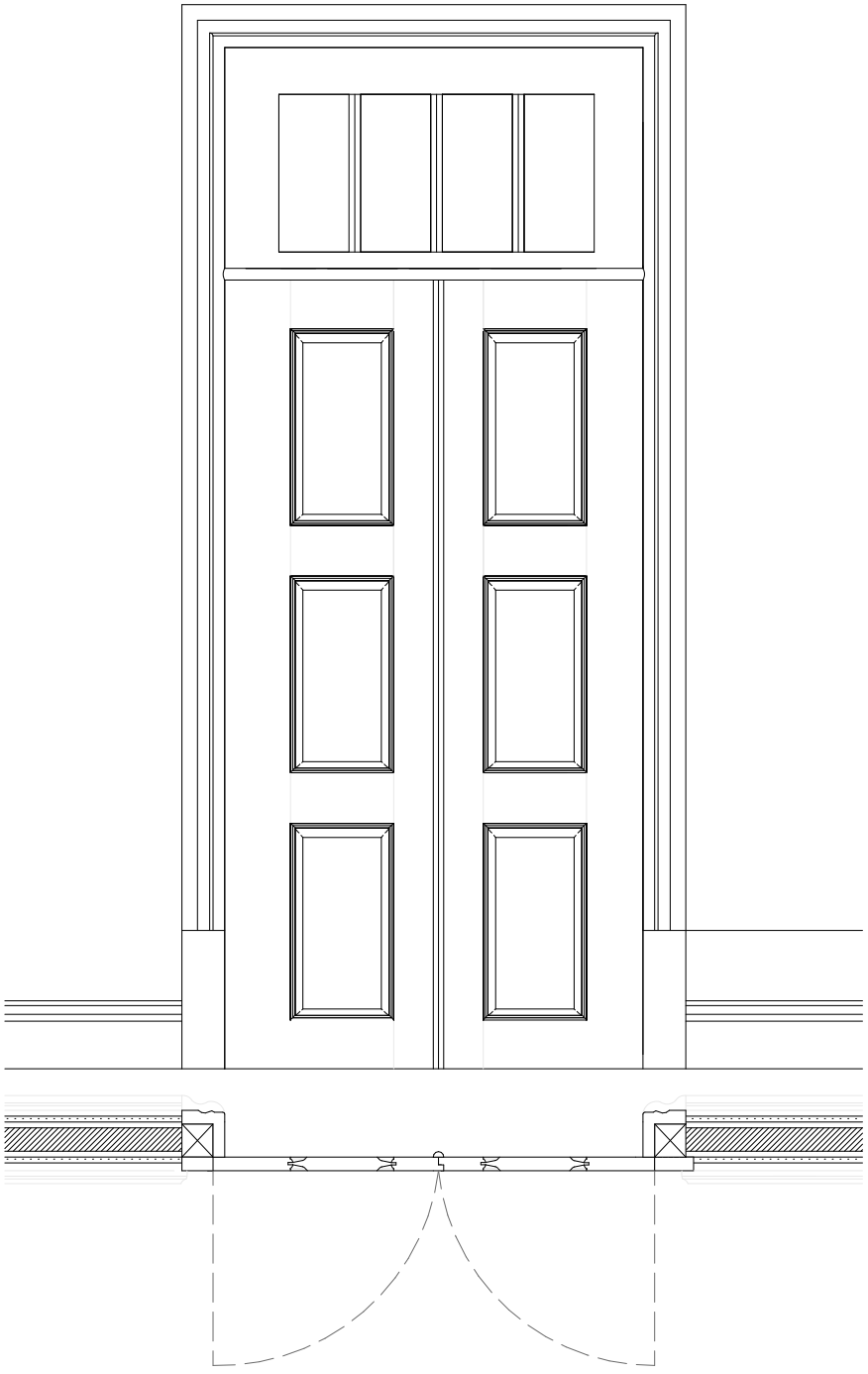
[160] Componentes de uma moldura de madeira
Enciclopédia de Eng. Civil



[161] Portas interiores
Vistas interiores e exteriores e detalhes construtivos



[D25] Desenhos de processo
Estudo das portas de madeira interiores



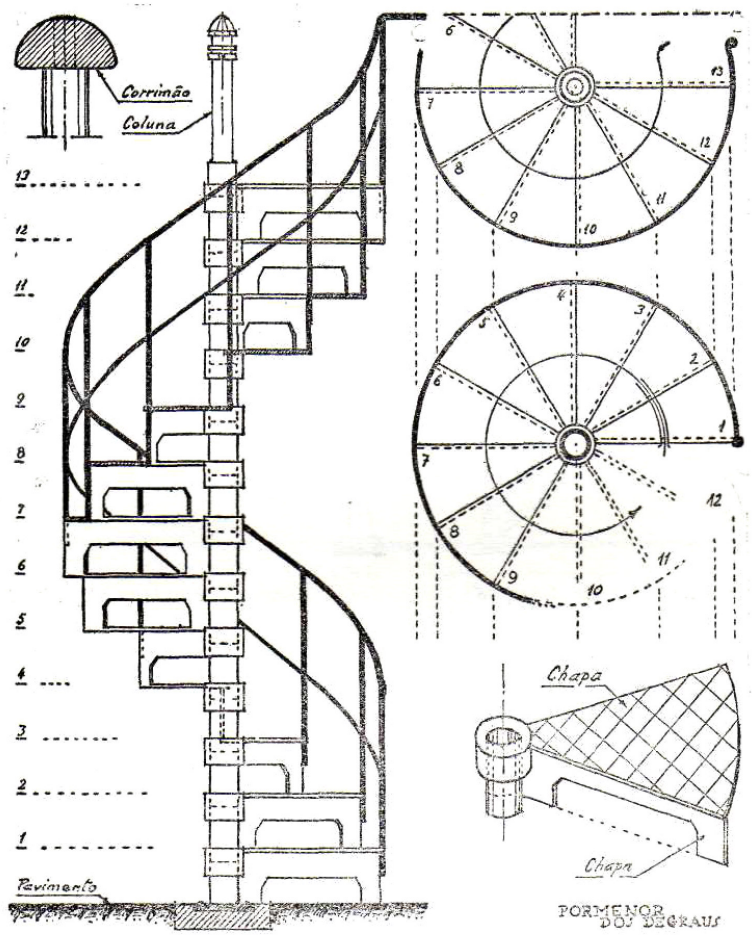
[D26] Detalhe construtivo de uma porta interior
Vista exterior e planta
Esc. 1:20

5.Caixa de escadas

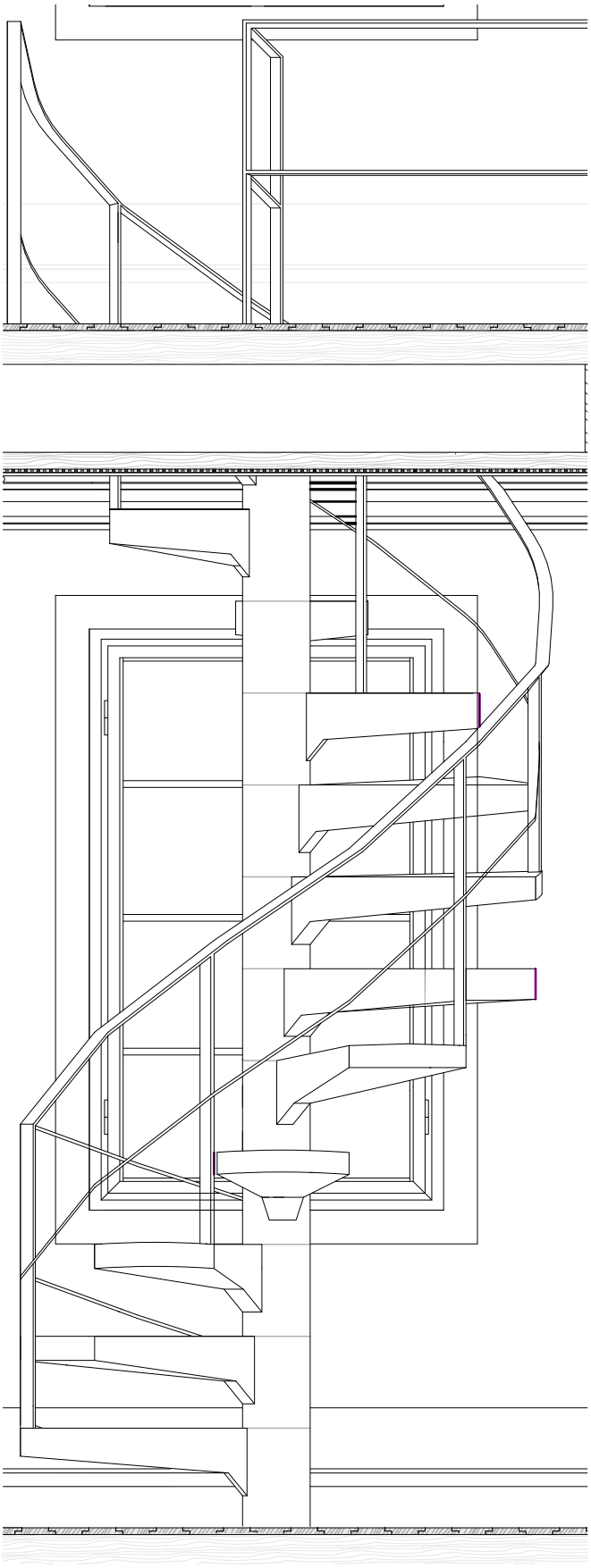
O acesso vertical do rés-do-chão ao primeiro andar é feito através de uma escada helicoidal. A estrutura, construída por volta dos anos 50, veio substituir a escada de madeira de dois lanços original. O acesso da cave ao rés-do-chão é feito através de uma escada de tiro em madeira, encastrada na fachada Poente e encerrada por um alçapão.

No que diz respeito à nova estrutura, adota uma planta de formato circular com uma coluna central, onde são fixadnto. Acredita-se que tenha sido adotada esta estrutura por ocupar menos área do que uma escada convencional.

No caso das paredes da caixa de escadas, o tipo de estrutura é semelhante às paredes interiores de compartimentação, à exceção da parede que confronta com a chaminé, de pedra, rebocada apenas pelo lado do compartimento das escadas, mantendo-se pedra à vista no acesso ao sótão.



[162] Detalhes construtivos de uma escada em caracol
Alçado, plantas e pormenores
Enciclopédia de Eng. Civil



[D27] Detalhe construtivo da escada pré-fabricada
Esc. 1:20



[163] Escadas

6. Chaminé

A chaminé, construída numa das extremidades da casa, é um elemento singular, de grande expressão. "Geralmente constituída pela lareira, pelo pano de apanhar o fumo e pela fuga que leva o fumo ao fumeiro, a chaminé exterior"[118] No nosso exemplo apenas temos a lareira e a saia da chaminé que se prolonga até ao exterior. Rematada por um pequeno tejadilho de duas águas (com duas fileiras de telha marselha), cobrindo as frestas por onde se extrai o fumo, impedindo assim a entrada de água da chuva.[119]

A lareira, central à saia da chaminé, representada por uma pedra de granito, é diretamente apoiada no chão da cozinha, encostada diretamente à parede nascente.

A chaminé é construída num dos cunhais "(...) tem duas faces verticais de granito; Nas boca mais larga da chaminé há duas caleiras com ligeiro pendente assentes sobre as paredes, para escoamento da água da chuva, que terminam nas faces menores da chaminé; (...)"[120] e ocupa um terço da parede nascente do edifício. A saia vai-se estreitando à medida que sobe e ultrapassa o cume do telhado, "ocupando toda ou grande parte da parede, e é de pedra, ou de tabique revestido a telha, lousa ou chapa"[121] e é caiada a branco.

7. Anexos /EIRA

Os anexos e a eira ocupam neste trabalho um papel secundário, no entanto carecem de alguma análise.

A eira é pavimenta com grandes monolitos de granito. Tem um formato irregular, que se acredita ter a ver com a natural forma do terreno inicial. Carece de alguns cuidados de inspeçao e limpeza adequada.

Os anexos, onde a determinada altura funcionou a escola primária masculina e o quartel de bombeiros, é hoje um elemento apagado, servem para armzanamento de lenhas e para arrumos. Na parte em melhores condições funciona um pequeno atelier da proprietária.

O sistema construtivo aplicado é semelhante ao volume da casa, no rés-do-chão as paredes sao de alvenaria de granito. No entanto, no andar acima da eira **[165]**, as paredes sao em tijolo.

O telhado é de 3 águas no lado virado para a rua 20 de Junho. No entanto na parte do L menor, o telhado passa a ser de apenas uma água e está apoiado no muro de alvenaria de granito que divide o lote com os prédios vizinhos.

Pelas fotografias existentes no arquivo da familia é possivel perceber que este espaço, a determinada altura, foi maior e de alvenaria na sua totalidade.

118. Enciclopédia prática de construção civil: Chaminés, op. cit., p.4
119. Ibid
120. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, op.cit, p. 34-5
121. Ibid



[164] Chaminé
Vistas frontais e laterais



[165] Anexos e eira
Vistas frontais e laterais

"As fachadas, mais sóbrias e severas do séc. XVII, mais movimentadas e graciosas no século XVIII, e cujas linhas se simplificam consideravelmente no século XIX, perdendo praticamente os motivos ornamentais e tornando-se pobres e monótonas, compõem-se fundamentalmente de combinações variadas e harmoniosas de janelas, óculos e varandas, que, estas, são umas vezes individuais, outras corridas a toda a largura do prédio, dispostas de modo diverso e simétrico nos seus diferentes pisos. (...)

Este empobrecimento, de resto, é compensado pelos aparecimentos de novos tipos residenciais mais luxuosos, nomeadamente o característico "palacete" tripeiro, misto de casa larga e casa burguesa, que é costume considerar, entre nós, próprio do "brasileiro" de retorno."[122]

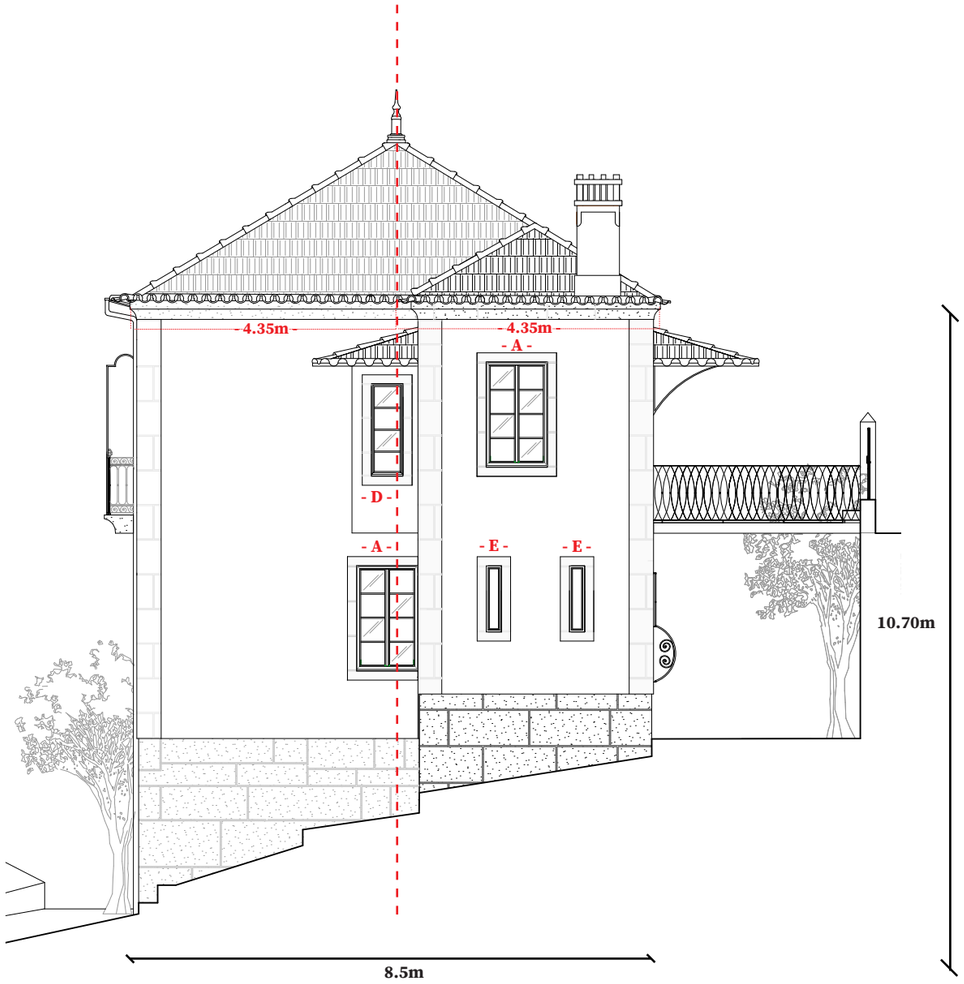
A casa é composta por quatro fachadas. A fachada principal é virada a nascente com acesso pela Rua Albino de Carvalho. E a tardoz, a poente, com vista para a serra do Marão, com acesso pela rua 20 de junho. A Norte, dá acesso ao jardim e a Sul a eira.

fachada poente - rua 20 de junho

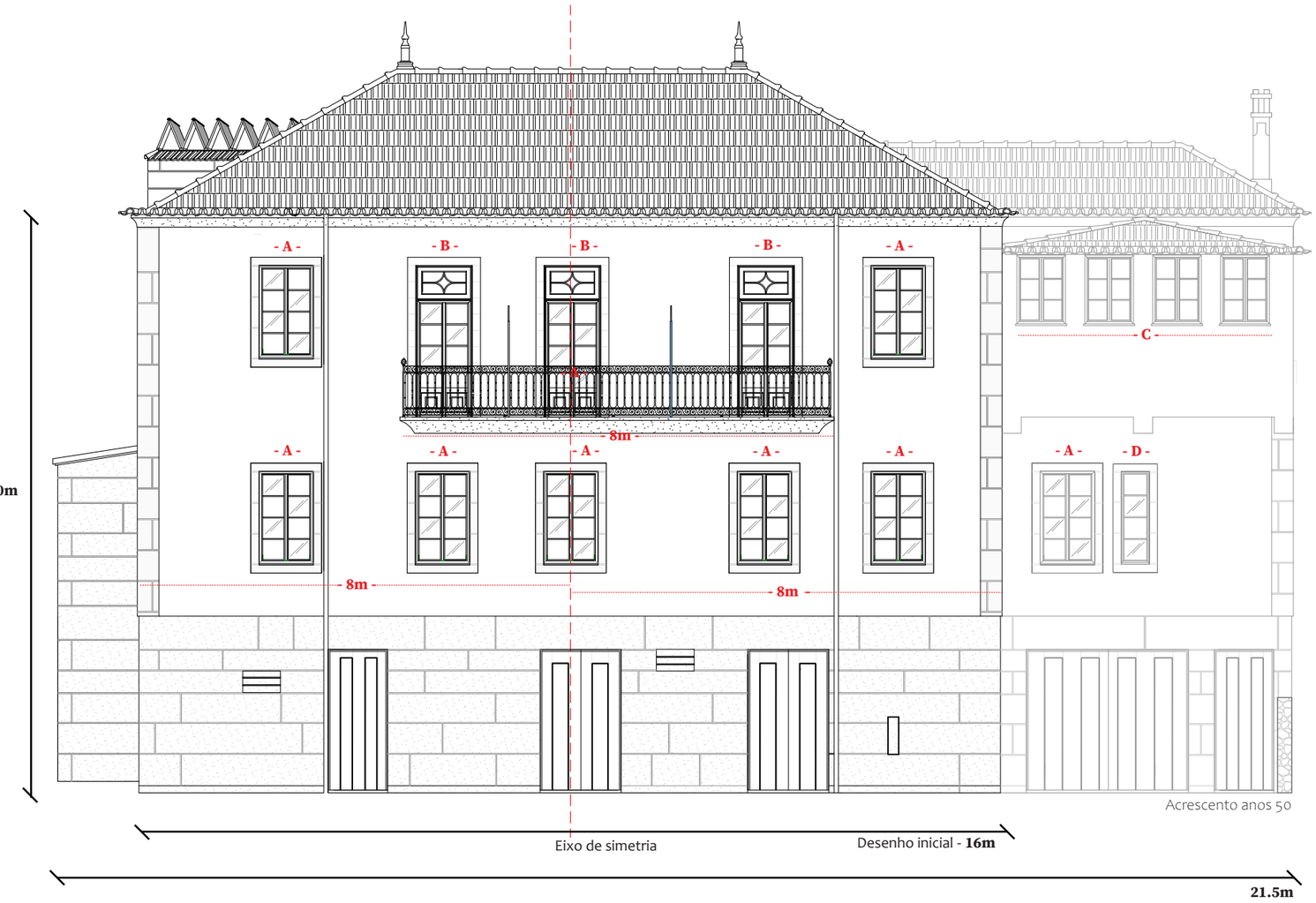
A fachada poente tem 21,5m de comprimento e 10m de altura. Trata-se de uma parede portante com 30cm de espessura no rés-do-chão, à medida que vai subindo diminui para 27cm. A fachada define-se pela sua simetria em relação ao eixo central da casa (corpo inicial, sem acrescento) que se encontra no centro da janela de sacada. No primeiro piso, podemos ritmar esta composição entre "A"- janela de peito e "B" janela de sacada, "C" janela de peito, "D" janela de peito (uma folha) e "E" postigo. Assim sendo, podemos ritmar a fachada como **A-B-B-B-A**-C-C-C-C, mantendo-se a mesma disposição, no piso inferior, com o ritmo **A-A-A--A-A**–A-D. Destaca-se nesta fachada, além da sua simetria em relaçao ao eixo central (volume inicial a bold), a varanda, de curto espaço fruível em relação ao pano de parede com apenas 54 cm de largura e 8m de comprimento. A guarda é de ferro, como falaremos mais à frente.

É nesta fachada que entendemos a adaptação da implantação ao terreno, visto ser a única fachada na qual é possível ler os três pisos: cave, rés-do-chão e primeiro piso. O piso da cave destaca-se pelos vãos desalinhados em relação aos superiores, com portas de uma e duas folhas (na sua maioria), de dimensões consideráveis para entrada e saída de utensílios de apoio à prática vinícola - pipas, cubas - e pelo revestimento exterior, de alvenaria de granito à vista assente em argamassa, diferenciando-se dos pisos imediatamente acima. Do limite do pé direito da cave, com cota altimétrica 2,70m, nasce a linha que vem definir o embasamento do rés-do-chão.

122 Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, op.cit, p. 302



[D28] Alçado Norte - jardim
Esc. 1:100



[D29] Alçado Poente - Rua 20 de junho
Esc. 1:100

fachada nascente - rua Albino de Carvalho

A fachada Nascente é definida, de acordo com o desenho original da casa, pela sua simetria em relação ao eixo central da porta de entrada (representado a bold). Nos anos 50, com o acrescento ao volume inicial, surgem novos elementos que desiquilibram o desenho inicial do alçado - uma nova porta de entrada e dois vão respeitantes a área da cozinha e do quarto de banho. Assim sendo, o ritmo da fachada, passou a ler-se por "A" janela de peito, "D" janelasde peito (uma folha) "E" postigo, "F" porta exteriore. Assim sendo, no primeiro piso, o ritmo alterna entre D-F-D-**A-A-F-A-A**, no rés-do-chão, mantem a leitura inicial, **A-A-F-A-A**, alinhados verticalmente e longitudinalmente.

A ligação das paredes com a cobertura é feita através de uma cornija simples com 35 cm de altura em granito. A cimalha, é ligeiramente curvada, fazendo uma ligação natural ao beiral. Funcionando como elementos de embelezamento do edifício.

"Quando, porém, elas são rebocadas e caiadas exteriormente, é frequente mostrarem um rodapé de cor, geralmente cinzento e cunhais, beirais e guarnições de portas e janelas de cantaria, perpianho ou alvenaria. Por outro lado, nas casas de pedra à vista, muitas vezes uma faixa caiada a branco acentua ombreiras e padieiras que o aparelho tosco da construção deixa menos determinadas."[123] *(...)Noutras (como por exemplo o concelho de Amarante), as casas mostram grandes blocos quadrangulares de perpianho, dispostos em fiadas horizontais.*[124]

Como vimos anteriormente, o revestimento da cave destaca-se pela alvenaria de granito à vista, que pelo limite do pé direito, acaba por definir o embasamento, a toda a volta da casa. A restante casa é rebocada e pintada a branco, com uma espessura de aproximadamente 3cm. Uma das particularidades no que diz respeito ao revestimento exterior são as falsas molduras das portas e janelas e as falsas pilastras nos cunhais da casa. Pintadas a cinzento e salpicadas com tinta, marcadas a branco, como se de uma falsa pedra se tratasse, criando uma falsa cadeia de blocos quadrangulares sobrepostos **[F14]**, que nada acrescentam ao reforço das paredes ou a melhoria do seu travamento, são apenas elementos com função de embelezamento e composição da fachada.

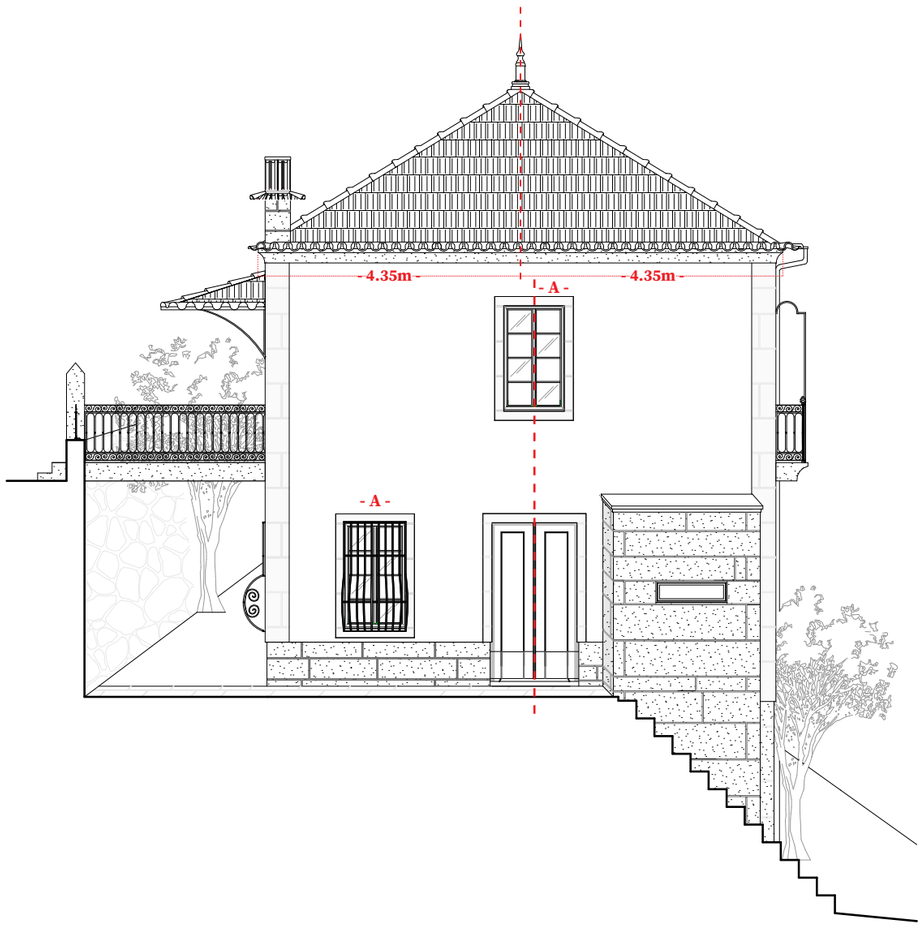
fachada norte - jardim

A fachada a Norte, fruto do acrescento feito nos anos 50, diz respeito a área da "nova" cozinha e arrumos imediatamente abaixo. Assim como a fachada a sul, tem apenas uma janela de dimensão considerável, igual as dimensões do volume inicial "A" e dois pequenos postigos no piso abaixo "E".

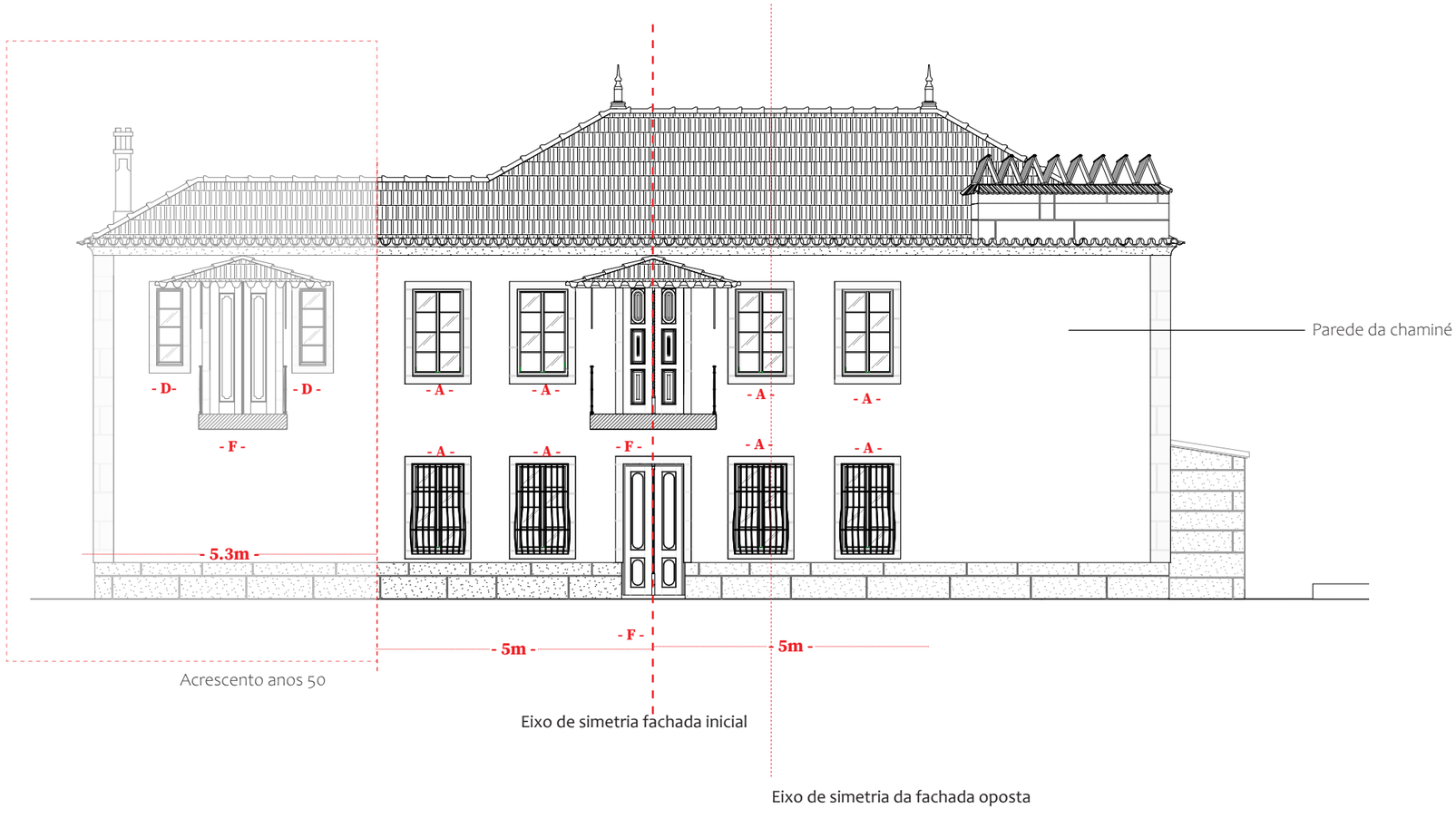
fachada sul - eira

Apesar de ser a fachada com melhor exposição solar, acaba por ser uma fachada secundária, visto ser na sua maioria limitada pela área da chaminé, pela abertura de uma janela de peito "A" no primeiro andar e no rés-do-chão. Neste último marcado pelo acesso da eira à cozinha.

123. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, op.cit, p. 31
124. Ibid, p. 32



[D30] Alçado Sul - eira
Esc. 1:100



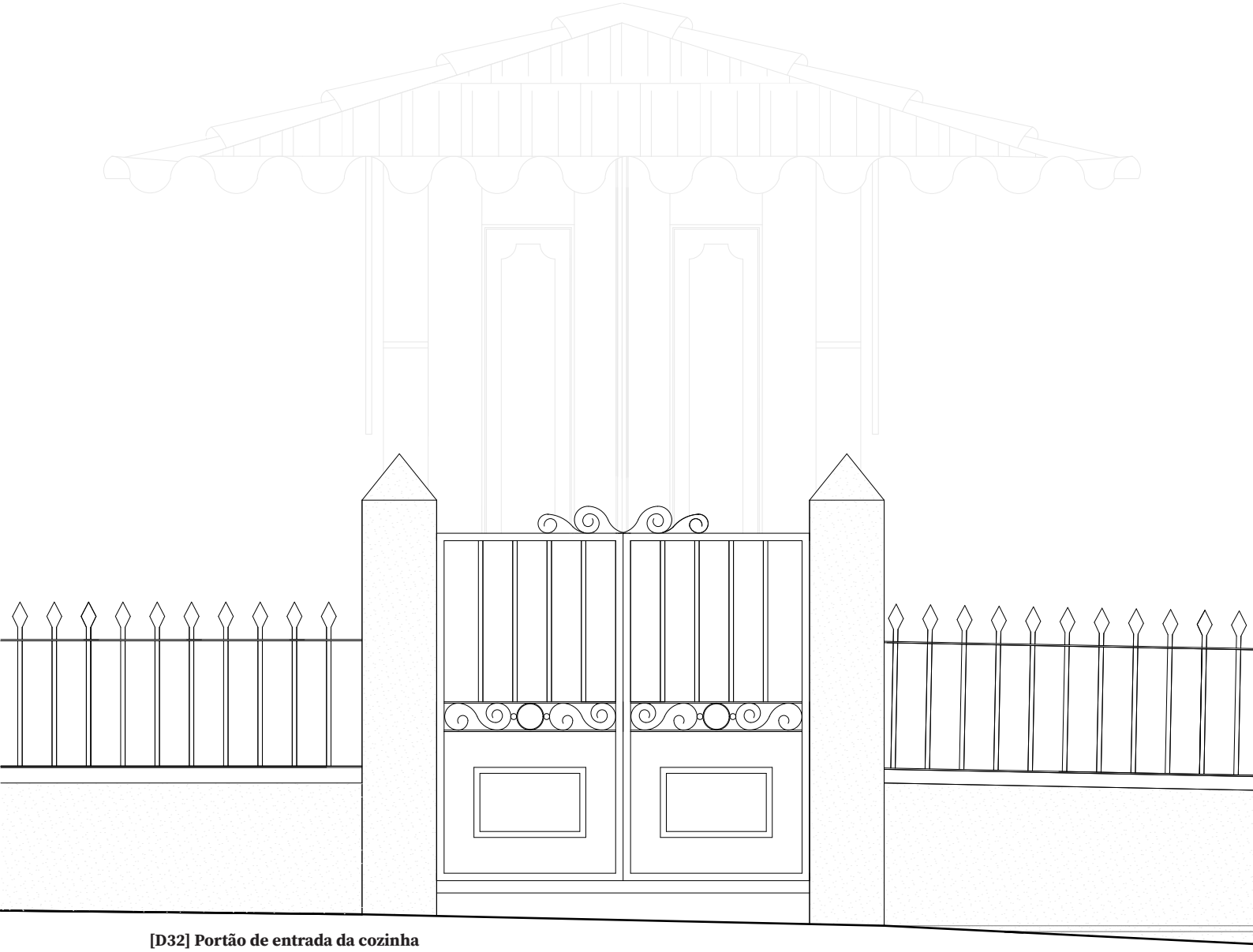
[D31] Alçado Nascente - Rua Albino de Carvalho
Esc. 1:100

guardas de ferro, gradeamento e portões

O ferro é nesta casa um elemento pontual, mas que se destaca pela sua cor verde em relação à imensidão do branco das restantes fachadas. Utilizado nas guardas das varandas, nas guardas das janelas do piso rés-do-chão, nos corredores das entradas, nos portões e em todo o muro de suporte da Rua Prof. Albino de Carvalho.

O desenho da guarda da varanda e do corredor da entrada principal são similares. Na guarda do acrescento da cozinha dos anos 50, podemos ver um desenho mais simples e simétrico.

Os portões de ferro e as vedações são verdadeiras obras de arte de ferro forjado. A estrutura dos batentes é normalmente constituída por barras ou vergalhões, que depois de executados obedecem a traços singelos e requintados.[125] A fixação aos pilares de granitos, é geralmente feita com recurso a gonzos.[126]



[D32] Portão de entrada da cozinha
Esc. 1:100

125. Enciclopédia prática de construção civil: trabalhos de ferro, p.12
126. Ibid



[D33] Guarda do corredor da entrada principal, vista frontal do portão principal e guarda do muro
Rua Albino de Carvalho
Esc. 1:20

CAPÍTULO III.

[enquadramento]

112-119 3.1 DIAGNÓSTICO

Estrutural e construtivo

Comportamento térmico

Sistema mecânico de ventilação

Sistema de drenagem das águas

Sustentabilidade da edificação

120-122 3.2 PATRIMÓNIO DE INTERESSE CULTURAL

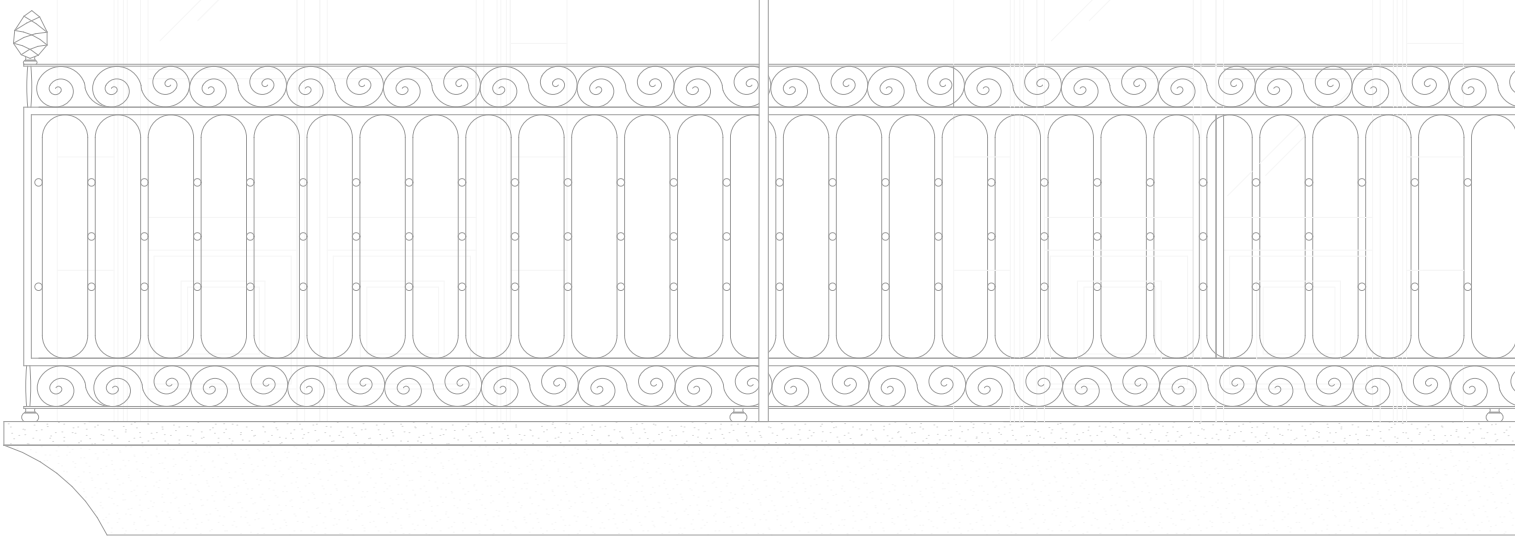
PDM E ARU

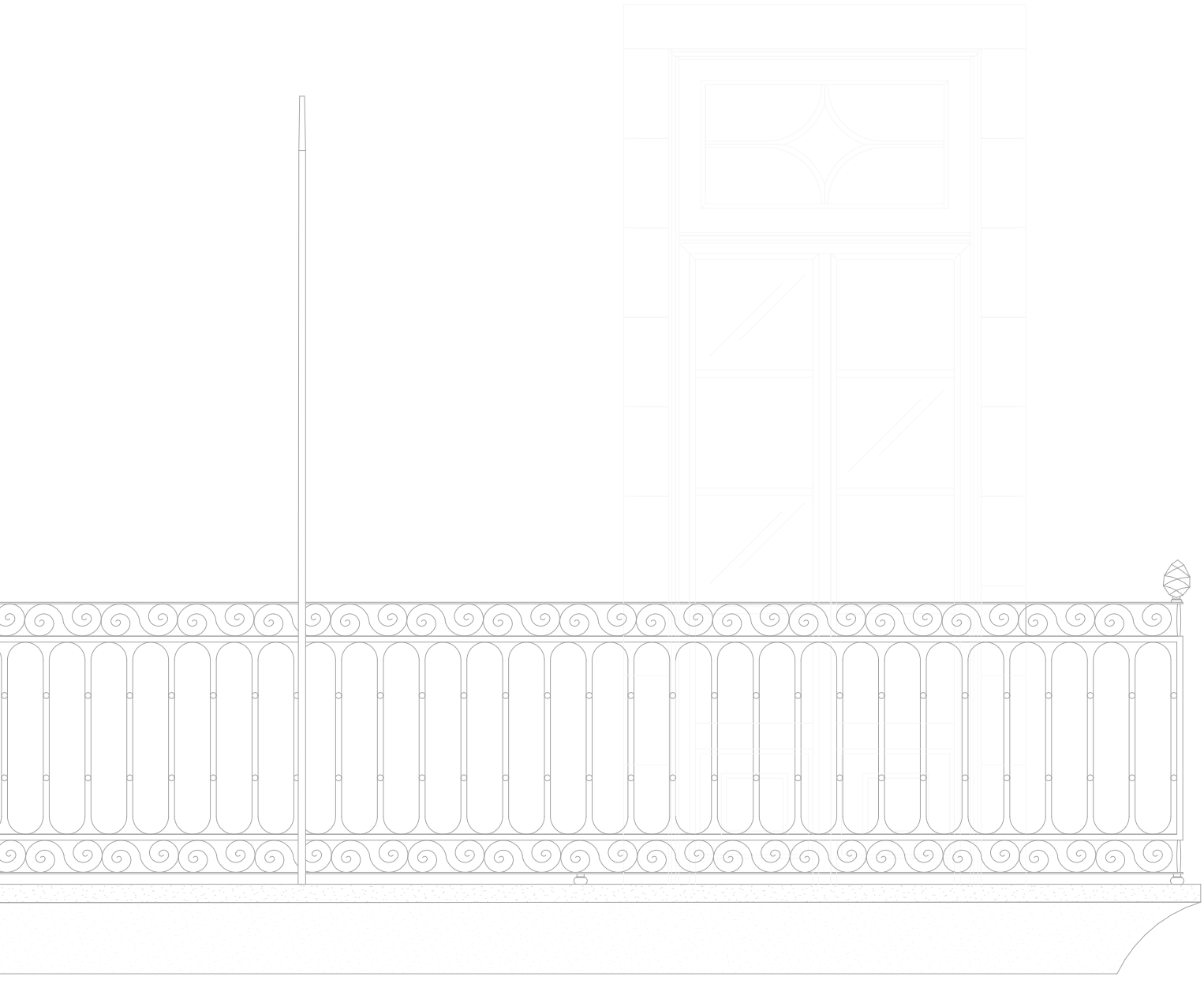
123-129 3.3 PLANO DE AÇÕES DE MANUTENÇÃO

Manutenção versus reabilitação

Ações preventivas e corretivas

Plano de ações





3.1

DIAGNÓSTICO

"Em primeiro lugar, interessa referir que a principal causa das anomalias em edifícios antigos é natural e prende-se com o envelhecimento, inevitável, dos próprios materiais."[127]

Após o levantamento do sistema construtivo do edifício, desde os materiais às técnicas utilizadas, é importante para este estudo a análise ao seu estado de conservação para que se proceda a uma melhor solução em termos de **ações de preservação** a definir mais a frente neste trabalho.

Dentro das anomalias existentes em qualquer edifício as mais críticas prendem-se com os elementos estruturais do edifício, nas quais estão incluídas as paredes exteriores, a carga estrutural dos pisos e das coberturas, essenciais para **preservar a longevidade da construção.**

1. paredes exteriores

"As anomalias mais frequentes em paredes de alvenaria de edifícios antigos são a degradação e a fendilhação, provocadas por causas de natureza diversa, ligadas, por exemplo, a razões de natureza estrutural ou à presença de água e à ação de agentes climatéricos" .[128] Outra das principais "causas para a fendilhação destas paredes prende-se com os movimentos de assentamento das fundações, particularmente assentamentos diferenciais(...)"[129]

Apesar de ser comum a este tipo de construções em alvenaria de granito a fendilhação em zonas mais frágeis da construção, no nosso exemplo, tal não acontece. As paredes de alvenaria encontram-se em perfeito estado de preservação, não há, exemplos de fendilhação visíveis pelo exterior e interior, incluindo locais mais comuns, como a zona de abertura dos vãos. Existe no rés-do-chão, alguns sinais de humidade ascente na parede em direto contacto com a terra - fachada nascente.

1.1 reboco

"Nos edifícios antigos, os revestimentos são dos elementos mais expostos às ações climáticas e de impacto mecânico e ambiental e como tal, são em geral dos primeiros a necessitar de intervenção. Por outro lado, a função que lhes cabe de proteção das paredes torna a sua manutenção de grande importância para a conservação das construções (...) pois constituem um efetivo sistema de proteção enquanto camada sacrificial das alvenarias e estruturas."[130] As fendilhaçoes existentes a nível exterior, prendem-se com o visível envelhecimento do reboco. São, na sua maioria, causadas por infiltrações produzidas pela rutura das caleiras, o que levou ao aparecimento de humidade, empolamentos e descamações e subsequente passagem para o interior. Carece de limpeza e posterior pintura.

127. João Appleton, "Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e tecnologias de Intervenção", Amadora, Orion, 2003, p.88
128. Ibid, p.99
129 Ibid
130 Ibid, p.105



[166] Parede da fachada nascente, Rés-do-cháo
Patologia: sinais de humidade ascendente

2. Sobrados

"Nos pavimentos de madeira distinguem-se as anomalias relacionadas com o processo de envelhecimento do material, com efeitos ao nível da degradação de determinadas características mecânicas; o caso mais vulgar corresponde à deformação excessiva das vigas de pavimentos, devida à fluência do material, eventualmente agravada por empenamentos, fissuras e outras deteriorações originadas durante o processo de secagem de madeiras verdes" [131]

A estrutura dos pisos é, tal como na cobertura, constituída por elementos em madeira cujas anomalias derivam do envelhecimento do próprio material e da presença da água. É usual neste tipo de elementos do sistema construtivo, existir infiltrações e/ou humidade ascendente que advém do contacto direto com o solo. Em nenhum dos elementos horizontais e/ou verticais possíveis de analise encontramos esse tipo de patologia.

É também comum, através dos vãos/caixilharias exteriores, das paredes e das coberturas, ocorrerem infiltrações nas zonas dos pavimentos, em particular nas áreas de contacto/encastramento da parede com a viga. Dentro daquilo que nos é possível observar, na estrutura do vigamento da cave, não há sinais de deterioração causados pela presença de águas a nível das vigas nem dos barrotes. Ressalvamos que não nos foi possível verificar junto da parede que contacta diretamente com o solo, o estado de conservação dos elementos estruturais que a compõem, pelo que, não sabemos se daí advém algum tipo de patologia que possa pôr em causa a segurança do edificado. No que diz respeito ao soalho, apresenta algumas patologias que importa ressalvar, nomeadamente buracos devido a infestações de bicho da madeira e podridão em algumas tábuas. Será também um elemento a equacionar nas ações corretivas de que falaremos mais à frente neste trabalho.

3. Cobertura

"A ação da água da chuva é particularmente gravosa nas coberturas, sobretudo em dois tipos distintos de situações: infiltrações nas zonas correntes da cobertura, por esta não desempenhar cabalmente a sua função, ou infiltrações associadas a disfuncionamentos da rede de drenagem de águas pluviais". e por consequência, "a essa humidificação suceder-se-á a deterioração das características da madeira, devido a perdas de secção ou degradação da resistência e capacidade de deformação do próprio material, a que se segue inevitavelmente o aumento das deformações da estrutura de cobertura, o acréscimo das infiltrações através dos revestimentos, e assim sucessivamente"[132]

Um dos elementos que carece de maior atenção é a estrutura do telhado pela deterioração dos elementos pela ação da água. O ripado de madeira onde assenta a telha marselha está em mau estado de conservação, devido a fungos, podridão e algumas deformações e faz parte do conjunto de ações a ter em consideração no processo de conservação do edificado a curto prazo. A anomalia encontrada tem a sua causa na degradação e nas telhas partidas pelas ações do vento.

131. João Appleton, op. cit, p.110
132. Ibid, p.120



[167] Corredores de entrada, .1ºandar
Patologia: sinais de alguma humidade proveniente do muro/ rua



[168] Soalho de madeira
Patologia: sinais envelhecimento da madeira, podridao e buracos resultantes de infestaçao do bicho da madeira madeira



[169] Telha
Patologia: sinais de alguma humidade e natural degradação do material



[170] Ripado de madeira
Patologia: sinais de alguma humidade e natural degradação do material

3.1 Chaminé

As chaminés são um dos elementos que se enquadram em mau estado de conservação. Em ambas, a entrada da água da chuva é um problema.

3.2 Sistema de drenagem das águas pluviais

"Frequentemente, ocorrem entupimentos das redes de drenagem, devido a causas fortuitas - papéis e folhas de árvores, por exemplo -, ou só possíveis por total ausência de manutenção – crescimento de ervas e até de arbustos nas coberturas".[133]O mesmo acontece no beiral, no sistema de águas pluviais. O apodrecimento e a rutura das caleiras, permitiu a entrada das águas da chuva para a estrutura do sobrado, já sendo visível, alguma deterioração a nível dos elementos imediatamente abaixo, paredes e teto.

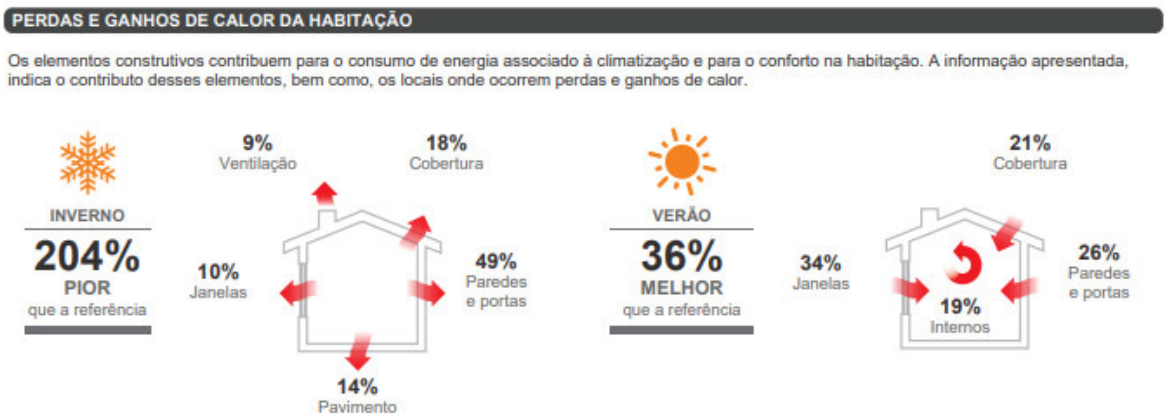
4. Comportamento térmico

Em termos de comportamento térmico do edifício, a temperatura ambiente durante os equinócios e o inverno é fria. No verão, apesar das temperaturas elevadas no exterior, mantêm uma temperatura ambiente entre os 20º e 21ºC. Posto isto, há a necessidade de se introduzir um mecanismo de aquecimento no edifício, uma vez que, não existe nenhum equipamento para aquecimento à exceção da lareira.

De acordo com o certificado energético emitido em 2021, está classificado como F, ou seja, 18% menos eficiente termicamente do que a referência, uma vez que as paredes são simples e rebocadas (anteriores a 1960), a cobertura inclinada não tem isolamento térmico, assim como o pavimento. No inverno é 204% menos eficiente que a referência, no entanto no verão, é 36% melhor que a referência.

Nas medidas que promovam a medida deste comportamento térmico estão o isolamento térmico das paredes - com aplicação pelo interior; assim como o isolamento térmico da cobertura, na laje de esteira; isolamento interior do pavimento - aplicação sob a laje de pavimento.





133. João Appleton, op. cit, p.120



[171] Corredores de entrada, .1ºandar
Patologia: sinais de envelhecimento do material, telhas partidas. Entrada de água para o interior da casa



[172] Interior da saia da chaminé
Patologia: sinais de envelhecimento do material, descamação



[173] Sistema de drenagem de águas pluviais
Patologia: Telhas partidas, caleiras em mau estado. Resultam na inflitraçao de águas na estrutura do telhado, nas paredes e nos tetos interiores

5.Vãos e caixilharia

A caixilharia das janelas de peito e de sacada foi substituída em 2001, por um caixilho de pvc com vidro duplo. Pelo que não é um elemento que carece de especial atenção. A moldura de madeira, pertencente às originais janelas de guilhotina[134], foi parcialmente substituída. Resta a moldura interior e as portadas de madeira, sem nenhuma carência de relevância à exceção da usual manutenção das ferragens e da pintura. As preocupações que poderão advir destes elementos prendem-se com as bandeiras das janelas de sacada, ainda originais, tornando o edifício mais frágil e exposto às ações climáticas.

A deterioração da madeira das portas, pelo envelhecimento dos materiais, provocou, em alguns elementos, o empeno das folhas. O mesmo acontece com os rodapés, tanto pelo envelhecimento dos materiais como pela própria ação do tempo, carecem em alguns casos de especial atenção, apresentam as mesmas patologias do soalho. Em nenhum dos elementos (rodapés, vãos e caixilharias) existem problemas relacionados com a infiltração de águas.

5.1 Sistemas mecânicos de ventilação

Todos os espaços da casa têm um sistema de iluminação e ventilação natural com um sistema de ventilação cruzado.

6. Elementos nao estruturais: paredes interiores, tetos e sancas

As paredes interiores são, como já vimos anteriormente de tabique. São elementos construtivos que estão, em alguns casos, deteriorados e a necessitar de intervenção, em algumas partes deformadas e até mesmo sem reboco.

134 "A humidade pode, portanto, ser causa da deterioração da madeira da caixilharia, porque favorece o ataque de fungos e insetos, como já foi referido, e pode também, por deficiência de estanquidade da caixilharia, penetrar para o interior do edifício, afetando a sua funcionalidade – no que se refere a fatores de salubridade – e provocando degradações posteriores de outros elementos de construção atingidos – paredes e pavimentos" João Appleton, op. cit, p.133



[174] Bandeira das janelas de sacada,1ºandar
Patologia: sinais de envelhecimento da massa de vidraçeiro



[175] Parede de tabique, 1ºandar
Patologia:No geral nao se encontram em tao mau estado de conservaçao. Apresentam algumas 'barrigas' e alglumas fendilhações



[176] Rodapés e moluras de madeira
Patologia: sinais de envelhecimento do material, em parte devido a uma anterior infestação por bicho da madeira



[177] Tetos,1ºandar
Patologia: Pontualmente, apresentam algumas fendilhações



[178] Tetos,1ºandar
Patologia:Devido ao mau estado de conservaçao das caleiras, existe entrada de água para o interior.

3.2

PATRIMÓNIO DE INTERESSE CULTRAL

Ao estudarmos uma pré-existência deparamo-nos com um leque de questões que adquirem uma maior ou menor complexidade no momento do processo de decisão, desenvolvimento e consolidação de uma proposta de intervenção/manutenção. No caso do objeto de estudo, acresce a classificação como património arquitetónico segundo a carta de património edificado de Santa Marinha do Zêzere, disponível na plataforma da Câmara Municipal de Baião.

Importa desde já esclarecer que esta classificação foi dada apenas a Casa e deixa de parte a envolvente e os anexos. Foi atribuída, segundo o Arquiteto Rafael da CMB, por se tratar da residência de família de várias pessoas ilustres. Devido a esta questão, importa para o desfecho deste trabalho rever alguns conceitos relativamente ao tema da intervenção em património edificado.

Desde do aparecimento da noção de património, é possível observar várias estratégias de intervenção a aplicar em edifícios existentes, que tanto podem resumir-se à prática de uma intervenção minimalista, sustentável e menos invasiva **[Camillo Boito]**, como assumir a transformação mais ou menos acentuada, com ou sem a adição de novos volumes contemporâneos em relação com conjunto arquitectónico antigo **[Antón Capitel e Solà-Morales]**. Outras hipóteses passam pela conservação e manutenção do edifício tal como está **[Ruskin]**, ou até mesmo pela reconstrução ou recriação histórica de acordo com a sua forma primitiva **[Viollet-le-Duc]**.

Dada a complexidade do tema[135], mas de forma a entender -se a atribuição de valor patrimonial a um edifício e o que isso significa, deixamos em anexo **[ANEXO1]** alguns esclarecimentos dos teóricos e das principais teorias por si defendidas, assim como algumas das diretrizes criadas ao longo dos anos.

No entanto, a globalização do tema, à qual se tem assistido atualmente, considera como património não só o que é antigo como qualquer elemento excecional que tenha interesse para o homem, defendendo-se que cada caso merece particular atenção. Introduzindo-se também a reflexão em torno da identificação de valores numa obra arquitetónica **[Riegl]** e da sua preservação/manutenção. E é com base nessa premissa que se define o proximo passo deste trabalho: o que se pretende para a casa do amanhã? Procura-se então, com o levantamento métrico, o diagnóstico e um maior conhecimento da realidade construtiva aplicada, **definir uma estratégia que promova a durabilidade do edifício e que defina ações que minimizem o desperdício de elementos e a necessidade de novos recursos,** numa estrátegia a curto e médio prazo.

135. Na obra Alegoria do Património, **Françoise Choay** explica como o termo Património, cujo significado original está associado "às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo", adquiriu um carácter "nómada", absorvendo e incorporando outros conceitos.
Françoise Choay, Alegoria do Património, Lisboa,Edições 70, 2010, p. 11

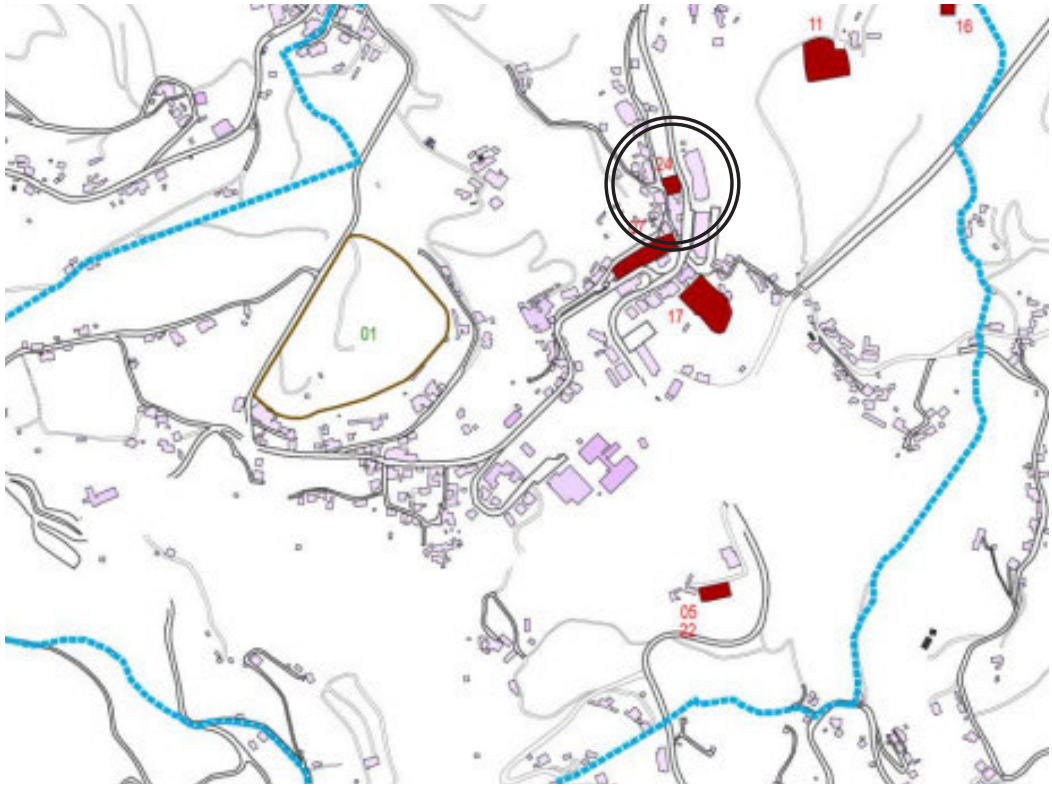
Na definição dessas ações opta-se por um plano adequado a cada elemento, que **promova a sua preservação e manutenção de forma a minimizar a utilização de recursos e de custos e maximizar a durabilidade do edifício, com base numa estratégia energeticamente eficiente, através da preservação e/ou utilização de materiais eco eficientes e desta forma minimizar impactos ambientais associados à construção como as emissões de CO2 e gases responsáveis pelo aquecimento global.**

Antes de avançarmos para a definição dessas ações importa resalvar algumas preocupações relativas as intervenções no limite da ARU assim, como procedimentos legislativos a aplicar.

PDM E ARU

A par da realização do processo de levantamento métrico tradicional apresentado anteriormente, analisamos os documentos existentes da ARU-Santa Marinha do Zêzere, realizados em Junho de 2016, sendo possível verificar que o objeto de estudo se insere nos limites do plano de intervenção urbano e está classificado como **património de interesse cultural** .[136]

Na ARU-Santa Marinha do Zêzere estão presentes vários elementos identificados no PDM como Património Arquitectónico, designadamente: Solar Casas Novas ou do Reguengo das Casas Novas; Igreja de Santa Marinha do Zêzere (imóvel em vias de classificação); Casa de Entre-Águas; Casa do Espírito Santo da Casa de Entre-Águas; O Casarão; Capela de Santa Ana; ***e a Casa de família de Albino de Carvalho.***[137]



[179] Carta de património arquitetónico
Disponivel no site da CMB

136. ARU Baião, Casa de Albino de Carvalho, IIP - imóvel de interesse público, com registo nº 215/24, p.226, consultado a 04 de Maio de 2022
137. Ibid

A delimitação da ARU determina o reconhecimento do Município pela necessidade de congregar nesta área um conjunto de ações e investimentos, associados a uma estratégia previamente definida em que salvaguarda o património edificado e o desenvolvimento sustentável do território.[138] Os limites, abrangem aproximadamente 1,4km2 e 25% da população da freguesia e correspondem a uma área que apresenta problemas de insuficiência e degradação dos edifícios, equipamentos e espaços de utilização coletiva, identificados como importantes e urgentes no município. **Tem como objetivos, práticas de reabilitação urbana, desenvolvimento económico e sustentável, e por último, a preservação e reabilitação da estrutura edificada.**

No que diz respeito às práticas de reabilitação e manutenção dos edifícios destacam-se os seguintes pontos: desenvolvimento novas soluções de acesso a uma habitação condigna; fomentar a adoção de critérios de eficiência energética em edifícios públicos e privados; preservar e reabilitar elementos de elevado valor arquitetónico e patrimonial; promover a reabilitação dos edifícios degradados ou funcionalmente desadequados, designadamente os que têm função residencial ou que estão associados a equipamentos ou serviços coletivos; promover a criação e a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada.

Pelo que destacamos algumas medidas legislativas referentes a intervenções neste tipo de edifícios:
- O Decreto-Lei 266-B/2012, de 31 de dezembro - Estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado, e revoga os Decretos-Lei 156/2006 e 161/2006, de 8 de agosto.

- O Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, relativo ao desempenho energético dos edifícios, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, que estabelece um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional;

- Despacho 14574/2012, de 12 de novembro - Cria a Comissão Redatora do projeto de diploma legal que estabelecerá as «Exigências Técnicas Mínimas para a Reabilitação de Edifícios Antigos.

- Decreto-Lei 115/2011, de 5 de dezembro - Primeira alteração ao Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

138 CMB, Área de Reabilitação urbana de Santa Marinha do Zêzere - Plano de Delimitação, Baião, 2016, p.7

3.3

Ações de Manutenção

"Num tempo em que a causa ambiental se vai tornando cada vez mais consensual, a intervenção no edificado existente deve começar por privilegiar, sobretudo, a sua manutenção. Este retomar das actividades de manutenção dos edifícios, bem como a sua efectiva implementação, deverão ser acompanhados por uma eficaz divulgação de boas práticas de utilização."

Teixeira e Póvoas, 2016, p. 703

Na arquitetura tradicional, a degradação de um edifício é caracterizada pelo envelhecimento gradual dos seus materiais e a intervenção muitas vezes, só é feita aquando do seu total desgaste, levando a que muitos elementos não possam ser reparados e sejam substituídos. A ausência de manutenção, conduz o edifício a um estado de insalubridade e habitabilidade e passa a constituir-se como uma fonte de preocupação e insegurança.

Acredita-se que é possível minimizar perdas de integridade e autenticidade de um edifício, através de um programa de ações que contrariem ou retardem o natural envelhecimento dos seus elementos e materiais. Deste modo, procura-se neste ponto do trabalho, tendo por base o levantamento métrico e o conhecimento da realidade construtiva aplicada, **definir uma estratégia que promova a durabilidade do edifício, através de um plano de ações que minimizem o desperdício de elementos e a necessidade de novos recursos e assim, promover a manutenção do edifício evitando com isso o seu colapso e posterior reabilitação.** No entanto, a temática da manutenção de edifícios revela ainda hoje algumas imprecisões visto que, não existem normas que a promovam, ainda que a legislem.[139] O próprio léxico ainda não assumiu um caráter universal, sendo corrente a utilização de termos imprecisos.[140]

139. Decreto-lei n.º 177/2001 de 4 de junho – introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 555/99 e ao Decreto Lei nº 38382 (RGEU, 1951), que refere, na secção IV, artigo 89.º, que "**as edificações devem ser objeto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de oito anos,** devendo o proprietário, independentemente desse prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético".

140. Rui Rodrigues, "Manutenção de Edifícios. Análise e exploração de um banco de dados sobre um parque habitacional", Porto,FEUP, 1989,p.2

Manutenção versus Reabilitação

Os conceitos de manutenção e reabilitação de edifícios são, muitas vezes, confundidos, pelo que achamos necessário algum esclarecimento. A manutenção pode ser definida como a "combinação de todas as medidas técnicas e administrativas associadas, durante a vida de serviço para conservar um edifício, ou as suas partes, num estado em que este possa realizar as suas funções exigidas"[141].

Quanto à reabilitação, na tradução portuguesa do Glossário do ICOMOS, é apresentada como o "processo para adaptar uma construção a um novo uso ou função, sem alterar as partes da construção que são significativas para o seu valor histórico".[142]

Ou seja, por um lado, **a manutenção, pretende elevar o nível de desempenho para um nível não superior ao inicial, ao passo que a reabilitação tem como objetivo incrementar o nível de desempenho para um nível superior ao inicial.** Assim sendo, não é de nosso interesse investir num processo que promova a reabilitação do edificado, dado o seu satisfatório estado de conservação, mas sim em ações que promovam a sua manutenção.

Posto isto, o plano de manutenção visa assegurar, em primeiro lugar, o bom estado de conservação dos elementos estruturais e construtivos, assim como o correto funcionamento dos seus sistemas (canalização, elétrico, etc..). **A consciencialização sobre as medidas a tomar para a manutenção do edificado, tem como objetivo minimizar o número de intervenções invasivas a curto e médio prazo.** Entende-se, contudo, que certas operações de manutenção são difíceis de realizar de forma não invasiva dado o natural 'fim de vida' de alguns elementos.

TIPOS DE MANUTENÇÃO

Segundo Rodrigues[143], a necessidade de manutenção surge pelo aparecimento de determinada anomalia, sendo possível categorizar os tipos de intervenção necessários para o **prolongamento das características físicas e funcionais de um edifício, entre ações corretivas - ocorrem depois do aparecimento da patologia - e as preventivas - acontecem antes da ocorrência da irregularidade.**

Manutenção Corretiva

A manutenção corretiva corresponde a todos os tipos de intervenções existentes após a ocorrência de determinada anomalia e quando as medidas de manutenção preventivas não se justificam a nível económico, apesar de terem sido tomadas medidas de reparação ou substituição. As ações corretivas podem ser pautadas em urgentes quando, evidentemente, o fenómeno patológico adquire características de intervenção imediatas pelo facto de estarem afetadas funcionalidades do edifício de primeira necessidade de (segurança, estanquidade, etc.). Quando os fenómenos não afetam nenhuma função vital do edifício, a manutenção pode, de acordo com a política de intervenção, assumir características de pequena Intervenção, frequente e com âmbito reduzido, ou grande Intervenção, deixando o nível de patologia assumir volumes limites.[144]

141. Claúdia Leite, "Estrutura de um plano de manutenção de edifícios habitacionais", Porto, 2009,FEUP, p.30
142. Alice Tavares, Aníbal Costa, Humberto Varum, "Análise de estratégias para implementação da reabilitação urbana e salvaguarda do património vernacular", Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono, Lisboa, LNEC, 2013
143. Rui Rodrigues, op. cit, p.109
144. Ibid, p.110

Manutenção Preventiva

Por sua vez, a manutenção preventiva tem como principal objetivo atuar antes da ocorrência de anomalias de forma a evitar as mesmas e usa como referência os sinais pré-patológicos. Posteriormente procura-se atuar na correção dos defeitos do elemento construtivo, de forma que não ocorra uma diminuição do seu desempenho.[145] A prática da manutenção preventiva tem profunda correlação com a definição de vida útil de um determinado elemento ou componente de um edifício.[146] Deste modo, o tempo de vida útil corresponde "ao período de vida durante o qual as construções mantêm o desempenho compatível com as exigências estabelecidas, sem necessidade de intervenções para além da sua manutenção".[147]

Este processo diferencia-se entre ações sistemáticas e condicionadas. "As ações sistemáticas têm como base a atuação "a priori" em situações que seja previsível o aparecimento de degradação. Tendo como dados a vida útil dos elementos componentes da construção, tomam-se medidas no sentido de prolongar essa vida útil ou de, antecipadamente substituir esse componente, evitando desta forma uma eventual intervenção urgente, possivelmente mais onerosa".[148] Estas ações baseiam-se no diagnóstico ao estado efetivo dos elementos do edificado e atuam em função deste. "Revestem-se de uma complexidade técnica maior pois, não é em geral simples medir o grau de deterioração funcional de muitos elementos dum edifício".[149] Estas ações de proteção podem ir de um procedimento de inspeção ou limpeza e até mesmo a todo processo de restauro.

Consideram-se os principais benefícios da manutenção preventiva[150]: **o aumento do tempo de vida útil de um determinado objeto ou edificado; a melhoria das condições habitacionais; a redução significativa dos custos associados à manutenção corretiva e a redução dos custos financeiros implícitos.**

145.Claudia Leite, op. cit, p.31
146. Rui Rorigues, op. cit, p.121
147. Inês Collen, op. cit., p.3
148. Rui Rorigues, op. cit, p.111
149. Ibid
150. Ibid, p.121

PROPOSTA

"Consideram-se elementos de valor arquitectónico e construtivo dos edifícios antigos todos os materiais, sistemas e técnicas construtivas que integram a sua construção, e que, na sua coerência formal, se revelam determinantes para a salvaguarda da sua autenticidade e integridade, enquanto objectos representativos de épocas passadas." [151]

A manutenção adequada ao edifício tem como objetivo primordial a preservação das características formais e funcionais para o qual o edifício foi projetado e executado.

Fundamental para elaboração de um plano de manutenção[152] que possa garantir e prolongar a vida útil do edifício, é o **plano das operações de manutenção**. Em em primeiro lugar, dever-se-á proceder à inspeção, identificação das patologias e avaliação da situação atual de modo a perceber o grau de degradação/deteriorização dos elementos. Para que posteriormente, se possa analisar e definir as estratégias de manutenção a aplicar (manutenção, reparação ou substituição), os procedimentos técnicos a adotar, a periodicidade das intervenções, os custos estimados e o nivel de prioridade da ação.

Desta forma, consideram-se alvo de avaliação as seguintes situações[153]: anomalias relevantes a nivel estrutural e possíveis causas, sintomas patologicos que adveem da falta de manutenção do edificado e do natural envelhecimento dos materiais. Procura-se também antecipar alguns sintomas patológicos (por ex. o possível apodrecimento do reboco pelo contato com água).

O plano de manutenção terá então como objetivo manter ou restabelecer uma relação satisfatória entre o natural estado de funcionamento do edificio num período médio a longo prazo. Deverá definir as tarefas de manutenção a serem realizadas - organizado com base no conjunto hierárquico de prioridades e nos custos associados. As premissas definidoras para a escolha de estratégias do tipo de manutenção a adoptar, preventivo ou corretivo, resultam de uma avaliação que tem em conta uma série de fatores:

1.A idade do elemento;
2.As características físicas e funcionais do elemento em relação à anomalia;
3.A durabilidade do elemento;
4.A relação do elemento com o sistema de construção, tendo como referência a sua lo calização, a sua acessibilidade, etc...
5.Possibilidade de manutenção;
6.A importância das funções realizadas no que diz respeito ao funcionamento geral;
7.Os efeitos diretos e indiretos associados ao seu mau funcionamento;
8.Os custos de tarefa;

151 Joaquim Teixeira, op, cit., p. 114

152 Decreto-Lei 817/2004 de 16 de Julho – aprova o modelo da "ficha técnica da habitação". Este é um documento que descreve as características técnicas e funcionais de um prédio urbano para fim habitacional, tendo em conta o momento da conclusão das obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração do mesmo (INCI, 2009). Faz também referência a algumas instruções sobre a sua utilização e manutenção.

153 Claudia Leite, op. cit, p.45

COMPONENTE	ELEMENTOS	CARACTERIZAÇÃO	INSPEÇÃO
ESTRUTURAL	1.FUNDAÇÕES	1.1 Alvenaria de granito	NÃO
	2.PAREDES DE SUPORTE	2.1 Alvenaria de granito aparelhada 2.2 Reboco 2.3 Pintura	SIM
	3.SOBRADOS	3.1 Vigas de madeira 3.2 Barrotes/paus rolados 3.3 Soalho de madeira com encaixe macho-fêmea	PARCIAL
	4.COBERTURA	4.1 Asnas de madeira 4.2 Madre 4.3 Ripado de madeira 4.4 Telhas	SIM
Ñ ESTRUTURAL	5.PAREDES INTERIORES	5.1 Estrutura/ Tabique 5.2 Acabamento/Reboco	SIM
	6.VAOS E CAIXILHARIA	6.1 Janelas de peito 6.2 Janelas de sacada 6.3 Molduras e portadas	SIM
	7.VÃOS E PORTAS INT. E EXT	7.1 Portas interiores 7.2 Portas Exteriores	SIM
	8.CAIXA DE ESCADAS	8.1 Escadas de cimento 8.2 Escadas de madeira	SIM
	9.RODAPÉS E LAMBRIS	9.1 Rodapés 9.2 Lambrim	SIM
	10.TETOS E SANCAS	10.1 Tetos 10.2 Sancas	SIM
	11.CHAMINÉS	11.1 Chaminé Rés-do-chão 11.2 Chaminé 1º andar	SIM
OUTROS ELEMENTOS	12.MUROS DE CONTENÇÃO	12.1 Muro rua Albino de Carvalho 12.2 Muro rua 20 de Junho	SIM
	13.ELEMENTOS EM FERRO JORJADO	13.1 Guardas 13.2 Portões 13.3 Gradeamento	SIM
	14.SISTEMA DE DRENAGEM DA ÁGUA	14.1 Algerozes 14.2 Tubos de queda	SIM
	15.SISTEMA ELÉTRICO E DE CANALIZAÇAO	15.1 Cablagem 15.2 Canalização	SIM

	PATOLOGIA	ESTADO DE CONSERVAÇAO	TIPO DE MANUTENÇÃO	PROCEDIMENTO	PERIODICIDADE	CUSTOS ESTIMADOS	PRIORIDADE
	N/A						
	2.1 Humidade ascendente parede Nascente **2.2 Sem anomalias visíveis** **2.3 Descamação e manchas de humidade**	Carece de análise Bom Razoável	PREVENTIVA	-Inspeção, -Substituição do reboco nas áreas de contacto com água -Pintura nas demãos necessárias	Imediato 2 - 2 anos	●●○	Ñ urg.
	3.1 Sem anomalias visíveis **3.1 Sem anomalias visíveis** **3.3 Sinais de anterior infestação - bicho da madeira, empenamento, podridao (pontual)**	Bom estado Bom estado Carece de análise	CORRETIVA	-Inspeção -Tramento da madeira -Substituição das tábuas necessarias do soalho -Lixagem e impermeabilização	Imediato 2 - 2 anos	●○○	Mod.
	4.1 Sem anomalias visíveis **4.2 Sem anomalias visíveis** **4.3 Sinais de humidade e deformação** **4.4 Telhas partidas**	Bom Bom Mau Carece de análise	CORRETIVA	- Tratamento da madeira -Substituição do ripado de madeira -Inspeção, retificação e substituição das telhas partidas	Imediato (anual)	●●●	max.
	5.1 Sem anomalias visíveis **5.2 Deformações, empolamentos e fissuras. Manchas de humidade nas paredes adjacentes as caleiras***	Razoável Carece de análise (situação pontual)	CORRETIVA	-Inspeção. Reparação dos elementos considerados em mau estado pintura nas demãos necessárias	Imediato 8 - 8 anos	●●●	Baixa
	6.1 Sem anomalias visíveis **6.2 Sem anomalias visíveis na caixilharia. A massa de vidraceiro aplicada nas bandeiras está em mau estado** **6.3 Empenamentos das madeiras e das ferragens**	Bom estado Razoável Mau Bom	PREVENTIVA	-Substituição da massa de vidraceiro nas bandeiras das janelas de sacada -Lixagem, emaçamento, pintura nas demãos necessárias	Imediato 8 - 8 anos	●○○	Baixa
	7.1 Fissuras e empenamentos das madeiras e ferragens **7.2 Fissuras e empenamentos das madeiras e ferragens**	Razoável Razoável	PREVENTIVA	- Lixagem, emaçamento e posterior pintura a tinta de esmalte.	8 - 8 anos	●○○	Ñ urg.
	8.1 Nao tem acabamento, é escorregadia **8.2 Sinais de envelhecimento da madeira**	Bom Razoável	PREVENTIVA	- Acabamento para a escadas - Tratamento da madeira	Imediato 8 - 8 anos	●○○	Ñ urg.
	9.1 Fissuras, empenamentos e 'descolagem' da parede **9.1 Pontuais fissuras**	Mau Razoável	CORRETIVA	- Tratamento da madeira -Lixagem, emaçamento, pintura nas demãos necessárias	Imediato 8 - 8 anos	●○○	Mod.
	10.1 Pontuais fissuras e manchas de humidade -cantos* **10.2 Pontuais fissuras e manchas de humidade -cantos***	Carece de análise Carece de análise	CORRETIVA	- Reparação de eventuais fissuras	Imediato 8 - 8 anos	●●○	Baixa
	11.1 Entrada de águas das chuvas. Telhas partidas **11.2 Entrada de águas das chuvas**	Carece de análise Carece de análise	PREVENTIVA	-Nova solução para as chaminés: impermeabilização	Imediato Anual	●●○	Mod.
	12.1 Escorrimento de águas da rua **12.2Vegetação de médio porte**	Razoável Razoável	CORRETIVA	- Limpeza e retificação dos muros, impermeabilização	Imediato 8 - 8 anos	●○○	Baixa
	13.1 Empenamentos e ferrugem **13.2 Ferrugem** **13.3 Ferrugem**	Bom Bom Bom	PREVENTIVA	- Lixagem e posterior pintura a tinta de esmalte.	8 - 8 anos	●○○	Ñ urg.
	14.1 Caleiras partidas **14.2 Tubos de queda partidos**	Carece de análise Carece de análise	CORRETIVA	-Substituição das caleiras e dos tubos de queda	Imediato 6m-6m	●●○	Mod.
	15.1 Cablagem pelo exterior das paredes **15.2 Canalização envelhecida no exterior da casa**	Razoável Mau	PREVENTIVA	- Inspeção. Possivel sibstituiçao de algum cabo e/ou tubo	8 - 8 anos	●○○	Ñ urg.

Considerações finais

As considerações finais, podiam em certo modo, ser substituídas pela apresentação dos desenhos finais de levantamento por melhor representarem o estudo desenvolvido.

Com esta investigação procurou-se decompor os vários elementos do sistema construtivo aplicado ao objeto de estudo com o objetivo de os analisar e estudar de forma individual e entender a complexidade do seu papel no conjunto. E ainda, criar um plano de ações que vise prolongar substancialmente o tempo de vida útil dos vários elementos e assim promover a longevidade edifício.

Da escassa informação existente relativa ao edificado, visto que tem interesse patrimonial pelas pelas que nele viveram e não pela sua relevância arquitetónica, procurou-se reunir o máximo de informação que nos foi possível, para que, além de criar uma base de dados, se crie um plano de medidas a adoptar a curto e médio prazo. E ainda, deixar em aberto a possibilidade deste trabalho servir como base para um futuro projeto de reabilitação a longo prazo.

Como reflexão crítica face ao trabalho desenvolvido destacam-se algumas questões de ponderação para este ou outro projeto de intervenção numa preexistência.

Apesar do bom estado de manutenção da casa, houve uma consciencialização da importância da prática das ações de manutenção de forma promover a conservação dos vários elementos de valor arquitetónico. A necessidade de alerta para a adoção de uma manutenção preventiva serve é a ação mais eficaz a adoptar para a salvaguarda do património, por ser menos dispendiosa e por evitar a necessidade de substituição dos elementos e assim, promover a poupança de recursos e viabilizar a sustentabilidade do edifício a longo prazo. Das ações preventivas supramencionadas, reforça-se a necessidade da prática de uma rotina de inspeção e limpeza do exterior e do interior dos edifícios, principalmente nos pontos de maior debilidade, como é o sistema de drenagem das águas que facilmente entope pela acumulação de resíduos.

A abordagem feita ao capítulo um é relevante pela investigação em torno da temática da arquitetura popular e pela abordagem de Eça de Queirós ao território no final do séc. XIX. Foi neste processo de conhecimento do objeto de estudo, essencial pela capacidade de entendimento dos interesses/preocupações aplicados à construção da casa. A comparação feita através das poucas fotografias do final do séc. XIX, e as fotografias atuais são reflexo da tentativa de mostrar o distanciamento temporal, os hábitos e valores desaparecidos e que, de certo modo, perduraram na casa.

Percebeu-se com o desenvolvimento deste trabalho, contraria a tendência do dias de hoje, a necessidade que existiu de se construir uma casa para a vida, para a família e para as gerações vindouras. E assim se entende a efetiva qualidade deste tipo de habitação.

O levantamento foi desenvolvido durante o período da pandemia pelo que foi em muitos momentos alvo de interregnos, por não ser possível visitar a casa, outras vezes, interrompido para se estudar a componente estrutural do elemento, de forma a que o desenho final, fosse o mais mimético e rigoroso possível. No desenvolvimento deste trabalho, várias foram as questões que se ergueram, fosse pelo pouco entendimento inicial face a determinado tema, fosse pela difícil compressão da metodologia aplicada ao objeto, muitas vezes por não ser possível fazer uma total inspeção/levantamento dado o bom estado de conservação da maioria dos elementos. A componente estrutural, só foi possível de analisar e estudar na sua totalidade, através do piso da cave. As vigas são de enormes proporções e em alguns casos é visível o total tronco da árvore e parte das suas ramificações. O travamento, usualmente feito por tarugos é neste caso, aplicado por cima do vigamento de madeira no sentido oposto às vigas. Nos restantes sobrados, não nos foi possível fazer o levantamento da sua componente estrutural na sua totalidade, pelo que os resultados são reflexo da subtração dos pés direitos de cada piso e da altura total do edifício.

O levantamento da cobertura foi um dos elementos que obrigou a maior investigação e redesenho. Existem vários tipos de estruturas de suporte, asnas simples, compostas, de escoras, de lanternim.... Apesar da nossa solução ser bastante comum, por se tratar de uma asna simples, entender aquilo que seriam os elementos iniciais da asna, necessitou de alguma investigação complementar, assim como a (re)deslocação ao sótão para esquissar e entender que parte dos elementos pertenciam à asna original e porque motivo, foram colocadas escoras no pendural e nas pernas.

A nível da segurança dos elementos estruturais, foi aqui que se percebeu uma maior fragilidade de alguns elementos. O ripado de madeira, está em más condições. Ao retirar algumas telhas para possibilitar a entrada de luz e assim poder realizar o levantamento, foi possível ver, que além dos visíveis sinais de humidade, a madeira do ripado está em péssimas condições, deformada e já com o formato da telha.

Devido a altura da casa, sempre que é necessário fazer uma intervenção de manutenção dos algerozes, o processo é perigoso e moroso, pelo que muitas vezes os proprietários acabam por prolongar estas medidas. Atualmente, o sistema de drenagem das águas pluviais é uma fonte de preocupação pelo visível mau estado de conservação que leva à entrada de água pelas paredes.

Um dos maiores desafios foi o desenho da estrutura para parede de tabique simples. Ainda que seja 'simples' entender exatamente o processo construtivo da parede existem diversas formas de o fazer. Entender exatamente o processo aplicado, acabou por ser um desafio por obrigar à investigação in situ, para desenhar e fotografar todos os elementos. O mesmo aconteceu com o beiral, várias foram as tentativas de desenho e redesenho.

O que tornou este processo de levantamento e esta investigação tão interessante foi a possibilidade de investigação em campo, tocar nos elementos e explorar a forma como foram construídos. O que em certo modo, foi também responsável pelo prolongamento deste trabalho, visto que todas as vezes que era feito o estudo remoto do levantamento, para o posterior desenho rigoroso, se acrescentava a necessidade de recolha de mais dados na visita seguinte. Essa análise reflexiva, levou uma visão crítica e muitas vezes insaciável da pormenorização dos desenhos.

No que diz respeito à envolvente e aos anexos, pouco foram falados ao longo deste trabalho, por não serem relevantes para o nosso objetivo, no entanto, e por não estarem classificados como património, pretende-se nesta fase final, dar-lhes algum propósito. A envolvente da casa carece de algumas preocupações. Tem duas árvores de grande porte que necessitam de intervenção. O jardim, não inclui nenhum sistema de rega e o tanque em pedra, é sinónimo de uma prática perdida.

Os anexos, assim como as adegas, foram ao longo dos anos servindo aos mais diversos propósitos, desde uma escola primária ao quartel dos bombeiros. Hoje, são utilizados para em parte para armazém e na parte em melhores condições, funciona um pequeno atelier de pintura. No entanto, a proprietária mostra-se disponível a possibilidade de um novo programa. Posto isto, desenvolvemos alguns desenhos embrionários daquilo que poderá ser um novo programa para os anexos e para a envolvente da casa.

Em suma, como resultado desta exaustiva investigação, poderíamos caminhar para o desenvolvimento de um projeto de reabilitação para o edificado. No entanto, não havendo em primeiro lugar necessidade de um novo programa, não há intenção por parte da proprietária de um plano de intervenção a curto prazo, previu-se para este trabalho um objetivo mais prático: a elaboração de um plano de ações preventivas e/ou corretivas de manutenção que vise a longevidade do edificado.

AGUIAR, José, **CABRITA**, António, **APPLETON**, João - "Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais", Volume 1. LNEC, Lisboa, 2001

ALMEIDA, Luis (coord.) - "Manual de conservação preventiva para edificações" IPHAN disponivel para consulta online em https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2012/09/Manual-de-conservao-preventiva-Casas-Antigas.pdf

ALVES, José Fernandes - "Baião – Em torno de 1800-1910: Poderes e dinâmicas, mutações e permanências", Câmara Municipal de Baião, 2015

ALVES, José Fernandes - "Baião – Em torno de 1910-2013: Território, Pessoas e Poderes", Câmara Municipal de Baião, 2017, pp. 87-8

APPLETON, João - "Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e tecnologias de Intervenção", Amadora, Orion, 2003

Associação dos Arquitetos Portugueses, (1961) - "Arquitectura Popular em Portugal", 2ª Edição: Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1980

BAEZA, Alberto Campo - "Principia Architectonica", Lisboa, Caleidoscópio, 2013

BLAKE, Bill; **ANDREWS**, David; **BECKET**, Nick - "Metric survey for Heritage Documentation – Documentation for Conservation, A manual for teaching metric survey skills", English Heritage, 2003, http://www.bill-blake.co.uk/files/Download/Measured%20&%20Drawn%20 2nd%20Ed..pdf consultado a 17 de Janeiro de 2022

CARVALHO, Albino - "Pela pátria! Pela escola!", Ediliber Gráfica, Coimbra, 1993

CHOAY, Françoise - "L'Allégorie du Patrimoine", Paris: Éditions du Sueil, 1982

COLLEN, Inês - "A Manutenção periódica de edifícios", Planetas estudo. Companhia de arquitetura e design, 2003

CMB, "A descoberta de Baião - Casas senhoriais" , Câmara municipal de Baião, Imprensa do Douro, 2004

COSTA, F. Pereira - "Enciclopédia prática de construção civil: pavimentos de madeira", Lisboa,Portugália Editora

CUNDARI, Cesare - "Rilievo per la conoscenza", Edizioni Kappa, 2012

DIAS, Lino Tavares - "Contributo para a análise do ordenamento romano do território maginaldo rio Douro". DOURO-Estudos & Documentos, Vol. I, 1996, disponível online em http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9304.pdf

DIAS, Lino Tavares - "Baião-O territorium em torno do ano zero. Reflexões sobre a paisagem construída". Encontro História Económica e Social de Baião, inédito, 2012

FERNANDES, Francisco Barata - "Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade", Porto, FAUP publicações, 1999

Referências bibliográficas

FREITAS, Vasco (cood.) - "Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos" Porto, OERN, 2012

GONÇALVES, José - "Baião Através dos Tempos", Porto, Uniarte Gráfica, 2009

ISO, International Organization for Standardization. ISO 15686-1:2011 Buildings and Constructed Assets – Service Life Planning, Genebra, 2011

LEITÃO, Manuel - "A Evolução da Paisagem Rural do Norte de Portugal.Caso de Estudo: Concelho de Baião". Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista. Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, 2011

LEITE, Claúdia - "Estrutura de um plano de manutenção de edifícios habitacionais. Porto, FEUP" [Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil], 2009

LOPES, Nuno Valentim - "Projecto, património arquitectónico e regulamentação contemporânea. Sobre práticas de reabilitação no edificado corrente", Porto: FAUP, [Prova de Doutoramento em Arquitectura], 2015

LOPES, Nuno Valentim - "Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e Início do Século XX. Do restauro à selecção exigencial de uma nova caixilharia: o estudo do caso da habitação corrente portuense", Porto, FEUP [Dissertação de Mestrado em Reabilitação do Património Edificado], 2006

NEVES, José Manuel, "Casas Recuperadas". Casal de Cambra: Caleidoscópio, 20

OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando - "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1992

PACHECO, Elsa, SOARES, Laura, COSTA, António - "Em torno de Baião. Contributo para a História Económica e Social de Baião". Porto, Caleidoscópio, 2010

PALLASMAA, Juhani - "Habitar, Barcelona", Editorial Gustavo Gili, 2016

QUEIRÓS, Eça - "A cidade e as serras" (1ª edição em 1901) , Grandes Autore Portugueses, colecção 120 anos JN, Tipografia Peres, 2008

RGEU (1951), Regulamento Geral das Edificações Urbanas. Porto Editora. Porto, 1996

RODRIGUES, Rui - "Manutenção de Edifícios. Análise e exploração de um banco de dados sobre um parque habitacional". Porto, FEUP, 1989

RODRIGUES, José e PEREIRA, Sílvia - "Património em construção: contextos para a sua preservação", Lisboa: Actas do simpósio realizado no LNEC, 2011

RUSKIN, John - "The Seven Lamps of Architecture. Lectures on Architecture and Painting.

the study of architecture " Boston, Dana Estes and Company Publishers, 1883

SILVA, João e GOMES, Paulino - "Baião - Tradição e História", Paços de Ferreira, Anégia Editores, 1997

SIZA, Álvaro - "Álvaro Siza: Imaginar a Evidência", Lisboa: Edições 70, 1998

SIZA, Álvaro - "01 Textos", Porto: Civilização Editora, 2009

STOCKLER, Carla – "Em torno da Pré-História", Encontro História Económica e Social de Baião, inédito, 2012

TAVARES, Domingos - "Casas de Brasileiro: erudito e popular na arquitetura dos torna-viagem", Porto, Dafne Editora, 2015

TAVARES, Alice; COSTA, AníbaL, VARUM, Humberto - "Análise de estratégias para implementação dareabilitação urbana e salvaguarda do património vernacular", Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono. 2º CIHEL,Lisboa, LNEC, 2013

TÁVORA, Fernando - "Da Organização do Espaço", 3ª Edição, Porto: Faup Publicações, 1996

TÁVORA, Fernando - "O Problema da Casa Portuguesa", Lisboa: Editorial Organizações, 1947

TEIXEIRA, Joaquim - "Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX", Porto, FAUP, 2004

TEIXEIRA, Joaquim - "Salvaguarda e valorização do edificado habitacional da cidade histórica. Metodologia de Intervenção no Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto", Porto, FAUP [Tese de Doutoramento em Arquitectura], 2013

TEIXEIRA, Joaquim e PÓVOAS, Rui - "Caracterização da Construção Tradicional do Norte de Portugal" In Freitas, V. (coord.). Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos. Porto, OERN, 2012

TEIXEIRA, Joaquim e PÓVOAS, Rui - "Contributo da Normativa Histórica para a Concepção de um Manual de Utilização e Manutenção da Casa Burguesa do Porto". In Livro de actas - 2.º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira. Culturas Partilhadas. Volume 2. Porto, CEAU e FAUP, 2016

ZUMTHOR, Peter, "Pensar la Arquitectura", Barcelona,Gustavo Gili,3ª edição, 2017

Referências de eletrónicas

Site da Câmara Municipal de Baião disponível em: https://www.cm-baiao.pt/

Carta sobre o Património Construído Vernáculo ICOMOS, 1999, consultada a 20 de Janeiro de 2022, disponível em https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/40%20Carta%20patrim%C3%B3nio%20vern%C3%A1culo%201999.pdf

Sobre Orlando de Carvalho: ://www.infopedia.pt/$orlando-de-carvalho

Carta de Veneza - Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, 1964, art.º 1º in http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf consultado a 22 de outubro de 2021

Créditos de imagem

[01]Fotografia de Artur Loureiro Tavares disponível no Livro "Baião – Em torno de 1800-1910: Poderes e dinâmicas, mutações e permanências", 2015

[02]Fotografia disponível no site https://averdade.com/um-guia-pela-natureza-de-baiao/

[03]Fotografia do Centro Portgues de fotografia, disponível no livro "Baião – Em torno de 1800-1910: Poderes e dinâmicas, mutações e permanências", 2017

[04]Fotografia de de Egídio Santos, 2021, disponível no site da Câmara Municipal de Baião,

[05]Fotografia do Centro Portguês de fotografia, disponível no livro "Baião – Em torno de 1800-1910: Poderes e dinâmicas, mutações e permanências", 2015

[06]Fotografia de de Egídio Santos, 2021, disponível no site da Câmara Municipal de Baião,

[07]Fotografia do Centro Portgues de fotografia, disponível no livro "Baião – Em torno de 1800-1910: Poderes e dinâmicas, mutações e permanências", 2015

[08]Fotografia disponível no endereço https://averdade.com/um-guia-pela-natureza-de--baiao/

[09]Fotografia de Artur Loureiro Tavares disponível no Livro "Baião – Em torno de 1800-1910: Poderes e dinâmicas, mutações e permanências", 2015

[10]Fotografia dos proprietários das casas e J.P.S.M.N disponível no livro "A descoberta de Baião - Casas senhoriais"

[11]Fotografia disponível no site da Câmara Municipal de Baião

[12]Fotografia de Joaquim Freitas, 2019, disponivel no site https://olhares.com/joaquim-freitas/fotos-mais-recentes/12/

[13]Planta Manipulada

[14]Fotografia de de Egídio Santos, 2021, disponível no site da CMB

[15]Fotografia de de Egídio Santos, 2021, disponível no site da CMB

[16]Planta Manipulada

[17-20]Fotografia de Thom Andersen disponivel no site https://ofhouses.com/post/150787770104/351-eduardo-souto-de-moura-house-in-bai%C3%A3o

[21-27]Fotografia dos proprietários das casas e J.P.S.M.N disponível no livro "A descoberta de Baião - Casas senhoriais"

[28 e 33]Fotografias aéreas obtidas através da aplicação do google earth

[29-32,34-37]Fotografia dos proprietários das casas e J.P.S.M.N disponível no livro "A descoberta de Baião - Casas senhoriais"

[38 e 42]Fotografias aéreas obtidas através da aplicação do google earth

[39-41,43-45]Fotografia dos proprietários das casas e J.P.S.M.N disponível no livro "A descoberta de Baião - Casas senhoriais"

[46]Conjunto de desenhos do autor

[47]Fotografia aérea obtidas através da aplicação do google earth

[48]Arquivo de fotografias da família Carvalho

[49]Desenho manipulado a partir de planta existente

[50]Conjunto de fotografias do autor

[55-70]Arquivo de fotografias da família Carvalho

[D01]Desenho manipulado a partir de planta existente

[71-137]Conjunto de fotografias do autor

[138-140]Desenhos recolhidos da Enciclopédia de Eng. Civil

[141]Conjunto de fotografias do autor

[142-46]Desenhos recolhidos da Enciclopédia de Eng. Civil

[147-8]Conjunto de fotografias do autor

[149,151,153,155,158,159, 160,162]Desenhos recolhidos da Enciclopédia de Eng. Civil

[150,152,154,156, 157, 161, 163-178]Conjunto de fotografias do autor

[179]Carta do património Arquitetónico de SMZ disponível no site da CMB

[D03-D33]Desenhos do autor

Anexos

Conceito(s) e contexto evolutivo do conceito de património

Leon Battista **Alberti**, em 1483, no seu tratado sobre arquitetura dedica o Livro Décimo a *O Restauro das Obras*: "... é, sem dúvida, **vergonhoso não poupar as obras dos antigos, nem respeitar as vantagens de que os cidadãos usufruem, acostumados aos lares dos seus antepassados; pelo que, destruir, demolir e arrasar completamente o que quer que seja, em qualquer parte, deve ser uma opção a pôr de lado, sempre.** Por conseguinte, eu gostaria que se conservassem intactas as construções antigas, sempre que não seja impossível levantar uma nova sem as destruir."[1]

No entanto, o tema da conservação dos monumentos só ganha maior importância no séc. XVIII, depois da **Revolução Francesa**, em 1789 e da regulação da pilhagem dos bens da igreja e da nobreza para enriquecer o património nacional – enquanto conjunto de bens coletivos.[2] Nessa altura introduz-se à noção de Património, a importância da sua salvaguarda bem como a luta contra o vandalismo. **Até lá, "restaurar significava, em grande medida, reutilizar uma construção disponível, a qual era recuperada e renovada de acordo com os paradigmas arquitetónicos e as normas construtivas vigentes nesse momento"**[3]

Com a **Revolução Industrial**, no séc. XIX, o homem ganha uma nova sensibilidade ao tema e surge uma nova consciencialização face aos testemunhos do passado e a sua salvaguarda. Essa preocupação pôs em debate conceitos até então não debatidos: **o património e a sua conservação.** Sobre o assunto, **Choay,** escreve sobre os conceitos relacionados com restauro e conservação em monumentos antigos, sendo que, **o restauro encontra-se paradoxalmente definido por duas doutrinas que se confrontam: uma intervencionista, por Violet-Le-Duc e outra a anti intervencionista, por Ruskin.**[4]

Com o restauro, **Viollet-le-Duc** (1814-1879), defendia a unidade de estilo, **"restaurar um edifício, é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento"**[5]**, propondo um processo de reconstrução que consistia na reposição daquela que seria a forma original do monumento. John Ruskin** (1819-1900), por sua vez, representava uma perspetiva romântica e moralista, apoiada numa **postura não-intervencionista, que apesar de sugerir uma manutenção atenta e cuidada, que culmina, inevitavelmente, na ruína do monumento.**[6]

1 Leon Battista Alberti, "Da arte edificatória", Lisboa, FCG, 2011, p. 233

2 Álvaro Domingues, "Patrimónios Desamparados", in Revista Património n. 2, Lisboa, DGPC, 2014, p. 10

3 José Aguiar, "Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património",Porto, FAUP, 2002, p. 35

4 Françoise Choay, "A alegoria do Património", Lisboa, edições 70, 2010, p. 129

5 Idem, p. 131

6 "Take proper care of your monuments, and you will not need to restore them. (...). Watch an old building with an anxious care; guard it as best you may, and at any cost, from every influence of dilapidation. Count its stones as you would jewels of a crown; set watches about it as if at the gates of a besieged city; bind it together with iron where it loosens; stay it with timber where it declines; do not care about the unsightliness of the aid; better a crutch than a lost limb; and do this tenderly, and reverently, and continually, and many a generation will still be born and pass away beneath its shadow. Its evil day must come at last; but let it come declaredly and openly, and let no dishonoring and false substitute deprive it of the funeral offices of memory." John Ruskin, "The Seven Lamps of Architecture", Nova Iorque,1849, p. 163

Ruskin opôs-se frontalmente aos ideais de Viollet-le-Duc, **criticando as intervenções francesas, acusando os defensores do restauro estilístico de criarem monumentos falsos**: "Nós não temos o mínimo direito de o fazer. Eles não nos pertencem. Eles pertencem, em parte, aos que os edificaram, em parte ao conjunto de gerações humanas que nos seguirão".[7] **A rigorosa conservação que se propõe fazer é sustentada pela revalorização dos monumentos enquanto ruínas, funcionando como elemento de ligação do passado ao presente**. O restauro significa "a destruição mais total que uma construção pode sofrer, a coisa é uma mentira absoluta"[8] e, por isso, propõe uma conservação com bases de manutenção evitando a necessidade de um futuro restauro.

Por sua vez, **Morris** (1834-1896) **denuncia a futilidade da reconstrução ou da cópia.** Para Ruskin e Morris, "querer restaurar um objeto ou um edifício é aferir a autenticidade que constitui o seu próprio sentido". Parece que para eles o destino de todo o monumento histórico é a ruína e a degradação progressiva."[9]

No final do séc. XIX, surge por parte de **Camillo Boito** (1836-1914) a tentativa de conciliação das teorias de Viollet-le-Duc e de John Ruskin, entre a conservação e restauro dos monumentos históricos. A preservação dos valores históricos é essencial, *desde a pátina*[10] aos seus acrescentos, no entanto, o presente deve estar acima do passado e o seu restauro ser feito em último caso: **"antes consolidado que reparado, antes reparado que restaurado, evitando renovações e acrescentos".**[11] **As intervenções deveriam seguir um princípio de intervenção mínima, evidentemente diferenciada do original e reconhecível enquanto um acrescento contemporâneo, garantindo assim a autenticidade histórica da obra antiga**[12] - legitima a necessidade do restauro, mas aplicado apenas em última opção.

Em 1883 no primeiro Congresso de Arquitetos e Engenheiros de Roma, são apresentados por si, os oito Princípios de orientação para o restauro de monumentos que ficaram conhecidos como a **primeira Carta del Restauro** e que serviu de inspiração a outros países:[13]

I. diferenciação de estilo entre o antigo e o novo;

II. diferenciação de materiais e seu emprego

III. supressão de molduras e decoração nas partes novas

IV. exposição das partes materiais que foram eliminadas, num espaço contíguo ao monumento restaurado

V. incisão de uma marca da atuação ou de sinal convencional nas partes novas

VI. memória descritiva de todo o processo de intervenção no monumento

VII. descrição e fotografias das diversas fases dos trabalhos depositados no próprio monumento, ou num lugar público próximo, ou a publicação de todo o material

VIII. notoriedade visual das ações realizadas.

7. Françoise Choay, op. cit., p. 130
8. Ibid, p. 130
9. Ibid, p. 131
10.Ibid, p. 131
11. José Aguiar, op. cit., p. 47
12. Françoise Choay, op, cit, p. 137
13. Antón Capitel, "Metamorfosis de monumentos y teorias de la restauración", Madrid, Alianza Editorial, 1988, p. 40,tradução livre

Apesar desta nova perspectiva, a maioria das intervenções de restauro na Europa no século XIX e início do século XX, **seguiram os princípios intervencionistas de Viollet-Le-Duc.** As premissas de **Boito**, serviram posteriormente para criar a base de um novo conceito moderno de restauro, integrado, inclusive, na conferência de Atenas.

Riegl assume um papel particularmente relevante por introduzir as bases da reflexão em torno da **identificação de valores numa obra arquitetónica**. Em *O Culto Moderno dos Monumentos*, estabelece uma teoria de valores que compõem os objetos patrimoniais, **defendendo que qualquer intervenção deve procurar sempre um equilíbrio entre estes, em função das circunstâncias particulares que definem o edifício em causa.** Exclui, assim, a hipótese de uma doutrina de intervenção única, evidenciando que a diversidade de situações deve ser tratada de acordo com a especificidade de cada caso:

"Numa perspectiva lógica, o valor de antiguidade, último a aparecer, exclui o valor de novidade e ameaça também o valor de utilização e o valor histórico. Mas, o valor de utilização contraria frequentemente o valor de arte relativo e o valor histórico. (...) Riegl mostra que eles não são, apesar de tudo, insolúveis e que dependem, de facto, de compromissos, negociáveis em cada caso particular, em função do estado do monumento e do contexto social e cultural no qual se insere."[14]

Por fim, **Antón Capitel e Solà-Morales valorizam uma possível relação dialética com o material histórico, ao invés da predominante rutura entre o novo e o antigo, praticado recorrentemente nas intervenções contemporâneas,** introduzindo o conceito de intervenção analógica como uma posição crítica e operativa eficaz na atuação sobre os edifícios existentes.

Em 1931 é elaborada a **Carta de Atenas** com o *património* como tema de debate. Esta carta inovou propondo uma participação e solidariedade internacionais, resultantes da ideia de um *património internacional*. Define-se pela primeira vez o **conceito de conservação e restauro do património edificado considerando, não só o monumento isolado, como a sua envolvente próxima**[15] **e defendem-se conceitos, ainda hoje tidos por atuais, como a conservação e manutenção dos elementos originais de diversas épocas históricas, evitando proceder à sua total restituição, numa atitude que privilegia a conservação em favor do restauro,** através de um estudo prévio de análise e documentação que indique claramente as patologias a resolver em cada caso.

Por outro lado, com a **nova Carta de Atenas, de 1933**, as cidades destruídas são reconstruídas segundo a política de "demolir para construir melhor e mais moderno", num caminho que se acreditava conduzir ao progresso, exaltando ainda a questão da falta higienização de que os centros antigos padeciam. Estes princípios tinham em consideração as necessidades do Homem contemporâneo, às quais o núcleo urbano antigo não tinha capacidade para responder, propondo-se assim, inevitavelmente, a demolição em massa destas áreas para a implantação de novos planos urbanos.

14 Françoise Choay, op.cit, pp. 140-1

15 A Conferência recomenda o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas - Ponto III - Valorizaçao dos monumentos, Carta de Atenas (1931) in http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf , consultado a 22 de outubro de 2021

A Segunda Guerra mundial (1939-1945) trouxe destruição a grande escala para os países europeus e com isso "a necessidade de recuperar rapidamente as cidades europeias, para realojar milhões de pessoas e permitir o relançamento da sua economia"[16].

As devastações obrigaram "a atuações de extrema urgência e à aplicação de métodos expeditos de reconstrução de monumentos ou mesmo de cidades históricas completamente destruídas, ou grandemente afetadas pela guerra Daqui resultou, na prática, o abandono dos métodos de restauro anteriores à guerra".[17]

E com isto, destaca-se, o impacto da **Carta de Veneza de 1964**, ao recuperar os ideais introduzidos por Ruskin, agora publicados num documento cuja influência se traduziu na produção de legislação a nível nacional e internacional:"A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização em particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural."[18]

A conservação e o restauro eram as únicas vias de salvaguarda que a Carta admitia. Ambas as vias eram compostas por princípios delineadores. Na conservação, deveria haver uma manutenção permanente do monumento e zelo pela integridade do mesmo. **No restauro, como medida excepcional, o cuidado a ter-se estendia-se à manutenção da autenticidade do edifício e à catalogação das diferentes fases de intervenção.** A aplicação de técnicas modernas só era admissível caso as tradicionais fossem inadequadas, não significava isso, que não se devesse fazer uma integração do novo. Surgiu, neste contexto, a necessidade de um prévio levantamento do monumento, bem como da documentação de todo o processo de restauro. Os princípios pressupunham, pela sua amplitude, uma interpretação mediante cada caso.

Apesar do valor positivo do alargamento do conceito patrimonial ao edificado menor, o alcance internacional da Carta de Veneza teve também uma influência negativa ao determinar uma metodologia de intervenção, limitando a diversidade de soluções a uma resposta universal.[19]

Perante o crescente interesse pela salvaguarda do património, houve a necessidade de atualização e ampliação dos Princípios e conceitos, enunciados em Veneza e descritos acima, e em 1975, é formulada a **Carta Europeia do Património Arquitetónico, conhecida como Carta de Amesterdão.** O seu grande interesse consiste, fundamentalmente, no conceito de *Conservação integrada*[20]**, composta pela proteção, restauro e reanimação dos conjuntos urbanos ou rurais, definindo que só através destas ações de conservação, é possível garantir a sobrevivência do património arquitectónico.** No qual se estabelece "menos em função de valores estritamente monumentais e mais em função de valores sociais e urbanos, estritamente ligados a preocupação com o uso e o desejo de reapropriação do espaço da cidade histórica"[21] d

16 José Aguiar, op. cit., p. 57

17 Ibid

18 Carta de Veneza - Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, 1964, art.º 1º in http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf consultado a 22 de outubro de 2021

19 "(...) Todo o trabalho de reconstrução deverá ser excluído à partida; Somente a anastilose, isto é, a remontagem das partes existentes, mas desmembradas, poderá ser encarada. Os materiais de reintegração deverão ser sempre reconhecíveis e o seu uso deverá restringir-se ao mínimo necessário para assegurar a conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas." - Ibidem, art.º 15º, consultado a 22 de outubro de 2021

20 José Aguiar, op, cit., p. 92

21 Idem, p. 93

O período posterior à Carta de Amesterdão, foi marcado pela consciencialização do fracasso das políticas e das intervenções urbanísticas que suportaram o crescimento acelerado das Cidades e do clima pós-guerra, o que fez com que o caminho pretendido apontasse para um novo sentido: o da reabilitação dos centros urbanos antigos, através da reutilização do património edificado corrente.

Como instrumentos de auxílio a estes processos de salvaguarda e conservação patrimonial, levados a cabo pelos Estados, foram criadas instituições e organismos – como a **UNESCO, e o ICOMOS e o Conselho da Europa (COE)**[22] – promovendo o estudo, reflexão e divulgação de normas técnicas e jurídicas orientadoras essenciais para o cumprimento dos objetivos de preservação da memória e defesa do património histórico defendidos neste período.

Vai-se assim abandonando progressivamente a política de demolição de grandes áreas urbanas em prol de um (re)desenho de malhas retilíneas e novas tipologias arquitetónicas, para se começar a pensar em estratégias de reabilitação, que visam tirar partido dos Centros Históricos existentes, transformando-os e (re)adaptando-os sempre que necessário. Importa referir que, em 1983, relativo à Arquitetura Contemporânea, o **conceito de património define, como necessário, a integração das construções contemporâneas, como meio de garantia da continuidade da Cidade, opondo-se às ideias conservadoras de "cristalização" da Cidade histórica.**

Por sua vez, a **Carta de Toledo de 1987**, surge pela necessidade de se rever e atualizar a Carta del Restauro de 1972 e assim, **põe termo,** pela sua inovadora proposta de elaboração de planos de salvaguarda, **às profundas e irreversíveis alterações de caráter, que o crescimento acelerado das cidades produzia.**

A Conferência Geral da **UNESCO** de 1972, tinha definido que, qualquer inclusão na lista, teria de passar pelo teste da *autenticidade*[23], baseado em quatro aspetos considerados essenciais para a sua validação:

I) autenticidade da forma (design)

II) autenticidade do material

III) autenticidade dos processos tecnológicos
(materiais e nas técnicas aplicadas originalmente)

IV) a autenticidade da implantação
(mantendo a relação entre o objeto e o sítio - promovendo o valor da envolvente)

A discussão manteve-se na década de 80 e 90 e só em 1994 se realizou o debate internacional sobre o tema, de onde resultou a **Carta de Nara**. Foi criada uma nova grelha de avaliação da autenticidade do património, mais ampla e flexível que a anterior (da carta de Veneza), que determinou como aspetos específicos: "(...) a conceção e a forma, os materiais e a substância, o uso e a função, a tradição e a técnica, a situação e a implantação, o espírito e o sentimento".[24] O Documento, **estendeu os limites do conceito de autenticidade**, tendo passado este não ter um modelo rígido de avaliação, sensível, assim, à diversidade cultural, e porisso, dependente dos diferentes contextos.

22. Ibid, p. 76
23. Ibid
24. Ibid, p. 77

A grande referência no âmbito da salvaguarda do património, até aos finais do século XX, continuava a ser a Carta de Veneza, complementada por outros documentos internacionais, como já vimos, mas que nunca tinha sido totalmente revista. Em 2000, foi redigido um novo documento, a **Carta de Cracóvia** e só aqui, houve uma total revisão e atualização dos princípios e conceitos elaborados em 1964, de acordo com a realidade contemporânea, constituindo-se hoje, como a **referência primordial para a intervenção no património.**

Contexto nacional

É sobretudo no século XIX que se inicia a discussão em torno do valor histórico atribuído ao monumento em Portugal, como ponto de ligação às nossas origens/antepassados, assumindo-se como símbolo de determinada civilização.

Ao longo do séc. XX, já se desenvolviam políticas de reabilitação e salvaguarda patrimonial em alguns países europeus, em Portugal só nos anos 70 é que surgiram as primeiras iniciativas, com o Arquiteto **Fernando Távora** - embora só a partir da Revolução de Abril de 1974, se tenham realmente iniciado. Este acontecimento deriva, em parte, do desenvolvimento industrial em Portugal ser tardio.

Assiste-se a uma progressiva consciencialização do valor do património arquitetónico. O crescimento urbano causado pela sobrecarga demográfica nas cidades do Porto, Coimbra e Lisboa, devido à revolução industrial e com isso ao êxodo rural, suscitou a criação do **Plano Geral de Melhoramentos em 1865**. A par deste, em 1881, é elaborada a primeira lista de edifícios considerados monumentos nacionais.

Em **1910**, aquando da implantação da República, o Estado passa a ser proprietário do legado cultural até então pertencente à Igreja e d**á início a um processo de levantamento, classificação e análise do estado de conservação de todo esse património e fomenta a edificação de obras públicas,** para as quais foi necessário implementar instrumentos jurídicos que definissem o regime de expropriações, essencial ao desenvolvimento e a expansão urbana.

Em **1920** é criada a **Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN)** com o intuito de atuar, preferencialmente, sobre o património histórico monumental, procurando exaltar e propagandear os valores nacionais, numa atitude característica do Estado Novo, baseada numa "unidade de estilo" que procurava **garantir a autenticidade do monumento, distanciando-se das doutrinas de restauro internacionais em vigor no restante espaço europeu.**

Na década de 60, em consequência do **Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal**, desenvolve-se a consciência da necessidade de conservação dos elementos constituintes do tecido urbano, não só do monumento isolado. Ainda nesta década, inicia-se uma abordagem às questões de planeamento urbano, integrando o tema do território e da arquitetura popular.

Por encomenda da CMP, sob coordenação do Arq.to **Fernando Távora**, surge em 1969, o **estudo de Renovação Urbana do Barredo,** que pretendia, através da investigação de diversas componentes – geográfica, social, económica e física –, compreender no seu todo o conjunto para melhor definir a estratégia e guias de ação a aplicar na cidade pré-existente.

Em **1972** é promulgado o Decreto-Lei que responsabiliza as câmaras municipais e o então Fundo de Fomento da Habitação (FFH) da elaboração de Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) que promovessem a recuperação de áreas de excessiva ocupação habitacional sem condições de habitabilidade, estética ou de segurança contra incêndios.

Introduzido em **1977**, mas passível de pleno uso em 1982, o **Plano Diretor Municipal (PDM)** é desenvolvido como instrumento de ordenamento do território.[25] Em **1979**, é criado um organismo exclusivamente dedicado ao património cultural. Um ano depois é criado o **Instituto Português do Património Cultural (IPPC**) que posteriormente se subdividiu em vários organismos de competências próprias, das quais se destaca o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAAR), convertido no Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), aquando da criação do Instituto Português de Arqueologia.

A década de 80 destaca-se pela crescente preocupação com o património histórico e arquitetónico, bem como a necessidade de conciliar a sua salvaguarda e recuperação, com a preocupação de manter os residentes após as reabilitações. Assim, na sequência do PRID surge o **Programa de Reabilitação Urbana (PRU). A década de 90** foi marcada pelos efeitos da adesão nacional à CEE e pela consolidação da consciência sobre a necessidade de salvaguarda dos centros históricos degradados.

Neste contexto, em **2004**, criam-se as **SRU** como ferramenta legislativa com capacidade de intervir e reabilitar a cidade, fomentando a recuperação do edificado pré-existente, em detrimento da sua demolição. Foi atribuída aos municípios a responsabilidade destas operações concedendo-lhes, para tal, a capacidade de criar SRU's que promovam e levem a cabo as operações de reabilitação urbana. Em **2007**, é retomada a figura do Plano de Salvaguarda, introduzindo um novo tipo de **Plano de Pormenor – o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana, como instrumento de planeamento e gestão territorial.**

No contexto nacional, mais do que as políticas de restauro dos monumentos nacionais promovidas pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), salienta-se, o empreendimento do "Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa" (1955/1960) proposto pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos Portugueses (SNAP), e, mais tarde, a publicação dos estudos desenvolvidos por Fernando Galhano e Ernesto Veiga de Oliveira na obra "Arquitectura Tradicional Portuguesa" (1992), que **reconhecem valor arquitetónico ao edificado menor e ampliam a atenção patrimonial para a nossa construção tradicional, tanto urbana como rural e que serve diversas vezes de referência a este estudo.**

Desta forma, ao reconhecer a importância histórica do edificado, procura-se optar por uma atitude não invasiva de forma a promover a sua preservação e atualização ao invés da sua demolição.

Num ponto de vista operativo, Fernando Távora, ao introduzir o fator temporal como matéria manipulável do projeto de reabilitação, assente numa visão dinâmica da arquitetura: "Cremos, em primeiro lugar, que a morfologia física e social do sector deverá ser alterada por um processo dinâmico, seguro e permanente de renovação a todos os níveis, dando portanto à palavra renovação o seu verdadeiro sentido que é o de continuar-inovando, num movimento constante de modificação para melhores condições, mas respeitando os valores positivos que porventura possam existir e que não deverão, portanto, ser destruídos."[26]

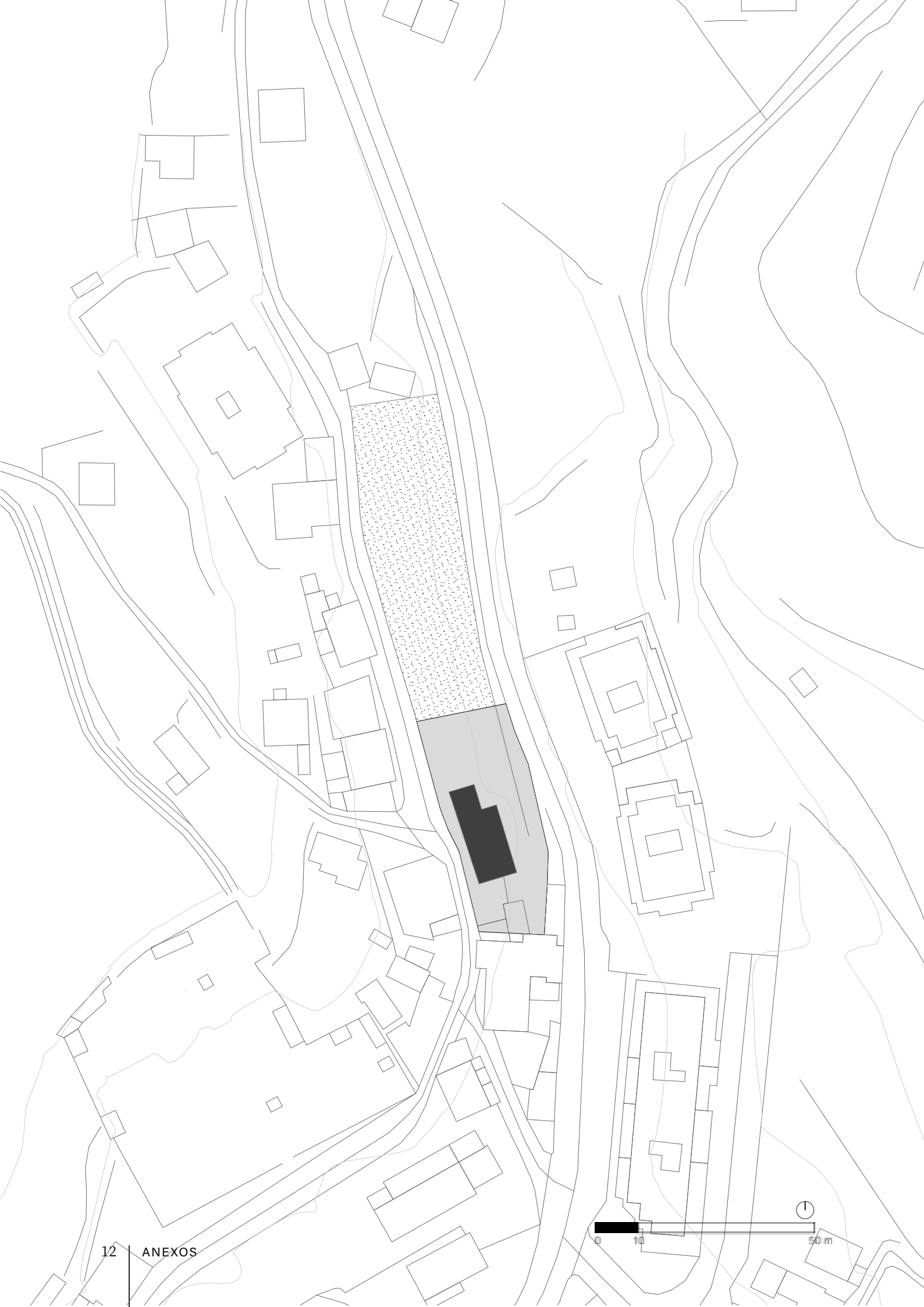
25 José Aguiar, op. cit., p. 97

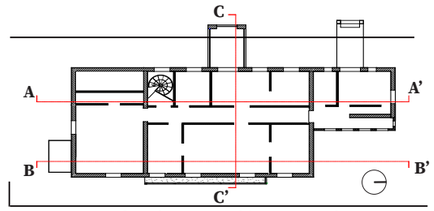
26 Fernando Távora, "Estudo de Renovação Urbana do Barredo", Porto, Câmara Municipal do Porto, 2019, p. 136



[A00] Alçado Norte
Esc. 1:100

DESENHOS FINAIS


0
10
50 m



ALÇADO DA RUA 20 DE JUNHO

DESENHOS DE LEVANTAMENTO

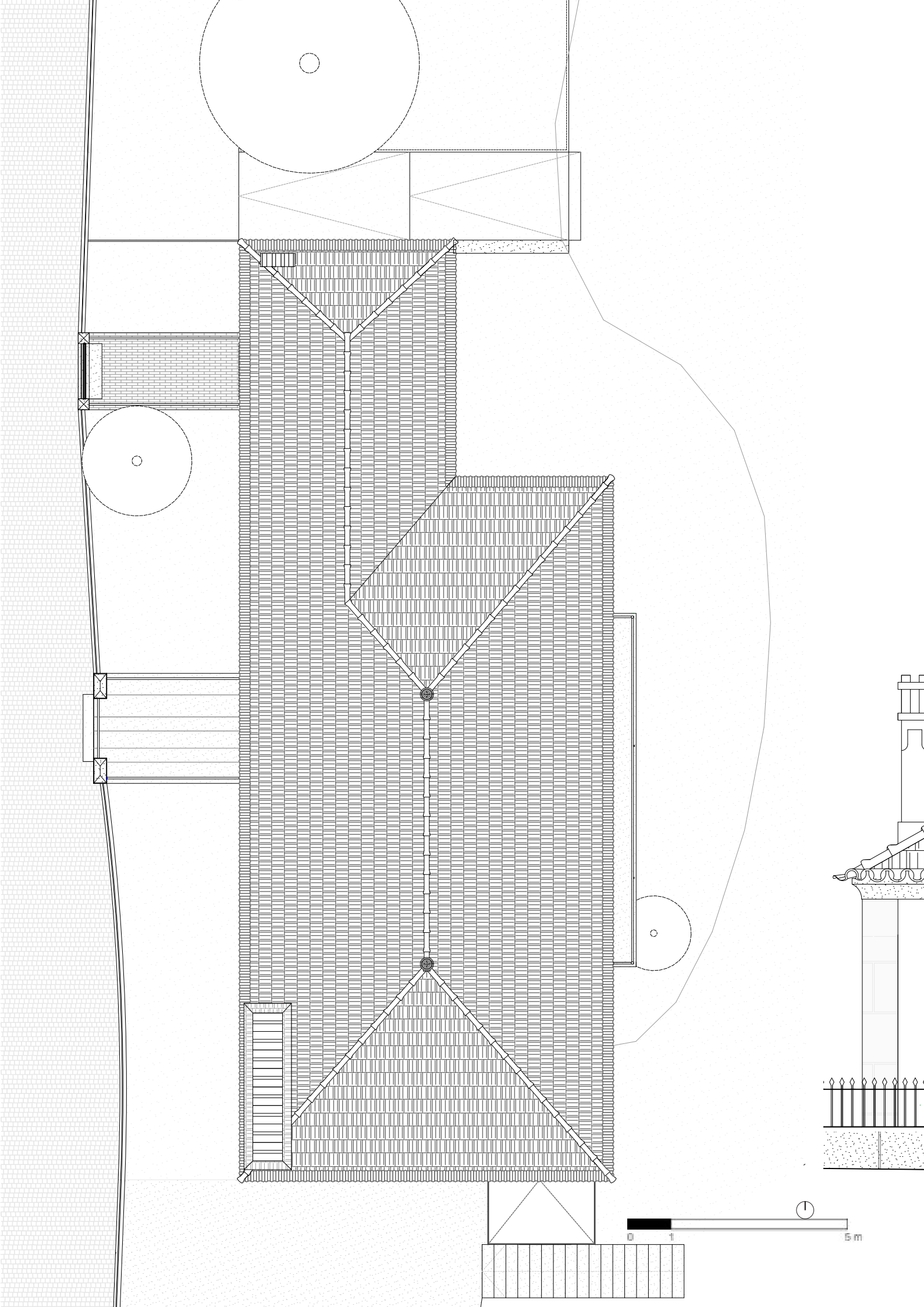
[A01] PLANTA DE ENVOLVENTE
Esc.1:1000

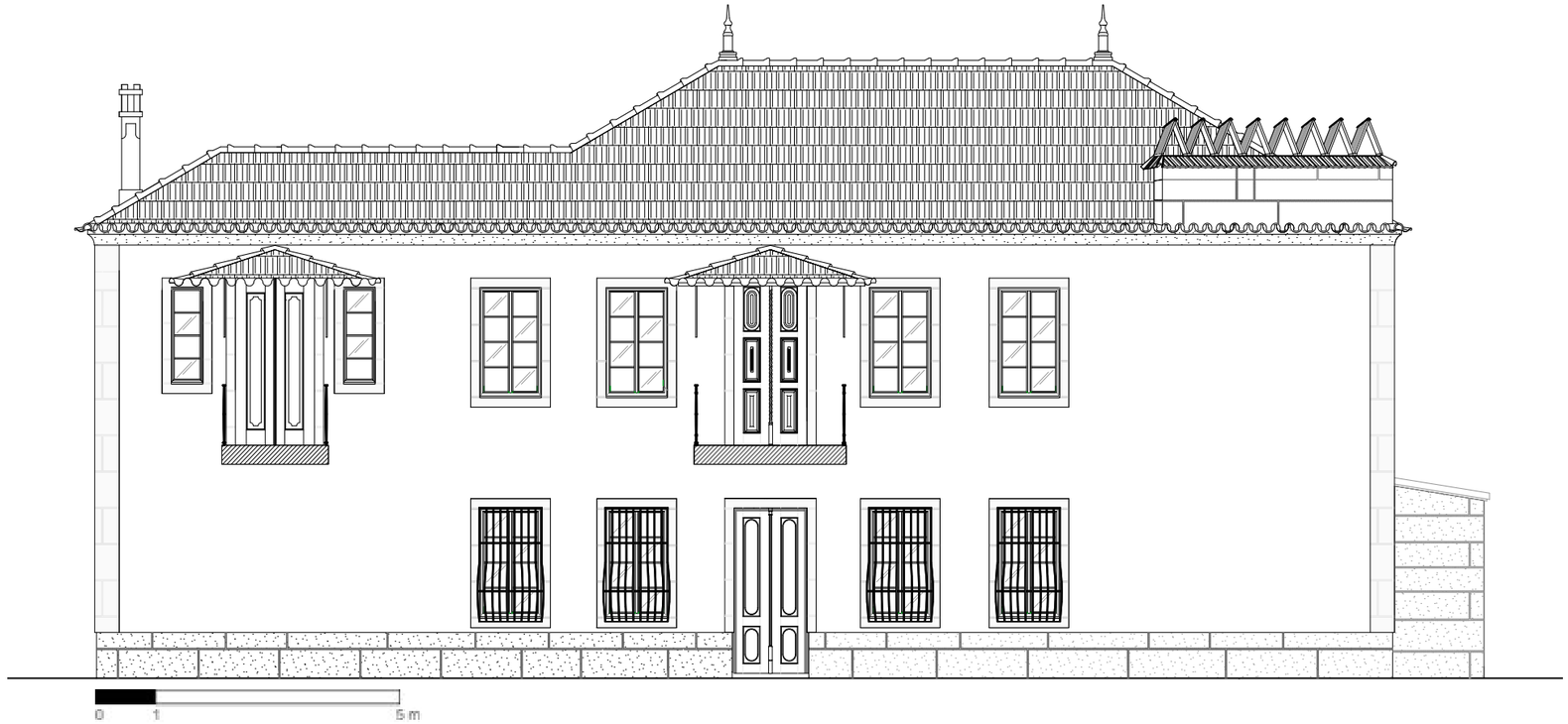
[A02] ALÇADO DA RUA 20 DE JUNHO
Esc.1:100

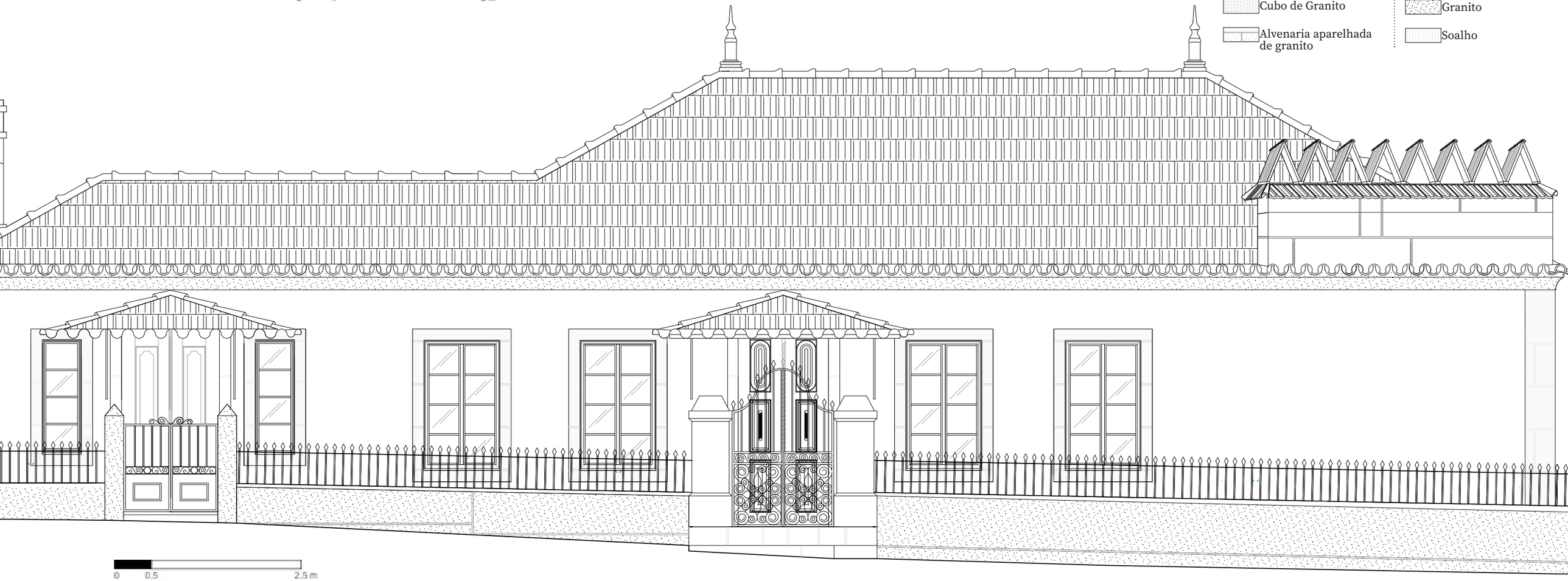
0 1 5 m

LEGENDA:

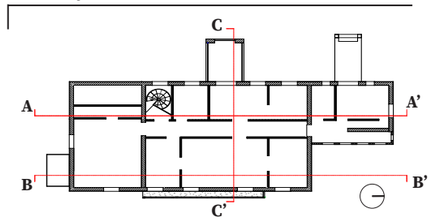
- Alvenaria de granito em corte
- Revestimento cerâmico
- Área permeável
- Cubo de Granito
- Alvenaria aparelhada de granito
- Terra
- Telha marselha
- Muro- Alvenaria de pedra seca
- Granito
- Soalho


0
1
5 m





ALÇADO DA RUA ALBINO DE CARVALHO



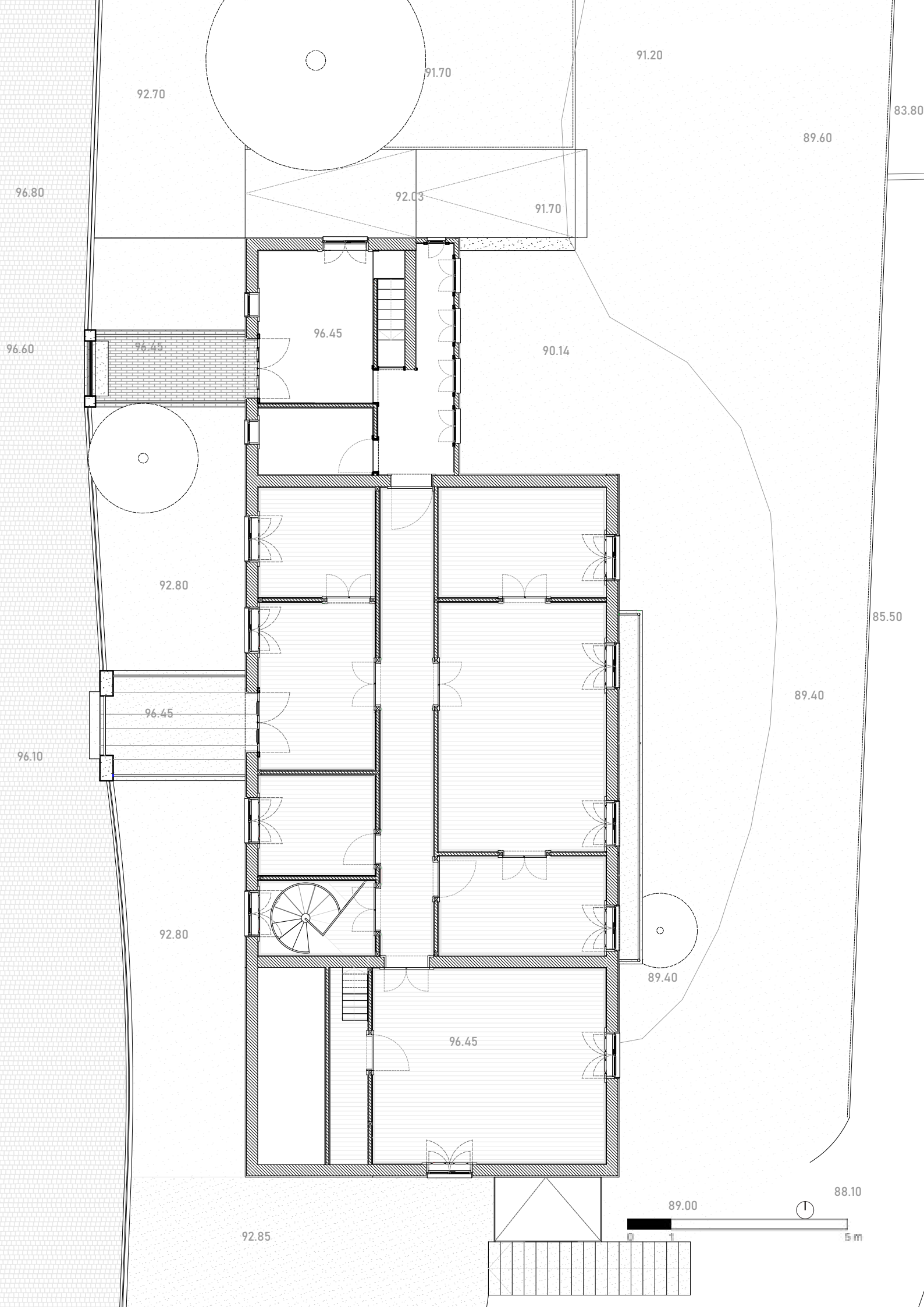
DESENHOS DE LEVANTAMENTO

[A03] PLANTA DE COBERTURA
Esc.1:100

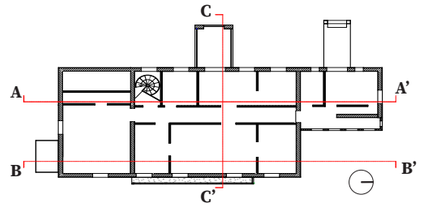
[A04] ALÇADO DA RUA PROF. ALBINO DE CARVALHO
[A05]Alçado completo
[A04] Alçado da Rua Albino de Carvalho

LEGENDA:

- Alvenaria de granito em corte
- Revestimento cerâmico
- Área permeável
- Cubo de Granito
- Alvenaria aparelhada de granito
- Terra
- Telha marselha
- Muro- Alvenaria de pedra seca
- Granito
- Soalho


91.20
91.70
92.70
83.80
89.60
96.80
92.03
91.70
96.45
96.60
96.45
90.14
92.80
85.50
89.40
96.45
96.10
92.80
89.40
96.45
88.10
89.00
92.85
0
1
5 m





DESENHOS DE LEVANTAMENTO

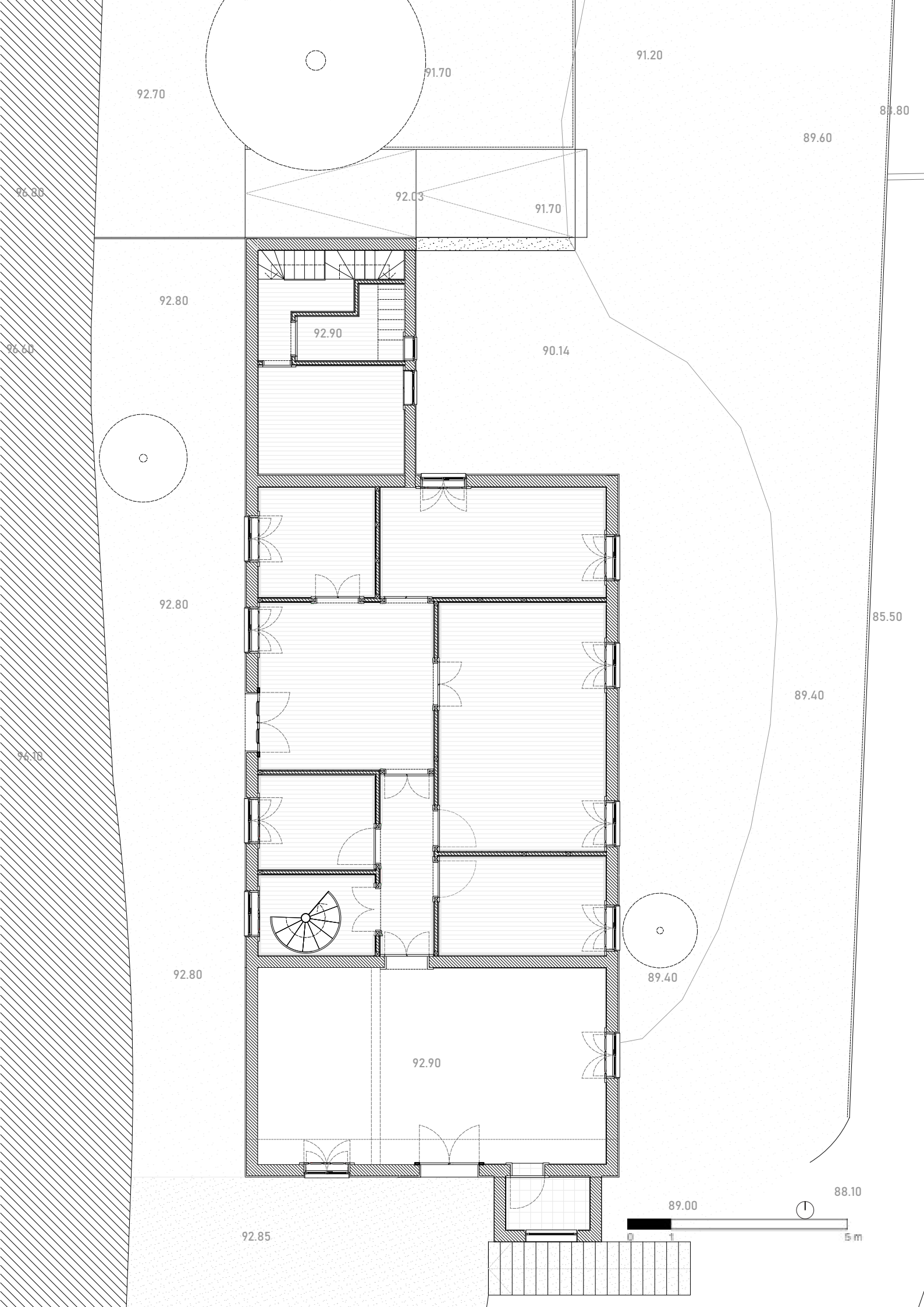
[A06] PLANTA PRIMEIRO ANDAR
Com corte à cota 96.45
Esc.1:100

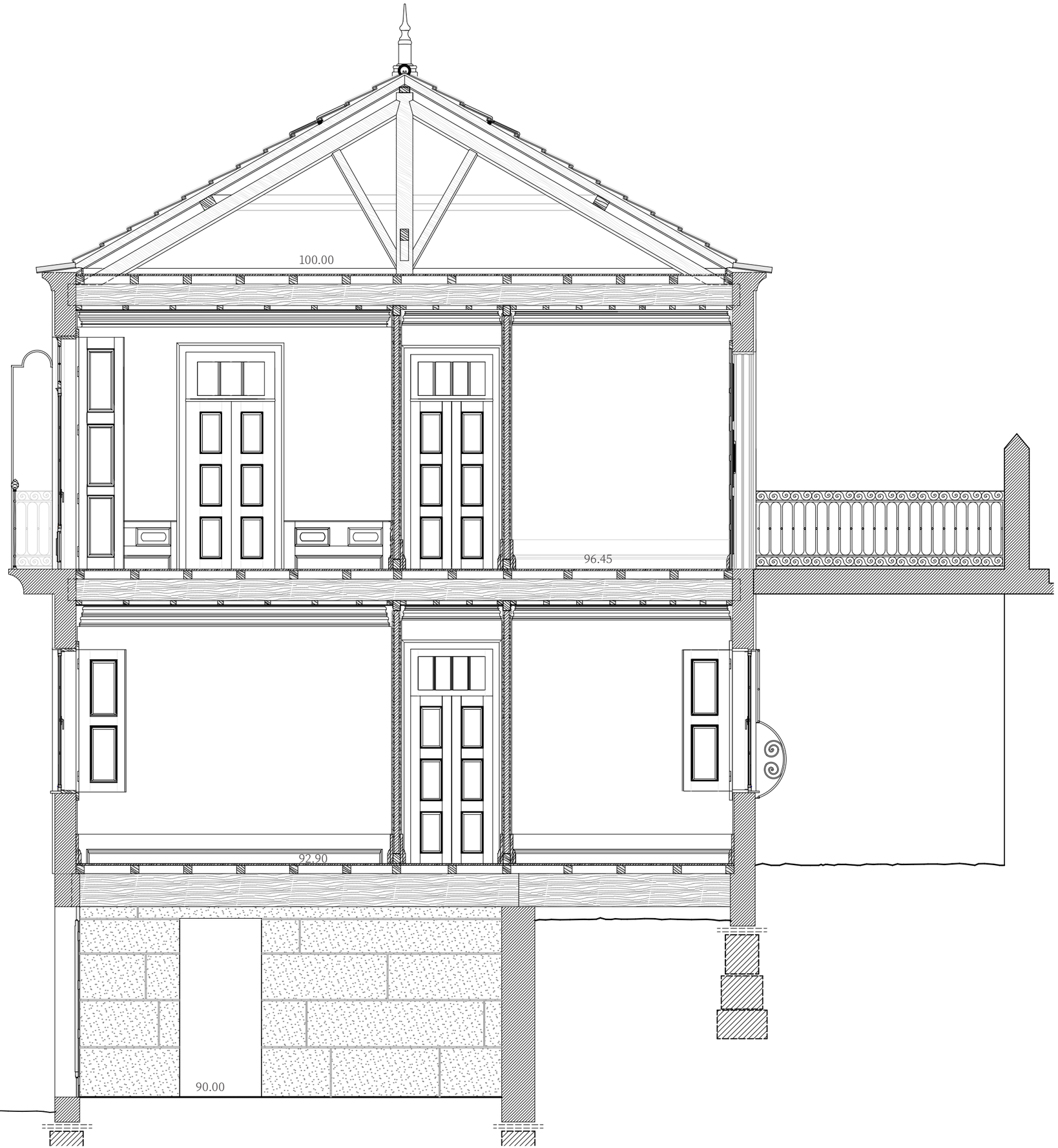
[A07] CORTE LONGITUDINAL B-B'
Esc.1:50

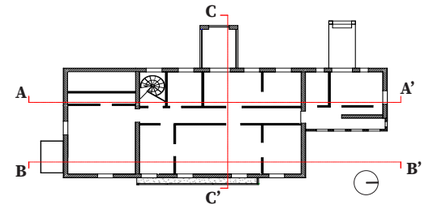
0 0.5 2.5 m

LEGENDA:

- Alvenaria de granito em corte
- Revestimento cerâmico
- Área permeável
- Cubo de Granito
- Alvenaria aparelhada de granito
- Terra
- Telha marselha
- Muro- Alvenaria de pedra seca
- Granito
- Soalho


91.20
91.70
92.70
88.80
89.60
96.80
92.03
91.70
92.80
92.90
96.60
90.14
92.80
85.50
89.40
96.10
92.80
89.40
92.90
88.10
89.00
92.85
0
1
5 m





DESENHOS DE LEVANTAMENTO

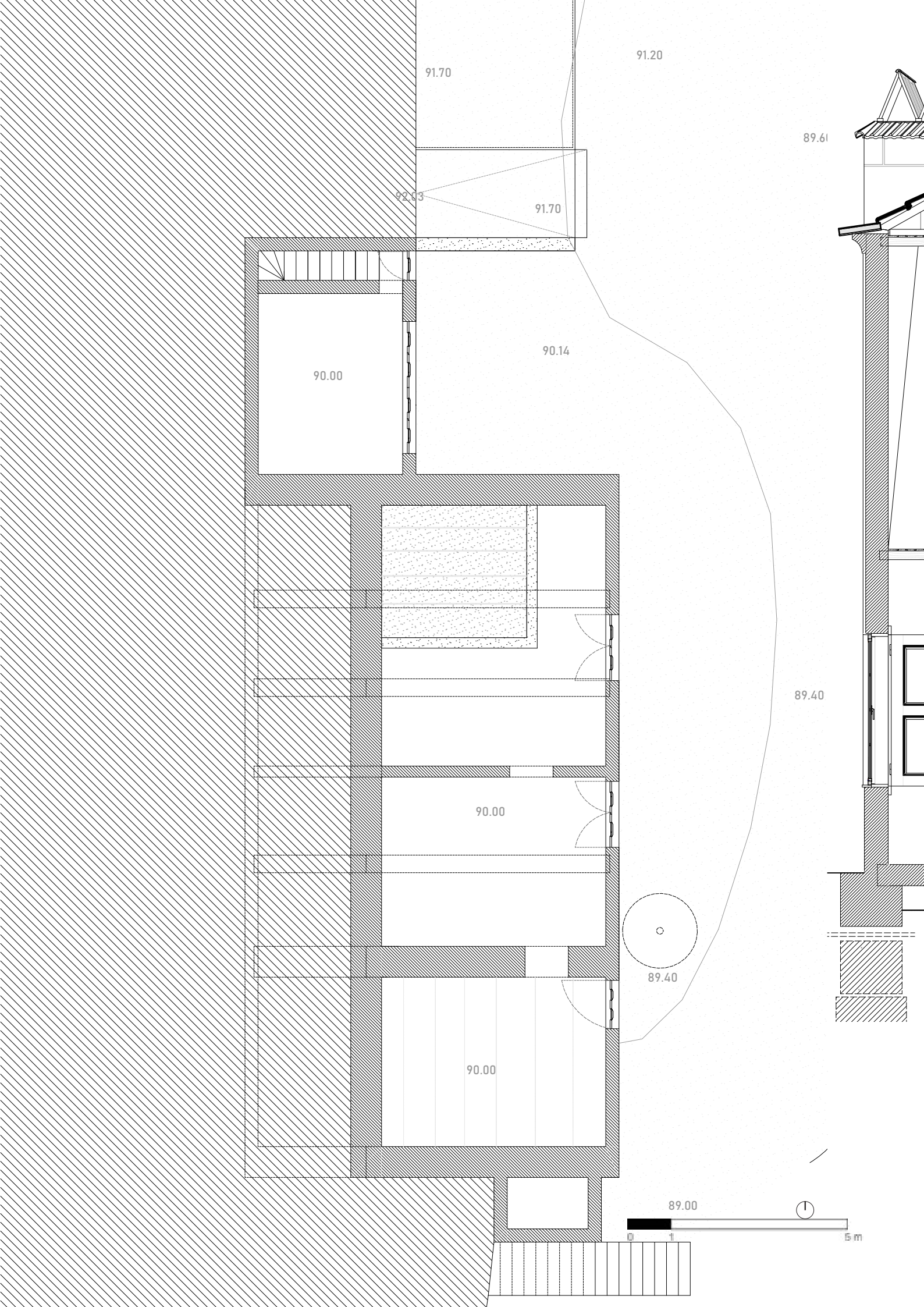
[A08] PLANTA DO RÉS-DO-CHÃO
Com corte à cota 92.90
Esc.1:100

[A09] CORTE TRANSVERSAL C-C'
Esc. 1:50

0 0.5 2.5 m

LEGENDA:

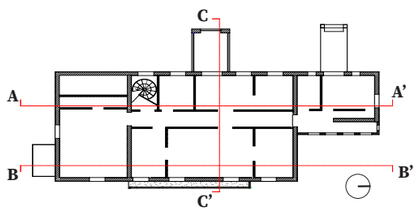
- Alvenaria de granito em corte
- Revestimento cerâmico
- Área permeável
- Cubo de Granito
- Alvenaria aparelhada de granito
- Terra
- Telha marselha
- Muro- Alvenaria de pedra seca
- Granito
- Soalho


91.20
91.70
89.6
92.03
91.70
90.14
90.00
89.40
90.00
89.40
90.00
89.00
0
1
5 m

100.00

96.45

92.90



DESENHOS DE LEVANTAMENTO

[A10] PLANTA DA CAVE
Com corte à cota 90.00
Esc.1:100

[A11] CORTE LONGITUDINAL A-A'
Esc. 1:50

0 0.5 2.5 m

LEGENDA:

- Alvenaria de granito em corte
- Revestimento cerâmico
- Área permeável
- Cubo de Granito
- Alvenaria aparelhada de granito
- Terra
- Telha marselha
- Muro- Alvenaria de pedra seca
- Granito
- Soalho